

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO**

**ANDRÉ LUIS SILVA**

**A ILUSÃO DE UMA “NOVA CLASSE MÉDIA” BRASILEIRA:  
CONHECENDO AS TRAJETÓRIAS DE JOVENS TRABALHADORES**

São Paulo

2015

**ANDRÉ LUIS SILVA**

**A ILUSÃO DE UMA “NOVA CLASSE MÉDIA” BRASILEIRA:  
CONHECENDO AS TRAJETÓRIAS DE JOVENS TRABALHADORES**

Tese doutoral apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV), como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração de Empresas.

**Linha de Pesquisa:** Estudos organizacionais

**Orientadora:** Profa Dra. Maria Ester de Freitas  
(EAESP-FGV / Brasil)

Silva, André Luis.

A ilusão de uma “nova classe média” brasileira: conhecendo as trajetórias de jovens trabalhadores / André Luis Silva - 2015.

199 f.

Orientador: Maria Ester de Freitas

Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Classe média - Brasil. 2. Jovens. 3. Trabalhadores. 4. Consumidores de baixa renda. I. Freitas, Maria Ester. II. Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Título.

CDU 316.343.654(81)

**ANDRÉ LUIS SILVA**

**A ILUSÃO DE UMA “NOVA CLASSE MÉDIA” BRASILEIRA:  
CONHECENDO AS TRAJETÓRIAS DE JOVENS TRABALHADORES**

Tese doutoral apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV), como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração de Empresas.

**Linha de Pesquisa:** Estudos organizacionais

**Data de aprovação:** 10 de abril de 2015

**Banca examinadora:**

---

**Profa. Dra. Maria Ester de Freitas**

(Orientadora – EASP/FGV)

---

**Prof. Dr. Antônio Carlos Alves dos Santos**

(Convidado externo – PUC/SP)

---

**Profa. Dra. Maria José Tonelli**

(Convidada interna – EASP/FGV)

---

**Prof. Dr. Rafael Alcadipani**

(Convidado interno – EASP/FGV)

---

**Prof. Dr. Valdir Machado Valadão Júnior**

(Convidado externo – UFU)

*“Dedico este trabalho a você... leitor”*

## AGRADECIMENTOS

Criar um projeto é ficar muitas vezes em um grande silêncio. Não é fácil a tarefa de encontrar maneiras outras para se ler o mundo cotidiano. Quando esse “mundo” acontece em uma cidade como São Paulo, aí o desafio é maior. Por aqui, os ritmos urbanos pouco nos deixam manifestar as angústias e o vazio dessa cidade. Sobreviver parece nos tomar todo o tempo. Somos milhões de seres incommunicáveis cujo hábito maior é resistir à vida em anonimato. Mas eis que, ao realizar esta tese, conheci pessoas admiráveis que modificaram a paisagem cinza que tende a pairar por aqui. Permitam-me agradecê-las, então, uma vez mais.

**Maria Ester de Freitas.** Se me pedissem para descrever essa mulher, eu diria: Ester simboliza rigor e afeto. Ela me ensinou que você pode pensar diferente, pode ter um vocabulário ousado, ou pode ainda modificar a forma como encara alguma questão. O que está em jogo é não ser conivente com os múltiplos pensamentos em diálogo apenas pelo o medo de discordar. O que deve existir é a disponibilidade sincera de estar inteiro ao defender as próprias convicções. E isso, Ester me ensinou, pois a originalidade é a marca que personifica essa mulher. Doses de leveza e alegria, combinadas com carinho e cuidado, também. Talvez seja por todas essas características que Ester nos retira do refúgio confortante de nossas ilusões. Ela nos faz encarar o desafio de interpretar a vida e a nós mesmos, fazendo-nos repensar o modo como sentimos e realizamos o nosso fazer. Ester me ensinou tantas coisas que eu nem sei... Mas uma que ficou é que a sua sensibilidade sempre estará acima de minha pequena percepção, haja vista que Ester se comunica sem nem precisar falar. O silêncio cúmplice de sua intensa presença está sempre nos orientando. Foi em silêncio que Ester me deu a liberdade de ir para o mundo e nele encontrar a minha própria voz. O respeito e a admiração que nutro por essa mulher, me inspiraram a ir desbravar o mundo. E andando por ele, finalmente, acessei o sentimento do viver. Confesso que houve ocasiões em que eu duvidei se a conclusão desta tese seria algo possível. Mas Ester sempre esteve ao meu lado. E ainda que possa ter tido dúvidas similares as minhas, nunca deixou que elas transparecessem a mim. Ester abrilhantou a minha trajetória de vida. Ester me ajudou a modificar os rumos de minha própria história. Ester me convocou e me provocou com a sua franqueza sempre tão evidente. Ester... Obrigado por me orientar e por ter acreditado em mim.

**Damian Grimshaw.** O que levaria alguém, do outro lado do oceano, a aceitar um estudante desconhecido para, com ele, trabalhar por um ano? Foi assim que Damian e eu nos conhecemos. Em nossa primeira conversa, pude perceber que Damian faz parte de um seleto grupo: aquele que não tem a arrogância de compreender o mundo apenas como o imagina. Ao

conversar com Damian, ele nos incentiva a decifrar o porquê de estarmos em busca de uma resposta para algo. Aos poucos, ele nos leva a entender que só estamos nessa busca, pois temos o ímpeto de decifrar as nossas próprias inquietações. Agradeço a Damian por ter me dado a chance de habitar novas fronteiras e, por elas, transpor a linha tênue entre deixar de ser um estudante que absorve, para me tornar um jovem pesquisador que contribui.

**Maria José Tonelli.** A MJ tem uma personalidade extremamente discreta. Mas isso não requer entender que não seja uma personalidade de fibra. Em suas aulas, Maria José imprime um estilo inclusivo que fomenta o nosso interesse e participação. Isso ocorre, pois ela tem uma forma de nos envolver na discussão de conceitos de vanguarda, dos resultados de suas pesquisas, e das próprias histórias que compõem a sua trajetória, que acaba nos conduzindo ao sentimento de estarmos fazendo parte de algo novo e único. MJ foi a melhor introdução que eu poderia ter tido para a escola de negócios e para as pesquisas do “mundo do trabalho”. E falando em trabalho, Maria José me deu muito. Mas, no caso, refiro-me ao do tipo remunerado. Por mais de três anos MJ me incluiu em projetos pelos quais eu pude obter a renda necessária para manter-me no desenvolvimento dos meus estudos. Para além disso, é admirável notar que Maria José não faz questão de mencionar os seus títulos por onde passa. Prefere nos privilegiar disponibilizando um pouco de seu tempo para conosco trocar uma atenciosa conversa. Pela experiência que tive ao conviver com Maria José, acredito que é ao conversarmos com ela que percebemos ser a sua simplicidade algo próprio do posicionamento que demonstra perante a vida. É observando Maria José que percebemos como a sua presença vivaz lhe dá o seu real tamanho. O resto é apenas o tamanho que lhe atribuem.

**Chico Aranha.** O Chico tem uma inteligência inquieta. Por ter trabalhando com ele, percebi que o seu prático dinamismo nos faz arregaçar as mangas e produzir. Fazemos o tempo render na execução do trabalho. E ele acontece. Chico tem uma visão atenta às situações que lhes cercam e para com as pessoas a sua volta. Isso só transparece o senso de valor real que ele demonstra para com as coisas e para o ser humano em si. A presença de Chico é capaz de nos provocar uma curiosidade inteligente para com a vida, pois ele nos demonstra que embora a vida seja bem prática, ela nos põe em movimento e, portanto, está sempre a indicar novas direções. Chico nos ensina que é preciso saber dizer não. Mas, também, que há momentos para dizer sim. Chico nos faz acreditar que a vida pode ser melhor. Chico, obrigado por me incentivar a olhar adiante e, com confiança, seguir.

**Rafael Alcadipani.** Uma ode a perturbação acadêmica. Esse foi o lema que Rafael me ensinou. Ao cultivar o atrevimento e a ousadia de repensar os temas estabelecidos, Rafael sugere caminhos interpretativos que seguem bases de reflexão renovadas. No geral, a palavra

escrita é a ferramenta que ele usa para difundir as suas opiniões e relatos. Mas é com a fala que Rafael capta a atenção da audiência a sua frente, demonstrando que ser incisivo é pré-requisito para quem fala sem temer. Se Rafael está sendo guiado por uma espécie de missão pessoal a cumprir, não se sabe. Mas eu arrisco a dizer que se houver algum tipo de missão, a dele é promover discussões a respeito do mundo que nos cerca, utilizando para isso, os meios de comunicação que propagam a sua perspicácia sobre o que acontece nas frestas sociais de nosso cotidiano. Atender a uma missão como essa requer, primeiro, muita dedicação e competência para o trabalho. Mas, acima de tudo, requer ter a certeza de que se está suficientemente louco para o cargo. Rafael está. E, exatamente por isso, nos ensina a não ter receio de emitir as próprias opiniões. Rafael perturba as mentes por onde passa. E é, assim, que ele nos anima a querer perturbar os pensamentos alheios por aí também.

**Maria Iolanda Sachuk.** Só foi possível concluir o mestrado, dentro de um ano e quatro meses, pois fui orientado por essa mulher. Maria Iolanda sabe aliar comprometimento e profissionalismo em seu trabalho. E cobra de seus alunos igual dedicação. É precisamente nesse ponto que a força absolutamente singular de Maria Iolanda mostra-se como algo evidente de sua personalidade. Os seus ensinamentos nos fazem criar asas para desvendar os nossos próprios caminhos. Por isso ela não responde a tudo. Nos faz questões. Com essa mulher, eu partilhei o sonho de fazer um doutorado. E, pegando em minha mão e me ensinando a escrever, Maria Iolanda me conduziu a tempo para que, em dezembro de 2010, eu já estivesse apto para a minha trajetória acadêmica seguir. Maria Iolanda, obrigado por me ensinar que os desafios mais improváveis são superados quando há fôlego, compromisso e fé.

**Rafael Borim de Souza.** Um grande amigo da época do mestrado. Mas um amigo feito no processo seletivo no qual eu não passei. Fui aprovado apenas um ano depois. No entanto, foi ao longo do ano de “espera” que Rafael me incentivou a não desistir. Ensinou-me que na vida é preciso obstinação. Por ter largado uma carreira corporativa para se dedicar ao mundo acadêmico, Rafael me ajudou a reafirmar que nada na vida se ganha sem disciplina, determinação, e a capacidade de suportar longos períodos de mera caminhada. Hoje, já sendo um professor concursado e com um pós-doutorado em finalização, Rafael me dá a chance de compartilhar com ele a conquista de meu doutoramento. Sem dúvidas, a sua amizade empresta um significado maior para o desfecho desse ciclo, meu amigo. Te agradeço pelo o incentivo de sempre. O teu exemplo continuará me ajudando a seguir.

**Flávia Plutarco.** Com os amigos dividimos os medos. E dividindo os nossos, conhecemos um ao outro no início do doutorado. Em pouco tempo, encontramos, para além do compromisso de concluir o curso, o necessário espaço das gargalhadas. Os motivos que



fizeram esse encontro da vida ser tão especial são variados e não cabe citá-los aqui. Mas o que importa é que a admiração por nossa amizade e por tê-la conhecido sempre existirá.

**Márcia de Freitas Duarte.** Mesmo sem saber por que, sem querer saber, Márcia e eu constituímos a turma de dois de nosso doutorado. Márcia é aquele tipo de mulher que aparenta ser frágil. Mas se engana quem nisso acredita. Márcia possui uma força definitivamente ímpar, a qual lhe faz ir à busca da vida imaginada para si. Com o tempo, percebi que, Márcia e eu, somos muito diferentes. E, talvez por isso, tenhamos nos completado em uma relação sólida de amizade. As experiências mais profundas de admiração levam mesmo tempo para se constituir, como quando aprendemos em quem confiar. Aprendi a confiar em Márcia. E foi assim que, sem perceber, já estávamos com os nossos laços de amizade enraizados. Tive muita sorte de poder trabalhar ao lado de uma mulher tão talentosa, gentil e irônica. Tive também muita sorte de poder fazer tudo isso ao lado de alguém que se tornou uma grande amiga. Em nossas conversas, sempre mergulhamos no não saber de nós mesmos. E mergulhados na experimentação das próprias angústias, anseios e questões, percebemos que quando não hesitamos, quando nos lançamos ao desafio de enfrentar a vida, nos transformamos e juntos superamos o medo. Não sei se essa capacidade já era tão forte em mim, antes de te conhecer. Mas foi ao conhecê-la que o prazer de enfrentar a vida - partilhando muitos dos dilemas que as nossas trajetórias igualmente possuem - se consolidou de vez. A admiração por nossa amizade existe e permanecerá.

**Mãe, Pai, e Irmã. Poucos e bons familiares e amigos.** Ainda que estejamos em caminhos muito distintos de vida, encontramos o nosso jeito de mantê-los partilhados. O que nos une é a admiração que temos uns pelos outros. Obrigado por todos os sorrisos que partilhamos ao nos encontrar. Vocês me deram condições de ser o homem que eu me tornei.

Agradeço a **CAPES** pelo subsídio financeiro que custeou, ao longo dos dois primeiros anos do doutorado, as taxas escolares referentes às mensalidades do curso.

Agradeço a **FAPESP** pelo aporte financeiro que me possibilitou dedicar-me ao desenvolvimento de minha pesquisa, ao longo dos dois últimos anos do doutorado.

Agradeço ao **CNPq** pela bolsa de estudos que me permitiu embarcar para a Inglaterra e, por lá, realizar, ao longo de um ano, o meu estágio de pesquisa no exterior.

Por fim, agradeço ao **European Work and Employment Research Centre (EWERC)** por ter me recebido, como pesquisador visitante, na **Manchester Business School (MBS)**, mostrando-me não só as dinâmicas internas de um centro internacional de pesquisa. Mas, sobretudo, que em seu interior há pessoas realmente comprometidas com o desejo do saber.

*“[...] Peixes, pássaros, pessoas  
Nos aquários, nas gaiolas, pelas salas e sacadas  
Aogados no destino, de morrer como decoração das casas  
Nós vivemos como peixes  
Com a voz que nós calamos, com essa paz que não achamos  
Nós morremos como peixes  
Com amor que não vivemos, satisfeitos mais ou menos  
Todas as iscas que mordemos  
Os anzóis atravessados  
Nossos gritos abafados”*

*[Peixes, Pássaros, Pessoas  
Compositor: Nenung - Intérprete: Mariana Aydar]*

*\*\*\**

*A incerteza marca as nossas vidas. Seguimos adiante sem nunca saber o que será.  
Mas como a gente consegue seguir vivendo sem nunca saber?*

Silva, A. L. (2015). *A ilusão de uma “nova classe média” brasileira: conhecendo as trajetórias de jovens trabalhadores*. 2015. 197p. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (EAESP/FGV), São Paulo – SP / Brasil.

## RESUMO

Esta tese se propõe a discutir o fenômeno da “nova classe média” brasileira, por meio de um estudo empírico-qualitativo, dentro da área de estudos organizacionais. O ponto de partida do estudo se constitui na seguinte problematização: como o crescimento econômico brasileiro, ocorrido ao longo da última década, impactou as trajetórias e condições de vida de trabalhadores de baixa renda? O objetivo central é investigar quais mudanças ocorreram nas trajetórias de jovens de baixa renda que migraram, ao longo da última década, para a dita “nova classe média” brasileira. A abordagem metodológica é empírico-qualitativa e se constitui de uma estratégia de pesquisa principal: reconstrução de biografias narrativas por meio de entrevistas. Contamos com a participação de 42 jovens trabalhadores dentro do recorte pretendido. Os dados empíricos foram interpretados com o auxílio da técnica de análise de conteúdo. A lente teórica da pesquisa é interdisciplinar e privilegiou as contribuições das áreas da Sociologia crítica, econômica e do trabalho, bem como as dos Estudos organizacionais. Os resultados indicaram que as trajetórias dos jovens trabalhadores resguardam mudanças e permanências. Por mais que suas vidas estejam melhores que no passado, os jovens trabalhadores não ascenderam a um estilo de vida típico da classe média convencional, seja pelo fato deles: ainda residirem em zonas periféricas; dependerem dos serviços públicos de transporte e saúde; e realizarem atividades culturais/de lazer similares as que empreendiam no passado. Isto requer entender que as trajetórias dos jovens trabalhadores se passam dentro de uma experiência objetiva de vida coletiva cuja identificação, entre os que nela estão inseridos, emerge das vivências cotidianas e anseios comuns que esses indivíduos possuem para si. Por essa razão, concluímos que a ideia de uma NCM simboliza apenas o desejo de seus idealizadores em apontar a conquista de uma realidade social almejada para o Brasil, e não propriamente a consolidação dessa realidade na vida dos trabalhadores mais pobres. É nesse sentido, que a NCM representa, muito mais, o realizar da ilusão de seus idealizadores, do que a constatação empírica de que as melhoras, em termos de renda e poder de consumo, foram capazes, por si só, de transformar o Brasil em um país de classe média.

**Palavras-chave:** Trabalho de baixa renda. Nova classe média. Jovens trabalhadores. Brasil contemporâneo. Trajetórias profissionais.

Silva, A. L. (2015). *The illusion of a “new Brazilian middle class”: knowing the trajectories of young workers*. 2015. 197p. Thesis research (Doctorate in Business Administration) – Business School of São Paulo at the Getulio Vargas Foundation (EAESP / FGV), São Paulo – SP / Brazil.

### **ABSTRACT**

This thesis aims to discuss the phenomenon of the “new Brazilian middle class”, through an empirical qualitative study within the area of the organizational studies. The starting point of the study is the following problematic question: how the Brazilian economic growth, occurred over the past decade, impacted the trajectories and living conditions of low-income workers? The main research objective is to investigate what changes occurred in the trajectories of low-income youth workers who migrated, over the past decade, to the so-called “new Brazilian middle class”. The methodological approach is empirical-qualitative and constitutes a primary search strategy: reconstruction of narrative biographies through interviews. We have the participation of 42 young workers within the intended cut. The data were interpreted with the help of the content analysis technique. The theoretical lens used to interpret the data was interdisciplinary constituted by the contributions of critical, economic and labor sociology, as well as the organizational studies contributions. The results indicated that the trajectories of young workers enshrine changes and continuities. As much as their lives are better now than in the past, the young workers have not reached a proper lifestyle of conventional middle class, considering that they: still reside in outlying areas; depend on public transportation and health services; and perform cultural/leisure activities like those waged in the past. This requires understanding the trajectories of young workers are given within an objective experience of collective life whose identification of those who follow insert in it, comes from of the daily experiences and common aspirations that they have for them. Therefore, we conclude that the idea of a NCM symbolizes the desire of its founders to point out the achievement of a desired social reality in Brazil, and not exactly the consolidation of this reality in the lives of the poorest workers. In this sense, the NCM is, much more, the realizing of the illusion of its creators than the empirical finding that the improvements in terms of income and purchasing power, were able, by itself, of transform the Brazil in a middle class country.

**Keywords:** Low-income work. New Brazilian middle class. Young workers. Contemporary Brazil. Professional careers.

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1** - Modelo de ficha cadastral do centro de treinamento

83

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Listagem geral dos participantes da pesquisa	86
<b>Quadro 2</b> – Caracterização geral do grupo de participantes da pesquisa	90
<b>Quadro 3</b> – Dimensões empíricas e unidades de contexto para interpretação dos dados	92
<b>Quadro 4</b> – Caracterização das participantes mulheres da pesquisa	121
<b>Quadro 5</b> – Caracterização dos participantes homens da pesquisa	123
<b>Quadro 6</b> – Nível educacional <i>versus</i> rendimento salarial das mulheres entrevistadas	143
<b>Quadro 7</b> – Nível educacional <i>versus</i> rendimento salarial dos homens entrevistados	143

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BAR – *Brazilian Business Review*

BCB – Banco Central do Brasil

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDES – Centro Desenvolvimento Econômico e Social

CEPAL/OIT – Comissão Econômica para América Latina e Caribe da Organização Internacional do Trabalho

CERB - Centre for Economics and Business Research

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPS – Centro de Pesquisa Social

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ELSTAT - Hellenic Statistical Authority

EnANPAD – Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Administração

EnEO – Encontro de Estudos Organizacionais da Anpad

EPGE/FGV - Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getulio Vargas

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDF – Índice de Desenvolvimento da Família

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MBS – *Manchester Business School*

NCM – Nova Classe Média

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

O&S – Organizações & Sociedade

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PROUNI – Programa Universidade para Todos  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
RAC – Revista de Administração Contemporânea  
RAE – Revista de Administração de Empresas  
RAUSP – Revista de Administração da USP  
SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos  
SBEO – Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais  
UNICAMP – Universidade de Campinas



## SUMÁRIO

<b>CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA</b>	<b>17</b>
<b>PARTE I – QUADRO REFERÊNCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO</b>	<b>26</b>
<hr/>	
<b>1.1 Brasil: leituras contemporâneas</b>	<b>26</b>
1.1.1 Trabalho e trabalhador de baixa renda	34
1.1.2 Desafios às trajetórias de jovens de baixa renda no contexto brasileiro	40
<b>1.2 A “nova classe média” brasileira: conceitos e contraposições</b>	<b>47</b>
1.2.1 A classe média brasileira	51
1.2.2 A construção da “nova classe média” brasileira: a visão econômica	53
1.2.3 Contraposições à ideia de uma “nova classe média” brasileira: a visão sociológica	61
1.2.4 Brasil, o país de uma “nova classe média”?	69
<b>PARTE II – A PESQUISA EMPÍRICA</b>	<b>72</b>
<hr/>	
2.1 Natureza do estudo e tipo da pesquisa	72
2.2 Instrumento de coleta de dados e procedimentos metodológicos	73
2.3 Tratamento das informações e dimensões empíricas para interpretação dos dados	90
<b>PARTE III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>94</b>
<hr/>	
3.1 Dimensão trabalho	95
3.2 Dimensão educacional	126
3.3 Dimensão sócio-familiar	148
<b>3.4 CONCLUSÕES</b>	<b>168</b>
3.4.1 A vida do jovem trabalhador da “nova classe média” está melhor que no passado	170
3.4.2 O apreço pela renda e consumo fortalece a ideia de uma “nova classe média”	174
3.4.3 A “nova classe média” representa o realizar da ilusão de seus idealizadores	178
3.4.4 Desfechos e agenda para futuros estudos	181
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>184</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>193</b>

## CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

---

De longa data, o Brasil vem passando por mudanças em seu contexto econômico, social, político, e institucional (Sorj & Almeida, 1983; Bacha & Schwartzman, 2011; Souza, 2011; Neri, 2011a). Em especial com o início do governo Lula (2003-2010), a economia brasileira foi alçada a novos patamares e certo otimismo pareceu surgir em meio à população. Tal otimismo emergiu diante das principais mudanças promovidas pelo o referido governo, as quais se destacaram: a expansão dos programas sociais de distribuição de renda; o aumento real dos salários; a ampliação do acesso às linhas de crédito; o crescimento dos postos formais de emprego; e a ascensão do mercado consumidor (Neri, 2008; 2011a). Deste conjunto de mudanças que, em boa medida, foi dado sequência e aprofundado pelo governo Dilma, iniciado em 2011, estabeleceu-se o discurso de que a vida no Brasil havia melhorado e, no país, surgia uma “nova classe média” (Neri, 2008; 2011a; Souza & Lamounier, 2010; Barros et al., 2011; Lamounier & Souza, 2012).

A “nova classe média” brasileira, ou simplesmente NCM, surgiu como conceito na área econômica tornando-se mais evidente, no ano de 2008, quando da publicação do estudo “A Nova Classe Média” de autoria de Marcelo Neri. O estudo de Neri (2008) procurou sintetizar os principais avanços promovidos pelo o governo Lula (2003-2010), catalisando sob o discurso de uma NCM os principais avanços promovidos pelo referido governo no país. A menção ao termo NCM representou em sua origem, e prossegue sendo nos dias de hoje, a referência a toda a faixa de brasileiros que auferem os níveis intermediários de renda da população, tal como indica a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) do governo brasileiro. Isso significa entender que são membros da NCM todos os brasileiros que migraram, ao longo da última década, de uma situação de baixa renda para um rendimento *per capita* entre R\$291 e R\$1.019 reais mensais (SAE, 2013). Para além deste parâmetro *per capita* de renda estabelecido pela SAE (2013), a tese da NCM brasileira também pode ser interpretada por meio de uma faixa de renda domiciliar compreendida entre R\$1.064 e R\$4561 reais mensais, tal como indicou o estudo inicial de Neri (2008). Em ambos os casos, o critério de renda é a base para se identificar o grupo no meio da pirâmide social brasileira.

O critério de faixas de renda para determinar a existência de uma NCM no Brasil foi sistematicamente utilizado por Marcelo Neri no desenvolvimento de seus estudos posteriores. Em 2011, por exemplo, o autor chegou à conclusão de que, ao longo do governo Lula (2003-2010), a classe média brasileira havia se tornado o grupo social predominante no país. Se em 2003 a classe média era constituída por 37,6% da população, menos de uma década depois,

mais de 30 milhões de pessoas haviam ascendido à NCM consolidando, desse modo, o total de 55% da população brasileira (Neri, 2011). Tais conclusões logo ganharam dimensões surpreendentes e uma rápida difusão nos veículos de comunicação em massa (Milena, 2012; Nassif, 2013; Alvarenga, 2014, alguns exemplos). Diferentes agentes internacionais passaram a intensificar o investimento estrangeiro no Brasil (Costas, 2014), motivados pela 6ª posição econômica mundial assumida pelo o país, no ano de 2011, e que, posteriormente, passou para a 7ª posição (CERB, 2013). O crescimento da NCM também impactou o interesse de trabalhadores estrangeiros e brasileiros residentes fora do país, os quais passaram a considerar o Brasil como um local oportuno para obter bons salários (BRASIL, 2011; Velasco, 2014).

Em pouco tempo, as estatísticas sobre a expansão da NCM continuaram sendo exploradas na área acadêmica da economia (Barros et al., 2011; Lamounier & Souza, 2012) e, principalmente, pelas pesquisas de mercado que vislumbraram na NCM um enorme potencial consumidor. Deste enfoque mercadológico foi produzido, por exemplo, o estudo de mercado “Fases da Classe Média”, publicado em fevereiro de 2014 pela Serasa Experian em parceria com o Instituto Data Popular. Tal estudo manteve o critério de faixas de renda proposto por Neri (2008; 2011a) e pela SAE (2013), para concluir que a NCM possuía um enorme potencial consumidor, pois esse segmento social já se constituía por aproximadamente 108 milhões de brasileiros responsáveis por movimentar, apenas em 2013, 58% do crédito no Brasil.

É bem verdade que o potencial consumidor da NCM continua sendo uma de suas facetas mais exploradas (Abdala & Misoczky, 2012; Abdala, 2014). O próprio economista criador do conceito, Marcelo Neri, já havia se atentado com otimismo para esse aspecto ao indicar que, entre os anos 2000 e 2010, o tráfego aéreo doméstico brasileiro havia consolidado índices de crescimento de 73,04%; o consumo de automóveis no Brasil atingira a quarta posição mundial; já o consumo de computadores ficou na terceira posição global; além do crescimento de 438,81% no número de cartões de crédito e de débito no país (Neri, 2011a). Soma-se a isso o fato do Brasil ter se consolidado, no ano de 2010, na terceira posição mundial no consumo de produtos cosméticos, de beleza e de higiene pessoal (Abílio, 2011).

O que nos chama atenção é que a NCM acabou se tornando o símbolo maior do recente desenvolvimento econômico brasileiro. Apresentar as estatísticas sobre o contínuo crescimento da NCM tornou-se a maneira do governo indicar que o Brasil, sob o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), não só atingirá um novo patamar econômico, mas, sobretudo, superará as históricas desigualdades socioeconômicas do país (Neri, 2008; 2011a; Barros et al., 2011). Por essa razão, brasileiros e brasileiras teriam motivos para se orgulhar, pois, de

acordo com os economistas que apontam a existência da NCM e, acima de tudo, pelo discurso do governo brasileiro, finalmente, o Brasil se tornou um país de classe média (Neri, 2008; 2011a; Barros et al., 2012; Lamounier & Souza, 2012; SAE, 2013).

A centralidade assumida pelo conceito de NCM no cenário brasileiro logo fez com que esse discurso passasse a mediar às definições das agendas políticas e econômicas do Brasil (Bartelt, 2013). Diante de circunstâncias como essa, houve a intensificação de estudos de contraposição à ideia de uma NCM. A princípio, coube principalmente aos cientistas sociais à manifestação de duras críticas ao conceito (Souza, 2010; 2013; Abílio, 2011; Sobrinho, 2011; Scalon & Salata, 2012; Quadros et al., 2013; Salata, 2014; entre outros). Diversas frentes de argumentação foram estabelecidas. Alguns autores optaram por indicar como o conceito de NCM havia transformado a noção de classes sociais em meros estratos econômicos de renda no Brasil (Abílio, 2011; Sobrinho, 2011; Quadros et al., 2013). Outros apontaram para a centralidade das categorias ocupacionais como determinantes na consolidação da posição dos indivíduos na estrutura social brasileira (Quadros, 2008; Pochmann, 2012; Salata, 2014). Houve ainda pesquisas empíricas que ressaltaram a importância dos capitais social e cultural – para além do econômico – na demarcação da posição social dos indivíduos e na possível melhora de suas condições de vida (Souza, 2010; 2013). Além disso, teve também pesquisas que, a partir da percepção dos próprios trabalhadores brasileiros, debateram a questão da identidade e pertencimento de classe, chegando à conclusão de que os brasileiros não se identificam com a nova condição de classe média que lhes é atribuída (Salata & Scalon, 2013; Salata, 2014). Em suma, os estudos de contraposição ao conceito de NCM, procuraram ressaltar o quão insuficiente era o critério econômico de faixas de renda para auferir a existência de um novo segmento social em franca expansão no Brasil.

Pelo teor das frentes de argumentação desenvolvidas pelos os cientistas sociais, é razoável notar que a perspectiva sociológica apresentou uma abordagem de cunho mais estrutural sobre o fenômeno da NCM, enquanto os estudos econômicos se atentaram exclusivamente ao critério de renda para a sua definição. Se para Neri (2008; 2011a), os níveis intermediários de renda da população brasileira representam a ampliação da classe média no país, Pochmann (2012), que também é economista, vai argumentar que a NCM nada mais é do que o aumento da classe trabalhadora atuante em ocupações operacionais. Se para Neri (2008; 2011a) a NCM representa o maior fenômeno social contemporâneo brasileiro, Souza (2012) vai dizer que a NCM nada mais é do que um contingente de “batalhadores brasileiros” que enfrentam, desde o seu nascimento, carências de todos os tipos. E não teria

sido as melhoras em termos de renda e de poder de consumo – estandartes da ideia de uma NCM – que teriam feito com que esses “batalhadores” deixassem de residir nas zonas periféricas; passassem a ter acesso a uma educação pública de qualidade; reduzissem a sua dependência de utilização dos serviços públicos de transporte e saúde; e, acima de tudo, não teriam deixado de serem os indivíduos que ocupam, de modo predominante, os postos menos privilegiados do mercado de trabalho.

Em linhas gerais, a crítica sociologia ao discurso da NCM tentou nos mostrar que associar os níveis de renda da população brasileira inteiramente ao seu poder de consumo não significaria constatar, *per si*, a ocorrência de uma imediata mobilidade social ascendente aos indivíduos situados nas camadas mais pobres do Brasil (Quadros, 2008; Souza, 2012; Bartelt, 2013; Fleury, 2013). Por outro lado, isso não requer entender que os sociólogos não tenham reconhecido a importância da elevação da renda e poder de consumo à população mais pobre, enquanto um mecanismo capaz de lhes proporcionar o acesso a um padrão de bens e serviços diferenciado (Souza, 2012; Kerstenetzky & Uchôa, 2013; Salm & Bahia, 2013). Tampouco representou uma tentativa dos cientistas sociais em fazerem um mero reducionismo sobre os avanços obtidos pelos últimos três governos no país (Quadros et al., 2013). Os estudos sociológicos tendem a reconhecer que ocorreram progressos no Brasil. Mas o fato é que não cabe esperar do discurso da NCM – sustentado pela ótica econômica de renda - as compreensões para todos os dilemas da atual realidade brasileira (Souza, 2013). Por essa razão, a visão sociológica sobre a NCM prossegue defendendo que as mudanças efetivas na vida dos indivíduos mais pobres só podem surgir, de fato, quando lhes são oferecidas condições duradouras para se transformar os seus hábitos sociais, a ponto de lhes fazerem acessar um estilo de vida mais próximo do vivido pelas elites (Abílio, 2011; Souza, 2012; Costa, 2013; Quadros et al., 2013; Kerstenetzky & Uchôa, 2013; Salata, 2014).

Aos economistas, defensores da NCM, restam se blindarem das críticas sociológicas argumentando que a “nova classe média” de que falam, refere-se apenas ao grupo de indivíduos que possuem a renda média da sociedade brasileira sendo, portanto, uma referência a “classe média no sentido estatístico” (Neri, 2011a, p. 83). No entanto, convenhamos que o discurso econômico da NCM, tal como ele foi difundido pelos veículos de comunicação em massa e, sobretudo, pelo governo brasileiro, não se isentou de trazer em seu bojo a ideia de que milhões de brasileiros passaram, ano após ano, a viverem sobre o designo de um segmento social típico de classe média. Ou seja, por mais que os economistas tentem se defender das críticas ao conceito da NCM, o discurso sobre a sua existência não deixou de conferir um caráter de classe às recentes mudanças ocorridas no Brasil.

Ainda assim, se somadas às perspectivas econômicas e sociológicas sobre a NCM, encontraremos um quadro mais abrangente para a discussão da realidade social brasileira. Mas, por razões que nos são desconhecidas, o tema da NCM e a sua relevância para se pensar o Brasil contemporâneo ainda não ganharam uma agenda de pesquisa que lhe seja própria dentro da área de estudos organizacionais. Ao consultarmos as publicações realizadas no período 2008-2014<sup>1</sup> em anais de congressos da área de estudos organizacionais no Brasil, descobrimos que se somadas às publicações realizadas no: Encontro de Estudos Organizacionais da Anpad (EnEO); Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Administração (EnAnpad, área temática de estudos organizacionais); e, do Encontro da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais (SBEO); constam apenas três trabalhos que apresentam explicitamente em seus títulos o termo “nova classe média”, a saber: Abdala e Misoczky (2012), apresentado no EnAnpad; Abdala (2013), discutido no SBEO; e, Noronha e Barbosa (2014), divulgado no EnEO. Circunstância diferente não foi constatada ao consultarmos as bases de alguns periódicos da área de Administração<sup>2</sup>, a saber: *Brazilian Business Review* (BAR); *Revista de Administração Contemporânea* (RAC); *Revista de Administração de Empresas* (RAE); *Revista de Administração da USP* (Rausp); e, *Organizações & Sociedade* (O&S); as quais apresentaram apenas um trabalho veiculado pela RAE, por Jayo e Mateos (2010), cujo título continha o termo “nova classe média”. Porém, nada mais era do que a transcrição de uma entrevista com o cientista político Bolívar Lamounier sobre o tema no contexto brasileiro.

Esse breve mapeamento nos leva a considerar que os estudos organizacionais não atentaram para a centralidade assumida pelo o conceito de NCM para a discussão do Brasil contemporâneo<sup>3</sup>. Os ainda escassos estudos realizados na área organizacional, que ora surgem na forma de dissertação de mestrado (Trindade, 2013); tese de doutorado (Abdala, 2014); ou artigos em congressos científicos (Abdala & Misoczky, 2012; Abdala, 2013; Noronha & Barbosa, 2014); se preocuparam muito mais em utilizar o conceito de NCM para identificarem os participantes de suas pesquisas, do que propriamente a intenção de se debater os limites e potencialidades do conceito para se compreender um país como o Brasil. Inusitadamente a área de estudos organizacionais se originou com a preocupação de trazer

---

<sup>1</sup> Consideramos o ano do estudo introdutório de Neri (2008) que inseriu a ideia de uma NCM no cenário nacional

<sup>2</sup> Periódicos ranqueados no sistema WebQualis, na área de Administração, com classificação A2

<sup>3</sup> Isso não requer entender que a área de estudos organizacionais já não tenha se atentado, de longa data, para a discussão mais ampla sobre classes sociais e a tecnoburocracia brasileira (Tragtenberg, 1974; Prestes-Motta, 1986; Gutierrez, 1992; para citar alguns exemplos).

uma perspectiva desnaturalizada e questionadora sobre os fenômenos da sociedade contemporânea, sobretudo, os quais emergem em um dado contexto local e reverberam suas implicações para uma discussão global, tal como tem se mostrado o debate sobre a NCM brasileira e o seu papel na economia mundial (Neri, 2011b; Lamounier & Souza, 2012).

Ao entendermos, nesta tese, que o debate sobre a NCM ainda não ganhou uma agenda própria nos estudos organizacionais e, as ainda escassas pesquisas publicadas sobre o assunto pouco articulam de que maneira a NCM realmente transformou a vida cotidiana dos trabalhadores - se é que houve transformação - motiva-nos a possibilidade de empreender tal discussão no âmbito dos estudos organizacionais brasileiros. Se de um lado temos os economistas priorizando a perspectiva de renda sobre a NCM e, do outro, os sociológicos com uma visão mais estrutural sobre o fenômeno, a motivação desta pesquisa de tese não recai sobre o embate travado entre economistas e sociólogos no que vem a ser (ou não) a NCM. Isto é, a nossa pesquisa de tese trata-se de um enfoque que não poderia ser respondido apenas pelo o olhar econômico sobre a NCM (Neri, 2008; 2011a; Lamounier & Souza, 2010; Barros et al., 2011; Souza & Lamounier, 2012), tampouco pela a abordagem sociológica mais estrutural (Souza, 2010; 2013; Abílio, 2011; Sobrinho, 2011; Quadros et al., 2013; Salata, 2014). Isto porque o embate acadêmico travado entre essas duas perspectivas é eminentemente dicotômico e segue polarizado entre os que assumem existir um novo segmento social no Brasil, dentro do qual os projetos e planos de vidas dos brasileiros mais pobres são conquistados, e os que discordam completamente dessa afirmação.

Para além da dicotomia econômica-sociológica instalada no debate sobre a NCM, ao nosso entender, é mais instigante tentar conhecer quais foram às reais mudanças geradas, pelo o fenômeno da NCM, nas vidas dos trabalhadores brasileiros que migraram de uma situação de baixa renda para esse novo segmento social. Ou seja, se o discurso sobre a NCM afirma que houve mudanças na vida dos trabalhadores mais pobres, ao ponto do Brasil ter se tornado um país de classe média, cabe-nos investigar empiricamente de que modo essas mudanças foram incorporadas no cotidiano dos trabalhadores brasileiros e de que maneira elas nos ajudam a pensar o Brasil contemporâneo. Por essa razão, parece-nos razoável questionar: **como o crescimento econômico brasileiro, ocorrido ao longo da última década, impactou as trajetórias e condições de vida de trabalhadores de baixa renda?** Responder a este problema de pesquisa é o que nos motiva a realização desta tese.

Para desenvolvermos o nosso estudo, as perspectivas econômicas e sociológicas sobre a NCM serão consideradas. Mas isto não significa entender que a nossa pesquisa se desenvolverá com a intenção de assumir uma posição dentro da dicotomia economia *versus*

sociologia, no que concerne o debate sobre a NCM brasileira. Na verdade, isto requer entender apenas que por ainda não possuímos, dentro da área de estudos organizacionais, um *background* teórico capaz de nos apontar direções preliminares de investigação sobre o fenômeno da NCM, uniremos as contribuições econômicas e sociológicas para abordar o tema no campo organizacional.

Da perspectiva econômica (Neri, 2008; 2011a; 2011b; Barros et al., 2012; Souza & Lamounier, 2012) extrairemos o critério econômico de renda para a definição de nosso grupo de entrevistados, bem como a descrição das principais mudanças apontadas a esse novo segmento social: maiores rendimentos e poder consumo. Já da sociológica (Quadros, 2008; Kerstenetzky & Uchoa, 2013; Souza, 2012; 2013), resgataremos a importância das dimensões sociais: estrutura familiar, educacional e cultural; enquanto elementos que dão suporte as melhoras em termos de condições de vida aos indivíduos mais pobres. Essa abordagem multidisciplinar nos permitirá conhecer o que mudou na vida dos trabalhadores entrevistados em termos não só de salários e poder de consumo. Mas também em termos de composição familiar, níveis educacionais, e atividades culturais ao levantarmos, por exemplo, quais são as atividades de lazer que eles apreciam e, de fato, conseguem realizar em seu cotidiano.

Além da escolha desta direção teórico-empírica para o desenvolvimento da pesquisa, outros recortes também se fazem necessários para que o nosso estudo se concretize no campo organizacional. De início, cabe esclarecer que não faremos uso do termo “trabalhadores brasileiros” de modo genérico e universal. Nesta pesquisa, enfocaremos na investigação dos jovens trabalhadores que, no ano de 2001, ingressaram em postos de baixa remuneração no mercado formal e, ao longo da última década, migraram para a condição de membros da NCM brasileira. A nossa escolha por esse grupo de trabalhadores se deu por várias razões, dentre as quais por serem os jovens de baixa renda um dos grupos mais atingidos pela ameaça do desemprego e pela dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal (Guimarães, 2009). São os jovens de baixa renda que geralmente precisam iniciar suas vidas profissionais ainda em fase escolar, de modo que, ao chegarem ao mercado de trabalho com reduzidos níveis educacionais e de experiência formal, surge a eles a eminente ameaça do desemprego (Grimshaw, 2011). Na verdade, a ameaça do desemprego aos jovens de baixa renda é um dilema global (CEPAL/OIT, 2012). Só no ano de 2012, por exemplo, o relatório do “*Global Employment Trends 2013*”, feito pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), alarmou que 74 milhões de jovens entre 15 e 24 anos estavam desempregados, o que corresponde a 12,6% da população jovem sem emprego em todo o mundo (OIT, 2013). Tais informações nos fez enxergar os jovens trabalhadores de baixa renda como um grupo muito



peculiar para se investigar as transformações ocorridas em suas vidas e trajetórias profissionais, ao ponto deles se tornarem membros de uma dita NCM brasileira.

Outro aspecto a ser esclarecido é o recorte temporal de nossa pesquisa que, no caso, é o ano de 2001. O referido ano oficializa o início do século XXI. Este fato nos fez ter a sensação de que o referido ano, ao ser estabelecido como marco inicial para a nossa pesquisa de campo, nos direcionaria para a compreensão do Brasil contemporâneo. Por essa razão, o ano de 2001 nos serve como parâmetro inicial a ser utilizado para se investigar as trajetórias dos jovens entrevistados. Isso nos permitirá abranger todo o período em que os participantes da pesquisa deixaram a condição de baixa renda para se tornarem membros de uma NCM.

Feitos os esclarecimentos sobre as escolhas e recortes de pesquisa estabelecidos para a operacionalização desta investigação, cabe-nos entender que para se atingir uma resposta ao problema de pesquisa levantando, o objetivo principal desta tese é: investigar quais mudanças ocorreram nas trajetórias de jovens de baixa renda que migraram, ao longo da última década, para a dita “nova classe média” brasileira. Para atingi-lo, algumas diretrizes foram estabelecidas, de modo que os objetivos específicos deste estudo passam a ser: a) Descrever as perspectivas econômicas e sociológicas sobre o conceito de NCM; b) Identificar as principais mudanças ocorridas, entre 2001-2013, nas trajetórias dos jovens investigados; e, c) Compreender de que forma os rumos tomados pelas trajetórias dos entrevistados os posicionam no debate sobre a NCM brasileira.

Uma vez atendidos os objetivos específicos desta pesquisa e, assim, alcançado o propósito central desta tese, entendemos que será possível contribuir para a superação de um dos maiores desafios da área de estudos organizacionais no Brasil: produzir conhecimento que tenha a ver com a realidade brasileira. Ainda é forte a tradição do campo organizacional em reproduzir conceitos e modelos importados para se interpretar – equivocadamente – os fenômenos sociais ocorridos no cotidiano brasileiro. Sob essa perspectiva, a nossa capacidade de avançar no conhecimento sobre os dilemas sociais do país se esvai, na medida em que ao institucionalizarmos o uso predominante dos modelos estrangeiros para interpretá-los, ofuscamos as questões internas e minimizamos a importância dos problemas sociais ocorridos em nosso cotidiano. Por esse motivo, esta pesquisa de tese está comprometida em produzir um conhecimento específico sobre a realidade social brasileira ao debater empiricamente o fenômeno da NCM, dentro da área de estudos organizacionais.

Esta pesquisa também se endereça a informar distintos agentes da esfera acadêmica, política e organizacional, sobre quais são as principais mudanças ocorridas nas trajetórias de jovens de baixa renda que migraram, ao longo da última década, para a dita NCM brasileira.

Ao serem ressaltadas as peculiaridades envolvidas nessas trajetórias, poderemos interpretar algumas das dinâmicas recentes da sociedade brasileira para os jovens trabalhadores atuantes no mercado. De certo, ao nos debruçarmos sobre um debate dessa natureza, teremos condições de compreender a forma como o recente desenvolvimento brasileiro impactou as condições objetivas de vidas desses trabalhadores, o que nos ajudará a produzir um conhecimento pertinente ao Brasil, ao reposicionarmos, por bases renovadas, o debate da NCM dentro da área de estudos organizacionais. Esperamos, assim, que a nossa pesquisa fortaleça essa discussão na academia brasileira catalisando, desse modo, o interesse de outros pesquisadores – da área de estudos organizacionais - sobre o tema aqui debatido.

Concluída a contextualização que pretendíamos para apresentar o escopo desta pesquisa, informamos que para o nosso tema ser explorado em todos os seus aspectos essenciais, esta tese segue estruturada da seguinte maneira: na parte I, articulamos o referencial teórico-empírico da pesquisa abordando duas temáticas principais: (i) *Brasil: leituras contemporâneas* – a qual apresenta uma contextualização sobre as principais mudanças ocorridas no cenário brasileiro, ao longo da última década; as conceituações pertinentes ao trabalho e trabalhador de baixa renda; e um panorama sobre os desafios que surgem às trajetórias de jovens de baixa renda no Brasil. Só então articulamos a segunda grande temática do referencial teórico-empírico: (ii) *A “nova classe média” brasileira: conceitos e contraposições* – neste tema, discorreremos sobre a origem da noção de classe média até o momento em que surge a menção sobre a existência de uma “nova”; a visão econômica sobre a NCM brasileira; e as contraposições sociológicas ao conceito.

Finalizada a articulação do referencial teórico-empírico desta tese, avançamos com a parte II – *“A pesquisa empírica”* – na qual descrevemos a natureza do estudo e o tipo de pesquisa realizada; o instrumento de coleta de dados e os procedimentos metodológicos da pesquisa; e a técnica empregada para o tratamento das informações e levantamento das dimensões empíricas dos dados. Em seguida, iniciamos a parte III – *“Apresentação e discussão dos resultados”* – na qual expomos os relatos coletados; e desenvolvemos as discussões pertinentes à luz da pesquisa de campo e do referencial teórico-empírico desta tese.

Encerramos com as conclusões da pesquisa, nas quais argumentaremos que a ideia de uma NCM simboliza o desejo de seus idealizadores em apontar a conquista de uma realidade social almejada para o Brasil. Mas veremos, com a pesquisa, que essa realidade não se concretizou. É por essa razão que a NCM representa, muito mais, o realizar da ilusão de seus idealizadores, do que a constatação empírica de que as melhoras, em termos de renda e poder de consumo, foram capazes, por si só, de transformar o Brasil em um país de classe média.

## PARTE I – QUADRO REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO

---

### 1.1 Brasil: leituras contemporâneas

Retratar uma leitura contemporânea sobre o cenário brasileiro requer, primeiro, reconhecer que não é de agora que o Brasil tem vivenciado grandes processos de mudança (Sorj & Almeida, 1983; Bacha & Schwartzman, 2011; Souza, 2011; Neri, 2011a). Se pegarmos como exemplo os meados dos anos de 1950 - período em que a maior parte da demográfica brasileira ainda constituía-se de uma população atuante no meio rural – lembraremos que esse foi o período em que o governo brasileiro instituiu um plano desenvolvimentista de industrialização no país. Em pouco tempo, essa estratégia desembocou na forte presença de empresas multinacionais em território nacional. Com a atraente e volumosa oferta de empregos que começou a surgir nas grandes cidades, o mercado de trabalho brasileiro vivenciou, então, uma mudança de comportamento sem precedentes: amplos contingentes da população rural brasileira migraram para os grandes centros urbanos em busca de trabalho no meio industrial (Bresser-Pereira, 1962).

A migração dos trabalhadores rurais para as grandes cidades impulsionou a consolidação do trabalho urbano industrial, na medida em que esse tipo de ocupação apresentou, aos ex-trabalhadores rurais, uma ampla variedade de alternativas tanto em termos de trajetórias profissional, pessoal e, sobretudo, em termos geracionais, se comparadas às circunstâncias vividas por eles nas sociedades agrárias (Braverman, 1980). A decisiva alteração do perfil demográfico brasileiro, que fora se construindo em meados dos anos de 1950, contribuiu decisivamente para a aceleração do processo de urbanização das metrópoles brasileiras. O acelerado processo de urbanização contribuiu, por sua vez, com a intensificação da favelização e da violência urbana que presenciamos nos dias de hoje em nosso cotidiano (Rocha, 2003; Souza, 2011).

Mas a perspectiva de uma vida próspera em um Brasil sob intenso processo de desenvolvimento não se mostrou completamente factível. Entre o período de 1960 e 1995, o país vivenciou uma realidade econômica pouco animadora que se mostrou praticamente inercial (Neri & Considera, 1996). Nesse período, o Brasil ficou conhecido como o detentor do maior índice de inflação do mundo. Conter a inflação passou a ser uma prioridade do país a partir de meados dos anos de 1980. Dentre as alternativas utilizadas, foram implementados sucessivos pacotes macroeconômicos e três planos econômicos, a saber: o Plano Cruzado implementado em 1986; O Plano Collor implementado em 1990; e, por fim, em 1994, teve

início o Plano Real, o qual, dentre todas as tentativas anteriores, foi o único a obter êxito no controle da inflação (Neri, 2006).

O fraco desempenho da economia brasileira, na década de 1980, era resquício das crises internacionais ocorridas no período. Foi ao longo dessa década e início dos anos de 1990 que, em meio às tentativas de retomar o rumo desenvolvimentista, o Brasil passou pela experimentação de sucessivas alternativas econômicas, as quais se mostraram fracassadas em sua totalidade, até o momento em que passa a ser implantado o Plano do Real. O que chama atenção é que se, em meados de 1950, o Brasil presenciou amplos contingentes da população rural brasileira migrando para as grandes cidades em busca de trabalho no meio industrial, diante da crise econômica da nomeada década perdida, o país viu-se perante a uma emigração massiva dos trabalhadores brasileiros rumo a países que lhes apresentassem condições mais prósperas de trabalho e para a vida em sociedade (Caldeira, 2009).

Podemos afirmar que o governo Collor (1990/1992) estimulou ainda mais o processo emigratório dos trabalhadores brasileiros, no início dos anos de 1990. O estímulo a esse comportamento da população não se originou de uma declarada medida política, mas foi reflexo do fracasso institucional das medidas tomadas por esse governo. Com o objetivo do controle imediato da inflação, o presidente Collor lançou mão de um choque econômico brutal que, dentre outras medidas, congelou a poupança da população brasileira. Esta medida provocou um trauma sem precedentes no país, fazendo com que houvesse a quebra de quaisquer resquícios de confiança da população no governo em questão.

Após sucessivas medidas econômicas impopulares, denúncias de corrupção e de enriquecimento ilícito por parte do governo Collor, em 1992, o movimento estudantil brasileiro ocupou as ruas do país promovendo passeatas com os rostos pintados em cores verde e amarela. Os “caras pintadas” exigiam o *impeachment* do presidente Collor. Tal foi à força demonstrada por esse movimento que, em meados de 1992, o processo de *impeachment* contra Collor foi aprovado pela câmara federal brasileira. Tendo conhecimento de que seria afastado de seu posto, o presidente em questão renunciou, no final de 1992, ao posto máximo de comando da República Federativa do Brasil. Mesmo após a sua renúncia, o senado brasileiro prosseguiu com o julgamento do processo de *impeachment* contra Collor, o que resultou, posteriormente, na privação de seus direitos políticos por oito anos no cenário brasileiro (Estadão, 1992).

Itamar Franco assumiu, então, a presidência do Brasil tendo como estandarte de seu governo (1993/1994) o desenvolvimento do Plano Real para o controle imediato da inflação. O Plano Real, implementado pelo o governo Itamar Franco, obteve êxito no controle da

inflação brasileira, ao ponto desse plano econômico ter sido mantido e aprofundando no governo FHC (1995/2002) por meio de alternativas como controle fiscal e programas de privatização, sendo sob esses últimos, pelos quais este governo foi acusado de práticas corruptas (Ribeiro Neto, 2011). Mesmo sob essas circunstâncias, o Plano Real conseguiu realizar um melhor controle da inflação no Brasil trazendo estabilidade à renda aos brasileiros e, com isso, conseguiu produzir melhorias nos indicadores sociais baseados em renda *per capita*, dentre os quais estão os de desigualdade, pobreza e bem-estar social (Neri & Considera, 1996; Barros *et al.*, 2000; Rocha, 2003). Uma vez controlada a questão da inflação, a partir de 1995, a principal fonte de potenciais impactos e instabilidades econômicas no Brasil surgiria de crises financeiras externas (Neri, 2006).

Diante dos avanços econômicos consolidados nos governos Itamar Franco (1993/1994) e, principalmente, FHC (1995/2002), o governo Lula (2003/2010) assumiu o poder tendo por prioridade a expansão dos programas sociais de distribuição de renda aos brasileiros mais pobres. Ao longo deste governo, a economia brasileira alçou novos ares e a dívida externa do país, junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), foi finalmente quitada. Mesmo enfrentando acusações de corrupção em financiamentos de campanha, o governo Lula chegou ao fim, em 2010, apresentando um quadro de prosperidade econômica e otimismo sobre as mudanças ocorridas no país. Desse cenário, o governo Dilma, iniciado em 2011, passou a imprimir um ritmo mais técnico que político ao governo (Neri, 2011; Bacha & Schwartzman, 2011), dando sequência, em boa medida, as principais linhas do governo anterior. A primeira mulher presidente do Brasil contou com bons índices de popularidade e aprovação dos brasileiros no início de seu primeiro mandato. E, mesmo enfrentando uma acirrada corrida eleitoral em busca de seu segundo pleito, Dilma conseguiu, nas eleições de outubro de 2014, ser reeleita ao posto máximo de comando do país.

Atualmente, a economia brasileira começou a indicar um crescimento abaixo do esperado, ao mesmo tempo em que as taxas de inflação se movimentam – ainda que discretamente – em direção oposta (Valor, 2014). Alguns dados nos ajudam a melhor compreender o atual contexto brasileiro. Por exemplo, considerando a atividade econômica brasileira, ocorrida ao longo do ano de 2014, o país produziu o total de US\$2,215 trilhões em produtos e serviços mantendo, assim, a sua 7ª colocação de maior economia do mundo. Porém, o FMI já vem trabalhando com a previsão de que o Brasil cairá, em 2018, para a 8ª posição econômica mundial abrindo espaço para que a Índia assumira a sua atual colocação. Essa previsão pouco animadora do FMI está alicerçada no fato do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro ter crescido, em 2014, apenas 2,3%, o que se mostra abaixo dos 3,6% que é a

média mundial (IBGE, 2015). Se entendermos que o crescimento econômico de um país representa a quantidade de produtos e serviços que internamente se consegue produzir, os percentuais do PIB brasileiro nos permitem projetar a maneira pela qual o crescimento, declínio ou estagnação do PIB do país, irão afetar a elevação de renda da população, a geração de empregos no mercado interno, e a melhora de outros fatores importantes para a economia brasileira como um todo (IBGE, 2015).

O fato é que o ano de 2015 mal começou e as projeções do mercado financeiro sobre o crescimento econômico brasileiro são pouco animadoras. Pela quinta vez consecutiva, as estimativas de crescimento do PIB brasileiro, para o ano de 2015, foram alteradas, de modo que ante a taxa de 0,13 projetada no início do segundo mandato do governo Dilma, agora, já se trabalha com a projeção de apenas 0,03% do PIB para 2015. Ou seja, um índice que beira a estagnação econômica no contexto brasileiro (Martins, 2015). Algo diferente não ocorre em relação ao cumprimento da meta de inflação de 4,5% projetada para o cenário brasileiro, ao longo do ano de 2015. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) revela que a taxa de inflação atual do Brasil já migrou de 6,69% para 7,01%, o que nos leva a entender que a inflação só poderá vir a ceder em 2016. Mesmo se isso ocorrer, o índice de inflação ainda estará acima dos 4,5% projetados como meta pelo governo brasileiro (Estadão, 2015).

Por outro lado, o atual cenário econômico do Brasil não refletiu necessariamente no aumento das taxas de desemprego no país (IBGE, 2014). Segundo a Pesquisa Nacional de Emprego (PNE), divulgada pelo IBGE em 29 de janeiro de 2015, a taxa de desemprego consolidada no Brasil, no ano de 2014, atingiu a média de 4,8%, sendo esta a melhor taxa registrada desde 2002, quando o acompanhamento desta série teve início. Apenas para efeito comparativo, no ano de 2013, a taxa média de desemprego consolidada no Brasil foi de 5,4% da população economicamente ativa (PNE/IBGE, 2015). Essa breve comparação nos leva a entender que o desemprego no contexto brasileiro parece estar controlado, por mais que as taxas em relação ao PIB e a inflação do país indiquem uma reação contrária.

Ainda que a oferta de postos de trabalho no mercado seja um aspecto a ser comemorado pelos trabalhadores brasileiros, o atual cenário econômico do país não parece instaurar na população a sensação de maior tranquilidade sobre o futuro do Brasil. Os medos da falta de emprego, da violência urbana e, em último caso, da própria fome, ainda pairaram em meio aos trabalhadores de nosso país. Não que esses medos estejam sendo concretizados na vida cotidiana de todos os brasileiros. Mas é possível notar que existe sim o medo do retorno da inflação, do abuso das taxas tributárias excessivas, e da perpetuação da ausência de um projeto de país realmente alinhado a suprir todas as demandas sociais da população por

serviços públicos de qualidade. As “jornadas de junho de 2013”, composta por milhares de manifestantes e suas reivindicações nas ruas do país, simbolizaram bem a insatisfação generalizada que se instalou no Brasil da última década (Freitas & Dantas, 2014).

De certo, as “jornadas de junho de 2013” expressaram, muito mais, os anseios sociais da população que não foram atendidos pelo governo brasileiro, do que necessariamente o medo econômico de se reviver a ameaça de um choque inflacionário tal como o instaurado pelo governo Collor. Se o desejo por serviços públicos de qualidade em saúde, educação, moradia, transporte, e segurança, assumiu maior dimensão com os protestos de junho de 2013, ainda parece existir a sensação – por parte do governo brasileiro - de que o Brasil vive uma fase de consolidação de sua economia (Neri, 2011a), e, portanto, ainda deve ser considerado como um dos países emergentes mais promissores da econômica mundial.

Por mais que o foco restrito no desenvolvimento econômico do Brasil possa ofuscar questões internas e minimizar a importância dos problemas sociais vivido no país (Souza, 2011), há de se reconhecer que a atual 7ª posição do Brasil na economia mundial não foi um mero episódio do acaso. Durante décadas o país procurou alternativas para as suas intensas crises financeiras e, com isso, a população brasileira amargou a vivência de grandes sacrifícios. Agora, mesmo diante das baixas previsões de crescimento econômico em relação ao PIB brasileiro; a eminente ameaça da elevação das taxas de inflação; e uma histórica tradição de deficiências sociais dos serviços públicos oferecidos à população pelos governos brasileiros; o atual cenário brasileiro sugere que a vida no país ainda está longe do que a população espera para si. Porém, mesmo diante de tal situação, ao que parece, a vida dos brasileiros consegue estar melhor hoje, do que já foi no passado (Freitas & Dantas, 2014).

Não podemos negar, contudo, que o Brasil é um país de contrastes. Ao mesmo tempo em que chegou a assumir, em 2011, a 6ª posição econômica mundial passando a frente do Reino Unido (CERB, 2013), dois anos depois, ainda era evidenciado com a 85ª colocação no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>4</sup> entre os 187 países que compõem esse ranking (PNUD, 2013). Enquanto, em 2013, o Brasil apresentou uma taxa de 27,4 homicídios por 100 mil habitantes, o que coloca o país na sétima pior marca entre as 95 nações com estatísticas

---

<sup>4</sup> Este índice é medido anualmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) e leva em consideração três fatores de um país: (i) dados de saúde, com base na expectativa de vida ao nascer; (ii) dados de educação, tanto sobre a média de anos de estudo da população adulta como os anos esperados de escolaridade para as crianças; e (iii) dados sobre a renda nacional bruta. A atual 85ª posição do Brasil representa, neste caso, que a expectativa de vida ao nascer no país é de 73,8 anos; a média de escolaridade é de 7,2 anos, embora sejam esperados 14,2 anos de estudo; já a renda média per capita anual atinge o valor máximo de US\$10.152 (PNUD, 2013).

consideradas confiáveis pela Organização Mundial da Saúde (OMS), países como o Japão, Marrocos, Inglaterra e País de Gales apresentaram juntos um índice de violência urbana 137 vezes menor que o evidenciado no Brasil (Waiselfisz, 2013). Mas enquanto os dados sobre a violência urbana assustam a população brasileira, outros índices nos mostram ares de esperança ao considerarmos, por exemplo, o fato da taxa de desemprego no Brasil, no ano de 2014, ter sido de apenas 4,8% (IBGE, 2014), como mencionamos anteriormente. Vale lembrar que durante o mesmo ano de 2014, a Grécia sofria com uma taxa recorde de desemprego de 28% de sua população economicamente ativa (ELSTAT, 2014), o que representou o contingente de 1.38 milhões de europeus sem emprego naquele país.

No comparativo, ora alguns aspectos tornam o Brasil um contexto prospectivo ora evidenciam ser este um país que oferece circunstâncias impensáveis para a vida cotidiana. Ainda que essa realidade contrastante possa fazer com que os brasileiros amarguem a vivência de grandes sacrifícios, ao longo da última década, a ascensão econômica brasileira permitiu que, em algum momento, surgissem doses de otimismo da população sobre as mudanças que vinham sendo promovidas no cenário brasileiro. No entanto, agora, com o início do segundo mandato da presidenta Dilma, já é possível observar uma expectativa de baixo crescimento econômico até o final do ano de 2016 (Martello, 2015).

Na tentativa de reverter a previsão de baixo crescimento econômico brasileiro, uma nova equipe econômica foi anunciada para compor o segundo mandato do governo Dilma no país. O principal objetivo de nossa presidenta, ao nomear uma nova equipe econômica, foi tentar recuperar a confiança do mercado, combater as expectativas de baixos índices de crescimento brasileiro e, acima de tudo, afastar a ameaça de uma recessão no país (Martello, 2015). A medida adotada pelo o governo Dilma, deixou evidente que o aspecto econômico se tornou a frente inicial de atenção dada pelo segundo mandato de nossa presidenta. Resta-nos, pois, reconhecer que no bojo desse enfoque sobre o aspecto econômico brasileiro, reside a tentativa do atual governo em recuperar a confiança da população em suas medidas políticas, bem como a atenção dos agentes globais, para que seja possível manter a imagem global do Brasil enquanto uma das maiores potências emergentes da economia mundial.

Lembremos que a reeleição de Dilma se pautou sob um discurso de continuidade sobre medidas como: o aumento real dos salários; do número de postos formais de emprego; do mercado de consumo; e, principalmente, dos auxílios de transferência de renda às camadas mais pobres do Brasil. Em muito esse discurso de continuidade se coaduna com o tipo de governo que vem sendo praticado pelo PT, já há mais de doze anos, no âmbito federal. Ao longo de todo esse tempo, o governo petista tem procurado ressaltar que o Brasil, sob o seu



comando, melhorou profundamente, seja em seus índices de miséria ou desigualdade social (Neri, 2011a). No entanto, como bem apontou a reportagem publicada pela Folha de S.Paulo, em 27 de maio de 2013, embora o governo Dilma tenha conseguido manter a melhora nos níveis de renda aos brasileiros mais pobres, tal como já havia sido notado ao longo do governo Lula (2003-2010), ainda não foi possível solucionar os níveis miseráveis de acesso ao emprego e a educação de qualidade para essa faixa da população no Brasil.

Tal constatação foi realizada com base no Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), criado pelo próprio governo federal. O IDF se vale de um conjunto variado de dimensões para conseguir mensurar uma média sobre os níveis de condições sociais da população brasileira. Para auferir tal média, as dimensões utilizadas pelo o IDF são: vulnerabilidade da família; disponibilidade de recursos (renda); desenvolvimento infantil; condições habitacionais; acesso ao trabalho; e acesso ao conhecimento. Cada dimensão utilizada para auferir a média do IDF pode variar entre uma pontuação de 0 a 1. Quanto mais próximo de zero for à média obtida, piores são os níveis de condição social da população e vice e versa.

O IDF geral obtido pelo Brasil, no ano de 2012, foi de 0,61. Esta média indica o valor percentual de acesso - dos indivíduos mais pobres - aos direitos fundamentais de cidadania. Neste caso, o resultado do IDF indica que a população pobre brasileira possui 61% de seus direitos fundamentais assegurados. Mas essa mesma população está privada de 39% de seus direitos (Folha de S.Paulo, 2013). A ampliação dos auxílios financeiros, realizada no governo Dilma, às camadas mais pobres, de certo contribuiu para a melhora dos índices de miséria que assolavam as estatísticas brasileiras. No entanto, a aparente melhora nos índices de miséria no Brasil, não surtiu efeitos na garantia de acesso ao conhecimento (IDF 0,38) e ao trabalho (IDF 0,29) à população economicamente desfavorecida de nosso país.

Se a renda dos brasileiros mais pobres cresce, mas a miséria social persiste, possivelmente a falta de acessibilidade à aquisição de conhecimento formal tem implicado, uma vez mais, na condição de desemprego dos trabalhadores mais pobres residentes no contexto brasileiro. Sejam quais forem os motivos, há de se reconhecer que o retrato do “Brasil contemporâneo” fortalece o entendimento de que, para além da renda, as condições sociais experimentadas no cotidiano da população brasileira mais pobre, exercem sobre ela impactos objetivos no que se referem às desigualdades que essa camada da população irá enfrentar ao longo de sua trajetória dentro do cenário brasileiro (Hasenbalg & Valle Silva, 2003; Vilela & Collares, 2009).

As desigualdades socioeconômicas formam, de fato, uma característica histórica da sociedade brasileira (Bresser-Pereira, 1962; Souza, 2013). Desde os tempos do Brasil Colônia, em que Portugal explorava os recursos naturais do Brasil, a desigualdade social se dava sob uma espécie de relação monárquica no país. Mas, com o passar do tempo, ela ganhou novos contornos, principalmente, com a chegada do processo de industrialização brasileiro, cuja intensificação se deu em meados de 1950 (Rocha, 2003). Os grandes contingentes da população rural que migram para as grandes cidades em busca de postos de trabalho na indústria capitalista, logo se viram em uma condição de extrema vulnerabilidade e escassez de recursos. Isto porque, ao estarem desprovidos de direitos trabalhistas específicos, no início do processo de intensificação industrial brasileiro, aos indivíduos ocupados nas funções de base da área industrial, se instalou a oferta de baixos salários, atividades precárias de trabalho e, por fim, a vivência de condições sociais muito limitadas nas sociedades urbanas (Rocha, 2003).

A dura realidade encontrada pelos trabalhadores rurais que migraram à luz de uma vida mais confortável nas sociedades urbanas industrializadas brasileiras resultou, então, na intensificação das desigualdades sociais constatadas no Brasil. Isso requer entender que a industrialização do país foi uma dos principais mecanismos para a expansão da favelização dos grandes centros brasileiros; da violência urbana percebida no país; e da própria pobreza que notamos nos dias de hoje em nosso cotidiano no cenário brasileiro (Souza, 2009; 2013).

Porém, seria ingenuidade não reconhecermos que o fenômeno da favelização e as suas consequências sociais mais severas, como a pobreza extrema e a violência urbana, está enraizado na própria abolição dos escravos no Brasil. A partir de 1888, quando ocorre à necessária e incontestável abolição da escravatura no contexto brasileiro, a população liberta se deparou com a inexistência de quaisquer alternativas para a obtenção de renda e de seu sustento em sociedade. A pobreza, a violência e a favelização ganharam, pois, os seus contornos iniciais nesse período e, continuam se perdurando como uma das marcas mais evidentes das desigualdades sociais brasileiras, até os dias de hoje (Rocha, 2003; Souza, 2009; 2013).

O ponto que queremos ressaltar é que, no Brasil, as desigualdades sociais surgiram e continuam a existir, prioritariamente, pela má distribuição de renda entre a população que reside neste país. Enquanto uma pequena parte da população brasileira concentra a maior parte dos recursos econômicos conseguindo acessar: melhores condições de habitação; assistência médica; segurança; e educação de qualidade aos seus membros; existe outra gama de milhares de brasileiros que não possuem, desde o seu nascimento, os recursos mínimos

para reproduzirem, de modo igualitário, as circunstâncias de vida experimentadas pelas elites (Rocha, 2003; Souza, 2013).

Um melhor entendimento sobre a questão dos trabalhadores mais pobres brasileiros, poderá ser obtido a seguir, já que nos ocuparemos, na próxima seção, em esclarecer quais são os entendimentos teórico-conceituais pertinentes aos temas do trabalho e do trabalhador de baixa renda no Brasil. Além disso, também abordaremos como esses fenômenos vem sendo combatidos, em maior ou menos grau, por políticas de combate a má distribuição de renda praticadas por diferentes governos, ao longos das últimas décadas no país.

### **1.1.1 Trabalho e trabalhador de baixa renda**

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sugere que, no Brasil, a proporção da população residente com renda domiciliar mensal *per capita* de até meio salário mínimo é o parâmetro que classifica um trabalhador na condição de baixa renda (IBGE, 2011). Já a categorização do que vem a ser um trabalho de baixa renda pode assumir critérios variados de país para país (Dex *et al.*, 1999; Salverda, 2005). Contudo, o parâmetro econômico de maior difusão nas pesquisas sobre o assunto é o utilizado nos relatórios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Neste caso, entende-se que um trabalho de baixa renda é qualquer trabalho cujo valor do salário recebido seja menor que dois terços do salário médio de todos os empregados na economia do país em questão (OCDE, 2012).

Trazendo para o contexto atual do Brasil, consideremos a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, a qual nos indica que, no ano de 2011, o rendimento médio real dos trabalhadores brasileiros atingiu o valor de R\$1.345 (IBGE, 2011). Já em relação ao salário mínimo, consideremos o valor instituído no ano de 2014 que foi de R\$724 (BRASIL, 2013). Com essas informações podemos considerar que atualmente um trabalho de baixa renda no Brasil, de acordo com o critério econômico da OCDE, é aquele trabalho cuja remuneração recebida esteja abaixo de R\$896,66. Já um trabalhador brasileiro de baixa renda, considerando o parâmetro do IBGE, é aquele cuja renda domiciliar não ultrapasse R\$362 *per capita* mensais.

Embora esses valores representem um olhar econômico sobre a configuração atual do cenário brasileiro, chama atenção que o trabalho de baixa renda constitui os mercados dos mais distintos países e regiões do mundo. Esse tipo de trabalho pode ser encontrado em diversas partes da economia indo do setor público ao privado, da indústria ao setor de

serviços, seja sob as formas de vínculos formais ou informais de emprego (Grimshaw, 2011). No entanto, em países menos desenvolvidos, existe uma tendência de absorção pelos setores de agricultura e serviços da maior parte dos trabalhadores de baixa remuneração (Salverda, 2005). Algumas razões justificam a disseminação do trabalho de baixa renda em diferentes partes do mundo, setores econômicos e localizações geográficas. Já algumas outras ajudam a caracterizar as suas tendências no mercado de trabalho global. Sejam quais forem, um dos aspectos comuns desse tipo de trabalho é o fato dele ser distribuído de forma desigual entre os diferentes grupos de trabalhadores (Grimshaw, 2011).

Considerando a pesquisa feita por Grimshaw (2011) para a OIT, cujo objetivo foi mapear a caracterização do trabalho de baixa renda pelo mundo, notou-se os seguintes aspectos: são postos de trabalho ocupados predominantemente por jovens; há uma presença desproporcionalmente maior de mulheres; os postos de trabalho – ainda que formais - tendem a se apresentarem sob a forma de atividades precárias; os níveis educacionais dos trabalhadores são baixos; e este grupo está mais propenso a ser formado por membros de uma minoria desfavorecida, seja em face de questões étnico-raciais ou identitárias, ao possuir, por exemplo, uma origem estrangeira dentro do país em que trabalha (Grimshaw, 2011).

Além de ser o trabalho de baixa remuneração um tipo de ocupação distribuída de forma desigual entre os diferentes grupos de trabalhadores, esse tipo de emprego tem incitado, em países com desigualdade social e de renda, a articulação de debates sistemáticos sobre como lidar com essa questão. No Brasil não foi diferente, a contar pelo dado de que, entre os anos de 2002 e 2011, a evolução absoluta e relativa da população ocupada de baixa renda no mercado de trabalho brasileiro atingiu, apenas na região metropolitana de São Paulo, o total de 33,1% da população economicamente ativa nessa região (IPEA, 2011).

Geralmente, informações que caracterizem o trabalho e o trabalhador de baixa renda em um determinado contexto, tempo e situação, buscam atuar na mediação de políticas necessárias para melhorar a situação dos trabalhadores no mercado em que atuam. No caso do contexto brasileiro, devemos reconhecer que os últimos três governos têm procurado adotar medidas políticas capazes de amenizar as desigualdades socioeconômicas aos trabalhadores mais pobres. A implementação de programas de distribuição de renda - sendo o Programa Bolsa Família um de seus maiores destaques - tem sido, sem dúvidas, a principal estratégia do governo petista para tentar combater os índices de desigualdade socioeconômica no Brasil.

Na verdade, a crença de que os níveis de desigualdade socioeconômica podem ser reduzidos por meio de incrementos de renda à população mais pobre não é algo novo no contexto brasileiro. Em 1986, na condição de reitor da Universidade de Brasília, Cristovam

Buarque elaborou um programa de transferência de renda associado à assiduidade da frequência escolar de jovens e crianças de baixa renda. Esse programa surgiu com o objetivo de fazer com que as crianças e jovens oriundos de famílias pobres não precisassem trabalhar, ainda em fase escolar, para ajudarem a compor o orçamento de suas famílias de origem. Para usufruir da “Bolsa Educação”, duas exigências eram necessárias: a frequência às aulas de no mínimo 85% pelos jovens e crianças contempladas pelo o benefício; e comprovada situação de baixa renda das famílias de origem dos beneficiários (Carvalho, 2014).

Mas foi em 1995, já na condição de governador do Distrito Federal, que Cristovam Buarque instituiu a “Bolsa Educação” como um programa de governo. Contudo, coube ao governo FHC difundir esse programa no âmbito federal ao implantar, no ano de 2001, a chamada “Bolsa Escola” como um programa de seu governo. A “Bolsa Escola” não só incorporava o projeto pioneiro de Cristovam Buarque, mas também gerenciava ações de combate à mortalidade infantil e distribuição de alimentos - em caráter emergencial - a famílias em evidente vulnerabilidade social. Ao longo do governo FHC (1995-2002), a “Bolsa Escola” chegou a contemplar cerca de cinco milhões de famílias de baixa renda. Mas foi com o início do governo Lula, no ano de 2003, que houve a unificação de todos os programas de apoio social, econômico e de combate à miséria às famílias de baixa renda no Brasil (Carvalho, 2014).

O governo Lula denominou o seu programa unificado de governo de “Bolsa Família”, o qual assumiu como estandarte principal a transferência de renda as famílias de baixa remuneração. Muitas das famílias beneficiadas pelo o programa “Bolsa Família” residiam na região nordeste do Brasil, pois o foco desse programa de governo também enfocava o combate à fome vivida por famílias alocadas em regiões, até então, desassistidas pelos governos anteriores (Carvalho, 2014). Com o início do governo Dilma, no ano de 2011, o programa “Bolsa Família” foi incorporado ao grande projeto de governo intitulado “Plano Brasil sem Miséria”. Pelo o fato de Dilma ter dado sequência, em boa medida, as principais linhas do governo anterior, ao longo de toda a corrida eleitoral em busca de seu segundo pleito, Dilma reivindicou ao seu partido, o PT, a “paternidade” do programa “Bolsa Família”. Isto porque, ao longo dos debates eleitorais de outubro de 2014, os adversários políticos do governo petista alegavam que o “Bolsa Família” se tratava de um programa originado do “Bolsa Escola” implantado no governo FHC (Jungblut, 2014).

Coube a Dilma se contrapor ao argumento de seus adversários políticos declarando que esse tipo de interpretação, nada mais era do que uma espécie de fabulação criada pelos os opositoristas ao governo petista. Na tréplica, os candidatos da oposição argumentaram que o

PT e, portanto, o governo da situação não tinha por hábito reconhecer as bem feitorias realizadas por governos anteriores ao seu, de modo que esse tipo de negligência apenas servia para apequenar a cena política do Brasil (Jungblut, 2014).

Seja qual for o “pai” do programa “Bolsa Família”, é bem verdade que o ex-senador Eduardo Suplicy do PT, já dava atenção para a questão do combate a desigualdade de renda, desde os anos 2000, quando propôs a implantação do “Programa de Garantia de Renda Mínima”. Tal projeto, que nunca fora implementado, consistia em um programa de renda vinculado à educação cuja ideia principal era a de transferência de uma renda complementar para famílias pobres com crianças em idade escolar. Este projeto entendia como famílias pobres aquelas cuja renda mensal *per capita* fosse inferior a meio salário mínimo mensal (Suplicy, 2002).

Tal projeto do ex-senador Suplicy buscava igualmente ser um mecanismo de contenção para evasão escolar. Isto porque as famílias elegíveis ao benefício só poderiam o receber, caso suas crianças frequentassem o mínimo de 85% das aulas ministradas nas escolas públicas em que estudassem. Caso essa regra não fosse atendida, o recebimento do auxílio seria suspenso por três meses (Suplicy, 2002). Embora a evasão escolar tenha sido uma preocupação em pauta no “Programa de Garantia de Renda Mínima”, a qualidade do ensino que viria a ser oferecido as crianças beneficiárias, jamais fora objeto de atenção do projeto em si. Mas há de se reconhecer que tal programa teve o cuidado de buscar oferecer melhores níveis de renda as famílias mais pobres residentes no Brasil. E talvez o principal aspecto desse projeto tenha sido a sua tentativa de promover um nível de equidade econômica mais justa aos brasileiros, independentemente de sua origem, raça, idade, ou estado civil (Suplicy, 2003).

Muito das ideias desenvolvidas por Suplicy (2003) no “Programa de Garantia de Renda Mínima”, se sustentaram no argumento de Paine (1796). Isso requer entender que a renda mínima ao cidadão não deveria ser vista como um ato de caridade. Mas como um direito. Não só por essa “inspiração”, mas pelos severos traços da desigualdade brasileira, Suplicy (2003) defendeu que assegurar um rendimento básico à população mais pobre seria uma solução óbvia para a diminuição das desigualdades socioeconômicas que marcam o cenário brasileiro.

A defesa do projeto de garantida da renda mínima foi a principal causa de Suplicy durante a sua permanência, por quatro mandados consecutivos, no senado brasileiro. Mas eleições de outubro de 2014, Suplicy foi derrotado pelo o candidato da oposição, José Serra. Suplicy deixou o senado sem que o seu “Programa de Garantia da Renda Mínima” chegasse a ser implantado. O inusitado é que Suplicy, mesmo sendo um correligionário do partido da

situação governista, não conseguiu convencer a própria base aliada do PT e seus líderes em prol da implantação de seu projeto. Esse fato nos leva a crer que o PT não quis implantar tal projeto, pois caso isso ocorresse, os opositoristas do governo teriam argumentos para dizer que o “Programa de Garantia da Renda Mínima”, na mais era do que um retorno às políticas implantadas, no passado, pelo governo FHC, de modo que o PT não só reconheceria a relevância dos programas dos governos da oposição, como os reutilizava – sob novas denominações - em seu próprio governo.

Como as intrigas entre situação e oposição sempre vão existir em qualquer país democrático, o importante é nos atentarmos, em nossa pesquisa de tese, para o fato de que as políticas públicas de distribuição de renda às camadas mais pobres vêm sendo enfocadas, em maior ou menor grau, ao longo das últimas duas décadas no Brasil. De alguma forma, esse enfoque político nos ajuda a perceber que existe uma forte tendência dos governos federais em abordar os dilemas da realidade social brasileira a partir da ótica econômica de renda (Souza, 2012). Se esse é um indício de preocupação legítima com o povo brasileiro ou uma estratégia para consolidar “currais eleitorais”, não se sabe. O que existir é a certeza de que os programas de distribuição de renda são necessários para se prover, à população mais pobre, condições materiais e fundamentais de sobrevivência em seu próprio país.

Mas o fato de existir a prevalência do olhar econômico para se interpretar os dilemas sociais brasileiros, quaisquer abordagens sobre os fenômenos do trabalho e do trabalhador de baixa renda, por exemplo, ficam susceptíveis a entendimentos equivocados. Isto porque a prevalência do critério econômico de renda, para se compreender o cotidiano vivido pela população brasileira mais vulnerável, exclui de seu campo de visão a importância de uma série de outras dimensões envolvidas nas debilidades sociais enfrentadas pela população mais pobre que reside em um país como o Brasil (Souza, 2009; 2012).

Como exemplificação, consideremos que os trabalhadores de baixa renda brasileiros conseguem agrupar suas rendas com as de outros membros de sua família de origem. Além disso, esses mesmos trabalhadores se valem dos auxílios governamentais de distribuição de renda. Logo, com a renda proveniente dos salários de seus familiares somada aos rendimentos dos programas de governo, os trabalhadores de baixa renda consolidam um novo tipo de orçamento familiar. Isto é, um orçamento mais abrangente e capaz de lhes oferecer uma condição de vida mais confortável no cotidiano brasileiro (Suplicy, 2003). Na medida em que o valor total do orçamento doméstico atingido pelos os membros de uma família de baixa renda assegura, aos seus integrantes, melhores condições econômicas para a vida em

sociedade, já não mais é possível classifica-los na condição de pobreza<sup>5</sup> e, portanto, como beneficiários elegíveis aos programas sociais de distribuição de renda. Pobres mesmo, continuaria a ser aqueles trabalhadores que em face da reduzida renda familiar, possuem uma baixa expectativa de amenizarem suas condições de vulnerabilidade social em um futuro próximo, tanto em relação às perspectivas do que já viveu no passado, como as que experimentam no presente (Leana *et al.*, 2012).

O ponto a ser ressaltado é que ao ser utilizada a ótica econômica de renda para se interpretar os fenômenos do trabalho e do trabalhador de baixa renda, por exemplo, surgem circunstâncias que fragilizam as próprias definições do governo para o que vem a ser os indivíduos pobres e em situação de vulnerabilidade social no Brasil. Além disso, o prisma econômico, por si só, não consegue enxergar que os trabalhadores de baixa renda formam um grupo de indivíduos que estão desprovidos, desde o nascimento, dos privilégios das classes médias e altas, não só em relação à apropriação do capital econômico, mas também de conhecimento útil e valorizado no mercado e na vida em sociedade (Souza, 2009; 2012). O reduzido acesso ao capital financeiro mostra-se, então, apenas como parte para o entendimento e para a solução dos níveis de desigualdade socioeconômica vivida pelos os indivíduos, em situação de pobreza, em um país como o Brasil.

Se a disseminação de programas de governos de distribuição de renda aos indivíduos mais pobre é de extrema importância para elevar as suas condições de vidas para níveis mais confortáveis, o olhar estritamente econômico sobre essas pessoas acaba por desconsiderar que elas, em sua maioria, herdaram de suas famílias de origem uma orientação precoce para a inserção no mundo do trabalho que ocorre, por vez, por meio de atividades precárias. A iniciação precoce na vida laboral não é algo atípico para os membros mais jovens de uma família de baixa renda. Ora para complementar a renda familiar, ora para prover o próprio sustento (Souza, 2012), o início precoce na vida produtiva é algo recorrente na vida dos jovens de baixa renda brasileiros (Rocha-de-Oliveira, 2009).

---

<sup>5</sup> Um dos índices de pobreza mais difundidos é a linha do Banco Mundial pela qual são pobres os que vivem com menos de U\$1,25 dólares por dia. Mas no Brasil, tende a ser utilizado o parâmetro da renda *per capita* de uma família comparada com o custo de suas necessidades básicas. São pobres as famílias cuja renda *per capita* seja inferior ao custo de uma cesta básica de alimentos (IPEA, 2007). A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) aponta que, em março de 2013, o custo dessa cesta, na cidade de São Paulo, atingiu o valor de R\$ 345,25.



Como ressaltamos na seção introdutória desta pesquisa de tese, em face dos reduzidos níveis educacionais e de experiência profissional, os jovens de baixa renda chegam ao mercado de trabalho em uma situação desfavorável para o acesso ao emprego formal (Guimarães, 2009). Ausência de experiência anterior de trabalho e os reduzidos níveis educacionais são os principais impeditivos aos jovens de baixa renda que, por essas circunstâncias, acabam se deparando com a eminente ameaça do desemprego (CEPAL/OIT, 2012) exatamente no momento em que mais precisam arrumar uma posição de trabalho.

É da dificuldade de inserção profissional enfrentada pelos jovens de baixa renda que esse grupo de trabalhadores tende a passar grandes períodos sem emprego. Essa circunstância o coloca, por sua vez, na condição de dependentes financeiros - por tempo indeterminado - junto as suas famílias de origem (Guimarães, 2009). Para driblar essa situação, os postos de trabalho informais surgem como a provável “porta de entrada” na vida produtiva, aos jovens mais pobres (Vilela & Collares, 2009). Se o trabalho informal lhes proverá um salário, não entrará em questão se o trabalho realizado se dará por atividades temporárias, de baixa remuneração, ou por meios precários (Vilela & Collares, 2009; Rocha-de-Oliveira, 2009).

O que estamos a ressaltar é que para se abordar o fenômeno do trabalho e do trabalhador de baixa renda, faz-se necessário considerar outros aspectos sociais – para além da renda – como estrutura familiar, educacional e cultural, que constituem o ponto de partida dos indivíduos mais pobres, quando do início de suas trajetórias no mundo do trabalho. Isso significa entender que para se investigar as trajetórias da população de baixa renda em um país como o Brasil, faz-se apropriado reunir informações para além dos limitados ganhos que eles possuem em termos de salários pessoais e renda domiciliar. Sendo assim, para que melhor possamos compreender quais são alguns dos desafios enfrentados pelos jovens trabalhadores de baixa renda, ao longo de suas trajetórias em um país como o Brasil, a seguir, discorreremos sobre como jovens mais pobres estão suscetíveis, desde o nascimento, a condições mais duras de vida, as quais podem impactar decisivamente os rumos de suas trajetórias no cenário brasileiro.

### **1.1.2 Desafio às trajetórias de jovens baixa renda no contexto brasileiro**

Para se pensar em alguns dos desafios enfrentados pelos os jovens de baixa renda, ao longo de suas trajetórias no contexto brasileiro, faz-se apropriado abordar aspectos como acesso a educação, estrutura familiar, moradia e tipo de trabalho acessado por esses jovens no cotidiano de suas vidas no Brasil (Vilela & Collares, 2009). Adotar esse tipo de perspectiva e

abordagem é uma maneira possível de se conseguir obter uma compreensão para além do critério econômico de renda tão utilizado para se interpretar os trabalhadores das camadas mais populares de nosso país (Guimarães, 2009).

Primeiro, há de se esclarecer que, ao ser interpretado de modo isolado, o critério econômico de renda negligencia que os postos de trabalho ocupado pelos os jovens de baixa renda estão vinculados, muitas vezes, as limitadas oportunidades oferecidas aos indivíduos com origens sociais mais pobres (Guimarães, 2009). A origem social dos indivíduos exerce sobre eles impactos importantes sobre suas condições de vidas e trajetórias profissionais (Vilela & Collares, 2009). Quando os indivíduos em questão são os jovens de baixa renda que desde o nascimento experimentam condições limitadas de vida, surge a eles a eminente dificuldade de ascensão à outra realidade social. Em muito, essa dificuldade provém de um conjunto variado de precondições sociais aos quais esses jovens estão expostos e que podem se tornar algo durável em suas vidas (Souza, 2009; 2012).

Lembremos que aos jovens de baixa renda que precisam ingressar precocemente na vida produtiva, a palavra de ordem é sobrevivência. Em um primeiro momento, não entra em questão se essa sobrevivência será mediada por meio de empregos informais, precários, de baixa remuneração, ou que demandem o uso extenuante do esforço físico. Também não está em jogo se as atividades de trabalho passem a demandar uma rotina diária de duplas jornadas entre estudo e trabalho (Vilela & Collares, 2009; Rocha-de-Oliveira, 2009). Qualquer sacrifício do presente, aos jovens mais pobres, está associado à possibilidade de atingir uma vida mais confortável, para si e para sua família, em um futuro próximo (Souza, 2012).

A precoce vida laboral dos jovens de baixa renda que passa a estar associada à dupla jornada com a vida escolar, tende a se tornar um elemento inibidor de um melhor desempenho educacional a esse grupo de trabalhadores (IPEA, 2011). Muitos desses indivíduos acabam priorizando a execução de suas atividades laborais, ao mesmo tempo em que o momento para dedicação aos estudos vai se esvaindo pouco a pouco. Logo os rendimentos educacionais desses indivíduos ficam prejudicados chegando a resultar, em casos mais extremos, inclusive no próprio abandono da vida escolar em detrimento das atividades de trabalho iniciadas de modo tão precoce, porém necessário (Vilela & Collares, 2009).

As necessidades imediatas de sobrevivência pelo trabalho faz com que os jovens de baixa renda se deparem com uma transição escola-trabalho difusa e extremamente complicada de ser administrada (Guimarães, 2009). O aspecto profissional se sobrepõe, com facilidade, a fase de preparo educacional dos jovens mais pobres (Comin & Barbosa, 2011). A esse grupo social surge, então, uma ameaça constante – quando não do próprio ato em si – do fracasso

educacional. Tal fracasso se concretiza quando o abandono dos estudos é a escolha priorizada (Tavares-de-Freitas, 2009).

O abandono dos estudos, pelos jovens em idade escolar, não é uma realidade distante do Brasil. Dados do “Relatório de Desenvolvimento 2012” desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), indicou que, em 2012, um em cada quatro alunos que iniciaram o ensino fundamental no Brasil, abandonaram a escola antes de completar a última série desse nível escolar (PNUD, 2012). Isto significa entender que a taxa de evasão escolar no Brasil, para o referido ano, foi de 24,3%, a terceira maior taxa de evasão escolar dentre os 100 países com maior IDH do mundo.

Se olharmos apenas para o contexto da América Latina, o Brasil fica a frente apenas de países como Nicarágua, cuja taxa de abandono escolar é de 51,6%, e da Guatemala, cuja taxa de evasão educacional é de 35,2%, entre os jovens e crianças em regular idade escolar. Já no âmbito da América do Sul, no que diz respeito à média de anos de estudos da população, os dados do ano de 2010 apontam que o Brasil atingiu a média de 7,2 anos de estudo por habitante. Porém, países como Chile, com taxa de 9,7 anos; Bolívia, com 9,2 anos; e Argentina, com 9,3 anos de estudos em média por habitante; evidenciam a defasagem educacional que se consolidou no cenário brasileiro. Porém, há de se reconhecer que o Brasil apresenta uma taxa de alfabetização de 90,3% de sua população e, pelo menos 49,5% dos brasileiros possuem o grau escolar de ensino médio completo (PNUD, 2012).

O governo brasileiro está tentando, já há alguns anos, combater as taxas de evasão escolar características do país. Se em 2001, os jovens que não haviam concluído o ensino médio e tampouco estavam estudando, representavam 43,8% da população entre 18 e 24 anos no país, no ano de 2011, essa mesma taxa já havia reduzido para 32,2% (PNAD/IBGE, 2011). Porém, se comparado com o continente europeu, a taxa brasileira de 32,2% de evasão escolar supera em até três vezes os percentuais de 29 países europeus como a Suíça, Polônia, Áustria, e Bélgica, cujas taxas de evasão, para a mesma faixa de jovens entre 18 e 24 anos, não ultrapassam os 10% em cada país.

Dados comparativos sobre as taxas de evasão escolar pelo mundo nos ajudam a entender que o combate à evasão escolar é um desafio permanente e de âmbito global. Mas, quando se trata especificamente do Brasil, com suas históricas desigualdades socioeconômicas (Bresser-Pereira, 1962; Souza, 2009), as taxas de evasão escolar apenas evidenciam que as condições de vidas experimentadas pelos jovens mais pobres, desde tenra idade, são difíceis e contribuem decisivamente para o andamento de suas trajetórias no país (Vilela & Collares, 2009; PNAD/IBGE, 2011).

O fato é que a relação precária trabalho-escola, experimentada pelos jovens de baixa renda no Brasil, é um dos grandes dilemas enfrentados por essa camada da população, ao longo de suas trajetórias e, por conseguinte, na própria definição de suas condições de vida (Guimarães, 2009). Se o abandono da vida escolar é algo potencialmente presente na vida dos jovens mais pobres que trabalham, isso não requer dizer que esses mesmos indivíduos não reconheçam ser a educação formal importante para se atingir condições de vida menos vulneráveis em um futuro próximo (Rocha-de-Oliveira, 2009; Vilela & Collares, 2009). Alguns dados nos ajudam a evidenciar que essa informação, tais como os apresentados pela OCDE (2012b), os quais apontam que 68% dos jovens que chegam a concluir um curso de ensino superior, auferirem rendimentos salariais até duas vezes maiores que o rendimento médio da população de seu país.

Quando enfocamos o caso específico da realidade brasileira, por aqui, a associação entre emprego e grau superior indica que nove em cada dez brasileiros, com idades entre 24 e 64 anos e que possuem ensino superior, estão empregados e auferem uma renda quase quatro vezes maior se comparados aos brasileiros que não concluíram o ensino médio. Mas, para se fazer uma leitura mais realista sobre esses dados, não podemos nos esquecer de ser o acesso ao ensino superior no Brasil ainda algo restrito, já que apenas a 11% da população entre 25 e 64 anos de idade possuem formação superior no país (OCDE, 2012b).

Para combater essa situação, ao longo da última década, o governo brasileiro tem instituído programas de incentivo ao acesso ao ensino superior, tais como: o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e Programa Universidade para Todos (Prouni). Tais programas foram desenvolvidos a fim de promover o aumento do número de brasileiros com formação superior e, assim, consolidar o potencial de desenvolvimento do Brasil. Porém, mesmo com a implantação desses programas de incentivo a educação superior, o sistema educacional de nosso país ainda é extremamente seletivo e não se mostra a disposição de todos os indivíduos que possuem o interesse em realizar um curso superior de qualidade (IPEA, 2011; OCDE, 2012b).

Quando o foco recai sobre os jovens de baixa renda que desejam obter um grau de instrução superior, muitas vezes, esses indivíduos precisam recorrer às instituições educacionais privadas de menor prestígio para obter um diploma universitário. A qualidade do ensino não entra em questão, pois o objetivo em busca é o diploma universitário em si, já que o mesmo simbolizará a esses jovens a conquista de um diferencial para o mercado de trabalho (Vilela & Collares, 2009; OCDE, 2012b), ou ao menos é o discurso à eles disseminado.

A valorização do diploma superior pelos jovens de baixa renda implica, na maioria das vezes, na mera conquista de um diferencial para o mercado de trabalho do que a consolidação de uma perspectiva para outra carreira profissional. Isto porque as atividades profissionais por eles, após a conclusão de seus cursos de graduação superior, permanecem sendo realizadas sem que os conteúdos de seus cursos de formação universitária sejam demandados em seu cotidiano profissional. Mesmo sendo nobre a conquista de um diploma superior por jovens que não abandonaram as suas vidas educacionais formais, diante da dupla jornada entre trabalho e estudo, sob esses indivíduos recai o peso da formação por eles obtida não corresponder ao alcance de conhecimentos efetivamente valorizados no mercado de trabalho em que atuam (Capuchinho, 2012).

A relação dos jovens trabalhadores de baixa renda com a educação formal está mediada entre os que não cedem à evasão escolar e aos que prosseguem os seus estudos para obterem uma diplomação. Em ambos os casos, será necessário suportar extenuantes cargas de trabalho até que, qualquer sacrifício do presente, consiga ser compensado na forma de um futuro melhor para suas vidas (Souza, 2012). Ao que procuram um futuro melhor, por meio de da obtenção de um grau superior, haverá ainda o desafio de custear as mensalidades das instituições privadas em que estudam, por mais que isso possa representar parte significativa de seus salários (Vilela & Collares, 2009). A questão financeira ajuda a “justificar” porque muitos jovens não seguem os seus estudos, por mais que entendam ser da educação formal que algo melhor para suas vidas possa florescer.

Se a evasão escolar e as duplas jornadas entre trabalho e estudo afligem o desenvolvimento das trajetórias dos jovens de baixa renda, a estrutura familiar desses indivíduos surge, muitas vezes, como aspecto central em suas decisões sobre o abandono ou não de seus estudos (Guimarães, 2009). São de suas famílias de origem que os jovens de baixa renda recebem os exemplos e valores do trabalho duro e continuado. Desses exemplos eles acabam por incorporar disposições como disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo sobre as suas limitadas condições de vida (Souza, 2011; 2012). O papel desempenhado pelas famílias, sobre os seus membros mais jovens, exerce, então, impactos profundos no modo como os membros jovens vão estabelecer suas prioridades educacionais, profissionais e, assim, constituir suas trajetórias na sociedade em que vivem (Rapoport & Rapoport, 1965; Bourdieu, 1979; Elias, 1994).

Na verdade, a importância da estrutura familiar na orientação de seus membros mais jovens é um fenômeno já descrito de longa data na literatura pertinente ao assunto. Um exemplo pode ser considerado se pegarmos os meados do século XVI, momento no qual a

família já era apontada como um núcleo privado de referência moral para os seus membros mais jovens. A responsabilidade principal do núcleo familiar era transmitir valores sociais para a formação da criança (Ariés, 1981). Esses valores proviam de um conjunto integrado entre controle social, modos de relação entre o trabalho e a vida familiar, e o grau de conformidade de seus membros para a vida coletiva (Rapoport & Rapoport, 1965). A família se consolidava, pois, como uma instituição elementar na preparação das crianças para o ajustamento à conduta imposta para vida em sociedade (Ariés, 1981).

Com o passar do tempo à sociedade urbana contemporânea foi sendo moldada por um padrão de vida familiar mais segmentado e regido sob circunstâncias mais heterogêneas (Domingues, 2002). Na sociedade urbana contemporânea, o papel da família assumiu uma variedade de arranjos e desdobramento. Porém, isso não fez com que ela deixasse de preservar consigo a capacidade de ser central na formação de seus membros mais jovens. Isto porque a instituição familiar legitimou-se, ao longo do tempo, enquanto um modo de sobrevivência. Também, enquanto uma fonte poderosa na determinação das trajetórias de seus integrantes, em especial, no que concerne a questão da dimensão profissional de seus membros (Rapoport & Rapoport, 1965). Nesse caso, a relação família-ofício se constituiu da transferência de um padrão profissional prevaiente no seio familiar para os seus membros mais jovens. Isto é, no interior das famílias, havia uma espécie de incentivo a ofícios já realizados pelos os membros mais velhos, de modo que os mais experientes transmitiam aos mais jovens uma inclinação profissional a seguir (Ariés, 1981). Essa era uma estratégia que buscava perpetuar, por meio de um ofício profissional, a história da família com o passar das futuras gerações (Domingues, 2002).

Mas com o advento das sociedades urbanas contemporâneas, o núcleo familiar tendeu para o papel de transmitir a seus membros mais jovens que o trabalho – seja ele qual fosse – seria o caminho a ser trilhado. Deixou de ser uma questão qual viria a ser a inclinação profissional a ser adotada para se preservar o legado da família (Domingues, 2002). No caso das famílias de baixa renda, o legado familiar por meio de um ofício não é uma questão de debate. Sobreviver pelo o trabalho é a palavra de ordem na vida cotidiana dessas famílias. Por essa razão, existe o precoce incentivo à inserção de seus membros mais jovens no mundo do trabalho. A verdadeira preocupação das famílias de baixa renda contemporâneas é inserir seus jovens no mundo profissional e, assim, os afugentar das vulnerabilidades sociais que os cercam desde cedo (Souza, 2012).

Ou seja, a inserção no mundo produtivo de modo precoce aos jovens de baixa renda é uma maneira encontrada por suas famílias de afastá-los dos perigos da criminalidade e da

prostituição, por exemplo (Souza, 2009), por exemplo. O ato de trabalhar representa o caminho da honestidade para essas famílias, e, portanto, da obtenção de respeito social e distanciamento dos perigos da marginalidade (Souza, 2009; 2012). É por esse motivo que a transmissão dos exemplos do trabalho duro e continuado ocorre de modo tão precoce aos membros mais jovens oriundos de famílias de baixa renda (Abramo & Branco, 2005; Souza, 2009).

Driblar as vulnerabilidades sociais é algo que faz parte do cotidiano dos jovens mais pobres. Pelo fato deles residirem nas regiões periféricas (IPEA, 2011), e sofrerem carências de todos os tipos, desde o nascimento (Souza, 2009, 2013), a eles surgem desafios variados para construção de suas trajetórias. Diante das necessidades mais imediatas para provimento de seu sustento, as famílias e os jovens de baixa renda precisam concentrar suas rendas no custeio da alimentação, moradia, vestuário e cuidados de higiene pessoal (Souza, 2009). Contam ainda com a necessidade diária de utilização dos serviços públicos de transporte, saúde e educação, os quais são conhecidamente no Brasil, desprovidos de níveis aceitáveis de qualidades, se comparado aos serviços privados em uso por famílias brasileiras mais abastadas (Fleury, 2013). Soma-se a isso, a defasagem da segurança pública percebida por esses jovens que, cotidianamente, se deparam com as faces mais duras da violência urbana evidenciada nas zonas periféricas em que moram, desde o seu nascimento.

O fato dos jovens de baixa renda residirem em zonas periféricas endossa o contato precoce e constante com os serviços públicos de má qualidade. Suas trajetórias são prejudicadas por essa circunstância, seja pela educação pública deficitária que recebem desde muito cedo; pelo serviço de saúde defasado que acabam tendo acesso; ou mesmo pelo uso do transporte público de má qualidade que lhes impõe o aumento do tempo de deslocamento entre suas residências para as empresas em que trabalham, bem como entre o trabalho e as universidades em que estudam, quando a possibilidade de prosseguir os estudos se mostra possível (Souza, 2009; 2012; Fleury, 2013).

Seja em face da eminente ameaça do desemprego enfrentada pelos jovens de baixa renda; da dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal; da queda de desempenho escolar em detrimento do volume de atividades profissionais a serem executadas; da real possibilidade do abandono aos estudos em prol o emprego conquistado; do convívio duradouro com serviços públicos de má qualidade; e da ameaça constante dos perigos da marginalidade que rodam as periferias em que vivem; muitos são os desafios enfrentados pelos jovens de baixa renda ao longo de suas trajetórias em um país como o Brasil.

Por essa razão, parece-nos que o nosso maior desafio, hoje em dia, é compreender de que maneira os jovens de baixa renda conseguem superar as dificuldades que se apresentam de modos cada vez mais precoces em suas vidas, ao ponto de migrarem para a dita NCM brasileira. Este espectro de reflexão foi de onde se originou a nossa motivação para empreender esta pesquisa de tese. A fim de encaminharmos uma abordagem mais ampla para se debater o nosso tema de pesquisa, a seguir, detalharemos ao que se propõe o debate sobre a NCM, surgida na área econômica. Posteriormente, abordaremos algumas das contraposições sociológicas pertinentes ao conceito, para que assim, possamos pensar sobre as possibilidades reais (ou não) de se considerar o Brasil como o país de uma “nova classe média”.

Antes, vamos esclarecer em que momento surge, na literatura acadêmica, a menção ao conceito de classe média e, posteriormente, ao de uma “nova classe média”. Entendemos que essa interpretação preliminar nos ajudará a ampliar a nossa reflexão sobre o fenômeno da NCM brasileira e, portanto, sobre a nossa própria intenção de se debater o assunto sob bases renovadas dentro da área de estudos organizacionais.

## **1.2 A “nova classe média” brasileira: conceitos e contraposições**

Discorrer sobre as conceituações e contraposição ao conceito de NCM brasileira requer retomar uma noção mais ampla sobre classe social. Enquanto demarcações do modo de vida capitalista, as classes sociais se estabeleceram a partir de meados do século XVIII, com o advento das sociedades urbanas industrializadas (Merllie & Prevot, 1997). Foi com a intensificação da industrialização urbana, que se deu ao longo do século XIX, que o trabalho industrial despontou como uma válvula de oportunidades profissionais e de renda mais heterogêneas aos trabalhadores atuantes nos grandes centros urbanos (Pochmann, 2012). A estratificação de renda passou a predominar enquanto método para a organização das sociedades urbanas sendo, pois, o fenômeno da industrialização elementar para o surgimento da noção moderna de classe social (Darendorf, 1959; Poulantzas, 1974). Novas interpretações começam a surgir para além da ideia de burguesia e classe trabalhadora travada, até então, pelos estudos de linha marxista (Merllie & Prevot, 1997).

Antes, porém, vale ressaltar que mesmo no sistema feudal já era possível observar a existência de uma classe de trabalhadores especializados que não poderiam ser comparados - pela natureza de suas atividades profissionais - com os serviços domésticos ou camponeses daquele modelo coletivo de organização societal (Darendorf, 1959). Estavam inclusos na



gama de profissionais especializados, por exemplo, os ferreiros que produziam armaduras e arsenal de guerra; os sopradores de vidros e cristais capazes de produzir bens de consumo valorizados pela corte; bem como os artistas que eram mantidos pelas cortes para proverem as atividades de entretenimento aos senhores da nobreza possuindo, inclusive, prestígio público em relação aos serviços que prestavam. Os ganhos obtidos por esses profissionais especializados lhes oferecia uma condição de vida mais confortável. Mesmo não sendo essa condição mais confortável capaz de lhes projetarem para o estrato dos mais ricos da corte, tampouco os deixavam situados na condição dos mais pobres (Darendorf, 1959; Poulantzas, 1974). Ou seja, desde o feudalismo já era possível observar o surgimento de uma camada intermediária na estrutura social dos modos de organização da vida coletiva.

Mas considerando especificamente o contexto da sociedade moderna industrial, dentre as várias classes sociais que passaram a se moldar no seio da sociedade urbana capitalista, o estrato da classe média ganhou destaque. Com a difusão do mercado de trabalho industrial, o qual oferecia salários mais heterogêneos, progressão de cargos e, uma maior estabilidade profissional aos trabalhadores, surgiu a noção de classe média não proprietária (Goldthorpe, 1980). Isto é, surgiu o estrato de trabalhadores atuantes em funções de nível intermediário da indústria que passaram a atingir um patamar econômico que os aproximava do estilo de vida da classe proprietária dos meios de produção capitalista (Pochmann, 2012). A identificação de camadas intermediárias entre a classe proprietária e a trabalhadora, tornou possível a configuração de uma estrutura social de classes diferenciada nos centros urbanos industrializados (Merllie & Prevot, 1997).

Se o acelerado processo de industrialização dos grandes centros urbanos impulsionou o surgimento de uma noção moderna de classe social e, mais especificamente, de uma classe média não proprietária no seio dos grandes centros urbanos, o termo em si, “classe média” continuou sendo um conceito pouco explicativo. Isto porque o conceito “classe média” possibilitar inúmeras interpretações sobre o seu significado (Pochmann, 2012). Em parte, esta incompreensão surge dos diferentes mecanismos utilizados, de país para país, na delimitação dos estratos de classe que compõem as suas estruturas sociais. Embora muitos possam ser os modos de se classificar os grupos de indivíduos que ocupam as posições intermediárias de uma estrutura social, em qualquer caso, parece haver um consenso de que o critério de renda (*per capita* e/ou familiar) é elementar para se estabelecer uma classificação que revele qual é a classe média de um determinado país, estado, ou região (Fleury, 2013).

As delimitações do que vem a ser ou não uma classe média, na verdade, são elementos de debate no âmbito acadêmico há algumas décadas. Karl Marx, por exemplo,

ocupou-se da discussão sobre a classe média ao perceber que parecia existir, no contexto das sociedades industriais capitalista, uma espécie de categoria residual que, aos poucos, seria incorporada pelos indivíduos da classe trabalhadora (Bendix & Lipset, 1966; Salata, 2014). Na verdade, Karl Marx procurou evidenciar que, diante do intenso crescimento das sociedades capitalistas por meio da industrialização, parecia surgir um novo patamar de competição industrial e de desenvolvimento de novos meios produtivos. Estas circunstâncias contribuiriam para o surgimento de uma gama mais heterogênea de renda aos indivíduos da classe trabalhadora, o que resultaria no surgimento de uma categoria residual, isto é, um nível intermediário, entre a burguesia e a classe trabalhadora (Salata, 2014).

O debate sobre o surgimento da classe média se transformou em uma maneira de se apontar que a estrutura social capitalista estava sob intenso processo de mudança e tornara-se mais plural. A burguesia não mais poderia ser considerada como a classe exclusivamente dominante das sociedades capitalista. Fortalecia-se, no seio dessas sociedades, um estrato intermediário capaz de mesmo não fazendo parte da classe proprietária, conseguia atingir uma condição de vida diferenciada do proletariado (Wright, 1989). Por essa razão, a classe média logo assumiu uma posição central para o debate sobre a configuração da sociedade capitalista moderna e, como esse processo estava mediado pelas posições profissionais assumidas pelos trabalhadores (Butler & Savage, 1995).

Ainda que a centralidade da noção de classe média tenha contribuído para a reflexão as sociedades capitalistas modernas, as muitas variações possíveis de níveis intermediários de renda entre os grupos de trabalhadores, fez com que a noção de classe média se tornasse nebulosa. Aspectos como os lugares frequentados, as comidas apreciadas, os níveis de poder exercidos, as vestimentas utilizadas, e as competências profissionais requeridas para realizar o seu fazer, passaram a integrar as tentativas de se compreender o que seria, de fato, um classe média (Salata, 2014). A inclusão de outros elementos – para além da renda – no entendimento das classes médias fez com que logo se percebesse algo inusitado: enquanto os gastos dos indivíduos mais pobres tendiam a se concentrar em alimentação, moradia, vestuário e cuidados pessoais, os gastos dos indivíduos de níveis de renda intermediários estavam voltados para a educação, cultura, lazer e serviços privados de saúde (Fleury, 2013). Ou seja, notou-se que os indivíduos da possível verdadeira classe média, utilizavam seus rendimentos no investimento prioritário em educação e cultura (Mills, [1951] 1979). Com o tempo, percebeu-se que esse comportamento se dava pelo fato dos indivíduos da classe média crerem que os capitais – para além do financeiro - lhes assegurava a reprodução de um *status* social diferenciado, os aproximando do estilo de vida das elites (Souza, 2009; 2012; Salata, 2014).

Sejam quais forem os elementos em uso para o entendimento do que vem a ser uma classe média, o debate em torno do conceito ganhou força quando se percebeu a ascensão dos rendimentos da classe trabalhadora industrial, ocupante de posições profissionais mais especializadas, estavam os projetando para níveis intermediários nas sociedades urbanas industriais (Salata, 2014). Isso fez com que na “classe intermediária” se instalasse a reivindicação por um *status* social diferencial frente à classe trabalhadora manual (Mills, [1951] 1979). Por mais que os membros dos níveis intermediários não possuíssem o poder das elites burguesas, as quais ainda possuíam os meios de produção para exploração do capital, as pequenas melhoras em termos ocupacionais e de renda os fizeram buscarem a distinção social frente à classe trabalhadora manual, da qual faziam parte até então (Mills, [1951] 1979).

A tentativa de demarcação das classes intermediárias frente à classe trabalhadora manual, se deu mais incisivamente em meados dos anos de 1950. Foi nesse momento que o sociólogo americano Wright Mills notou que a sociedade capitalista presenciava um processo de transição entre a noção velha de classe média para uma espécie de nova classe intermediária, formada por trabalhadores não manuais que reivindicavam um *status* social diferenciado frente à classe trabalhadora (Mills, [1951] 1979). Ou seja, começa a surgir a noção de “nova classe média” no cenário da sociedade capitalista contemporânea (Salata, 2014).

O estudo de Mills (1951 [1979]) procurou apontar que, para o entendimento dos esquemas de estratificação social da sociedade capitalista moderna, seria necessário considerar a classe média também como uma camada social formada por trabalhadores atuantes em funções não manuais, isto é, funções semiprofissionais da indústria, as quais incluíram, por exemplo, tarefas administrativas, burocráticas ou de gerenciamento de unidades industriais. O argumento de Mills (1965 [1979]) defendia que os novos tipos de ocupações oferecidas aos trabalhadores semiprofissionais da indústria, teria feito com que um maior volume de trabalhadores atingisse uma condição de renda anteriormente exclusiva à classe média proprietária. Por sua vez, essa mudança teria constituído um novo poder de consumo aos trabalhadores não proprietários dos meios de produção. Perceber essa mudança na estrutura social das sociedades modernas industriais já justificaria, por si só, o entendimento de que estava a surgir um tipo de “nova classe média” nas estruturas das sociedades capitalistas (Mills, 1979 [1951]).

Os mecanismos de estratificação das sociedades modernas não poderiam deixar de considerar a evidente divisão entre os trabalhadores atuantes em funções estritamente manuais, e os que migraram para funções especializadas não-manuais. Por mais que ambos os

grupos de trabalhadores estivessem na condição de assalariados e não detentores dos meios de produção para exploração do capital, os trabalhadores não-manuais haviam atingido níveis econômicos e sociais diferenciados da classe trabalhadora (Mills, 1979 [1951]). Acima de tudo, as melhores condições profissionais e de vida atingidas pelos os trabalhadores especializados, os colocaram em condições mais competitivas de ascensão na estrutura da sociedade moderna, fosse pela natureza de suas funções laborais, pelo ambiente de trabalho menos insalubre, pela relação de proximidade que passaram a ter com os seus superiores, e, finalmente, pelo o estilo de vida e novo poder de consumo acessado por meio de seus novos salários (Salata, 2014).

Ou seja, a cisão ocorrida entre os indivíduos da classe trabalhadora, implicou em mudanças nos mecanismos de estratificação social e, portanto, por mais que seja difícil definir contornos bem definidos para o que venha a ser uma verdadeira classe média, ou mesmo a existência de uma “nova”, tais categorias são tratadas, de longa data, como fenômenos socialmente relevantes para compreensão da sociedade capitalista moderna (Salata, 2014). Enquanto o estudo de Mills (1951 [1979]) debate o conceito de classe média e o surgimento de uma “nova” no seio da sociedade industrial americana, não cabe a nós realizarmos uma transposição imediata das concepções desse autor para se compreender um país como o Brasil. Explicamos o porquê na seção a seguir.

### **1.2.1 A classe média brasileira**

Enquanto Mills (1979 [1951]) debateu a ideia de “nova classe média” a partir da natureza do trabalho e das ocupações exercidas pelos os indivíduos na expansão industrial americana, no Brasil, a ideia de uma NCM se concentrou nas variáveis de renda e poder de consumo (Abdala & Misoczky, 2012; Abdala, 2014). Antes disso, vale lembrar que, no Brasil, a própria noção de classe média foi debatida por inúmeras perspectivas distintas do entendimento de ser a classe média um segmento determinado essencialmente pela posição ocupacional dos trabalhadores, tal como defendeu o estudo de Mills (1951 [1979]).

No Brasil, o tema da classe média contemplou estudos que não consideravam a existência do estrato de classe média na sociedade brasileira (Saes, 1985); outros que já admitiam a classe média como categoria relevante para o entendimento da formação sócio-histórica do Brasil (Owensby, 1999; O’Dougherty, 2002); ou, até mesmo, pesquisas que apontavam a centralidade da classe média para a estruturação da economia brasileira (Quadros, 1985).

No que concerne o papel da classe média na formação sócio-histórica brasileira, o principal argumento consiste do entendimento de que a classe média não reflete apenas um grupo intermediário de renda que lançou os trabalhadores brasileiros para o patamar de classe média, em face da natureza das ocupações laborais por eles realizadas (Salata, 2014). Há inclusive autores, como Owensby (1999), que vai se valer da interpretação de que a classe média brasileira, nada mais é, do que uma ideia importada, em meados dos anos de 1920, dos Estados Unidos para Brasil. Essa “importação” teria acontecido com a intenção de suportar um ideal sócio-histórico almejado para o país.

Mas temos de discordar da interpretação sugerida por Owensby (1999). Como sabemos, no início do século XX os Estados Unidos ainda não eram um potência mundial. Na época, o Brasil olhava para os países do continente europeu como uma forma de idealização de uma estrutura social almejada para o país. Porém, esse enfoque se altera entre a I e II Guerra Mundial. Com a Europa destruída pela guerra, os Estados Unidos surgem como potência mundial (Nye Jr, 2002). Possivelmente foi, a partir desse momento, que o Brasil passou a olhar para os Estados Unidos almejando assimilar suas estrutura social com a instituída por aquele país.

Por outro lado, é certo que Owensby (1999) procurou, por meio de seu argumento sobre a importação da ideia de classe média dos Estados Unidos para o Brasil em meados dos anos de 1920, encontrar uma maneira possível para se compreender os brasileiros que, naquele período histórico, não se reconheciam como ricos, porém, tampouco como pobres. Nesse caso, a linha de raciocínio adotada pelo autor justifica-se, já que a ideia de uma classe média importada de países desenvolvidos para se compreender o Brasil, trazia consigo valores como modernização e meritocracia, os quais seriam muito convenientes para um país de industrialização tardia como o nosso. Talvez seja por essa via de interpretação que autores como Salata (2014), assimilam a ideia de classe média brasileira, muito mais, como um desejo idealizado do país em se aproximar dos valores cultivados em países desenvolvidos, do que propriamente a constatação de que existe a oferta de um real padrão de vida, equivalente ao acessado nas grandes potências, à população brasileira.

Como pudemos observar, são muitas as formas para se interpretar o que vem a ser ou qual é a finalidade da classe média no Brasil. Tal imprecisão sobre o conceito contribui, por sua vez, para que a prevalência do critério econômico de renda se fortaleça como meio factível para se delimitar as faixas intermediárias da estrutura social brasileira. Não por acaso, nos dias de hoje, já é possível afirmar que concepção de classe média no Brasil reflete, sobretudo, um instrumento analítico capaz de hierarquizar a heterogeneidade das rendas

intermediárias das famílias brasileiras (SAE, 2013). Na verdade, mundialmente a noção de classe média pode ser abrangida pelo o critério difundido pela OCDE que entende como classe média a faixa da população que possua uma renda familiar diária entre US\$10 a US\$100 dólares. No caso do Brasil, esse critério também pode ser adotado para o entendimento da classe média no país. De toda forma, o predomínio do olhar econômico para se interpretar o conceito, faz com que ao se falar em classe média no Brasil, estejamos nos referindo ao grupo no meio da pirâmide social brasileira (Neri, 2008; 2011a).

Muito da concepção estritamente econômica sobre a ideia de classe média no Brasil, se fortaleceu no embalo do recente crescimento econômico brasileiro notado, de modo mais enfático, a partir do ano de 2004. Foi desde momento em diante que, pouco a pouco, se disseminou o discurso sobre a existência de uma NCM no contexto brasileiro (Neri, 2008; 2011a; Barros et al., 2012; Lamounier & Souza, 2012). Para que melhor possamos abordar essa questão, a seguir, discorreremos sobre como se constituiu a ideia de uma NCM na área econômica para que, na sequência, possamos apresentar algumas às contraposições sociológicas que surgiram para questionar a pertinência desse conceito para a interpretação do Brasil contemporâneo.

### **1.2.2 A constituição da “nova classe média” brasileira: a visão econômica**

Ao longo da última década, o debate sobre a “nova classe média” (NCM) tem sido recorrente no Brasil. A menção a termo se tornou mais evidente no ano de 2008, quando da publicação do estudo econômico “A Nova Classe Média” de autoria de Marcelo Neri. Antes de nos aprofundarmos especificamente sobre as definições pertinentes ao termo NCM, falaremos brevemente sobre o autor do conceito. Marcelo Neri é bacharel e mestre em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e PhD em economia pela Universidade de Princeton. Além de ser professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getulio Vargas (EPGE/FGV), entre março de 2013 e fevereiro de 2015, foi ministro chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da presidência da república. Neri também ocupou a presidência do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) entre setembro de 2012 até maio de 2014, além de ter sido secretário executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Em todos os casos, Neri assumiu os postos de comando após nomeação da Presidência da República (Plataforma Lattes, 2015).

O breve histórico sobre Marcelo Neri permite ressaltar a relação de proximidade desse autor junto à base governista, sobretudo, por ter sido subsidiado pelo Partido do

Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Os cargos assumidos por Neri, ao longo dos três primeiros governos petistas, só enfatiza a relação de proximidade entre Neri e o PT. Tal fato deve ser considerado ao realizarmos a leitura sobre a tese da NCM brasileira, desenvolvida pelo autor (2008; 2011a). Tal conhecimento nos ajuda a entender a razão pela qual o discurso sobre a NCM tem sido algo tão caro ao governo petista, enquanto um grande conceito que traz em seu bojo as principais mudanças socioeconômicas, promovidas pelo referido governo, ao povo brasileiro.

Feita essa observação sobre quem é a figura pública de Marcelo Neri e por qual perspectiva ele se orienta no desenvolvimento de seus estudos sobre a NCM, podemos seguir com o desenvolvimento desta seção apontando que a pesquisa de maior difusão sobre a NCM, produzida por Neri, foi a intitulada “A Nova Classe Média”, cuja publicação remonta ao ano de 2008. Foi a partir deste estudo que Neri e a sua tese sobre a NCM – que pode ser considerada como um instrumento ideológico no cenário brasileiro, haja vista a sua centralidade para a estruturação do discurso governista - ganharam atenção e rápida difusão pelos veículos de comunicação em massa (Milena, 2012; Nassif, 2013; Alvarenga, 2014, alguns exemplos). Diferentes agentes internacionais passaram a intensificar o investimento estrangeiro no Brasil (Costas, 2014), ao assumirem que o *boom* econômico brasileiro tornaria o Brasil uma das potências emergentes mais promissoras do mundo. A menção sobre a existência de uma NCM no país, também impactou o interesse de trabalhadores estrangeiros e brasileiros residentes fora do Brasil, os quais passaram a considerar o mercado brasileiro como um local oportuno para obter bons salários e melhores oportunidades de emprego (BRASIL, 2011; Velasco, 2014).

O discurso sobre a NCM, introduzido por Neri (2008), ganhou força nos veículos de comunicação em massa, por simbolizar quais teriam sido os principais avanços promovidos pelo o governo Lula (2003-2010) ao povo brasileiro, a saber: a expansão dos programas sociais de distribuição de renda; o aumento real dos salários; a ampliação do acesso às linhas de crédito; o crescimento dos postos formais de emprego; e a ascensão do mercado consumidor (Neri, 2008). Deste conjunto de mudanças que, em boa medida, foi dado sequência e aprofundado pelo governo Dilma, iniciado em 2011, estabeleceu-se o discurso de que a vida no Brasil havia melhorado e, no país, surgia uma “nova classe média” (Neri, 2008; 2011a; Souza & Lamounier, 2010; Barros et al., 2011; Lamounier & Souza, 2012).

Para produzir a sua tese sobre a NCM brasileira, Neri (2008; 2011a), realizou a divisão da população do país em faixas de renda denominadas de: AB, C, D, e E. Isso significa entender que todos os brasileiros com renda de até R\$768 reais mensais fariam parte

da denominada faixa E da população; entre R\$768 e R\$1064 reais mensais seriam os membros da faixa D; já os indivíduos com rendas entre R\$1064 e R\$4591 reais mensais formariam a faixa C, correspondente à NCM brasileira; e os indivíduos situados na faixa AB seriam aqueles cuja renda ultrapassa o valor mínimo de R\$4591 reais mensais (Neri, 2008). Em suma, o critério de faixas de renda adotado por Neri (2008) e, que foi mantido no desenvolvimento de seu estudo posterior (Neri, 2011a), se ateu a identificação da faixa de brasileiros com os níveis intermediários de renda da população como um todo, sendo essa a síntese geral do que vem a ser a denominada NCM brasileira (SAE, 2013).

Trazendo para valores mais atuais, são considerados membros da NCM todos os brasileiros que migraram, ao longo da última década, de uma situação de baixa renda para um rendimento *per capita* entre R\$291 e R\$1.019 reais mensais (SAE, 2013). Além deste parâmetro *per capita* de renda estabelecido pela SAE (2013), a NCM brasileira também pode ser interpretada por meio de uma faixa de renda domiciliar compreendida entre R\$1.064 e R\$4561 reais mensais, considerando os valores estipulados no estudo inicial de Neri (2008). Em ambos os casos, o critério econômico de renda é a base para se identificar o grupo no meio da pirâmide social brasileira.

Nesta pesquisa de tese, adotaremos o critério econômico proposto pela SAE (2013) para identificarmos os membros da NCM participantes de nossa pesquisa. Além de este ser o critério mais recente – do ano de 2013 – e representar o parâmetro utilizado nos relatórios do governo brasileiro, o próprio Neri (2011b) já mencionou que é preciso distinguir os rendimentos *per capita* dos trabalhadores brasileiros frente à renda total de suas famílias. Isto porque o critério de renda *per capita* do trabalhador permite se atingir um retrato mais próximo da realidade econômica do país, em termos da distribuição das riquezas entre a população, bem como do potencial consumidor de cada cidadão brasileiro (Neri, 2011b). Mesmo assim, vale lembrar que Neri (2008; 2011a) fez uso do parâmetro de faixa de renda domiciliar para desenvolver os seus estudos iniciais sobre a NCM no Brasil.

Em todo o caso, o que nos interessa é que o critério de faixas de renda para determinar a existência de uma NCM no Brasil, foi o recurso utilizado de modo sistemático por Marcelo Neri no desenvolvimento de seus estudos sobre o assunto. Foi por meio dessa estratégia que Neri (2011a) chegou à conclusão de que, ao longo do governo Lula (2003-2010), a classe média brasileira havia se tornado o grupo social predominante no país. Se em 2003 a classe média era constituída por 37,6% da população, menos de uma década depois, mais de 30 milhões de pessoas haviam ascendido à NCM consolidando, desse modo, o total de 55% da população brasileira (Neri, 2011a).



Tal foi o impacto dos valores apresentados pela obra de Neri (2011a), que diversos líderes globais discursaram sobre o desenvolvimento socioeconômico brasileiro tendo por base o cenário desenhado no estudo de Neri (2011a). Dilma Rousseff, a presidenta do Brasil, recomendou a leitura da obra de Neri (2011a), indicando que o referido estudo apontava que o país havia elevado a classe média brasileira a um contingente capaz de representar toda a população da Argentina (CPS, 2011a); O ex-presidente Lula elogiou a publicação de Neri (2011a), ressaltando que a expansão da classe média brasileira havia sido movida principalmente pelas melhoras nas condições de vida oferecidas aos grupos socialmente mais vulneráveis como as mulheres, os negros, os analfabetos e os nordestinos em situação de pobreza (CPS, 2011b); Barack Obama, presidente dos Estados Unidos, mencionou na Cúpula Empresarial Brasil-Estados Unidos, realizada em 2011, os dados da pesquisa de Neri (2011a) para endossar que o recente crescimento econômico brasileiro era uma inspiração para o mundo, pois, assim, o Brasil mostrava que o medo da desigualdade dava lugar a esperança (CPS, 2011c); Já os ex-presidente FHC comentou que os avanços apontados pelo o estudo de Neri (2011a), na verdade, representavam muito mais o resultado dos efeitos acumulados de políticas sociais e econômicas originadas com o Plano Real. A ideia de uma NCM seria, portanto, algo muito impreciso para ser admitido como um fenômeno contemporâneo brasileiro (Cardoso, 2011).

Se o estudo de Neri (2011a) foi capaz de chamar a atenção de alguns dos líderes globais sobre as recentes mudanças socioeconômicas ocorridas no Brasil, alguns dados nos ajudam a melhor compreender o porquê do discurso sobre a NCM brasileira ter sido propagado de modo tão célere e contundente no âmbito mundial. Como mencionamos anteriormente, o discurso da NCM surgiu como um elemento sintetizador dos principais avanços promovidos pelo o governo Lula (2003-2010), dentro os quais esteve o crescimento dos postos formais de emprego no Brasil.

É bem verdade que a expansão dos empregos com “carteira assinada” foi um dos principais símbolos associados ao surgimento da NCM brasileira (Neri, 2011b). Apenas entre janeiro e abril de 2011, por exemplo, foram criadas 798 mil novas ocupações formais de trabalho no Brasil. Esta marca foi o terceiro melhor desempenho brasileiro desde os anos 2000, já que no ano de 2008 houve a criação de 849 mil postos de trabalho e, no ano de 2010, o total de 962 mil novos postos formais (Neri, 2011b). Ao longo da última década, a taxa de desemprego no Brasil segue controlada, haja vista que o desemprego consolidado no ano de 2014, foi de 4,8% da população brasileira economicamente ativa. Esta foi a melhor taxa de

desemprego registrada no Brasil, desde 2002, quando o acompanhamento desta série foi iniciado no mercado brasileiro (PNE/IBGE, 2015).

Com a taxa de desemprego controlada e ocorrendo a expansão dos postos de emprego formal, o mercado consumidor brasileiro vivenciou um acentuado crescimento. Tal expansão foi creditada ao governo Lula (2003-2010) e, portanto, corroborou para a ideia de uma NCM em crescimento no Brasil. O poder de consumo atrelado aos membros da NCM, chamou a atenção das pesquisas de mercado, dentre as quais a intitulada “Fases da Nova Classe Média”, produzida pela Serasa Experian em parceria com o Instituto Data Popular, cuja publicação remonta a fevereiro de 2014. Com o objetivo de conhecer qual seria o verdadeiro potencial consumidor da NCM brasileira, tal pesquisa mercadológica se valeu dos critérios econômicos de faixas de renda propostos por Neri (2008; 2011a) e pela SAE (2013) para concluir que a NCM brasileira é formada, atualmente, por aproximadamente 108 milhões de pessoas que movimentaram, apenas no ano de 2013, 58% do crédito no Brasil. A expressiva movimentação do crédito realizada pelos membros da NCM teria ocorrido em todas as regiões geográficas brasileiras, pois no que se refere às regiões em que moram, a região sudeste despontou com 43% da concentração da NCM brasileira (cerca de 46.5 milhões de pessoas); a região nordeste com 26% (cerca de 28.1 milhões de pessoas); e a região sul com 15% (cerca de 16.2 milhões de pessoas); já as regiões centro-oeste e norte possuem, cada uma, 8% da população de classe média brasileira (cerca de 17.2 milhões de pessoas no total).

O potencial consumidor da NCM foi um dos principais motores para o crescimento da economia brasileira e, com isso, para o próprio fortalecimento do discurso sobre a existência de uma NCM (Abdala, 2014). Na verdade, o estudo de Neri (2011a) já apontava para a forte característica do consumo atrelada aos indivíduos da NCM, ao indicar com otimismo que, entre os anos 2000 e 2010, o tráfego aéreo doméstico brasileiro havia consolidado índices de crescimento de 73,04%; o consumo de automóveis no Brasil atingira a quarta posição mundial; já o consumo de computadores ficou na terceira posição global; além do crescimento de 438,81% no número de cartões de crédito e de débito no país (Neri, 2011a). Soma-se a isso o fato do Brasil ter se consolidado, no ano de 2010, na terceira posição mundial no consumo de produtos cosméticos, de beleza e de higiene pessoal (Abílio, 2011). Todas essas evidências de expansão do consumo permitiram constatar que, desde o ano de 2003, cerca de 50 milhões de brasileiros foram inclusos a um novo tipo de mercado consumidor cujas principais características seriam acessibilidade, abrangência e uma formação mais heterogênea (Souza & Lamounier, 2010; Neri, 2011b; Barros et al., 2011).

O surgimento de um mercado consumidor brasileiro mais heterogêneo foi possível pelo aumento real dos salários praticado, sistematicamente, a partir do governo Lula (2003-2010). Essa medida econômica também incorporou as bandeiras associadas à tese sobre o surgimento de uma NCM brasileira (Neri, 2008; 2011a). Mas sejamos justos ao reconhecer que o aumento real dos salários, no Brasil, já ocorre de longa data e não foi exclusividade do governo petista. Considerando, por exemplo, os últimos 20 anos sob o Plano Real, será possível constatar que, nas duas últimas décadas, o salário mínimo brasileiro acumulou um aumento de 142% acima da inflação. Se em julho de 1994 o salário mínimo brasileiro era de R\$64,79 reais mensais, vinte anos depois, em julho de 2014, o mínimo estava em R\$724 reais mensais. Isso representa uma alta real de 1.017% sobre o valor do salário mínimo brasileiro. Nesse mesmo período de vinte anos, o IPCA – indicador oficial de inflação no Brasil – cresceu 363%, dado esse que nos ajuda a entender porque realmente ocorreu o aumento real do salário mínimo no cenário brasileiro (Crespo, 2014).

Apenas em caráter ilustrativo, se em julho de 1994, uma cesta básica de alimentos em São Paulo tinha o custo de R\$67,40 e, em julho de 2014, a mesma cesta custava R\$354,63 (Dieese, 2015), quem auferisse um salário mínimo vinte anos atrás no Brasil, só conseguiria comprar uma cesta básica de alimentos no país. Porém, passados vinte anos, o atual salário mínimo brasileiro dobrou o poder de compra em relação a uma cesta básica de alimentos (Crespo, 2014).

Mas o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, iniciado em janeiro de 2015, já indica que mudanças serão necessárias nas formas de reajustes ao salário mínimo brasileiro, para o período 2016-2019. Porém, o governo Dilma assegura que as novas regras a serem planejadas e implementadas não afetaram o sistemático aumento real dos salários aos brasileiros. Isto porque é uma prioridade de seu segundo governo dar continuidade a prática do aumento real dos salários acima da inflação, tal como tem sido realizado nos últimos anos em nosso país (BRASIL, 2015).

O aumento real dos salários e a expansão do mercado consumidor contribuíram para a ampliação do acesso às linhas de créditos às populações mais pobres do Brasil. A ampliação do crédito foi uma medida incorporada na criação do discurso sobre a NCM brasileira (Neri, 2008; 2011a). Isso ocorreu, pois a ampliação do crédito aos brasileiros atuou de modo muito prospectivo na economia interna do país. Os dados do Banco Central do Brasil (BCB) apontam que, no final de 2003, as operações de crédito destinadas às pessoas físicas no Brasil representaram 9,4% do PIB brasileiro. Apenas dez anos depois, essa mesma taxa havia passado para 24,8% do PIB (BCB, 2013).

A elevação na demanda por empréstimos, ocorrida a partir do final do ano de 2003, aqueceu a elevação das operações de crédito no Brasil. Foi a partir do ano de 2003 que os empréstimos contratados por pessoas físicas já somavam cerca de R\$159,3 bilhões de reais. Isto significou um aumento de 4,6% na demanda por crédito pelos brasileiros, se comparado a dezembro do ano de 2002 (BCB, 2013). Mas foi entre os anos de 2004 e 2008 que ocorreu a proliferação da demanda por linhas de créditos pela população de baixa renda. Foi nesse período que o forte crescimento econômico brasileiro impulsionou a redução das taxas de juros. E associada ao crescimento da renda e do emprego formal aos brasileiros, os prazos para quitação dos empréstimos ficaram cada vez mais flexíveis (BCB, 2013). Para se ter uma breve noção, em fevereiro de 2014, a relação de crédito/PIB brasileiro alcançada foi de 55,8%, frente aos 23,8% atingidos em dezembro de 2002 (DIEESE, 2014).

A ampliação do crédito aos brasileiros mais pobres estimulou o financiamento do consumo da população (DIEESE, 2014). Isso se deu por meio de várias modalidades de créditos oferecidas aos brasileiros, dentre as quais estiveram às modalidades de: crédito consignado em folha de pagamento; facilitação do acesso à cartões de créditos; linhas específicas para aquisição da casa própria; e crédito aos trabalhadores atuantes no meio rural. Tais modalidades de crédito foram cruciais para o aquecimento econômico brasileiro (BCB, 2013) e, assim, para a expansão sem precedentes do consumo no país. Motivado por esse cenário de crescimento promissor, o discurso sobre a existência de uma NCM se consolidou sobre a égide de dois principais estandartes: rendimentos maiores à população e a ampliação do poder de consumo às camadas mais pobres (Neri, 2008; 2011a; Souza & Lamounier, 2010; Barros et al., 2011; Lamounier & Souza, 2012).

Somou-se ao discurso sobre a NCM o fato do governo petista ter realizado sistematicamente a expansão dos programas sociais de distribuição de renda às populações mais pobres do Brasil, sendo o Programa Bolsa Família o maior destaque dessa estratégia política. Aliás, medidas dessa natureza têm sido tomadas pelo governo federal, a fim de amenizar as desigualdades socioeconômicas brasileiras. Na verdade, a crença de que os níveis de desigualdade socioeconômica podem ser reduzidos por meio de incrementos econômicos de renda não é algo novo no Brasil (Bresser-Pereira, 1962). Claro que a elevação da renda e poder de consumo à população mais pobre são estratégias capazes de lhes proporcionar o acesso a um padrão de bens e serviços diferenciado (Souza, 2012; Kerstenetzky & Uchôa, 2013; Salm & Bahia, 2013). Mas o que parece estar em jogo é a defesa da tese de que a NCM brasileira representa, acima de tudo, a existência de um novo patamar econômico aos

brasileiros que só foi possível por meio das políticas praticadas pelo governo petista ao povo brasileiro.

Na medida em que Neri (2008; 2011a) associa a existência da NCM brasileira aos avanços promovidos pelo governo petista, o discurso sobre a NCM surge como um projeto ideológico que visa legitimar as bem feitorias realizadas pelo o governo petista ao Brasil. Fomentar a ideia de uma NCM é, portanto, a maneira pela qual se procura evidenciar que tal governo devolveu aos brasileiros sua cidadania, dignidade e orgulho de viverem neste país. Em último caso, parece ser também uma forma desse mesmo governo/partido tentar se perpetuar no poder (Souza, 2013), vez que apresentar as estatísticas sobre o contínuo crescimento da NCM tornou-se a maneira para se afirmar que o Brasil, sob o comando do Partido dos Trabalhadores (PT), não só atingirá um novo patamar econômico, mas, sobretudo, superará os seus históricas traços desigualdades socioeconômicas (Neri, 2008; 2011a).

A ideia de uma NCM, desenvolvida por Neri (2008; 2011a), procura, em suma, defender que houve o encurtamento das distâncias sociais entre os brasileiros dos diferentes níveis sociais do país. O que distinguiria a NCM de uma classe média tradicional seria o fato dessa última já estar estabilizada em sua posição social de modo durável no Brasil. Já a NCM é ainda um segmento que requer amadurecimento dentro da sociedade brasileira. Mas, decerto, a NCM estará apta a se integrar, em um médio prazo, à estabilidade característica da classe média tradicional que vive no país (Souza & Lamounier, 2010; Neri, 2011a).

O que nos chama atenção é que embora não tenha sido uma questão inicialmente instaurada, os debates sobre as recentes mudanças ocorridas no Brasil e, sobretudo, as definições das agendas políticas e econômicas brasileiras (Bartelt, 2013), se aglutinaram sob o conceito da NCM brasileira que se expande pelo aumento dos rendimentos e do poder consumo (Neri, 2008; 2011a; Souza & Lamounier, 2010; Barros et al., 2011; Lamounier & Souza, 2012). Mas se o olhar predominante para se interpretar as mudanças ocorridas no Brasil contemporâneo é o econômico, à ideia de uma NCM é, na verdade, a transformação da noção de classe social em meras concepções de classes econômicas (Abílio, 2011).

A NCM é evidentemente uma referência a um tipo de classe econômica emergente que associa os níveis de renda da população exclusivamente ao seu poder consumo (Abílio, 2011; Souza, 2013; Salata, 2014; Abdala, 2014). Mas para que possamos ampliar o debate sobre a NCM, a seguir, indicamos algumas das principais contraposições sociológicas ao conceito, as quais questionam os limites e possibilidades desse conceito para se pensar os dilemas sociais da realidade contemporânea brasileira.

### 1.2.3 Contraposições à ideia de uma “nova classe média” brasileira: a visão sociológica

A centralidade assumida pelo conceito de NCM no cenário brasileiro, principalmente a partir da publicação do estudo de Neri (2008), fez com que o referido conceito ganhasse dimensões surpreendentes e uma célere difusão nos veículos de comunicação em massa (Milena, 2012; Nassif, 2013; Alvarenga, 2014, alguns exemplos). Logo a menção ao termo, em si, se transformou em algo conveniente para o governo brasileiro que projetou no discurso da NCM a certeza de que o Brasil superará as suas históricas desigualdades socioeconômicas e, tornara-se um país de classe média (Neri, 2008; 2011a; 2011b; Souza & Lamounier, 2010; Barros et al., 2011; SAE, 2013).

A certeza de que a classe média brasileira era representada, sobretudo, pela faixa da população com os níveis intermediários de renda da população, ou seja, os níveis entre R\$291 e R\$1.019 *per capita* reais mensais (SAE, 2013), rapidamente contribuiu para que a atenção dada ao grupo da NCM se posicionasse de modo central para as definições das agendas políticas e econômicas do governo petista (Bartelt, 2013). A simplificação interpretativa que passou a vigorar em torno do conceito de NCM brasileira e as suas implicações diretas sobre as pautas políticas do Brasil, constituíram o mote necessário para que os estudos de contraposição ao conceito de NCM fossem intensificados no país.

Pesquisadores de diversas áreas se manifestaram desfavoráveis à ideia de uma NCM brasileira. Mas foram os cientistas sociais que, em um primeiro momento, manifestaram as críticas mais duras e de maior repercussão ao conceito (Quadros, 2008; Souza, 2010; 2013; Abílio, 2011; Sobrinho, 2011; Scalon & Salata, 2012; Quadros et al., 2013; Salata, 2014; entre outros). Diversas frentes de argumentação foram estabelecidas pelos sociólogos que, em sua maioria, partiram da ideia mais ampla de que as classes sociais representam a tentativa de demarcação das distinções entre os indivíduos de uma sociedade (Wright, 2005). Estando a noção de classes vinculada à demarcação das distinções sociais entre os indivíduos, os estudos sociológicos de contraposição à ideia de uma NCM procuram, inicialmente, nos alertar sobre a importância de se considerar todos os elementos sociais, políticos e culturais – para além do capital econômico - que estariam envolvidos na demarcação e posicionamento dos indivíduos dentro de uma estrutura social (Abílio, 2011; Sobrinho, 2011; Souza, 2010; 2012; Salata, 2014; alguns exemplos).

Algumas abordagens de perspectiva sociológica se ocuparam em debater de que maneira o conceito de NCM havia transformado a noção de classes sociais em meros estratos econômicos de renda no Brasil (Quadro, 2008; Abílio, 2011; Souza, 2012; Quadros et al.,

2013). Essa transformação teria ocorrido na medida em que: o aumento real dos salários; o crescimento dos postos formais de emprego; a expansão dos programas sociais de distribuição de renda; a ampliação do acesso às linhas de crédito; e a ascensão do mercado consumidor; teria conferido, aos indivíduos mais pobres, o acesso a serviços e bens de consumo historicamente associados ao estilo de vida de uma classe média convencional (Abílio, 2011).

Ao serem os rendimentos dos brasileiros mais pobres associados diretamente ao poder de consumo por eles acessado, chegou-se a combinação fundamental para a construção do discurso sobre a existência da NCM brasileira. Isto é, a ideia de uma NCM ganha força no Brasil, na medida em que a noção mais ampla de classe social passa a ser compreendida como uma mera concepção de classe econômica, a qual se caracteriza pelos bens e serviços que consegue consumir (Quadros, 2008; Abílio, 2011; Souza, 2012; Quadros et al., 2013).

Uma restrita interpretação econômica sobre as classes sociais foi veiculada ao discurso político brasileiro, o qual sistematicamente se disseminou sob a certeza de que uma NCM estava em franca expansão no Brasil (Neri, 2008; 2011a; Barros et al., 2011; Lamounieru & Souza, 2012). A fim de contrapor essa interpretação *mainstream* sobre a realidade brasileira, Quadros (2008) e Abílio (2011), autores de orientação marxista, vão nos alertar sobre a importância de se compreender os processos de mobilidade social dos indivíduos por meio da interface desses projetos à categoria trabalho. No caso, os autores argumentam que provém do trabalho realizado pelos indivíduos as suas condições imediatas para o acesso a certos graus de mobilidade social no contexto em que vivem. Isto porque, é por meio do trabalho que os indivíduos obtêm a principal parcela de seus rendimentos para a aquisição dos recursos em disputa na sociedade. Mas como os recursos em disputa são escassos, não se faz possível constituir uma noção de classe social baseando-se apenas em uma mera concepção de classe econômica, a qual desconsidera que os indivíduos mais pobres, em sua grande maioria, obtêm da atuação em trabalhos precários os rendimentos intermediários da sociedade brasileira. Ou seja, obtêm a faixa de renda que os posicionam como indivíduos que migram para o estilo de vida de uma dita NCM brasileira (Quadros, 2008; Abílio, 2011).

Além disso, é preciso reconhecer que os dados que subsidiam as pesquisas que suportam a ideia de uma NCM brasileira são oriundos, basicamente, das pesquisas realizadas pelo PNAD/IBGE. Isso requer entender que tais pesquisas contemplam, na verdade, informações sobre os rendimentos declarados pelos indivíduos entrevistados e, não necessariamente, os valores reais de seus rendimentos. Reconhecer essa circunstância significa entender que os dados sobre a renda dos trabalhadores brasileiros, que suportam os

estudos sobre a NCM, estão mais próximos de um simples levantamento opinativo dos indivíduos entrevistados, do que de uma apuração criteriosa dos rendimentos efetivamente auferidos por esses indivíduos. Logo, mostra-se como algo muito precipitado afirmar que o crescimento da renda aos brasileiros mais pobres lhes garantiu o acesso a recursos típicos de uma classe média tradicional no Brasil (Quadros, 2008; Souza, 2010; Abílio, 2011).

Se os dados sobre as rendas médias da população brasileira são aceitas como suficientes para se auferir a existência de uma NCM no país, mas essas informações consistam de pesquisas opinativas sobre as rendas dos trabalhadores, a ideia de uma NCM acaba por negligenciar uma série de outras questões envolvidas na vida cotidiana dos trabalhadores mais pobres. Por exemplo, deixasse de se discutir o fato do estilo de vida dos indivíduos mais pobres estar mediado, principalmente, pela dependência da utilização das redes públicas de serviços sociais - bastante sucateadas - que se apresentam no Brasil (Quadros, 2008; Abílio, 2011; Souza, 2009; 2012; Fleury, 2013).

Os membros de uma autêntica classe média desconhecem o uso dos serviços públicos oferecidos à população mais pobre, já que a utilização desses serviços não faz parte de suas rotinas diárias de trabalho e/ou vida social no Brasil (Quadros, 2008; Fleury, 2013). Se os indivíduos mais pobres precisam recorrer aos postos de saúdes públicos, com suas já conhecidas deficiências e limitações estruturais, os membros de uma autêntica classe média usufruem do acesso à planos de saúde privados de melhor qualidade. Se os indivíduos mais pobres vivem uma condição de maior vulnerabilidade social, em face da violência cotidiana que enfrentam nas periferias em que sempre moraram, os membros da classe média possuem recursos para residirem em áreas mais abastadas que contam com o uso de serviços especializados de segurança privada. Soma-se a isso o fato dos indivíduos mais pobres terem, em sua maioria, de estudarem em escolas públicas de baixa qualidade. Por outro lado, os filhos da classe média dispõem dos recursos necessários para frequentarem colégios privados de boa reputação e de reconhecida qualidade educacional (Fleury, 2013).

Enquanto as classes sociais forem compreendidas, no Brasil, enquanto meras concepções de classes econômicas, o discurso sobre a NCM brasileira continuará negligenciando as inúmeras diferenças de acesso aos recursos escassos da sociedade brasileiros entre os indivíduos que residem neste país. Assim, ideia de uma NCM acaba por representar não a ampliação da faixa de indivíduos que migraram para o estilo de vida de uma classe média tradicional. Mas representa, no máximo, uma classificação remediada para diferenciar os brasileiros mais pobres, dos que estão sob uma plena situação de miséria no contexto brasileiro (Quadros, 2008; Abílio, 2011; Souza, 2009; 2012).



Uma maneira possível para se resgatar a noção mais ampla de classe social – enquanto o modo como o mundo é visto e efetivamente vivido pelas pessoas em um determinado contexto (Souza, 2009; 2012; 2013) – seria resgatar, definitivamente, a categoria trabalho para dentro do debate sobre a NCM no Brasil. Além dos estudos de Quadros (2008) e Abílio (2011), os trabalhos de Souza (2012; 2013) caminham nesta direção. Na verdade, Souza (2012; 2013) é um dos pesquisadores de maior difusão na linha de contraposição à ideia de uma NCM brasileira. O ponto alto da crítica sociológica realizada por Souza (2012; 2013) é o seu reconhecimento de que todo o debate que envolve o conceito de NCM brasileira é, acima de tudo, um debate de cunho político. Autores como Abílio (2011) e Braga (2012) dirão de modo mais explícito, que a NCM se trata de uma criação/criatura do Lulismo (2003/2010). Mas, em todo o caso, a obra de Souza (2012, 2013) se contrapõe à ideia de uma NCM, argumento que, no Brasil, a suposta NCM está muito mais para uma “nova classe trabalhadora” ou de “batalhadores brasileiros”, do que para a real existência de uma classe média em franca expansão no país.

A linha de argumentação desenvolvida por Souza (2010; 2012) provém fundamentalmente de estudos empíricos. A condução de suas pesquisas dá pelo o que autor denomina de pesquisas qualitativas reflexivas (Souza, 2009). Neste tipo de abordagem empírica, o interesse de pesquisa centralizasse em conhecer o cotidiano e as rotinas diárias de vida dos trabalhadores brasileiros, em postos de trabalhos mais desprivilegiados e/ou situações mais extremas de vulnerabilidade social. Desse tipo de abordagem, Souza (2009; 2012; 2013) extrai os elementos empíricos necessários para se debater as desigualdades sociais brasileiras, e a invisibilidade de classes que permeia a realidade social dos trabalhadores mais pobres, que ocupam os postos de trabalho mais desprivilegiados do Brasil.

Exemplos do tipo de abordagem e discussão empreendidas por Souza (2009; 2012), constam de suas pesquisas embasadas em entrevistas sistemáticas junto de trabalhadores brasileiros atuantes em funções socialmente precárias e/ou tidas socialmente como degradantes. Foram entrevistados, por exemplo, catadores de papel e profissionais do sexo, os quais comporão um quadro mais amplo de outros trabalhadores/profissionais denominados provocativamente pelo autor de “ralé brasileira”, já que a intenção de Souza (2009) era apontar o quão marginalizados, no Brasil, são determinados profissionais brasileiros, em funções das ocupações laborais que exercem neste país. Em outro estudo, Souza (2012), também entrevistou profissionais atuantes em funções operacionais do setor de serviços brasileiro, tais como os operadores de telemarketing e os feirantes.

Para todos os fins, os estudos de Souza (2009; 2012) procurou compor um quadro empírico de dados para sustentar o seu argumento de que mesmo frente a uma séria de dificuldades sociais, políticas e culturais que perpassam a vida dos trabalhadores mais pobres brasileiros, eles são considerados membros de uma dita NCM brasileira, em face da faixa de rendimentos que auferem mensalmente. Mas, para Souza (2009; 2012; 2013), muito pouco o conhecimento sobre os rendimentos de determinados grupos de trabalhadores revela a dura realidade cotidiana de suas vidas. E este entendimento não foi algo concebido ao acaso pelo autor. De seus estudos empíricos, Souza (2009; 2012; 2013), consegue abstrair que a desconsideração da categoria trabalho, para se pensar à ideia de uma NCM brasileira, contribuiu para a existência de uma compreensão distorcida sobre os infinitos arranjos coletivos, pelos quais se organizam a classe trabalhadora em meio às históricas desigualdades socioeconômicas do país.

Como é possível notar, as incompreensões que cercam o entendimento sobre as classes sociais no Brasil também é um aspecto de debate nas pesquisas de Souza (2009; 2012; 2013). Um exemplo que nos ajuda a ilustrar esse tipo de abordagem está no estudo de Souza (2012), que revela o que há por detrás do fato de, ao longo da última década, os indivíduos mais pobres avolumaram as iniciativas empreendedoras de pequenos negócios (Neri, 2011a). O empreendedorismo dos indivíduos mais pobres tem sido algo caro ao discurso da NCM, o qual considera ter sido o recente crescimento econômico brasileiro, o grande encorajador para que as camadas mais populares investissem em seus próprios negócios (Neri, 2011a).

Mas, para Souza (2012), o fenômeno do empreendedorismo da classe trabalhadora simboliza apenas a tentativa dessa classe em experimentar uma condição de vida mais próxima das elites. Seja a manicure que abriu um pequeno salão em um cômodo de sua casa para atender as clientes do bairro em que vive; ou a revendedora de produtos de beleza que deixa o seu posto de emprego formal para se dedicar exclusivamente a atividade autônoma de venda; ou mesmo o motoboy que terceiriza os serviços de outros colegas de profissão para o atendimento das entregas contratadas nas grandes cidades (Abílio, 2014); o estilo de vida dos empreendedores mais pobres não reflete no atingimento de um grau social diferenciado à classe trabalhadora (Abílio, 2014). Mesmo sem se darem conta, o estilo de vida mantido em seus cotidianos, após abertura de seus pequenos empreendimentos, muitas vezes, não difere do próprio trabalhador que empregam em seus negócios (Souza, 2012).

Os indivíduos mais pobres que empreendem acabam por adentrarem em limites não definidos de classes. E por mais que eles acreditem terem acessado uma condição de vida melhor, a realidade cotidiana lhes mostra que essa condição jamais se concretizou em suas

vidas ou nas melhora de seus hábitos sociais (Souza, 2012). A questão que se apresenta é que o discurso da NCM traz consigo a sensação de que ao existir uma “pequena burguesia de novo tipo” (Souza, 2010, p. 56), a vida da classe trabalhadora brasileira está muito melhor do que já foi no passado. Como essa melhora não é vista no cotidiano de sua vida, já que permanece morando nas periferias; prossegue fazendo uso dos serviços públicos de transporte e saúde; e continua a estudar em escolas de menor prestígio e de evidente deficiência educacional; a pequena burguesia empreendedora contribui, na verdade, para a existência de limites não definidos do que vem a ser a questão de pertencimento de classe no Brasil e, portanto, a própria noção de classe social no contexto brasileiro (Souza, 2012; Abílio, 2011; 2014).

Em suma, os estudos produzidos por Souza (2009; 2010; 2012) buscam evidenciar as interfaces existentes entre a natureza do trabalho realizado pelo o individuo mais pobre e o seu efetivo estilo de vida na sociedade brasileira contemporânea. Para o autor, não dissociar a categoria trabalho do debate contemporâneo sobre os dilemas sociais do Brasil é uma das maneiras mais apropriadas para se pensar à questão da invisibilidade de classes e da desigualdade social característica do país. Vem a ser também uma forma de se pensar os processos de mobilidade social da classe trabalhadora. Para tanto, Souza (2009, 2012, 2013) se vale do entendimento de que os capitais social e cultural – para além do econômico – são essenciais para a definição da posição social dos indivíduos no contexto brasileiro. Isto porque, ao falarmos de processos de mobilidade social, estamos falando dos modos como o mundo é visto e vivido pelos indivíduos através de suas experiências objetivas de vida coletiva (Souza, 2009; 2012). Essa experiência coletiva está perpassada, inevitavelmente, pela bagagem social e cultural desses indivíduos, de modo que assimilar os capitais social e cultural, em jogo na definição do estilo de vida dos grupos sociais brasileiros, faz ser possível apreender de que forma se consolidam os efetivos processos de mobilidade social no país e, assim, a própria formação das classes sociais brasileiras (Souza, 2012; 2013).

A camada social denominada como a NCM brasileira, se constitui de uma experiência objetiva de vida que não oferece aos seus membros a possibilidade de alteração definitiva de seus padrões sociais e culturais, para os experimentados por uma típica classe média (Souza, 2012; Kerstenetzky & Uchôa, 2013; Salm & Bahia, 2013). Pesquisas como a de Souza (2009; 2012; 2013), nos mostram que os processos de mobilidade social dos indivíduos da dita NCM são mínimos, pois esses indivíduos permanecem sob a vivência de circunstâncias objetivas muito difíceis de vida, seja pelo fato deles: não terem conseguido migrar das zonas periféricas em que sempre residiram; por possuírem um acesso restrito a

cursos de graduação em universidades de elite e de boa qualidade em termos de educação; ou mesmo por continuarem a ocupar predominantemente as posições menos privilegiadas do mercado de trabalho brasileiro. Esse cenário é o que Tilly (1999) apontou como a condição necessária para que a desigualdade se torne algo durável na vida nos indivíduos mais pobres.

Se por um lado, os estudos de Souza (2009, 2012, 2013) têm contribuído para as contraposições ao discurso sobre a NCM brasileira, os estudos de contraposição à NCM, que utilizam a categoria trabalho como centro de sua argumentação, não se limitam as abordagens empreendidas pelo referido autor. Pesquisadores como Pochmann (2012), também utiliza a categoria trabalho para o debate da NCM e das classes sociais brasileiras. O tipo de abordagem realizada por Pochmann (2012) é de cunho marxista, o que nos ajuda a compreender o porquê de suas contraposições aos estudos de Neri (2008; 2011a). O estudo de Pochmann (2012) trabalha o entendimento de que o modo como o mercado de trabalho é acessado pelos indivíduos mais pobres e os tipos de ocupações por eles preenchidas ajudam a dimensionar a pluralidade da estrutura social brasileira. A linha de argumentação explorada por Pochmann (2012) segue o entendimento de que o conceito de NCM brasileira está, muito mais, engajada à lógica de mercado, que associa os rendimentos dos indivíduos ao seu poder consumo, do que para a constatação de uma mudança em termos do tipo de ocupação profissional exercida pelos trabalhadores brasileiros mais pobres. É nesse sentido que, para Pochmann (2012), não é possível afirmar que houve a expansão de uma NCM no Brasil. O que teria ocorrido, na verdade, seria a expansão da classe trabalhadora situada em funções operacionais da pirâmide social de nosso país.

Mas no caso dos estudos produzidos por Márcio Pochmann, que é bacharel e doutor em economia pela Universidade de Campinas (UNICAMP), cabe ressaltar que o referido autor já foi diretor do IPEA, entre os anos de 2007 e 2012. Essa observação cabe neste momento, pois, as contraposições de Pochmann (2012) ao conceito de NCM, não parecem refletir um real distanciamento dos critérios econômicos de renda que suportam o conceito de NCM, desenvolvido por Neri (2008; 2011a). Enquanto Pochmann (2012) vai argumentar que a NCM nada mais é do que uma opção partidária que assume como motor de expansão de uma nova classe social, o aumento do volume de trabalhadores atuantes em ocupações operacionais, ao mesmo tempo, tal autor articular críticas as precárias condições de trabalho desses indivíduos, do que propriamente tecer uma crítica sistemática ao conceito de NCM brasileira. Não que este enfoque não seja pertinente e não careça de uma agenda de investigação. Mas o fato é que a contraposição à ideia de uma NCM não se consolida, talvez

pelo o fato de Pochmann já ter assumido, no passado, uma posição de comando no IPEA, o qual lhe aproximou das perspectivas do governo petista em atuação.

Arriscamos dizer que talvez o verdadeiro embate empreendido por Pochmann seja o de confrontar a figura de Marcelo Neri. Ambos são economistas de formação e já assumiram postos de comando nas agendas políticas do governo petista. No entanto, foi Neri quem ganhou maior difusão nos veículos de mídia com a publicação de suas pesquisas sobre a NCM brasileira. Neri também foi contemplado com o posto de superintendência da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) do governo brasileiro. E, esse tipo de nomeação, implica em uma condição de *status* junto ao governo em questão o que, em maior ou menor grau, acirra as disputas entre pesquisadores que se preocupam com questões de pesquisa similares e, acima de tudo, já assumiram postos estratégicos dentro do governo.

Mas como as possíveis intempéries entre Pochmann e Neri não são o nosso objeto de atenção no desenvolvimento do referencial teórico-empírico desta tese, cabe-nos prosseguir indicando que também foram produzidas pesquisas de contraposição à ideia de uma NCM que, a partir da percepção dos próprios trabalhadores brasileiros, debateram a questão da identidade e pertencimento de classe dos indivíduos tidos como membros dessa “nova” classe (Salata & Scalon, 2013; Salata, 2014).

Tais pesquisas vão mostrar que o sentimento de pertencimento de classe de indivíduos de uma verdadeira classe média, perpassa a dimensão moral e cultural de seus estilos cotidianos de vida. Por esse motivo, tais indivíduos tem aversão aos empréstimos e dívidas de longo prazo; possuem um gosto mais refinado para o consumo de bens e serviços; e priorizam a obtenção de uma educação de boa qualidade aos seus membros. Além disso, os membros de uma real classe média incorporam, em seu cotidiano, o investimento em atividades culturais – como ida a teatros e visitas a museus – para a ampliação de suas visões de mundo e bagagens cultural de modo geral (Salata & Scalon, 2013; Salata, 2014). O ponto é que os membros de uma classe média tradicional estabelecem os seus sentimentos de pertencimento de classe, para além do mero aspecto econômico que acessam por meio de suas rendas em termos de salários. É menos uma condição financeira específica. É mais um comportamento duradouro de prioridades sociais para compor o estilo de vida de uma classe e, portanto, o sentimento de real pertencimento a ela (Salata & Scalon, 2013).

Mas quando o enfoque recaí sobre os indivíduos da chamada NCM brasileira, é possível notar que eles não se identificam com a condição de classe média que lhes é atribuída (Salata & Scalon, 2013; Salata, 2014). Isto porque, para os membros da dita NCM brasileira, a noção de pertencimento a uma classe média não se concretizou em suas vidas, pela mera

obtenção de melhores salários e de um novo poder de consumo (Salata, 2014). Se os próprios trabalhadores brasileiros, identificados como membros da NCM, não se reconhecem enquanto pertencentes à classe média brasileira, é mesmo possível afirmar que o Brasil é o país de uma “nova classe média”? Debateremos essa questão na seção a seguir.

#### **1.2.4 Brasil, o país de uma “nova classe média”?**

Como pudemos observar, na seção anterior, os pesquisadores e cientistas sociais que se contrapuseram à ideia de uma NCM brasileira, apresentaram uma abordagem de cunho mais estrutural sobre o fenômeno, se comparado os estudos econômicos que se atentaram exclusivamente ao critério de renda para a definição do conceito. Se para Neri (2008; 2011a), os níveis intermediários de renda da população brasileira representaram a ampliação da classe média no país; Pochmann (2012) vai argumentar que a NCM nada mais é do que o aumento da classe trabalhadora atuante em ocupações operacionais. Se para Neri (2008; 2011a) a NCM representa o maior fenômeno social contemporâneo brasileiro; Souza (2012) vai dizer que a NCM nada mais é do que um contingente de “batalhadores brasileiros” que enfrentam, desde o seu nascimento, carências de todos os tipos. Além disso, pesquisas como a de Salata e Scalon (2013), vão nos mostrar que o sentimento de pertencimento à classe média também não se manifestou entre os indivíduos tidos como seus membros legítimos. E, em suma, a noção de NCM transformou o entendimento de classes sociais em meras classes econômicas no Brasil (Quadros, 2008; Abílio, 2011; Souza, 2012).

No que concerne as críticas sociológicas ao discurso da NCM, vale notar que ela tentou nos mostrar que associar os níveis de renda da população brasileira inteiramente ao seu poder de consumo não significaria constatar, *per se*, a ocorrência de uma imediata mobilidade social ascendente aos indivíduos situados nas camadas mais pobres do Brasil (Quadros, 2008; Abílio, 2011; Sobrinho, 2011; Souza, 2012; Bartelt, 2013; Fleury, 2013). Mas isso não requer entender que os opositoristas à ideia de uma NCM, não reconheçam a importância da elevação da renda e poder de consumo à população mais pobre – estandartes da ideia de uma NCM - enquanto um mecanismo capaz de lhes proporcionar o acesso a um padrão de bens e serviços diferenciado (Souza, 2012; Kerstenetzky & Uchôa, 2013; Salm & Bahia, 2013). Tampouco as críticas ao conceito representam a tentativa de se fazer um mero reducionismo sobre os avanços obtidos pelos últimos três governos no país (Quadros et al., 2013). Os estudos de contraposição ao conceito de NCM reconhecem que ocorreram progressos. Mas o fato é que não cabe esperar de um discurso eminentemente sustentado pela ótica econômica

de renda, ou seja, o discurso sobre a existência da NCM, as compreensões para todos os dilemas da atual realidade brasileira (Souza, 2013).

O que a visão sociológica pretende ao desconstruir a ideia de uma NCM é fortalecer a sua linha argumentativa de que as mudanças efetivas na vida dos indivíduos mais pobres só podem surgir, de fato, quando lhes são oferecidas condições duradouras para se transformar os seus hábitos sociais, a ponto de lhes fazerem acessar um estilo de vida mais próximo do vivido pelas elites (Abílio, 2011; Souza, 2012; Costa, 2013; Quadros et al., 2013; Kerstenetzky & Uchôa, 2013; Salata, 2014). Incrementos em termos de renda e poder de consumo não seriam, pois, suficientes para essa transformação (Souza, 2009; 2012). Diante de críticas dessa natureza, aos economistas, defensores da NCM, restam se blindarem das críticas sociológicas argumentando que a “nova classe média” de que falam, refere-se apenas ao grupo de indivíduos que possuem a renda média da sociedade brasileira sendo, portanto, uma referência a “classe média no sentido estatístico” (Neri, 2011a, p. 83).

No entanto, convenhamos que o discurso econômico da NCM, tal como ele foi difundido pelos veículos de comunicação em massa e, sobretudo, pelo governo brasileiro, não se isentou de trazer em seu bojo a ideia de que milhões de brasileiros passaram, ano após ano, a viverem sobre o designo de um segmento social típico de classe média. Ou seja, por mais que os economistas tentem se defender das críticas ao conceito da NCM, o discurso sobre a sua existência, além de ter sido conveniente para o atual governo brasileiro, não deixou de conferir um caráter de classe às recentes mudanças ocorridas no Brasil.

O ponto é que a tentativa de se associar a ideia de uma NCM o efetivo alcance de um estilo de vida típico de uma classe média tradicional no Brasil, acabou por confundir cidadania com consumo (Bartelt, 2013). Mas, como bem apontou os estudos como o de Salata e Scalon (2013) e Abdala (2014), a noção de classe média não é sinônimo exclusivo de um padrão de consumo diferenciado obtido por meio de um novo patamar de renda. O estrato social da classe média e, portanto, o sentimento de pertencimento real à essa classe, inclui o alcance à um estilo de vida duradouro que envolve morar “bem”; ter uma educação “distintiva”; consumir serviços “de qualidade”; e, ter acesso a “capitais” de outros tipos - para além do financeiro - a fim de se tornar possível a construção de uma verdadeira identidade de classe aos indivíduos desse grupo social (Salata & Scalon, 2013; Kerstenetzky & Uchoa, 2013; Salata, 2014).

O aspecto a ser ressaltado aqui é que a ascensão dos indivíduos mais pobres a uma condição de classe média está na dependência de que os mesmos possam ter um acesso efetivo a bens e serviços de qualidade (Kerstenetzky & Uchoa, 2013). Mas, enquanto o

discurso da NCM se estabelecer apenas por meio das faixas de renda intermediárias da população, não será possível discutir as reais proximidades dos membros da NCM a um estilo de vida típico de uma classe média tradicional (Quadros et al., 2013). Se for certo que os membros da NCM brasileira escaparam da pobreza mais degradante (Neri, 2008; 2011a; Barros et al., 2011; Lamounier & Souza, 2012), eles ainda continuam levando uma vida de grandes sacrifícios para manterem a sua “nova” condição social (Souza, 2012; 2013). Acreditar piamente no discurso da existência de uma NCM, que cresce pelo aumento dos rendimentos e do poder de consumo, é, na verdade, uma maneira conveniente para se legitimar o discurso de que a histórica desigualdade socioeconômica brasileira (Bresser-Pereira, 1962; Souza, 2013), foi definitivamente superada.

Para que não contribuamos para esse tipo de interpretação equivocada sobre o Brasil, distinguir os membros da classe média tradicional dos tidos como membros da NCM brasileira, ainda é um embate que se faz necessário para se compreender o Brasil contemporâneo (Cohn, 2013). Isso porque, a concepção convencional de classe média se identifica com a manutenção de um *status quo* social e econômico de certo tipo, enquanto a ideia de uma NCM identifica-se, muito mais, com a promessa de que há uma condição social, dentro da qual é possível se atingir melhores condições de vida por meio do consumo (Fleury, 2013). O mérito dos estudos de contraposição à ideia de uma NCM brasileira (Souza, 2010; 2013; Abílio, 2011; Sobrinho, 2011; Scalon & Salata, 2012; Quadros et al., 2013; Salata, 2014; entre outros) não está, propriamente, em questionar o porquê mais de 50% da população brasileira está situada numa faixa de rendimento médio da sociedade. Trata-se, na verdade, de seus potenciais em questionar os princípios que orientaram a construção desse discurso *mainstream* sobre a NCM que, para o bem ou para o mal, tem exercido claras implicações nos rumos políticos do Brasil (Sobrinho, 2011; Madsen, 2013).

Atualmente, o desafio maior apresentado pela discussão sobre a NCM brasileira é a tentativa de se encontrar meios para se restabelecer a discussão sobre o desenvolvimento brasileiro, para além do discurso sobre o crescimento econômico e do consumo, ocorrido no país, ao longo da última década. Como qualquer representação de uma dada realidade social, a ideia sobre uma NCM não tem deixado de incidir no modo como compreendemos a realidade contemporânea brasileira (Sobrinho, 2011). Portanto, para que outras interpretações possam surgir e ampliar o debate sobre a NCM brasileira, cabe-nos investigar empiricamente de que modo essas mudanças foram incorporadas no cotidiano dos trabalhadores brasileiros e de que maneira elas nos ajudam a pensar o Brasil contemporâneo. Em busca de empreender esse debate, desenvolvemos a nossa pesquisa de campo detalhada, em suas minúcias, a seguir.



## PARTE II – A PESQUISA EMPÍRICA

---

### 2.1 Natureza do estudo e tipo de pesquisa

Esta pesquisa se constitui de um estudo teórico-empírico de natureza qualitativa por ser, como indica Cunliffe (2011), uma abordagem subjetivista cujo núcleo de pressupostos ontológicos dá condições para compreender a natureza da realidade<sup>6</sup> pesquisada, a partir das perspectivas e interpretações oriundas dos diferentes indivíduos envolvidos no processo, experiência ou situação. No caso desta pesquisa, a natureza qualitativa do estudo nos permitiu considerar os relatos de jovens de baixa renda que migraram, ao longo da última década, para a dita “nova classe média” brasileira, para que fosse possível investigar as mudanças ocorridas em suas condições de vidas e trajetórias profissionais.

Para que o propósito de nosso estudo fosse atingido fizemos uso perspectiva exploratória de pesquisa, pois, conforme Astley (1985), um estudo dessa natureza tem a finalidade de conhecer inicialmente as características de um fenômeno para procurar em momento posterior, explicações de suas causas e consequências, tal como foi a intenção de nossa investigação. Isto porque, um estudo de caráter qualitativa-exploratório viabiliza ao pesquisador a possibilidade de acessar uma compreensão detalhada acerca do que os indivíduos pesquisados vivenciam e como eles interpretam as próprias experiências. Ou seja, esse tipo de estudo fornece condições de apreender certas características, peculiaridades, nuances e trajetórias de um grupo específico de atores sociais (Bluhm *et al.*, 2011). Buscamos assim, preservar a riqueza, expressividade e complexidade das experiências dos participantes de nossa pesquisa (Martins & Theóphilo, 2007), a fim de que pudéssemos nos aproximar da compreensão do fenômeno debatido nesta tese.

Vale ressaltar que a pesquisa qualitativa-exploratória não se orienta pela busca da verificação através de critérios mensuráveis para interpretar um fenômeno, pois seu foco está em conseguir auxiliar o pesquisador na investigação dos aspectos subjetivos envolvidos na situação em estudo (Godoi & Balsini, 2006). Esta característica advém do próprio termo “qualitativo”, vez que o mesmo transmite significações como à busca pela essência e pela intensidade do fenômeno estudado (Demo, 2000), o que conflui com o propósito da pesquisa.

---

<sup>6</sup> A realidade da qual nos referimos conflui com o argumento de Guba & Lincoln (1994), de que nada mais é do que um contexto dotado de significado, construído, local e específico, e que não tem, por sua vez, a pretensão de generalizar as descobertas de forma ampla, como é o caso nesta investigação.

A seguir detalhamos qual foi o instrumento de coleta de dados, bem como os procedimentos metodológicos adotamos na condução de nossa pesquisa de campo.

## **2.2 Instrumento de coleta de dados e procedimentos metodológicos**

A nossa pesquisa empírica contemplou o uso de pesquisa documental e entrevistas em profundidade junto a 42 jovens trabalhadores. No que se refere às entrevistas, a coleta de dados ocorreu a partir da estratégia de narrativas biográficas (Davis, 2003). Esse tipo de estratégia de pesquisa se constitui pela produção de narrativas que transmitam memórias e interpretações dos próprios participantes engajados no fenômeno investigado (Santamarina & Marinas, 1999; Becker, 1999). Além disso, as narrativas biográficas procuram nos dotar de elementos para se captar o que acontece na interface da esfera individual com a social do entrevistado, visto que a sua intenção é possibilitar ao pesquisador a identificação dos elementos do presente das narrativas dos entrevistados que se fundem com evocações passadas de suas biografias (Paulilo, 1999). As narrativas biográficas foram coletadas junto aos entrevistados por meio de entrevistas em profundidade, nas quais buscamos abordar aspectos do conteúdo, volume, variedade, dinâmica e sentido do trabalho aos participantes de pesquisa, por meio de um roteiro semiestruturado (ver apêndice A).

De forma complementar, a nossa coleta de dados empíricos também contou com pesquisa documental sobre dados econômicos e estatísticos em bases como IBGE, IPEA, OCDE e OIT. Buscamos, assim, contextualizar as grandes temáticas de nossa pesquisa – NCM, jovens de baixa renda e trajetórias profissionais - para que pudéssemos apreender o local do qual emergiam as falas de nossos entrevistados e, de que forma, os seus relatos se incorporavam ao recente desenvolvimento econômico testemunhado no Brasil.

Os critérios adotados para a identificação de potenciais participantes de pesquisa foram os seguintes: (i) indivíduos entre 28 e 36 anos de idade; (ii) que tivessem iniciado suas trajetórias formais de trabalho no ano de 2001; (iii) cujo primeiro posto formal de trabalho tenha sido de baixa remuneração; e, (iv) que, atualmente, fossem indivíduos consideramos membros da NCM brasileira. Todos os critérios foram atendidos para a formação do grupo de entrevistados desta pesquisa. As razões que nos levaram a estabelecer esses critérios para a identificação dos participantes deste estudo surgirão de razões variadas. As esclarecemos a seguir.

No que se refere ao critério etário estabelecido para a identificação dos participantes desta pesquisa, entendemos que para se investigar as trajetórias de jovens brasileiros de baixa

renda seria necessário, primeiro, delimitarmos o que entendíamos por “jovens”. No caso, pareceu razoável adotarmos o parâmetro oferecido pelos estudos realizados pela OIT, ou seja, de que são jovens indivíduos com idades entre 15 e 24 anos. Mas, como em nossa pesquisa o público alvo seriam jovens atuantes no mercado formal de trabalho e, sendo no Brasil as posições formais de trabalho de vínculo CLT ocupadas apenas por indivíduos a partir dos 16 anos de idade (Brasil, 2013), nesta pesquisa consideramos como sendo os jovens participantes da pesquisa aqueles indivíduos, que no ano de 2001, tivessem idades entre 16 e 24 anos quando do início de suas trajetórias formais em postos de baixa remuneração.

Se por um lado o critério etário estabelecido nos ajudou a encontrar uma delimitação para o termo “jovem” em nossa pesquisa, percebemos que seria necessário associar este critério ao recorte temporal do estudo para que, assim, pudéssemos delimitar as idades mínimas e máximas dos indivíduos a serem considerados como potenciais participantes da pesquisa. Primeiro, vale esclarecer que o recorte temporal de nossa pesquisa consiste do período 2001-2013, o qual nos pareceu ser capaz de proporcionar o estudo das trajetórias dos jovens ao longo do tempo em que se deu o surgimento da dita NCM no Brasil.

Por essa razão, ao ser estabelecido o recorte temporal 2001-2013 para se investigar as trajetórias dos jovens participantes da pesquisa, entendemos que o intervalo etário mínimo e máximo dos possíveis entrevistados deveria estar entre 28 e 36 anos, quando do momento da coleta de dados. Isso porque seriam esses os indivíduos que, no ano de 2001, teriam iniciado suas trajetórias profissionais com idades entre 16 e 24 anos, sendo este o nosso parâmetro para o termo “jovem”, nesta pesquisa.

Estabelecidos os critérios para delimitação dos participantes pretendidos nesta pesquisa, nos ocupamos em encontrar possíveis lócus de pesquisa. Vários locais foram considerados. Mas, para que possamos esclarecer quais foram os lócus realmente utilizados em nossa investigação, esclareceremos quais foram às alterações ocorridas em nosso projeto inicial de pesquisa e de que modo essas alterações influenciaram na posterior delimitação de nossos lócus de pesquisa. Demarcaremos, dessa forma, os porquês de alguns lócus de pesquisas terem sido considerados e outros descartados em nosso processo de coleta de dados.

De início, o nosso projeto de qualificação de tese foi apresentado à banca avaliadora - ocorrida em junho de 2013 - sem que tivéssemos delimitado as áreas de atuação profissional dos jovens a serem entrevistados. Na ocasião, considerávamos que independente da área de atuação profissional dos entrevistados, o projeto de tese tinha por prioridade conhecer como se desenvolveram as trajetórias de jovens trabalhadores de baixa renda até o ponto de eles serem considerados membros da NCM brasileira. Diante dos limites não definidos do projeto

de tese, a banca de qualificação sugeriu a utilização de um recorte específico de pesquisa - fosse pela profissão ou área de atuação - a fim de nos proporcionar um foco menos difuso sobre os possíveis participantes da pesquisa. Para tanto, a própria banca de qualificação fez algumas sugestões. E, na ocasião, definimos como sendo um recorte apropriado de pesquisa o de hotelaria brasileiro. Alguns argumentos foram utilizados para apoiar tal delimitação, dentre os quais estavam à eminência do setor hoteleiro estar aquecido em face dos grandes eventos esportivos que seriam sediados no Brasil - nomeadamente a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Pesquisa. Essa circunstância tornava tal setor de interesse para se conhecer quais seriam as demandas e dificuldades enfrentadas pelos os profissionais atuantes nessa área no Brasil.

De comum acordo, delimitamos - ainda durante a banca de qualificação - como sendo o setor de hoteleira a área de interesse para a identificação dos participantes de pesquisa de nossa tese. Para nos auxiliar, um dos professores da banca de qualificação mencionou que conhecia o professor de direito do trabalho atuante no curso de graduação em Administração de Empresas da EAESP/FGV. Esse atuava junto ao sindicato dos trabalhadores hoteleiros de São Paulo, de modo que poderia nos intermediar o contato inicial com possíveis entrevistados. Portanto, a nossa primeira tentativa de lócus de pesquisa foi junto ao sindicato dos trabalhadores hoteleiros da cidade de São Paulo.

De pronto, o professor de direito do trabalho prontificou-se em fazer uma reunião com o estudante/pesquisador na sede da própria EAESP/FGV. Essa reunião seria utilizada para que pudéssemos esclarecer qual era o propósito de nossa pesquisa de tese e de que maneira o contato com o sindicato poderia nos ajudar no desenvolvimento do estudo. Demonstrando interesse pelo tema da tese, o professor de direito do trabalho fez algumas perguntas sobre o porquê do interesse do estudante/pesquisador sobre o assunto. Ouvindo um pouco sobre qual havia sido a trajetória profissional pregressa do estudante/pesquisador, bem como o seu interesse em debater o tema de pesquisa no contexto do Brasil contemporâneo, o professor telefonou a gestora do sindicato hoteleiro a fim de agendar, ainda para aquela tarde, uma reunião para tratarmos da possibilidade de se realizar a pesquisa junto aos profissionais vinculados ao sindicato. A reunião foi agendada com facilidade, de modo que prontamente saímos da EAESP/FGV em direção ao sindicato hoteleiro localizado no centro da cidade de São Paulo.

Utilizando o metrô como meio de transporte até o sindicato, o professor de direito do trabalho, ainda demonstrando interesse pela a pesquisa, utilizou o tempo do percurso para nos indagar mais algumas questões sobre a pesquisa. Ele apontou resultados que eventualmente a

pesquisa poderia vir a encontrar, bem como, falou um pouco sobre a sua própria trajetória acadêmica e vivência profissional na cidade de São Paulo. Ao chegarmos ao sindicato hoteleiro, notamos o quão familiarizado era o professor de direito do trabalho junto aos demais profissionais atuantes no sindicato. Rapidamente o estudante/pesquisador foi apresentado a todos os membros do sindicato, os quais se mostraram receptivos com a pesquisa.

Após ouvir os esclarecimentos feitos pelo o estudante/pesquisador e tomar conhecimento da carta de compromisso de confidencialidade de pesquisa assinadas pelo o estudante/pesquisador e sua professora orientadora (ver apêndice B), a gestora mencionou que o sindicato era proprietário de um Hotel Escola. Mesmo sendo esse um empreendimento hoteleiro já em funcionamento, o mesmo continha em seus quadros profissionais jovens trabalhadores em formação ou em aperfeiçoamento para atuação no setor de hotelaria. A gestora complementou que provavelmente boa parte desses funcionários estaria dentro do recorte de pesquisa delimitado para a pesquisa de tese.

A carta de compromisso de confidencialidade de pesquisa esclarecia qual era o objetivo central da pesquisa de tese; quais participantes de pesquisa eram de interesse ao estudo; e, que a pesquisa asseguraria o anonimato de todos os indivíduos e instituições que colaborassem com a sua realização. Tal foi a importância dessa carta que no dia seguinte a reunião realizada junto a gestora do sindicato hoteleiro, a própria gerente do Hotel Escola telefonou para o estudante/pesquisador, a fim de confirmar os compromissos estabelecidos e definir a data para início da pesquisa. A própria gerente do Hotel Escola se comprometeu em apresentar ao estudante/pesquisador uma listagem com os nomes dos funcionários que adentrassem aos critérios de seleção dos participantes de pesquisa. Nesse caso, o critério predominante foi o de idade, já que todos os cerca de 70 funcionários do Hotel Escola – incluindo a própria gerente – haviam iniciado suas vidas profissionais em funções de baixa remuneração. O que se distinguia, no caso, era o tempo de experiência profissional de cada funcionário. Caberia, portanto, ao estudante/pesquisador identificar na listagem oferecida pela gestora do hotel, quais funcionários atendiam a todos os demais critérios requeridos pela pesquisa, principalmente, o relacionado à faixa etária, de forma a agendar entrevistas individuais com todos os funcionários que adentrassem ao recorte de pesquisa pretendido. Contudo, a gerente do Hotel Escola disse que ela mesma adentrava ao perfil dos entrevistados e que ela gostaria de ser uma das entrevistadas. Na verdade, a gerente do Hotel Escola se mostrou interessada pelo o tema da pesquisa, o que lhe fez solicitar ao estudante/pesquisador o envio de um *briefing* dos principais resultados da pesquisa, quando de sua conclusão. O fato

é que o interesse manifestado pela gerente, sobre a pesquisa, contribuiu para que ela oferecesse ao estudante/pesquisador um dos salões de eventos do próprio Hotel Escola para que pudessem ser conduzidas as entrevistas individuais junto aos funcionários que aceitassem participar.

Ficamos um pouco reticentes sobre o fato das entrevistas junto aos funcionários do Hotel Escola terem de ser realizadas em seu próprio ambiente de trabalho. O receio era que essa circunstância se tornasse um elemento inibidor para o conteúdo dos relatos dos funcionários participantes. Contudo, a gerente endossou que por ser tratar de um Hotel Escola, os funcionários já estavam acostumados em participar mensalmente de treinamentos, palestras, consultas e dinâmicas, dentro do próprio hotel, em seu cotidiano de trabalho. As entrevistas seriam, portanto, encaradas apenas como mais uma dessas atividades complementares oferecidas pelo o Hotel Escola. Além disso, o tempo gasto em cada entrevista poderia ser administrado de acordo com as necessidades do estudante/pesquisador, já que o andamento das atividades de serviço no hotel não seria afetado pela ausência individual de um funcionário em horários intercalados. A única restrição imposta pela gerente do Hotel Escola foi que só poderiam ser entrevistados os funcionários que se dispusessem voluntariamente a participar da pesquisa, já que toda a gama de atividades paralelas que ocorrem no hotel conta com a participação espontânea dos funcionários que ora optam em participar de algumas atividades ora preferem aguardar um próximo treinamento/atividade.

Já no dia marcado para a condução das entrevistas no Hotel Escola, o estudante/pesquisador pode conversar pessoalmente com a gestora do hotel e com os 19 funcionários – potenciais participantes da pesquisa – que foram identificados por meio da listagem inicial formulada a partir das idades dos funcionários. Aproveitamos esse momento de contato pessoal com os possíveis entrevistados para lhes esclarecer que o nosso objetivo era apenas poder “bater um papo com eles” sobre suas trajetórias profissionais. Foi-lhes assegurado que seriam mantidos em anonimato os seus nomes e cargos. Também esclarecemos que essa conversa não se tratava de nenhum tipo de avaliação profissional demandada pelo sindicato hoteleiro ou pela gerente do hotel. Para endossar que o estudante/pesquisador era um membro externo e que não possuía vínculo com o sindicato hoteleiro, foi entregue individualmente aos funcionários um cartão de visitas que continha o timbre da EAESP/FGV e a menção da condição de aluno de doutorado do estudante/pesquisador em questão. A apresentação do cartão de visitas parece ter contribuído, nesse primeiro momento, para uma aproximação junto aos funcionários.

Em posse da listagem com os nomes de todos os 19 funcionários comprometidos no recorte etário e ao perfil de participantes de pesquisa pretendido, o estudante/pesquisador solicitou que funcionários interessados em participar voluntariamente de um “bate papo” individual sobre suas trajetórias profissionais que, por favor, assinalassem o seu nome na listagem. Quinze funcionários se propuseram a participar da pesquisa. Feito isso, o estudante/pesquisador considerou, a partir do roteiro semiestruturado de entrevista, que usaria em torno de uma hora para cada entrevista e, assim, realizou o agendamento das mesmas.

Estando a sós com o primeiro funcionário, o estudante/pesquisador agradeceu novamente a disponibilidade do funcionário em participar da pesquisa; mencionou que aquele “bate papo” teria o seu áudio gravado apenas para que pudéssemos conversar sem interrupções; e que, em um momento posterior, essa gravação seria utilizaria para transcrever o conteúdo de nossa conversa. Além disso, seriam feitas algumas anotações em papel ao longo de nossa conversa. Tais anotações nos ajudariam a lembrar alguns detalhes mencionados pelo entrevistado ao longo de nossa conversa. Feitos esses esclarecimentos e estando o funcionário de acordo com o registro em áudio da entrevista, o gravador era ligado e deixado sobre a mesa.

Todas as entrevistas foram iniciadas com uma espécie de “frase quebra-gelo” que, no caso, era “Que bom que você veio conversar comigo, porque hoje eu vim aqui apenas pra ouvir um pouco de sua história”. Essa tentativa de aproximação do estudante/pesquisador junto aos participantes de pesquisa se mostrou bem-sucedida, na medida em que eles estavam curiosos sobre o conteúdo daquela conversa que estava por se iniciar. A partir de então, o estudante/pesquisador conduziu as entrevistas utilizando um roteiro de apoio predefinido com questões que abrangiam aspectos sobre trabalho, família, educação e atividades de lazer dos entrevistados. Vale ressaltar que além das questões do roteiro predefinido eventualmente foram acrescentadas novas perguntas de acordo com devolutiva obtida dos entrevistados. Ao longo dos dois dias de entrevistas realizada no salão de eventos do Hotel Escola, todos os quinze funcionários que se voluntariaram a participar da pesquisa foram entrevistados. Nenhuma entrevista excedeu o tempo de uma hora. A média geral foi de 48 minutos para cada entrevista.

Considerando que a quantidade de quinze entrevistas realizada no Hotel Escola ainda não era o suficiente para o desenvolvimento de nossa pesquisa, já que havíamos considerado na banca de qualificação da tese um número ideal de 60 entrevistados, passamos a mapear outras alternativas de novos lócus e participantes de pesquisa. Antes vale ressaltar que não optamos por não utilizar a técnica de *snowball* (Biernarki & Waldorf, 1981), pois essa

estratégia acabaria nos levando a constituir um grupo de entrevistados muito homogêneo e que partilhariam das mesmas circunstâncias profissionais e de vida de seus pares. Vez que essa homogeneização não seria benéfica para a pesquisa, optamos por procurar lócus de pesquisas diferentes nas mais diferentes regiões da cidade de São Paulo. O objetivo foi assegurar a formação de um grupo plural de entrevistados à pesquisa.

Como segunda alternativa de lócus de pesquisa nos ocorreu a tentativa de identificar possíveis participantes em instituições de ensino superior que oferecessem cursos de graduação em turismo e hotelaria na cidade de São Paulo. Esta nos pareceu ser uma forma de preservar o recorte sobre o setor hoteleiro em nossa pesquisa. Como não possuíamos contatos diretos com coordenadores de cursos de turismo e hotelaria na cidade de São Paulo, optamos por procurar os seus endereços de e-mail nos sites das instituições de ensino superior. A intenção seria lhes enviar por e-mail, uma solicitação de acesso a campo – endossado pela a carta de compromisso e confidencialidade da pesquisa – a fim de contatar possíveis alunos que adentrassem o perfil de pesquisa desejado. Para tanto, o foco estaria sobre os alunos entre 28 e 36 anos que estivessem matriculados nos respectivos cursos das instituições contatadas. Seis instituições de ensino foram contatadas via e-mail para os coordenadores dos cursos. A taxa de retorno foi praticamente nula, exceto por uma coordenadora que nos respondeu dizendo que veria a possibilidade de nos auxiliar nesse contato junto aos alunos, de modo que faria um contato posterior. Esse contato nunca ocorreu. A impessoalidade do envio de um e-mail feita por um desconhecido que, nesse caso, era o estudante/pesquisador da área de administração de empresas, pode ter contribuído para essa pífia taxa de retorno dos coordenadores de cursos de turismos e hotelaria de São Paulo.

Em busca de neutralizar a impessoalidade do contato via e-mail, contatamos pessoalmente um coordenador de cursos de graduação em uma instituição privada da cidade de São Paulo. Embora esse coordenador atuasse em cursos como Administração e de tecnologia em gestão - não atuando, portanto, nos cursos de turismo e hotelaria - talvez ele pudesse-nos por em contato com os coordenadores dos respectivos cursos da instituição em que ele trabalhava, por mais tais coordenadores já tivessem sido contatados em tentativas anteriormente feitas via e-mail. Ao conversamos pessoalmente com esse coordenador/contato na instituição de ensino, ele nos disse que o acesso seria complicado de ser feito, vez que ele mesmo não conhecia pessoalmente os coordenadores dos cursos de turismo e hotelaria. No entanto, por ser ele um coordenador de curso da instituição, seria possível encontrar na intranet da instituição uma base de dados com os nomes, datas de nascimento e contatos de e-mail dos alunos matriculados nos cursos de turismo e hotelaria. Tendo conhecimento desta



possibilidade de acesso aos dados, perguntamos a ele se seria possível o envio desse material para nossa consulta, no que ele nos indicou positivamente.

Três dias após essa conversa presencial com o coordenador/contato da instituição, recebemos um e-mail dele contendo uma planilha com mais de 600 nomes de alunos matriculados nos cursos de turismo e hotelaria da instituição em que ele trabalhava. Mas, o que chamou atenção foi a nota de observação colocada por ele na mensagem do e-mail. Esse coordenador mencionava que embora ele houvesse nos enviado aqueles dados, esses eram sigilosos e que, por esse motivo, quando do contato com os alunos, que não revelássemos o nome dele como sendo o responsável pela a indicação de seus contatos. Ora, essa observação soou algo muito estranho para nós. Se o coordenador já sabia de antemão que os dados de que falara eram de cunho restrito e confidencial, não haveria o porquê de tê-los oferecido a nós. Diante dos fatos, toda essa base de dados foi sumariamente excluída e não utilizamos os seus dados em busca de participantes ao nosso estudo.

Frente às tentativas frustradas de contato junto aos coordenadores das instituições com cursos de turismo e hotelaria e da impossibilidade de utilizar a base de dados que nos foi enviada, optamos por fazer contato junto a centros de treinamento técnicos para profissionais e/ou aspirantes a atuação no setor hoteleiro. Foram localizados dois centros de treinamentos na cidade de São Paulo. Enviamos igualmente um e-mail para cada um dos coordenadores do curso lhes copiando o propósito da pesquisa e a carta de confidencialidade do estudo. Mas infelizmente a taxa de retorno foi igualmente nula.

Diante das dificuldades de acesso a novos lócus de pesquisa, que passaram a vigor em nosso processo de coleta de dados, vimos que a meta de entrevistar pelo menos 60 profissionais da área hoteleira não seria exequível, consideramos que dispúnhamos apenas de mais dois meses para coleta de dados, antes do embarque para início do estágio doutoral de pesquisa no exterior. As circunstâncias nos levaram a considerar que para ser possível prosseguirmos com a coleta de dados sem termos de descartar as quinze entrevistas já realizadas com os funcionários do Hotel Escola, seria melhor que optássemos por retirar a obrigatoriedade dos entrevistados atuarem obrigatoriamente no setor hotelaria. Ao invés disso, enfocáramos em contatar centros de treinamentos dedicados a formação de jovens de baixa renda para o mercado de trabalho formal. Dessa maneira, caso o acesso ao campo fosse atingido, conseguiríamos identificar ex-alunos que adentrassem ao perfil de participantes requeridos pela pesquisa, ou seja, jovens de baixa renda que migraram, ao longo da última década, para a condição de membros da NCM brasileira. No caso, a obrigatoriedade de atuarem no setor hoteleiro deixaria de existir. Mas, os demais critérios etários e, sobretudo, de

perfil pretendido ao grupo de entrevistados seriam assegurados. E, como os quinze entrevistados do Hotel Escola atendiam a todos os demais critérios para seleção dos participantes, não perderíamos as entrevistas com eles realizadas.

Ao buscarmos centros de treinamento voltados a formação de jovens de baixa renda para o mercado formal de trabalho, identificamos duas instituições na cidade de São Paulo. Ao invés de contarmos inicialmente via e-mail os centros de treinamento, optamos por alterar a nossa abordagem para contato inicial via ligação telefônica. O objetivo era conseguir agendar uma reunião com os coordenadores/gestores dos centros de treinamento a fim de lhes apresentar os propósitos da pesquisa e identificar a possibilidade dos centros nos oferecerem acesso aos seus arquivos de ex-alunos, no caso, especificamente aos ex-alunos do ano de 2001, os quais atenderiam ao nosso recorte temporal da pesquisa.

Do contato feito com o primeiro centro de treinamento foi possível falar ao telefone com o coordenador pedagógico da instituição. Ele nos solicitou que falássemos sobre a pesquisa de tese e de que maneira o centro poderia nos auxiliar. Tendo conhecimento dessas informações, o coordenador pedagógico lamentou não poder nos oferecer ajuda, pois todos os arquivos do centro datados até 2006 haviam sido descartados. Apenas os dados gerados do ano de 2007 em diante estavam disponíveis, no caso, em bases eletrônicas de armazenamento implementadas pelo centro no período.

Diante da impossibilidade de acessar os contatos dos ex-alunos por meio do primeiro centro de treinamento contatado, telefonamos para o segundo centro identificado na cidade de São Paulo. Falamos com o coordenador pedagógico do centro de treinamento, o qual igualmente nos questionou sobre qual era o motivo da ligação e de que maneira ele poderia nos ajudar. Vez que esse segundo centro de treinamento ainda possuía os arquivos de seus ex-alunos preservados, o coordenador pedagógico solicitou uma reunião presencial com o estudante/pesquisador para averiguar as reais possibilidades de ajudar em nosso estudo. Esta reunião foi marcada para o período da tarde daquele mesmo dia e ocorreu no próprio centro de treinamento localizado na zona oeste da cidade de São Paulo.

No horário marcado a reunião teve início e todas as dúvidas do coordenador pedagógico foram esclarecidas pelo estudante/pesquisador em posse da carta de compromisso e confidencialidade de pesquisa. Considerando as informações apresentadas, o coordenador pedagógico indicou que provavelmente o centro de treinamento poderia oferecer o acesso a seus arquivos de ex-alunos do ano de 2001. Mas, para que o acesso aos arquivos fosse realmente liberado, o coordenador pedagógico agendaria uma reunião presencial com a gestora administrativa do centro de treinamento. O objetivo desta reunião seria nos apresentar

a gestora e endossar novamente o propósito da pesquisa, bem como quais devolutivas poderíamos oferecer ao centro de treinamento com o desenvolvimento do estudo, a partir do acesso aos arquivos do centro de treinamento.

Cerca de uma semana após a reunião inicial com o coordenador pedagógico, ocorreu à reunião com a gestora administrativa do centro de treinamento. Chegando lá, o pesquisador notou que a gestora já tinha conhecimento sobre o propósito geral da pesquisa de tese. Nesse momento, ela revelou o estudante/pesquisador que o fato de “ser alguém da FGV” pesava em sua disponibilidade em colaborar com a pesquisa. Curiosos por ouvir essa declaração, perguntamos o porquê exatamente desse incentivo atrelado ao nome da fundação. A resposta foi que por ser uma pesquisa realizada dentro da FGV certamente se tratava de algo sério. Nesse momento, nos ocorreu que já na ligação inicial feita ao centro de treinamento, havíamos mencionado que éramos da FGV. Ao que parece, essa informação nos deu condições de obter êxito no acesso aos arquivos do centro de treinamento.

Como a gestora do centro de treinamento já tinha conhecimento do propósito da pesquisa e de que maneira o acesso aos arquivos dos ex-alunos de 2001 ajudaria em nosso estudo, a gestora propôs ao pesquisador um acordo contendo duas devolutivas a serem feitas pelo estudante/pesquisador em caráter de contrapartida a liberação do acesso aos arquivos do centro. A primeira devolutiva seria que o estudante/pesquisador, após a conclusão da pesquisa, lhes apresentasse um *briefing* com os principais resultados obtidos especificamente sobre as trajetórias profissionais desenvolvidas pelos ex-alunos do centro de treinamento. Já a segunda devolutiva seria a realização de uma palestra sobre o tema “Juventude e Trajetória profissional” para os cerca de 300 alunos que atualmente estavam matriculados nos cursos de formação daquela instituição. Ouvindo essas solicitações, concordamos em atender tais devolutivas. Rapidamente o coordenador pedagógico que acompanhava a reunião junto à gestora do centro, agendou com o estudante/pesquisador uma data para a realização da palestra, que acabou ocorrendo três dias após aquela reunião.

No dia agendado para a palestra juntos aos cerca de 300 alunos do centro de treinamento, o pátio de convivência do próprio centro de treinamento foi preparado para a realização desse evento. O estudante/pesquisador chegou com apenas cinco minutos de antecedência ao horário da palestra. Sem atrasos e no horário marcado, a palestra foi iniciada. Na verdade, o estudante/pesquisador se propôs a realizar uma espécie de bate papo com o público presente ao invés de uma palestra tradicional de uma hora. Utilizou para tanto em torno de 25 minutos para realizar a sua fala valendo-se dos outros 35 minutos para uma sessão de perguntas e respostas junto aos jovens alunos ali presentes.

Para ilustrar a nossa fala, ao longo do bate papo/palestra, utilizamos como material áudio visual vídeos de animação (com duração de até 30 segundos) e fotografias (do arquivo pessoal do pesquisador) projetadas em telão. Nenhum slide textual foi utilizado. Optamos por utilizar apenas vídeos e fotografias para conduzir a narrativa daquele bate papo sobre juventude e trajetórias profissionais. Como a audiência presente era formada por cerca de 300 pessoas, o centro de treinamento também disponibilizou aparelhagem de som (microfones e caixas de som) adequada para a condução do evento. O público presente demonstrou interesse pelo tema do bate papo e interagiram com perguntas. De modo geral, buscaram saber algumas “dicas” sobre mercado de trabalho, profissões, dificuldades da carreira acadêmica, atividades culturais/educacionais recomendadas. Durante essa palestra, foi possível conhecer um pouco dos interesses profissionais daqueles jovens de baixa renda que estavam se preparando para ingressar ao mercado formal de trabalho.

Realizada a palestra, o estudante/pesquisador já seguiu diretamente para a consulta aos arquivos fixos do centro de treinamento. A gestora do centro liberou a utilização dos arquivos por três dias consecutivos. Isso porque os arquivos anteriores ao ano de 2005 eram exclusivamente formados por arquivos fixos organizados por meio de fichas de papel datilografadas. A sua ordenação obedecia, no caso, o ano do curso e a ordem alfabética dos nomes dos ex-alunos. Em suma, a consulta aos arquivos teria de ser feita pelo o estudante/pesquisador de modo manual; muitas informações poderiam estar desatualizadas nas fichas dos arquivos; e caberia aos estudante/pesquisador encontrar os ex-alunos pretendidos ao recorte da pesquisa. O modelo da ficha cadastral segue na figura 1.

Patrolheiro Nº \_\_\_\_\_ Seguro      
 Convênio

Nome \_\_\_\_\_  
 Data do Nasc. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Idade \_\_\_\_\_ Cor \_\_\_\_\_ Altura \_\_\_\_\_  
 Local Nasc. \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_  
 Filiação: Pai \_\_\_\_\_ TEL. \_\_\_\_\_  
 Mãe \_\_\_\_\_ TEL. \_\_\_\_\_

Residência \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_  
 Fone p/ contato \_\_\_\_\_ Recado c/ \_\_\_\_\_ Mun. \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_  
 Escola em que estuda \_\_\_\_\_ Dat. \_\_\_\_\_ Comp. \_\_\_\_\_  
 Série \_\_\_\_\_ Grau \_\_\_\_\_ Período \_\_\_\_\_ Atrasado \_\_\_\_\_ Anos \_\_\_\_\_  
 Início do curso \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Término do curso \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Encaminhamento \_\_\_\_\_

**Figura 1** – Modelo de ficha cadastral do centro de treinamento

**Fonte:** dados da pesquisa

O volume de fichas de ex-alunos, apenas do ano de 2001, somavam mais de 600 documentos para serem consultados manualmente em três dias. Por essa razão, adotamos o critério de separar as fichas de ex-alunos cuja indicação de moradia - de acordo com o cadastro de suas fichas datilografadas - fosse em bairros da cidade de São Paulo. Ou seja, a consulta inicial foi realizada apenas sobre o endereço residencial informado nas fichas dos ex-alunos. Com isso, selecionamos pouco mais de 340 fichas. Todo esse processo de seleção inicial nos tomou o primeiro dia de consulta aos arquivos fixos do centro.

Já no segundo e terceiro dias de consulta aos arquivos do centro de treinamento, passamos a contatar os ex-alunos - ou realizar a tentativa de contato com eles - das fichas selecionadas. O meio escolhido foi ligação telefônica. Como já havíamos sido alertados pela a gestora do centro de treinamento, muitos dos dados informados nas fichas poderiam estar obsoletos. Em todas as ligações o estudante/pesquisador se apresentava em nome do centro de treinamento e informava que se tratava de uma pesquisa sobre as trajetórias profissionais dos ex-alunos do centro de treinamento. Essa informação foi bem acolhida pelas pessoas contatadas, de modo que os números de celulares atuais ou a indicação do melhor horário para falar com os ex-alunos, nos eram repassados de imediato.

Das cerca de 340 fichas pré-selecionadas para contato telefônico, apenas 110 fichas continham números de telefones válidos. Destas, o horário indicado para a tentativa de falar com o ex-aluno, no telefone residencial constante em sua ficha cadastral, era o horário noturno a partir das 20 horas ou aos sábados pela manhã. Já nos casos em que nos informaram os números de celulares pessoais dos ex-alunos, os contatávamos diretamente para averiguar suas disponibilidades em ceder uma entrevista pessoal para a pesquisa e, quando de suas disponibilidades, solicitávamos a indicação do melhor dia/horário para essa atividade.

Antes, vale ressaltar que a cada contato telefônico os ex-alunos eram pegos de surpresa ao saberem que se tratava de uma pesquisa sobre as suas trajetórias profissionais, a partir da formação que eles obtiveram no centro de treinamento. Todos demonstravam apreço pelo o centro de treinamento e o seu auxílio em os inserirem no mercado de trabalho formal. Mas, a grande maioria dos ex-alunos contatados não se disponibilizou em ceder uma entrevista pessoal ao estudante/pesquisador, em virtude de tempo.

Após várias ligações para celulares de ex-alunos e também o retorno de ligações para os telefones residências informado em suas fichas cadastrais em horários mais apropriados, conseguimos agendar e entrevistar pessoalmente apenas 16 ex-alunos das 110 fichas previamente selecionadas com números de telefones válidos. Tais entrevistas foram realizadas em locais de escolha dos ex-alunos, dentre os quais estiveram lugares como: residências dos

ex-alunos; cafés nas proximidades das empresas em que trabalham; praça de alimentação de shopping center; no própria ambiente de trabalho em que atuam; e até mesmo na academia de ginástica frequentada pelo o ex-aluno.

As entrevistas foram realizadas por meio de igual procedimento aplicado junto aos funcionários do Hotel Escola. Utilizando um roteiro de entrevista semiestruturado, mas aberto à possibilidade de inserção de novas questões, as entrevistas foram acompanhadas de anotações e gravadas para posterior transcrição. Das entrevistas realizadas junto aos ex-alunos do centro de treinamento, as durações mínimas e máximas foram 35 minutos e 1h e 5 minutos, respectivamente. Após o término das entrevistas, a todos os entrevistados era solicitado um contato de e-mail para a eventualidade de serem esclarecidos, posteriormente, alguns pontos de seus relatos.

Esgotadas as possibilidades de entrevistas por meio dos arquivos fixos dos ex-alunos do centro de treinamento, realizamos um apanhado sobre o total de 31 entrevistas que havíamos conseguido coletar durante os meses de julho, agosto e setembro de 2013. Para tanto, todo o material de áudio coletado nas entrevistas foi transcrito. Essa etapa foi realizada pelo estudante/pesquisador no momento em que o mesmo se ausentou do Brasil, em outubro de 2013, para dar início ao seu estágio doutoral de pesquisa no exterior cuja duração foi de um ano. Após a transcrição dos relatos dos 31 entrevistados, em um primeiro momento, assumimos que o total de 31 entrevistas atenderia a demanda empírica de nossa pesquisa. Mas frente às leituras e releituras dos relatos transcritos, percebemos que seriam apropriadas mais algumas entrevistas para compor o nosso estudo de campo, vez que ainda não estava clara a possibilidade de levantarmos categorias empíricas para o nosso estudo com o material que tínhamos até então.

Considerando que já estávamos realizando o estágio doutoral de pesquisa no exterior e que a identificação de novos participantes de pesquisas acabará se tornando um desafio maior, do que o já previamente enfrentado por nós anteriormente no Brasil optamos por contatar novamente a gestora do sindicato hoteleiro de São Paulo e o coordenador pedagógico do centro de treinamento que haviam nos auxiliado no acesso a lócus de pesquisas para o nosso estudo. O nosso objetivo foi lhes solicitar o envio por e-mail, se possível, de mais alguns nomes de funcionários ou ex-alunos que adentrassem ao perfil da pesquisa. A intenção seria poder contatá-los diretamente, a fim de lhes convidar a cederem uma entrevista via videoconferência por meio da ferramenta Skype. Seria essa uma maneira de aumentarmos o volume de participantes de nossa pesquisa.

A gestora do sindicato hoteleiro nos enviou uma listagem pré-contatada por ela com o nome/e-mail de mais 13 profissionais dentro do recorte da pesquisa. Desse total, conseguimos o aceite de oito profissionais para uma entrevista via chamada de vídeo por Skype. As entrevistas seguiram os moldes das realizadas presencialmente no Brasil e, as mesmas, foram realizadas entre os meses de março e abril de 2014. Já por meio do coordenador pedagógico do centro de treinamento, nos foi enviada uma listagem com mais cinco nomes de ex-alunos dentro do recorte da pesquisa. Destes, três concordaram e nos conceder uma entrevista via chamada de vídeo por Skype. Essas três entrevistas aconteceram no mês de abril de 2014. Todas as novas entrevistas realizadas duraram entre 40 e 55 minutos.

Podemos revelar que não sentimos tanta diferença sobre o alcance da interação nas entrevistas feitas presencialmente no Brasil ou via videoconferência. Por termos utilizado o recurso de vídeo, as entrevistas ganharam um aspecto de maior proximidade do que um mero contato telefônico, de modo que julgamos terem sido as 11 novas entrevistas muito apropriadas para compor o nosso grupo de participantes da pesquisa. O fato é que frente a essa nova leva de entrevistas, conseguimos atingir o total de 42 entrevistados, sendo 19 provenientes dos contatos oferecidos pelo o centro de treinamento para jovens de baixa renda, e as outras 23 entrevistas provenientes das informações do sindicato hoteleiro de São Paulo.

Como havíamos estipulado como prazo limite para tentativas de encontrar novos participantes, para serem entrevistados por videoconferência, até final de abril de 2014, já que após esse prazo não teríamos mais tempo hábil para a coleta de dados, encerramos o processo de procura por novos participantes assumindo, então, como o conjunto de participantes da pesquisa os 42 entrevistados que havíamos conseguido contatar até o final do mês de abril de 2014. O quadro 1 indica, a seguir, as principais informações dos entrevistados desta pesquisa.

<b>Características dos participantes da pesquisa</b>					
	<b>Nome</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Onde mora</b>	<b>Ocupação profissional</b>	<b>Renda atual</b>
1	Alan	Superior completo	Jaraguá (SP/ZN)	Vendedor	R\$3100,00
2	Alice	Ensino médio	Santana (SP/ZN)	Auxiliar administrativa	R\$1500,00
3	Ana Paula	Superior completo	Pirituba (SP/ZN)	Coordenadora financeira	R\$3300,00

4	Ângela	Superior completo	Campo Limpo (SP/ZS)	Representante comercial	R\$3000,00
5	Angélica	Superior incompleto	Liberdade (SP/Centro)	Recepcionista bilingue	R\$2300,00
6	Arthur	Superior completo	Perus (SP/ZN)	Inspetor de qualidade	R\$2000,00
7	Beatriz	Superior completo	Pirituba (SP/ZN)	Assistente de compras	R\$2200,00
8	Bruno	Ensino médio	Morro Grande (SP/ZO)	Auxiliar de e- commerce	R\$1700,00
9	Carlos	Superior (em curso)	Vila Nova Cachoeirinha (SP/ZN)	Auxiliar de eventos hoteleiros	R\$1900,00
10	Carolina	Superior completo	Pirituba (SP/ZN)	Nutricionista autônoma	R\$3400,00
11	Cíntia	Pós-graduação lato sensu	Chácara Flora (SP/ZS)	Gestora hoteleira	R\$5500,00
12	Clara	Superior completo	Santana (SP/ZN)	Analista de compras	R\$2400,00
13	Cleber	Superior completo	Freguesia do Ó (SP/ZN)	Analista de TI (desempregado)	R\$2300,00
14	Cleide	Superior (em curso)	Garulhos (SP/ZL)	Controller	R\$2800,00
15	Damaris	Pós-graduação lato sensu	Pirituba (SP/ZN)	Supervisora de RH	R\$2900,00
16	Daniel	Superior completo	Santana (SP/ZN)	Supervisor de manutenção	R\$2800,00
17	Diego	Pós-graduação lato sensu (em curso)	Jd Anália Franco (SP/ZL)	Gerente comercial	R\$4200,00
18	Eder	Superior completo	Campo limpo (SP/ZS)	Analista de custos	R\$2600,00
19	Eduardo	Superior completo	Perus (SP/ZN)	Assistente de suporte em TI	R\$1900,00



20	Gabriela	Pós-graduação lato sensu	Brasilândia (SP/ZN)	Coord. de RH (desempregada)	R\$3000,00
21	Gledson	Superior completo	Jaraguá (SP/ZN)	Supervisor de manutenção	R\$2500,00
22	Guilherme	Superior (em curso)	Freguesia do Ó (SP/ZN)	Auxiliar administrativo	R\$1800,00
23	Helena	Pós lato sensu	Perus (SP/ZN)	Sup. de vendas	R\$2800,00
24	Heloara	Superior completo	Pirituba (SP/ZN)	Assistente administrativa	R\$1800,00
25	João	Ensino médio	Brasilândia (SP/ZN)	Auxiliar de manutenção	R\$1700,00
26	Joaquim	Superior (em curso)	Santana (SP/ZN)	Assistente de RH	R\$1900,00
27	Jorge	Pós-graduação lato sensu (em curso)	Perus (SP/ZN)	Programador de TI	R\$3000,00
28	Laura	Superior (em curso)	Campos Elíseos (SP/Centro)	Vendedora	R\$2000,00
29	Luiza	Pós-graduação lato sensu	Santo Amaro (SP/ZS)	Coordenadora de RH	R\$3100,00
30	Marcela	Ensino médio	Pirituba (SP/ZN)	Assistente financeira	R\$1700,00
31	Maria	Pós-graduação lato sensu	Santana (SP/ZN)	Analista de controladoria	R\$2600,00
32	Mariana	Pós-graduação lato sensu	Santo Amaro (SP/ZS)	Gerente de contas	R\$4500,00
33	Miguel	Superior completo	Perus (SP/ZN)	Representante comercial	R\$2000,00
34	Otávio	Pós-graduação lato sensu (em curso)	Capão Redondo (SP/ZS)	Supervisor de contas	R\$2800,00
35	Renata	Superior incompleto	Ermelino Matarazzo (SP/ZL)	Auxiliar de recrutamento e seleção	R\$1800,00
36	Rose	Ensino médio	Santana	Auxiliar de RH	R\$1400,00

			(SP/ZN)		
37	Sophia	Superior completo	Arthur Alvim (SP/ZN)	Assistente de marketing	R\$2100,00
38	Soraia	Pós-graduação lato sensu	Jaraguá (SP/ZN)	Engenheira química (desempregada)	R\$5000,00 (quando empregada)
39	Suzana	Ensino médio	Santo Amaro (SP/ZS)	Operadora de caixa	R\$1400,00
40	Thaís	Superior completo	Jaraguá (SP/ZN)	Analista de contas	R\$2400,00
41	Thiago	Superior (em curso)	Perus (SP/ZN)	Assistente marketing	R\$1800,00
42	Vitor	Pós-graduação lato sensu (em curso)	Lapa (SP/ZO)	Analista de custos	R\$2400,00

**Quadro 1:** Listagem geral dos participantes da pesquisa

**Fonte:** dados da pesquisa

Vale observar que para assegurar que as perguntas feitas aos participantes ao longo das entrevistas fossem respondidas da maneira mais espontânea possível, asseguramos a todos os participantes o anonimato de suas identidades. Por esse motivo, em face do compromisso de confidencialidade estabelecida juntos aos entrevistados, no qual nos comprometemos em não revelar os seus nomes verdadeiros ou os das empresas em que eles trabalham, utilizamos, tal como segue apresentado no quadro 1, pseudônimos indicados pelos próprios entrevistados para que pudéssemos os diferenciar entre os participantes pesquisados e, ao mesmo tempo, preservar as suas reais identidades. A seguir, detalhamos de que maneira realizamos o tratamento dos dados coletados e identificamos as dimensões empíricas para interpretação dos mesmos.

### 2.3 Tratamento das informações e dimensões empíricas para interpretação dos dados

O tratamento sobre os relatos coletados foi iniciado com a transcrição das entrevistas, as quais foram gravadas, mediante prévia autorização dos participantes, por meio de um dispositivo eletrônico que dispõe do recurso de áudio. Em seguida, consolidamos, por meio de

métodos de estatísticas descritivas simples, as informações gerais sobre o grupo de participantes de nosso estudo. Isto incluiu informações sobre a composição do grupo de entrevistados por gênero; faixa etária média dos indivíduos; estado civil dos participantes; etnia dos mesmos considerando como eles se autodeclararam; qual a religião que frequentam; qual o tipo de moradia dos entrevistados; e, por fim, o grau escolar dos participantes do estudo. O quadro 2 sintetiza o tratamento inicial dessas informações.

Caracterização dos participantes da pesquisa	
<b>Total</b>	42 entrevistados
<b>Faixa etária (média)</b>	29 anos
<b>Gênero</b>	Homens (43%) e Mulheres (57%)
<b>Estado civil</b>	Solteiros (57%) e Casados (43%)
<b>Etnia (se autodeclararam)</b>	Branco (33%), Pardo (42%), Negro (25%)
<b>Religião</b>	Católica (74%), Protestante (15%), Outras (11%)
<b>Tipo de moradia</b>	Própria (43%), Alugada (19%), Própria dos pais (38%)
<b>Escolaridade *</b>	Ens. Médio (14%); Superior (57%); Pós-graduação (29%)

\* O grau de escolaridade “superior” considera participantes com nível superior completo, em curso ou ainda não concluído. Já o nível “pós-graduação” refere-se aos entrevistados com curso de pós-graduação *lato sensu* concluído ou em curso.

**Quadro 2:** Caracterização geral do grupo de participantes da pesquisa

**Fonte:** dados da pesquisa

Tendo conhecimento da caracterização geral do grupo de participantes de nosso estudo, bem como do referencial teórico-empírico levantado para suporte desta investigação, demos início ao tratamento dos dados coletados em campo por meio da técnica de análise de conteúdo proposta por Sonpar e Golden-Biddle (2008). A aplicação da técnica de análise de conteúdo se deu, primeiramente, pela definição da unidade de registro que orientaria a interpretação dos conteúdos dos dados coletados. Neste caso, optamos pela unidade de frases/trechos relatados, os quais nos ajudassem a identificar algumas das principais mudanças ocorridas, entre 2001-2013, nas trajetórias dos jovens investigados, ou seja, um de nossos objetivos específicos da pesquisa. Para que a seleção das frases/trechos relatados fosse possível de modo a encontrarmos uma unidade para elas, estabelecemos unidades de contexto levantadas com base na recorrência pela qual os assuntos temáticos surgirão nas falas dos

entrevistados. Criamos, assim, códigos específicos para agrupamento das frases/trechos relatados dos participantes da pesquisa, considerando a recorrência das seguintes temáticas:

- i. Trajetória profissional (trabalho), quando os participantes do estudo nos indicavam todo o seus percursos profissionais e quais eram os significados, por eles atribuídos, a vida profissional que construíram.
- ii. Estrutura familiar (família), quando os entrevistados relatavam as origens sociais de seus familiares imediatos (pai, mãe, irmãos), bem como a configuração de suas estruturas familiares atuais e as condições de vida por eles vividas atualmente.
- iii. Nível educacional (escolaridade), quando os participantes da pesquisa nos indicam o maior grau educacional por eles atingido e de que maneira essa qualificação estava associada aos postos de trabalho atualmente ocupado por eles.
- iv. Atividades sociais (lazer), quando os entrevistados nos indicam quais eram as atividades de lazer que apreciavam realizar e, sobretudo, quais as de fatos eles conseguiam usufruir em seu cotidiano.
- v. Prospecções futuras (sonhos), quando os participantes nos relatavam quais eram os seus maiores sonhos - fossem em termos pessoais e/ou profissionais - a serem eventualmente conquistados ao longo de suas vidas.

Realizado o agrupamento das frases/trechos relatados pelos entrevistados, considerando a recorrências dos temas, as quais segundo a técnica proposta por Sonpar e Golden-Biddle (2008) são as unidades de contexto, organizamos os nossos dados dentro de três principais dimensões levantadas com a caracterização geral dos participantes da pesquisa. Ou seja, consideramos como dimensões para interpretação de nossos dados a subdivisão das unidades de contextos pelas dimensões: trabalho; educacional; e sócio-familiar. Tais dimensões foram levantadas considerando a atenção dada aos aspectos mais estruturais relacionados ao fenômeno da chamada NCM, como apontamos em nosso referencial teórico-empírico.

Teriam surgido distinções nos tipos de trajetórias construídas por jovens trabalhadores homens e mulheres? O nível máximo educacional por eles atingido exerceu algum protagonismo em suas vidas? O tipo de moradia que eles possuem reflete na condição de vida por eles atingida? No quadro 03, a seguir, associamos as dimensões para o tratamento empírico dos dados juntamente às unidades de contexto identificadas para a sua interpretação.

Dimensões empíricas para interpretação dos dados	
Dimensões	Codificações e unidades de contextos associadas
Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trajetória profissional (trabalho): informações sobre tipos de ocupações exercidas no passado; quantidade de empregos e situações de desemprego; nível de renda atingido; tipo de ocupação profissional exercida atualmente; associação do nível educacional com o posto de trabalho ocupado; objetivo profissional; significados pessoais para a trajetória construída.</li> <li>• Prospecções futuras (sonhos): quais os maiores sonhos em termos profissionais e pessoais dos entrevistados; quais as distinções entre homens e mulheres sobre o tipo de perspectivas futuras idealizadas ao longo de suas trajetórias profissionais.</li> </ul>
Educacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nível educacional (escolaridade): maior grau escolar atingido; razões que motivaram a escolha pelo o curso de graduação, quando com ensino superior; tipo de instituições de ensino frequentadas pelos participantes desde a formação básica; a importância atribuída ao elemento escolaridade para construção da vida profissional; qual o nível educacional dos familiares imediatos (pais e mães) dos entrevistados; relevância atribuída por seus familiares ao investimento/dedicação aos estudos.</li> </ul>
Sócio-familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estrutura familiar (família): tipo de residência em que residem; origens sociais de seus familiares imediatos (pai, mãe, irmãos) e do próprio entrevistado; configuração atual de suas estruturas familiares atuais; bairros e regiões em que residem; condições sociais em que vivem em termos de serviços de saúde e transporte.</li> <li>• Atividades sociais (lazer): quais escolhas de lazer são apreciadas pelos os entrevistados; quais de fatos são usufruídas por eles em seu cotidiano; em que momento de suas rotinas de vida/trabalho surge espaço para atividades de lazer; qual a influência do bairro/região em que moram sobre</li> </ul>

	o tipo de atividades de lazer que realizam.
--	---

**Quadro 3:** Dimensões empíricas e unidades de contextos para interpretação dos dados

**Fonte:** elaborado pelo autor

A partir das dimensões empíricas levantadas para o tratamento dos dados, procuramos sintetizar as coincidências e divergências dos relatos selecionados. Esta foi a maneira encontrada para que pudéssemos desenvolver as discussões pertinentes ao nosso trabalho. Foi desse modo que buscamos abranger todos os aspectos que julgamos apropriados para se atingir o propósito central desta tese que é: investigar quais mudanças que ocorreram nas trajetórias de jovens de baixa renda que migraram, ao longo da última década, para a dita “nova classe média” brasileira. A seguir, realizamos a apresentação e discussão dos resultados, subdividindo-a pelas dimensões empíricas levantadas para interpretação dos dados.

### PARTE III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

---

A cada entrevista realizada junto aos participantes desta pesquisa, procuramos levantar questões que pudessem nos auxiliar na abordagem de todos os aspectos elencados pelos autores que constituem o quadro referencial teórico-empírico desta tese. Isso requer entender que procuramos reunir um espectro de informações abrangentes sobre as condições de vida e trajetórias profissionais dos participantes da pesquisa, a fim de que pudéssemos interpretar os dados coletados de maneira mais consistente e precisa sobre os elementos que estão envolvidos na construção da ideia de uma NCM brasileira, bem como nos aspectos que se contrapõem a sua utilização para o entendimento do contexto social brasileiro.

Para que pudéssemos nos organizar na condução das entrevistas e, posteriormente, na própria etapa de interpretação dos dados, organizamos as nossas perguntas aos participantes da pesquisa, por meio de temas-chave apresentados em nosso referencial teórico-empírico, a saber, os temas relacionais ao: perfil demográfico dos entrevistados; aspectos sobre a dimensão trabalho; escola; família; atividades culturais/de lazer; bem como, informações sobre as perspectivas futuras dos entrevistados sobre suas trajetórias e objetivo de vida. Percebemos que, apesar das múltiplas peculiaridades encontradas na forma como os entrevistados significam suas trajetórias profissionais e condições de vida, existiam pontos de convergências em seus relatos. Das convergências identificadas levantamos as dimensões empíricas: “Trabalho”, “Educativa”, e “Sócio-familiar”; para nos orientar na interpretação dos relatos dos participantes e, assim, viabilizar as discussões pertinentes ao desenvolvimento desta pesquisa de tese.

As dimensões empíricas, levantadas para interpretação dos dados, representam a identificação de aspectos similares nas falas dos entrevistados, aspectos esses que nos ajudam a entender alguns dos significados por eles atribuídos às suas trajetórias profissionais; ao papel da família em suas condições de vida; ou mesmo de que maneira eles estabelecem o modo como sentem e pensam o seu fazer e estilo de vida alcançado nos dias de hoje. Ainda assim, houve vezes em que os relatos dos entrevistados continham opiniões e perspectivas distintas entre si. Mas de uma forma geral, podemos dizer que para todos os participantes da pesquisa, as dimensões empíricas levantadas para interpretação de seus relatos, foram capazes de nos auxiliar no entendimento sobre quais foram as principais mudanças ocorridas nas vidas de nossos entrevistados. A seguir, detalhamos as minúcias do processo de interpretação de nossos dados, subdividindo este processo, pelas três grandes dimensões empíricas levantadas de nossa base primária de dados.

### 3.1 Dimensão trabalho

Dada a importância atribuída por Grimshaw (2011) sobre o fato dos trabalhadores de baixa renda serem representados, predominantemente, por grupos menos favorecidos como os jovens, as mulheres, e os indivíduos de origem estrangeira dentro do país em que trabalham, iniciaremos a interpretação dos dados de nossa tese a partir a dimensão “trabalho”. Por esta dimensão, poderemos apresentar as convergências e divergências encontradas nos relatos obtidos junto ao grupo dos participantes da pesquisa. Tal enfoque interpretativo surge com a nossa tentativa de identificar quais seriam os aspectos e características centrais das condições de vidas e trajetórias profissionais desenvolvidas, ao longo da última década, pelos jovens trabalhadores que entrevistamos.

Do total de 42 entrevistados que compõem a nossa base empírica de dados, 18 são homens e 24 são mulheres. Todos os entrevistados ingressaram no mercado formal de trabalho, no ano de 2001, em postos de baixa remuneração. Mas, ao longo da última década, muitas foram às mudanças ocorridas em suas respectivas vidas profissionais, vezes que, como alertamos na seção introdutória de nosso estudo, todos os participantes de nossa pesquisa podem ser considerados membros da NCM brasileira, se tomado por parâmetro exclusivamente o critério econômico estabelecido pela SAE (2013). Mas quais teriam sido as principais situações ocorridas, na dimensão profissional dos entrevistados, ao longo da última década? Alguns trechos dos relatos coletados nos ajudaram a abordar essa questão, a começar por Cleber, um de nossos entrevistados, que se autodeclara de cor branca, tem 29 anos de idade, é casado, sem filhos, e mora na periferia da zona norte paulistana em uma casa própria a ser quitada.

Há poucos anos Cleber cruzou a linha tênue apontada por Souza (2012), entre deixar a condição de trabalhador assalariado para se tornar um microempreendedor. Ao longo de nossa conversa, ele nos diz ter iniciado sua trajetória formal no mercado de trabalho como estagiário de uma escola de informática. Após assumir funções como auxiliar administrativo e auxiliar de informática - durante os dez anos em que trabalhou para essa mesma escola - em 2011, Cleber celebrou um acordo demissional junto à empresa em que trabalhava. O seu objetivo era abrir uma pequena assistência técnica de informática. O fato de ter concluído, no ano de 2010, um curso de graduação em tecnologia da informação, contribuiu para que Cleber tomasse a decisão de migrar para o empreendedorismo. No entanto, bastaram dois anos para que o seu pequeno empreendimento fosse encerrado. Questionado sobre quais teriam sido as



razões que o levam a empreender e, posteriormente, as contingências que o levaram a encerrar o seu pequeno empreendimento, Cleber nos diz:

“É bem diferente ter um negócio próprio do que só ir bater o cartão na empresa e cumprir o seu trabalho... Mas só fui ter consciência disso depois. [...] Primeiro, é o seguinte, eu quis abrir meu negócio [uma pequena assistência técnica de informática] porque eu já tava há muito tempo trabalhando na mesma empresa [referindo-se a escola de informática em que trabalhou por dez anos]. Já não tinha mais pra onde eu crescer lá dentro. Era uma empresa pequena e só faltava eu ocupar o lugar do dono [*risos*]. Isso acabou me levando a abrir meu próprio negócio... Eu precisava desse ânimo novo... Já tinha me formado [referindo-se a conclusão de seu curso de graduação em tecnologia da informação] e nada, em termos profissionais, tinha acontecido pra mim. Nisso, eu fiz um acordo com eles [referindo-se aos proprietários da escola de informática em que trabalhava] e com o dinheiro fui abrir minha assistência. [...] A princípio a minha intenção era atender alguns dos clientes que eu já conhecia do tempo em que trabalhava na escola de informática. Mas depois que você começa o próprio negócio começa a ver que as coisas não são como a gente imagina... Pra você ter uma ideia, os clientes que eu conhecia da escola e que até me incentivaram a abrir o meu próprio negócio, nunca pediram qualquer tipo de serviço para mim. Não dá pra confiar... Nisso, não entrava a demanda de serviço que eu precisava... E, resumindo, nos dois anos que eu fiquei com o negócio [sua assistência de informática] eu não tirava por mês nem o que eu recebia antes como salário. Acabou que eu fui usando quase tudo o que tinha recebido de diretos [trabalhistas] da empresa pra cumprir os gastos da empresa. Chegou num ponto que eu ou encerrava a assistência ou ia me afundar em empréstimos pra continuar com aquilo de pé [referindo-se a assistência técnica]”.

Quando conversamos, Cleber estava desempregado a procura de alguma colocação no mercado de trabalho formal. Em todo caso, o trecho de sua fala nos ajuda a observar que o

microempreendedorismo surgiu para Cleber como uma solução para que ele driblasse a sua insatisfação com os rumos tomados por sua trajetória profissional desenvolvida em uma única empresa, até então. O ato de empreendedor de Cleber conflui para a afirmação de Neri (2011a) sobre o fato dos indivíduos das classes populares terem sido, ao longo da última década, os grandes entrantes no empreendedorismo de pequeno porte no Brasil, o que também não deixaria de ser, segundo o mesmo autor, um dos traços marcantes da NCM brasileira.

Mas dado o insucesso da assistência técnica de Cleber, também podemos relembrar a fala de Abílio (2014) que no indicou como o fenômeno do empreendedorismo, realizado pela classe trabalhadora, simboliza muito mais a sua tentativa de experimentar uma condição de vida mais próxima das elites, do que o atingimento de um estilo de vida que reflita a sua efetiva ascensão social. Seria algo como nos disse Souza (2012), ao afirmar que a classe trabalhadora entrante na prática do microempreendedorismo, mesmo sem perceber, acaba mantendo um estilo de vida muito próximo – ou quase nada diferente – do trabalhador que ela emprega em seu pequeno negócio.

No caso de Cleber, a sua condição financeira ficou fragilizada com a sua incursão no mundo do empreendedorismo, já que os seus ganhos eram menores empreendendo, do que ao estar na condição de assalariado com ganhos médios de R\$2300 reais mensais, na escola de informática em que trabalhava. Por mais que o encerramento da assistência técnica de Cleber tenha sido uma circunstância inevitável em sua trajetória, ao fim de nossa conversa, ele nos revela que desempregado e tendo passado por uma tentativa frustrada com o seu microempreendimento, o seu maior sonho profissional continua sendo “[...] retomar o meu negócio. Eu ainda quero alavancar essa ideia da assistência [de informática]. Quero ser patrão! (risos)”. Com a esperança estampada na fala de Cleber, encerramos a nossa conversa.

Se para Cleber, o microempreendedorismo não lhe surtiu os resultados esperados, para Carolina, que tem 29 anos de idade, se autodeclara de cor branca, é casada, mãe de uma filha e, mora na zona norte paulistana em uma casa própria, a iniciativa de trabalhar por conta – realizando uma espécie de empreendedorismo de seu próprio trabalho – mostrou-se uma escolha assertiva em sua vida. Carolina atua como consultora nutricional para empresas de pequeno e médio porte. Ela também atende clientes pessoa física. Antes de realizar esse tipo de atividade, ela passou por sete empregos diferentes. A princípio, sua entrada no mercado formal se deu como balconista de uma papelaria. Um ano depois, já havia decidido pela carreira na área de nutrição, de modo que pediu para ser demitida de seu emprego, a fim de utilizar esse tempo em um cursinho pré-vestibular de seis meses. Conseguindo ser demitida e tendo realizado o cursinho pré-vestibular, Carolina se candidatou a duas universidades

públicas de São Paulo. Mas não foi aprovada. Essa circunstância lhe fez procurar um novo emprego. Encontrou uma vaga como atendente de um cartório de notas. Após quatro anos atuando em funções diversas do cartório, Carolina foi aprovada no curso de nutrição de uma instituição privada de ensino superior de São Paulo. Nessa instituição, ela pode se beneficiar de uma bolsa parcial de estudos para concluir o seu curso. Durante o primeiro ano da graduação, Carolina deixou o seu emprego no cartório e foi atuar como estagiária de nutrição em uma fábrica de alimentos. Ano após ano do curso de graduação, Carolina migrou de estágio passando pela atuação em restaurantes, organizações sem fins lucrativos e hospitalais. Ao término de seu curso, ela decidiu se tornar uma consultora nutricional autônoma, função essa que exerce até os dias de hoje, cujos rendimentos mensais giram em torno de R\$3400 reais. Questionada sobre o porquê de tantas transições profissionais, ao longo de seu curso de graduação, Carolina foi enfática ao dizer:

“Eu queria conhecer o máximo possível do campo profissional pra nutricionistas. Por isso resolvi passar por quase todas as opções existentes [de atuação profissional dentro da área]. Acabei optando pela consultoria por uma série de razões. Mas, principalmente, porque eu tive minha filha e percebi que sendo consultora eu teria mais tempo pra estar com ela e com o meu marido. Mas não vamos ser hipócritas... Eu também ganho muito mais como consultora do que sendo uma nutricionista assalariada...”.

Carolina deixa claro que a sua atuação como consultora nutricional lhe é mais vantajosa do que manter um vínculo formal de emprego. Em alguma medida, o fato de Carolina auferir rendimentos que lhe são satisfatórios, ao mesmo tempo em que ela mudou de emprego numerosas vezes, desde o ano de 2001, reforça o argumento de Velasco (2014) ao apontar que o mercado brasileiro angariou, ao longo da última década, certo otimismo dos trabalhadores em relação à oferta de trabalho e a possibilidade de se obter bons salários. O otimismo de Carolina, em relação ao mercado de trabalho brasileiro, ficou mais evidente quando ela nos disse:

“Veja só... eu mesma mudei de emprego umas seis vezes [na verdade, foram setes vezes considerando a sua escolha pela atuação como consultora autônoma] nos últimos doze... treze anos. Ou seja,

oportunidade pra fazer a vida, tem... Dá pra gente crescer, fazer uma grana bacana, estruturar as nossas vidas, sabe?! [...] A consultoria foi meio que um caminho natural pra conseguir ganhar o que pra mim, acho razoável. Consigo manter o meu padrão de vida, junto do meu marido... Tenho tempo pra cuidar da minha filha... Graças da Deus, trabalho nunca me faltou”.

Carolina se autodeclarou como católica, quando da coleta dos dados demográficos dos participantes da pesquisa. A menção a “Deus”, em suas falas, surge constantemente. Mas o que nos interessa, nesse trecho de sua fala, é a sensação otimista de Carolina sobre o mercado brasileiro, sobretudo, por não lhe faltar demanda de trabalho; por conseguir manter bons rendimentos financeiros; e, assim, assegurar a manutenção do padrão de vida que possui e lhe parece razoável, junto de seu marido que também trabalha. Em maior ou menor grau, o estilo de vida alcançado por Carolina endossa o que Neri (2008, 2011a) e Barros et al. (2011), indicaram como sendo os principais traços da NCM brasileira: a obtenção de melhores rendimentos que viabiliza o alcance um padrão de consumo/de vida diferenciado.

O relato de Carolina esclarece que a condição de vida por ela alcançada, em muito, foi subsidiada pelo tipo de trabalho/ocupação profissional que ela exerce enquanto consultora nutricional. Na verdade, Carolina não só sente-se reconhecida no que faz, como o seu maior objetivo profissional é abrir uma empresa de consultoria nutricional. Segundo ela, o fato dela ter experiência em diferentes áreas de atuação nutricional, lhe garante um certo aval para ser bem-sucedida na ação empreendedora que pretenda realizar a médio prazo. Mas, por hora, a sua condição de consultora nutricional já lhe permitiu abrir mão de um vínculo formal de emprego junto ao mercado de trabalho. E, essa decisão não refletiu danos em seus rendimentos econômicos ou padrão de vida alcançado. Tais aspectos da trajetória de Carolina não deixam de endossar as premissas de Quadros (2008) e Pochmann (2012), no que se refere à centralidade exercida pelas categorias ocupacionais dos indivíduos no delineamento de suas posições na estrutura social brasileira. Ou, como afirma Salata (2014), o tipo de ocupação laboral realmente contribui para a construção da identidade de classe e sentimento de pertencimento a ela dos indivíduos.

Sejam quais foram as peculiaridades que levaram Carolina a seguir uma carreira como consultora nutricional, ou Cleber declinar da atividade empreendedora para retornar ao mercado em busca de trabalho, ambos entrevistados iniciaram suas vidas profissionais, no mercado formal, aos 16 anos de idade. A decisão de adentrar ao mercado, ainda na

adolescência, foi manifestada de modo espontâneo por ambos. Tanto Carolina como Cleber, alega que a entrada precoce no mundo do trabalho foi uma forma deles atingirem certa independência financeira de seus pais. Isso não requer entender que a entrada na vida laboral, ainda em fase escolar, tenha ocorrido por algum tipo de pressão externa de seus familiares. Mas também não significa que a condição financeira de suas famílias de origem fosse abastada. Apenas indica que os pais de Cleber e Carolina não os impediram de iniciar suas vidas profissionais ainda na adolescência. Tampouco que tenha ocorrido algum tipo de pressão para que eles ajudassem no orçamento familiar. Na verdade, a entrada precoce no mercado de trabalho, foi algo que gerou até mesmo orgulho nos pais de nossos entrevistados, tal como ilustra o trecho, a seguir, da fala de Cleber:

“Meus pais me apoiaram quando eu decidi começar a trabalhar [ainda na adolescência]. [...] Tinha vezes, nessa época [quando de seu primeiro emprego] que meus pais aproveitam alguma brecha pra me elogiar pra família dizendo que eu já trabalhava... Era coisa do tipo: um tio meu falava que o meu primo tava naquela fase de sair com os amigos... ir pras baladas [festas]... e achava ruim quando ele [o tio de Cleber] não tinha dinheiro para que ele fosse nessas coisas [participasse das atividades sociais/de lazer, por seu primo apreciadas]. Ai meus pais aproveitam essa hora pra ressaltar que eu não pedia dinheiro pra essas coisas, pois eu já trabalhava”.

Com apressado, Cleber nos revelou esse trecho de sua trajetória. O fato de seus pais se orgulharem de sua condição de trabalhador que possuía o seu próprio dinheiro, lhe fazia acreditar que tinha alcançado o seu objetivo inicial: obter certa independência financeira. Contudo, esse aspecto da trajetória de Cleber não deixa de simbolizar um aspecto contrastante e, ao mesmo tempo, confluyente com as afirmações de Rocha-de-Oliveira (2009) e Souza (2012), sobre o fato dos jovens de baixa renda herdarem, de suas famílias de origem, uma orientação precoce para a inserção no mundo do trabalho. Contrasta, na medida em que Cleber - e também Carolina - fez a opção de iniciar a vida profissional por escolha própria sem que, em tese, não houvesse a pressão externa de seus pais para que essa inserção ocorresse de modo tão precoce. Conflui, ao entendermos que se não houve a pressão deliberada de seus pais para essa inserção, tanto Carolina quanto Cleber, estavam imersos em uma circunstância de vida que não lhes ofereceu outra alternativa que não fosse trabalhar

precocemente, a fim de se obter algum tipo de ganho financeiro e, portanto, subsidiar as primeiras conquistas pessoais em meio a vida cotidiana.

Enquanto Cleber e Carolina não sentiram a pressão de seus pais para darem início, de modo precoce, em suas vidas produtivas, Marcela, outra de nossas entrevistadas, não contou com essa ausência de pressão. Atualmente com 30 anos de idade, se autodeclarando como afrodescendente, solteira, e residindo na periferia da zona norte paulistana na casa própria de sua tia, Marcela nos conta que começou a trabalhar aos 14 anos de idade. Na época, ela morava com seus pais e três irmãos mais novos, em um bairro da zona leste de São Paulo. Como as condições financeiras de sua família eram limitadas, sendo o seu pai operário de uma gráfica – hoje em dia já aposentado – e a sua mãe dona de casa, Marcela foi incentivada por seus pais a procurar uma ocupação para ajudar no orçamento doméstico. A “porta de entrada” no mundo do trabalho se deu, para Marcela, pela via informal e precária, algo apontando como uma constante, por Vilela e Collares (2009), na vida dos jovens de baixa renda. Isto porque Marcela assumiu a função de babá dos filhos de uma vizinha do bairro em que morava, passando no mínimo oito horas diárias com as crianças por um salário de R\$60 reais por semana. Durante quase dois anos Marcela exerceu essa atividade auferindo, como ela mesma denominou em tom de revolta: “[...] uma ajuda de custo miserável para cuidar dos filhos dos outros”.

A inserção precoce de Marcela, na vida laboral precária, corrobora com os dados do relatório da CEPAL/OIT (2012) e da pesquisa de Guimarães (2009), os quais indicaram o quão a ausência de experiência formal no mercado e os baixos níveis educacionais dos jovens de baixa renda, agravam as suas possibilidades de acesso ao mercado de formal. Mesmo na existência dessa dificuldade, a vivência sob do trabalho informal foi superada por Marcela, no ano de 2001, quando ela conseguiu ser contrata como balconista de uma rede de farmácias. A sua atuação nessa função durou seis meses. Na ocasião, Marcela migrou para outra rede de farmácias que lhe ofereceu um melhor salário pelo o mesmo tipo de função que já desenvolvida. No novo emprego, Marcela ficou por dois anos até ser demitida. Por três meses, ela ficou desempregada, até conseguir ingressar em outra farmácia, agora, na função de operadora de caixa. Após pouco mais de dois anos nessa função, Marcela foi novamente demitida. Ao longo do período de cerca de cinco meses sem emprego, ela realizou atividades informais para auferir algum rendimento, ou como ela mesma denominou, “[...] eu fazia bicos”. Marcela não esclarece quais.

Desde o ano de 2001, quando de seu ingresso no mercado formal, Marcela passou por oito empregos diferentes. Entre a saída de um emprego e o ingresso em outro,

experimentou seis situações de desemprego. Além de suas passagens pelas farmácias, ela trabalhou como caixa de uma loja de telefonia celular e, exerceu a mesma função em uma madeireira, na qual ela julgava receber um bom salário e tinha os seus direitos – como horas extras – pagos em dia. Mas o problema, segundo Marcela, é que pelo fato da madeireira pagar as horas extras em dia, os seus gerentes achavam que os funcionários tinham de ficar além de seu horário todas as vezes que eles pedissem. E esse tipo de pedido era recorrente. Marcela não suportou essa condição e após um ano e meio atuando como caixa na madeireira, pediu demissão. O motivo foi o seu interesse em realizar um curso básico para atuação no setor hoteleiro – que foi ofertado, de modo gratuito, por uma escola técnica próxima de sua residência - para que ela pudesse ter a eventual chance de mudar de área profissional.

Ao longo dos quatro meses de duração do curso hoteleiro, Marcela contou com a ajuda de sua tia – com quem mora – para suprir as demandas financeiras domésticas. Ao fim do curso técnico, Marcela conseguiu uma vaga no setor financeiro de um hotel. Por três anos atuou como auxiliar financeira no hotel, até ser demitida e passar por mais dois hotéis exercendo o mesmo tipo de função. Nos momentos sem emprego, Marcela sempre procurou se valer das atividades informais para auferir algum rendimento. Este fato condiz com a colocação de Vilela e Collares (2009), em relação ao fato da sobrevivência ser a palavra de ordem na vida dos indivíduos mais pobres, faz com que qualquer tipo de trabalho seja exercido - seja ele informal, precário, ou de baixa remuneração – caso a necessidade imediata seja prover o próprio sustento. Após todas as transições profissionais vividas por Marcela, atualmente, ela trabalha como assistente financeira em um hotel na cidade de São Paulo, auferindo rendimentos mensais em torno de R\$1700 reais.

Por razões que não ficam claras em sua fala, Marcela morava com a sua tia há mais de sete anos. Ela nos menciona brevemente que a relação com seus pais não era das melhores. Porém, com sua tia - que era solteira e não tinha filhos - ela sentia-se acolhida. As duas moravam juntas sob um bom convívio. Marcela repartia as despesas domésticas da casa junto com sua tia, já aposentada. Mas no que concerne a trajetória profissional de Marcela, também não ficaram claras as razões que a levaram a ficar desempregada em seis ocasiões. Como ela nos disse, na maioria das vezes, Marcela não se sentia reconhecida pelo trabalho que realizava. A solução, então, era pedir demissão ou ser demitida para que, dessa circunstância, ela pudesse buscar alguma oportunidade que lhe desse a chance de crescimento profissional. Ao solicitarmos a exemplificação de um desses momentos vividos por Marcela, ela nos disse:

“Eu basicamente trabalhei no comércio né?! Mas eu não gosto de lidar com o atendimento as pessoas... Sou muito mais na minha... Gosto de fazer o meu e entregar o resultado. Não de ter que ficar em pé durante sábado, domingo e feriado tendo hora pra entrar [no trabalho] e nunca hora pra sair... Falando: ‘Próximo cliente, por favor’, atrás de um caixa de farmácia. [...] Eu sou esforçada. Mesmo não tendo o perfil pra trabalhar em comércio eu sempre me dediquei quando entrava em um emprego novo. Já que eu precisava ganhar o meu dinheiro, eu pensava que ‘Se eu me esforçar e aprender rápido, logo consigo uma promoção pra uma função melhor’... [...] Na farmácia existe um esquema pra mudança de cargo. A gente vai fazendo umas provas internas... Umas avaliações... Lá [na farmácia] você começa como caixa, balconista, analista de medicamentos, gerente e sub gerente... E eu ia fazendo todos os testes que os meus gerentes passavam. Fazia as provas animadíssima. E o que eu via quando sobrava uma vaga melhor que a minha na loja?! Eles pegavam uma pessoa de outra loja [da rede de farmácias em que trabalhava] e colocavam lá. Eu vi isso acontecer umas duas vezes. Na terceira vez que eu disse pra mim mesma: ‘Basta’. Aquilo me derrubou e eu parei de treinar... Parei com tudo. Fui desmotivando e eles me mandaram embora. [...] Nunca esqueço no dia da minha demissão... Minha gerente perguntou assim para mim: ‘Você sabe porque você esta sendo demitida?’ E eu olhei bem pro olho dela e falei: ‘Sei. Mas jura que do tempo que eu estou trabalhando aqui, só agora vocês perceberam que eu tô desmotivada exatamente pelo que vocês fazem aqui? [referindo-se aos processos de promoções internos]. Como eu já estava indo embora e não tinha mais nada a perder, resolvi abrir o meu coração”.

Marcela é uma típica “batalhadora”, como aponta Souza (2012), vez que ela, mesmo vivendo carências de todos os tipos desde sua adolescência, projetou em sua capacidade de trabalhar arduamente a possibilidade de conquistar um futuro melhor para a sua vida. Porém, um traço que chama atenção na trajetória de Marcela é que ela se mostra como uma mulher muito independente. Nenhum de seus empregos foi arranjado por meio da indicação de



terceiros. Ela sempre fez questão de encontrar emprego por conta própria. E, com isso, também assumia os riscos de pedir demissão ou ser demitida, caso não estivesse motivada com o tipo de trabalho que realizava. O trecho, a seguir, ilustra essa característica de Marcela:

“Eu sempre arrumei emprego por conta. Nunca ninguém me indicou pra nada. Eu não costumo pedir... Vou atrás do meu sozinha [...] Quando você é novo [referindo-se a si mesma] a gente tem muitas ilusões na cabeça e faz umas coisas que se arrepende um pouco depois... [referindo-se a algum pedido de demissão que havia feito no passado]... Ai você sai do emprego achando que ali já deu o que tinha que dar e que logo arruma outra coisa... Mas aí você vê que nem de perto é o que você pensava. [...] Se você não consegue arrumar o emprego que quer, o jeito é pegar o que tem. [...] Teve uma época que eu fiquei desempregada e minha tia, que já é aposentada, me ajudava. Foi difícil. Mas olha, não é que eu ficava parada não! Eu fazia uns bicos. Mas ganhava pouco desse jeito [no trabalho informal]. Nesse tempo [desempregada] eu trabalhei separando documentos que o dono de uma Escola de Idiomas me pedia. Trabalhei fazendo um bico esporádico de caixa num bazar perto de casa... Primeiro eu fazia uns bicos lá. Depois até eles me sugeriram ser efetivada. Mas aquilo não dava [o tipo de trabalho que fazia no bazar]. Mas ainda bem que eu já estava em processo seletivo aqui [referindo-se ao seu emprego atual como assistente financeira em um hotel de São Paulo]”.

Essa passagem da fala de Marcela retrata a questão apontada por Guimarães (2009) e Rocha-de-Oliveira (2009), sobre o fato dos jovens mais pobres terem, em face das dificuldades com as quais se deparam no mercado de trabalho, de passar por períodos indeterminados de dependência financeira junto a suas famílias de origem. Porém, mesmo tendo vivido uma trajetória profissional mediada por muitas trocas de empregos e momentos de desemprego, chama atenção o fato da trajetória profissional de Marcela ter sido mediada pela não escolha de uma direção profissional a seguir. Marcela foi se deixando levar pelas contingências de suas atividades profissionais, de modo que ora pedia demissão em busca de um salário melhor e reconhecimento profissional. Ora era demitida por estar desmotivada em relação à função que exercia. Atualmente, Marcela até considera que esteja em um local

promissor de trabalho. Mas não sabe ainda se chegará a realizar algum curso de graduação e, assim, obter uma profissão. Como ela nos disse, talvez opte em fazer outro curso técnico, caso seja necessário para sua atuação na área financeira no setor hoteleiro mesmo. Em todo o caso, a decisão de seguir atuando no setor hoteleiro parece lhe animar, ao menos pelo próximo ano. Solicitada a nos dizer o que significaria o que ela passou ao longo de sua trajetória profissional, Marcela faz uma longa pausa, respira fundo e nos diz: “Sem luta não tem vitória. A vida bata forte... Mas para me derrubar ela vai ter que bater muito mais”. Agradecemos Marcela por partilhar conosco detalhes tão íntimos de sua história de vida. Mas foi Marcela que também nos agradeceu por ter a sua história ouvida por nós.

A convicção de que qualquer sacrifício do presente resultará na superação das dificuldades experimentadas em um passado de grandes dificuldades, tal como sugere a postura de Marcela em relação a sua inserção precoce e continua no mundo do trabalho, vão ao encontro das pesquisas de Souza (2009; 2012), as quais nos relatam como os indivíduos mais pobres tendem a construir a crença de um futuro melhor, ainda que estejam imersos em uma situação de vida cotidiana ainda pouco animadora. Esse aspecto pode ser percebido também na fala de Suzana, outra de nossas entrevistadas que, atualmente, está com 28 anos de idade, se autodeclara como de cor branca, é casada, está grávida de seu primeiro filho, e mora com seu marido em uma casa alugada na periferia da zona sul paulistana.

Suzana é do Rio Grande do Norte e veio para São Paulo aos 19 anos de idade em busca de uma vida melhor. Iniciou a sua vida produtiva ainda na infância quando, junto de seus quatro irmãos, ajudava os seus pais nas atividades agrícolas que forneciam os ganhos financeiros da família. Aos 15 anos de idade, Suzana arrumou uma ocupação informal de camareira em uma pequena pousada na cidade em que morava. Sendo uma espécie de “faz tudo” dessa pousada, Suzana ficou por oito meses nesse emprego. Posteriormente, migrou para a atividade de auxiliar de cozinha de um pequeno hotel, agora, já na condição de um posto formal de trabalho. Após seis meses de atuação na função, Suzana foi demitida e ficou desempregada por quase um ano. Nesse período, valeu-se da revenda de cosméticos para auferir algum rendimento. Diante de sua situação financeira limitada e estando o seu marido – que é apenas dois anos mais velho que Suzana – desempregado, ambos decidiram mudar para São Paulo em busca de uma vida mais promissora. Antes de avançarmos na descrição da trajetória profissional de Suzana, o fato dela e seu marido terem ficado sem emprego, no início de suas vidas adultas, reforça a ideia de que o desemprego é mesmo um fenômeno seletivo e não atinge todos os profissionais ao mesmo tempo, como aponta o relatório da CEPAL/OIT (2012).

Já estando em São Paulo, Suzana e seu marido driblaram o desemprego sendo ela contratada como auxiliar de limpeza de um pequeno restaurante e o seu marido como servente de obras por uma construtora da cidade. O tipo de ocupação encontrada por Suzana e seu marido, associado à origem social mais pobre que eles tiveram desde tenra idade, reforça o argumento de Hasenbalg e Valle Silva (2003), bem como o de Vilela e Collares (2009), sobre o fato das condições sociais dos indivíduos impactarem, decisivamente, as desigualdades de oportunidades laborais que eles encontraram ao longo de suas trajetórias de vidas. Em todo o caso, após ter atuado por dois anos como auxiliar de limpeza, Suzana pediu demissão. Isso ocorreu, quando ela se deu conta que não progrediria profissionalmente, caso continuasse a executar a atividade de auxiliar de limpeza. Passando seis meses desempregada – e atuando como babá durante esse período para auferir algum rendimento – Suzana foi contratada para ser caixa de um restaurante. Ela ficou feliz com a mudança do tipo de atividade profissional a ser exercida, ainda que a mesma fosse ocorrer novamente em um restaurante. Ficou na atividade de caixa por quatro anos, até ser demitida da função. Enquanto recebia o seu seguro desemprego, começou a procurar uma nova colocação no mercado de trabalho, quando foi contratada pelo o hotel – em que trabalha atualmente – como auxiliar de controladoria. Na verdade, Suzana entrou na função de caixa em seu atual emprego, pelo qual recebe um salário mensal de R\$1400 reais. Mas, por já estar sob treinamento para a função de auxiliar de controladoria, optou já se autodeclarar como uma profissional atuante na nova função. O ânimo com o novo cargo é evidente na face de Suzana. Segundo ela, esta era a primeira vez que lhes surgia à oportunidade real de não mais realizar atividades eminentemente braçais. Suzana ainda não possui moradia própria, sendo este o seu maior objetivo junto de seu marido. Mas, por estar convencida de que está vivendo a sua melhor fase profissional, ela nos diz que o objetivo de sua casa própria logo se concretizará. Para tanto, ela irá dedicar a sua nova função, e ao hotel em que trabalha, para crescer o máximo que puder, no advertindo que:

“Pra uma pessoa que só tem o ensino médio que nem eu... Ter uma chance de ser treinada na área da controladoria... Nossa nem dá pra imaginar... [...] Agora ninguém me segura! Vou correr atrás e quem sabe um dia eu não viro até uma *controller*? [dá uma gargalhada e mantêm o sorriso aberto após essa declaração]”.

Ainda que Suzana cultive o desejo de crescer profissionalmente, a possibilidade de dar sequência aos seus estudos não aparece em sua fala. Ela nos revela que a educação nunca

foi prioridade em sua vida. Filha de pais analfabetos – mas que incentivavam o estudo dos filhos – Suzana nunca teve facilidade para os estudos. Reprovou duas séries. Mas concluiu o ensino médio. Esse episódio da vida de Suzana relembra a fala de Souza (2009) que após desenvolver a sua pesquisa empírica, sobre a denominada provocativamente “Ralé brasileira”, percebe que muitas das crianças mais pobres chegam à escola e passam horas a fio sem compreenderem o que ali lhes é ensinado. Ou seja, que as condições vulneráveis que experimentam desde tenra idade, acabam sendo, muitas vezes, um elemento inibidor de seus desempenhos escolares.

Mas a característica de não ter a aquisição de educação formal enquanto uma prioridade, ou enquanto um recurso capaz de melhorar as suas condições de vida, tal como é possível perceber na fala de Suzana e Marcela, não ocorreu com todos os nossos entrevistados. Éder, por exemplo, que tem 29 anos de idade, se autodeclara de cor branca, não possui filhos e, mora com seu pai e sua irmã em um apartamento próprio localizado na periferia da zona norte paulistana, realizou um curso de graduação em administração, a fim de progredir em sua vida profissional.

Éder adentrou no mundo laboral aos 15 anos de idade como empacotador de supermercado. De início, era uma atividade informal. Ganhava-se por dia trabalhado. Mas ao completar os 16 anos de idade, foi efetivado na função migrando, algum tempo depois, para mais três tipos de funções operacionais dentro do mesmo supermercado. Após pedir demissão do emprego, por já não mais suportar o tipo de trabalho que realizava, Éder ficou quatro meses desempregado. Até que o seu vizinho lhe indicou que havia visto um anúncio de emprego na rua para a vaga de auxiliar de limpeza em um hotel de São Paulo. Sendo contratado pelo hotel, Éder cumpria de modo célere as suas atividades de limpeza. Isso porque ele usava o “tempo livre” para observar o trabalho de seus colegas em outros setores do hotel, como o de controladoria por exemplo. Notando o interesse do rapaz, após seis meses na função de auxiliar de limpeza, o gerente do hotel promoveu Éder para a função de auxiliar de controladoria. Por oito anos Éder trabalhou no hotel migrando, ao longo desse tempo, pelas funções de assistente de controladoria, analista de custos, e consultor de tecnologia responsável por treinar a equipe do hotel para o uso de um sistema de gestão hoteleira.

Após os oito anos de atuação no hotel, Éder foi convidado pela empresa que havia o capacitado para o treinamento dos demais funcionários do hotel - para o uso do sistema de gestão hoteleira - a trabalhar com eles. Como a oferta salarial era melhor, Éder pediu demissão do hotel e mudou de emprego. Essa troca durou apenas um ano. Percebendo que a atuação na área de tecnologia não lhe era muito instigante, Éder resolveu cursar uma

graduação em administração. O objetivo era retomar as suas atividades na área de controladoria do setor hoteleiro. Questionado sobre o porquê da escolha pelo curso de administração, Éder nos fala: “O importante é ter uma faculdade, independente de qual profissão você queira seguir”. Esse fala de Éder condiz com a afirmação de Capuchinho (2012) que indica como a valorização do diploma superior pelos jovens de baixa renda implica na maioria das vezes, na mera conquista de uma certificação para os auxiliarem no mercado de trabalho, do que propriamente a consolidação de uma carreira profissional diferente a seguir.

Tendo estudo em uma instituição privada de ensino superior, Éder utilizou o montante obtido com o acordo de demissão celebrado junto ao seu antigo emprego na área de tecnologia de informação, para custear o primeiro ano da faculdade. Após dez meses desempregado e, durante esse tempo, também obtendo algum ganho financeiro ao ajudar o seu pai que é serralheiro, Éder foi contratado como analista de custo, com um salário médio de R\$2600 reais mensais, pelo hotel em que atualmente trabalha. Ele considera que o fato de estar cursando uma faculdade, quando encontrou essa vaga de emprego e, sobretudo, pela sua experiência profissional no setor financeiro de hotéis, foi decisivo para que ele fosse contratado e adentrasse, novamente, o mercado de trabalho formal. Esse aspecto conflui para o entendimento de Souza (2010; 2013) de serem os capitais de outra natureza – para além do financeiro – os responsáveis por mediar a alcance, aos indivíduos mais pobres, de uma condição de vida menos vulnerável. Contudo, o capital financeiro é algo muito ressaltado por Éder, já que além de ter contribuído para a compra de sua casa própria, ele também adquiriu o seu primeiro carro.

Quando questionado sobre o que significou, para ele, tudo o que viveu ao longo de sua trajetória profissional, Éder é sucinto e diz que: “Ser alguém na vida é trabalhar, ter uma formação e um bom salário para comprar o que se quer. [...] Tem até vizinho meu que já veio me pedir pra arrumar emprego, porque viram que eu to bem”. De alguma forma, esse trecho da fala de Éder demonstra o que Neri (2011a) e Abdala (2014) apontam como sendo o consumo um aspecto central para os indivíduos da NCM brasileira. Tal o consumo se mostra como algo central na visão de mundo de Éder que o seu maior objetivo de vida é comprar uma casa na praia. Questionado como esse objetivo seria por ele atingido, Éder nos diz que ao conseguir uma promoção profissional para o cargo de gestor de controladoria, ainda dentro do setor hoteleiro, o objetivo de sua casa na praia seria atingido. Para tanto, se for preciso mudar de emprego para auferir um melhor salário, Éder não pensaria duas vezes, como ele nos diz:

“Eu estou satisfeito com a minha trajetória profissional [no setor hoteleiro]. Comecei como auxiliar de limpeza e cheguei a analista de controladoria, entregando resultados do empreendimento... Tendo contato direto com diretor... com o dono do hotel. [...] Foi trabalhando na hotelaria que eu comprei meu carro, meu apartamento, fiz cursos... Então eu agradeço muito e sou bem satisfeito. [...] Ainda que eu goste do meu emprego atual, estou sempre de olho se tem alguma outra oportunidade [de emprego] com salário melhor. Se aparecer alguma vaga com um salário maior do que eu tenho hoje, eu mudo de emprego. Quero crescer ainda mais... Quero ser gestor... Ainda tem muita coisa que quero conquistar”.

A satisfação de Éder com a própria trajetória profissional está sustentada na obtenção de melhores salários e, no acesso a um novo poder de consumo, que teve acesso na medida em que foi conseguindo adquirir os bens materiais que pleiteava atingir. Ainda que, como afirmado por Quadros (2008), Bartelt (2013), e Fleury (2013), a renda e consumo não assegurem, por si só, uma imediata mobilidade social aos indivíduos oriundos das camadas mais pobres, Éder tem conseguido, por meio desses dois elementos, atingir o tipo de vida que lhe parece razoável, bem como acessando o sentimento de satisfação com a própria trajetória profissional construída. É nesse sentido que embora a perspectiva sociológica tenha inúmeras críticas ao fenômeno da NCM brasileira, ela não deixa de reconhecer a importância dos aumentos, em termos de renda e consumo, aos indivíduos mais pobres, como um recurso capaz de lhes oferecer o acesso à aquisição de bens e serviços diferenciados e, portanto, a uma condição de vida menos vulnerável, tal como nos afirmou Souza (2012), Kerstenetzky e Uchôa (2013), e Salm e Bahia (2013).

Se por um lado, Éder parece estar satisfeito com a trajetória profissional que desenvolveu, vez que conseguiu atingir um patamar econômico que lhe possibilitou comprar o próprio apartamento, um carro, e investir em cursos, por outro, Angélica, outra de nossas entrevistadas, não se mostra tão entusiasmada com a trajetória profissional por ela construída. Atualmente com 30 anos de idade, se autodeclarando de cor branca, solteira, mãe de dois filhos, e morando em um apartamento alugado no centro de São Paulo, Angélica nasceu na região norte do estado do Paraná e iniciou sua vida profissional formal, aos 18 anos de idade, como vendedora de uma loja de comércio popular. Questionada sobre o porquê de ter sido necessário iniciar na vida produtiva aos 18 anos de idade, Angélica nos diz:

“No interior tinha que ter 18 [anos de idade] para trabalhar com ‘carteira assinada’. A gente não tinha a oportunidade que tem hoje dos jovens com 14 anos começarem como aprendiz... Hoje até pode ser que tenha na minha cidade [a prática da contratação de jovens menos de idade na condição de aprendizes]. Mas naquela época não existia... [...] Eu comecei a trabalhar porque eu queria ter as minhas coisas... Não depender mais de pai nem mãe pra tudo. Eu venho de uma família de nove filhos. Então a renda era bem escassa lá em casa... Eu sempre fazia uns trabalhinhos pra ter o meu dinheiro [antes dos 18 anos de idade]. Vendia Natura, Avon... Fazia trabalhos de organização de festas também”.

O trabalho informal desponta na fala de Angélica como uma alternativa para compor a sua renda individual, no início de sua vida profissional. Além disso, pelo fato dela ter uma família numerosa e com baixa condição financeira, essa circunstância contribuiu para a sua decisão de trabalhar ainda na adolescência. Essa situação não deixa de ressaltar o entendimento de Quadros (2008) e Kerstenetzky e Uchôa (2013), sobre o fato da estrutura familiar, dos indivíduos mais pobres, exercer, sobre eles, um papel decisivo no modo como eles irão se relacionar com a dimensão profissional de suas vidas. No caso de Angélica, a sua estrutura familiar – e a situação financeira limitada em que vivia - acabou por lhe compelindo a ingressar, ainda na adolescência, na vida produtiva.

Por considerar que na pequena cidade em que morava na região norte do Paraná, pouco lhe surgiria em termos profissionais, Angélica mudou aos 19 anos de idade, para a cidade de São Paulo. O seu objetivo era conquistar uma vida melhor. Na cidade, encontrou a ocupação de balconista de uma loja de material de construção. Com um ano de trabalho nessa atividade, Angélica foi ser vendedora de roupas. Segundo ela, a atividade de vendas lhe oferecia um melhor salário, já que ela podia contar com as comissões geradas em cima de cada venda que ela realizava. Após dois anos como vendedora, Angélica foi trabalhar como recepcionista de uma clínica odontológica. Ficou nessa atividade por três anos até que lhe surgiu a oportunidade de ir, junto com sua prima, para Londres na Inglaterra, trabalhar como *baby-sitter*. Angélica não tinha conhecimento do idioma inglês. Tampouco esclarece de que maneira essa oportunidade de mudar do Brasil surgiu em sua vida. O que ela nos diz é que sua prima a incentivou a ir trabalhar nessa atividade, pois além de ter a chance de aprender o

inglês, conseguiria ganhar muito mais frente ao salário de recepcionista de consultório odontológico.

Por um ano de meio Angélica trabalhou em Londres como *baby-sitter* e também como garçone. Desenvolvia as suas atividades, sempre na condição de trabalhadora informal, para famílias de brasileiros que lá estavam. Essa passagem da trajetória de Angélica nos faz retomar a consideração de que Caldeira (2009) sobre o fenômeno da emigração de brasileiros em busca de empregos em outros países. Ainda que o referido autor aborde esse fenômeno, a partir da intensificação de sua ocorrência em meados dos anos de 1990, faz-se possível considerar que a estratégia de emigração ainda é considerada, em maior ou menor grau, no cotidiano dos trabalhadores oriundos das camadas mais pobres do Brasil, tal como ocorreu no caso de Angélica.

Mas o aspecto que nos interessa ressaltar sobre a trajetória profissional de Angélica, é que ela aproveitou a oportunidade de trabalhar em Londres para aprender o idioma inglês, recurso esse que ela usará, mais adiante, para conseguir colocação de trabalho no Brasil. Após os quase dois anos que ficou trabalhando em Londres, Angélica volta ao Brasil. No país, retorna a morar na casa de seus pais no interior do Paraná, reencontrando o seu primeiro filho, o qual havia deixado aos cuidados de sua mãe durante o tempo que passou na Inglaterra. Angélica ficou um ano desempregada e, no período, desenvolveu atividades informais e esporádicas para auferir algum tipo de rendimento. Dentre essas atividades, esteve o trabalho de apoio administrativo a campanha eleitoral de um candidato à prefeitura da pequena cidade em que morava na região norte do Paraná. Vez que ela atuava sob um cargo de confiança auferido pelo candidato a prefeito que não fora reeleito, Angélica ficou desempregada. Essa circunstância a fez retornar para São Paulo, junto de seu filho, em busca de um novo recomeço profissional.

Novamente em São Paulo, Angélica se deu conta que o seu conhecimento do idioma inglês poderia ser aproveitado em alguma atividade de trabalho na cidade. Foi quando conseguiu um emprego como recepcionista bilíngue de um hotel paulistano. Tendo mudado de emprego mais duas vezes, sempre atuando na mesma função em outros hotéis de São Paulo, Angélica nos concedeu a sua entrevista direto de seu atual emprego – como recepcionista bilíngue - em um hotel na região central da cidade. Morando a cerca de seis anos em São Paulo, nesse período, Angélica teve o seu segundo filho. O fato preponderante que leva Angélica a não estar muito contente com a trajetória profissional que tem construído, até então, consiste de razões variadas, dentre as quais as que ela nos diz:



“Quando recebi a proposta da minha prima pra ir trabalhar como *baby-sitter* na Inglaterra, eu tive que deixar o meu primeiro filho com a minha mãe no Paraná. Foi de cortar o coração... E como a vida é irônica... Eu tava indo pra Inglaterra pra quê? Pra cuidar do filho dos outros... Depois que fiquei quase dois anos lá, voltei pro Brasil e tive que voltar a morar na casa dos meus pais [no Paraná]... Fiquei desempregada... Tive de trabalhar pra político... E aí você vê que nada progride... O aspecto financeiro ficou complicado. [...] Foi só voltando pra São Paulo que eu consegui arrumar um emprego diferente [referindo-se a ocupação de recepcionista bilíngue]. A questão do idioma [inglês] que eu tinha facilidade me ajudou pra isso. [...] Mas na área de escritório eu nunca tive experiência. Não tenho também nada no currículo no sentido de Faculdade... Então eu não sei se ser recepcionista bilíngue é um privilégio que eu tive aqui em São Paulo, ou só o que me sobrou pra fazer sabe?!”

O que Angélica transparece ao conversar conosco é que ela não se sente motivada no tipo de trabalho que faz mesmo reconhecendo que a atividade de recepcionista bilíngue é o seu trabalho mais “promissor” frente aos trabalhos que ela já havia realizado no passado. Ainda que ela reconheça a sua falta de conhecimento em atividades que lhe permitissem atuar em ocupações fora da área de atendimento – como o conhecimento em atividades administrativas ou de “escritório” como ela mesma diz - Angélica alega não possuir rendimentos que lhe permita investir em um curso superior, para suprir essa sua debilidade profissional. Por ser ela a única responsável pelo orçamento familiar da casa alugada em que vive junto de seus dois filhos, Angélica não parece admitir a obtenção de um diploma superior como algo possível, nesse momento, em sua vida. Na verdade, Angélica já até tentou cursar uma faculdade, assim que retornou pela segunda vez para São Paulo. Mas essa tentativa foi frustrada, como um trecho de sua fala nos revela:

“Aqui em São Paulo, eu até tentei fazer uma faculdade de Serviço Social. Mas acabei fazendo dois meses só e tranquei [o curso universitário] por causa de trabalho, filhos, financeiro... Acabei não conseguindo conciliar tudo e tranquei [o curso de graduação que realizava em uma instituição privada de ensino de São Paulo]. [...]

Mas isso de tentar fazer a faculdade foi ainda quando eu arrumei o meu primeiro emprego como recepcionista de hotel. Achei que teria condições de progredir se fizesse uma faculdade... Depois que tranquei o curso [de graduação], vi que o problema seria dar conta de tudo. Acabei indo procurar um salário melhor e consegui em outro hotel [também como recepcionista]. Fiquei lá [no novo emprego] por nove meses. Mas aí, encontrei esse aqui [referindo-se ao atual emprego] e mudei de emprego, porque esse aqui é mais próximo da minha casa e a gente avalia essas coisas em São Paulo [...] Eu praticamente só trabalhei minha vida inteira lidando com gente... Tentei fazer uma faculdade e não deu... Realmente é difícil achar que minha situação profissional vá mudar assim do nada”.

A dificuldade em custear um curso superior, bem como a de conciliar todas as suas responsabilidades domésticas e familiares, fez com que Angélica abandonasse a perspectiva de que atingirá um futuro melhor. Mesmo que tenha sido uma tentativa frustrada, Angélica ao se propor obter um diploma de ensino superior, reforça o argumento de Souza (2012, 2013) que defende ser o investimento em capitais de outro tipo, no caso o educacional, algo essencial para que os indivíduos mais pobres possam vislumbrar a possibilidade real de se atingir uma condição de vida menos vulnerável. Também há de se observar que Angélica, ao trocar de emprego ponderando sobre a proximidade do novo trabalho com a sua residência, traz a tona a afirmação de Fleury (2013), sobre o fato dos indivíduos mais pobres, ao terem incorporados em seu cotidiano o uso dos serviços públicos de baixa qualidade – como o de transporte – acabam por tentar driblar, se possível, o elevado gasto de tempo que enfrentam, diariamente, nos traslados entre suas casas e seus trabalhos. A mudança de emprego feita por Angélica a ajudou a contornar a necessidade do uso do transporte público em sua rotina diária. Também a possibilitou dispor de maior tempo para o cuidado de seus filhos.

No que concerne o aspecto profissional, mesmo aparentando certa insatisfação com a atual ocupação que exerce, Angélica nos revela que será por meio de seu trabalho como recepcionista bilíngue que atingirá os seus dois maiores objetivos de vida: adquirir a casa própria e ver os seus filhos formados em um curso superior. Se, por um lado, Angélica não conseguiu cursar uma faculdade e, tampouco os seus pais tenham a incentivado a dar sequência em seus estudos, como ela nos confidencia ao que parece, Angélica buscará oferecer aos seus dois filhos uma perspectiva diferenciada em relação à importância dos

estudos para a vida profissional. Segundo Angélica, ela quer fazer com que os seus filhos tenham poder de escolha no mercado de trabalho, isto é, não dependam da execução de apenas uma atividade profissional – como a sua de recepcionista bilíngue – para obterem algum salário. Um trecho do relato de Angélica evidencia esse aspecto de sua fala:

“Olha, eu não pude estudar por uma série de razões que já te falei... Mas os meus filhos eu faço questão. Não quero que eles fiquem ‘na mão’ das empresas sempre fazendo a mesma coisa... Sem conseguir nada melhor pra suas vidas. Quero ver eles formados e podendo seguir uma profissão [...] Eu falo isso... Mas não posso reclamar de tudo. Sempre consegui me virar, fazer meu dinheiro... Aqui mesmo em São Paulo toda vez que eu mandava um currículo [para uma vaga de emprego], ao menos, para a entrevista eles me chamavam... Mas é ruim saber que você só vai conseguir mais do mesmo [referindo-se ao tipo de emprego que consegue atualmente conquistar, no caso, o de recepcionista bilíngue]”.

Para que os seus filhos tenham uma vida profissional mais abrangente e menos restritiva, Angélica os incentivará a obterem um grau de ensino superior. Em todo o caso, ser mãe solteira de duas crianças e conseguir, por meio dos R\$2300 reais mensais que auferia como salário, atender a todas as despesas domésticas de sua casa, lhe faz ter orgulho de si mesma. Em todo caso, Angélica não demonstra que manifestará alguma reação para alterar os seus rumos profissionais a curto ou médio prazo, por mais que ela não esteja tão satisfeita com o tipo de trabalho que desempenha no hotel. Mesmo assim, ao ser indagada sobre o que significava a trajetória construída por ela até aqui, Angélica nos afirma que: “Eu sou uma guerreira... Em toda essa trajetória, acabei vencendo várias situações. Passei por tudo. E, hoje, vejo que fiz coisas boas”.

Mesmo considerando, como um saldo geral, ter feito coisas benéficas ao longo de sua trajetória, Angélica parece sentir certo desconforto ao lembrar que foi trabalhar em Londres, mas, para que isso fosse possível, teve de deixar o seu primeiro filho aos cuidados de sua mãe. Contudo, estando hoje morando com os seus dois filhos e sendo a única responsável pelo sustento de sua família, ela parece ter superado a sensação de desconforto atrelada a sua experiência na Inglaterra. Se em algum momento, a vivência no exterior fez com que Angélica tenha manifestado tal sentimento, em face das implicações práticas

associadas a sua decisão de ir trabalhar em outro país, Carlos, outro de nossos entrevistados, que tem 28 anos, se autodeclara de cor parda, solteiro, e mora na região periférica da zona norte paulistana junto de seus pais e irmã, não parece ter sentido maiores dificuldades em ir trabalhar em outro país, no caso, na Irlanda.

Por não ter filhos, Carlos considerou a experiência de trabalhar fora do Brasil como algo muito oportuno em termos financeiros e de aprendizado, ao ponto dele manifestar, ao longo de nossa conversa, o desejo em residir fora do Brasil novamente, assim que obtiver uma nova oportunidade. Para que possamos melhor conhecer os caminhos da trajetória profissional de Carlos, ao ponto dela incluir a experiência de trabalhar na Irlanda, ele nos diz que a sua inserção no mundo do trabalho se deu, aos 14 anos de idade, como panfleteiro de um restaurante. Ganhava R\$20 reais por seis horas diárias de trabalho. Foi alocado nessa ocupação após um de seus vizinhos, que fazia a propagando de uma rede de supermercados, o convidar para a atividade de panfletagem. Carlos ressalta que os seus pais não o obrigaram a trabalhar. Porém, eles não o desincentivam sobre a escolha de iniciar-se na vida produtiva de modo tão precoce. Em todo caso, a atuação de Carlos como panfleteiro, logo fez com que ajustes ocorrem em suas obrigações e rotinas diárias, como ele nos relata:

“Quando eu fui trabalhar [como panfleteiro], eu estudava de manhã. Ai tive que mudar pra noite... Comecei a estudar a noite e trabalhar de dia. Essas correrias que todo mundo faz, sabe?! [...] O dinheiro que eu comecei a receber [pelas atividades de panfletagem] era mais pra suprir gastos meu mesmo na escola, nos finais de semana, no shopping... Mas eu também queria ajudar em casa. Claro que era uma coisa bem insignificante... Tipo uma coisa ou outra... Uma feira que eu fazia... Coisas assim”.

Apesar do baixo rendimento auferido em seu trabalho como panfleteiro, Carlos manifestou a preocupação em começar a ajudar – ainda que minimamente – no orçamento doméstico de sua família. Esse aspecto traz a tona os argumentos de Rocha-de-Oliveira (2009) e Souza (2012) sobre o fato da iniciação precoce na vida laboral não ser algo atípico para os membros mais jovens das famílias de baixa renda. Seja para complementar a renda familiar, ou para prover o próprio sustento, o início precoce no mundo do trabalho é algo recorrente na vida dos jovens de baixa renda, tal como ocorreu com Carlos. Vez que a sua incursão na vida produtiva, o fez ter de ajustar a sua rotina para conciliar com os estudos,

perguntamos se as suas atividades profissionais lhe impuseram algum tipo de dificuldade adicional na rotina de que vida que ele experimentava até então. Como resposta Carlos nos disse:

“Sim eu tinha [dificuldades para executar o trabalho de panfletagem]. Eu tinha que ficar andando muito, subindo barranco... Os cachorros vinham atrás de você... E as pessoas na rua... Você percebe o preconceito das pessoas [em relação ao trabalho de panfleteiro]. Não é muito bem visto [esse tipo de trabalho]. As pessoas acham que se você está lá fazendo aquilo [panfletagem] é porque não estuda, não tem família... Então tem preconceito. A gente percebe. Hoje eu acho que nem tanto [o preconceito teria reduzido em relação aos profissionais que realizam panfletagem]. As pessoas se tornaram mais tolerantes em alguns pontos... Mas quando você está lá trabalhando, sim, você percebe que é um subemprego, que o preconceito existe e tudo mais... Mas como a decisão de fazer esse trabalho foi minha e eu queria ter o meu dinheiro, não desisti. Fui fazendo o meu... [referindo-se as suas obrigações profissionais]”.

O relato de Carlos nos mostra que ele se deparou com dificuldades eminentes na realização prática de seu trabalho, bem como situações de discriminação. Em todo caso, pelo modo sereno como Carlos faz o relato dessa passagem de sua trajetória faz parecer que os possíveis impactos de seu trabalho como panfleteiro não representaram fortes impactos em sua vida. Contudo, ter percebido que o esforço físico demandado pela atividade de panfletagem e, acima de tudo, o preconceito das pessoas em relação a essa atividade profissional, demonstra que Carlos percebeu terem surgido dificuldades adicionais ao seu trabalho, as quais ele não havia considerado antes de aceitar realizar essa função. De alguma forma, se Carlos mesmo percebendo o preconceito e a demanda física requerida pelo trabalho que se propôs a fazer, não abandonou a sua atividade, a fim de continuar a receber o seu salário, esse episódio vai ao encontro da premissa articulada por Vilela e Collares (2009) sobre o fato de a sobrevivência ser a palavra de ordem para os indivíduos mais pobres, ao ponto deles realizarem qualquer tipo de trabalho - seja ele informal, precário, ou de baixa remuneração – em prol de algum rendimento para prover o seu sustento.

Por dez meses Carlos atuou na função de panfleteiro. Após essa experiência, ele conseguiu um emprego como *office-boy* em uma loja de autopeças, ficando nessa função por pouco mais de dois anos. Ao longo do período em que trabalhou na loja de autopeças, a irmã mais velha de Carlos e o seu cunhado, foram trabalhar no subemprego oferecido para estrangeiros na cidade de Dublin, na Irlanda. Esse ponto da história de Carlos, nos ajuda a frisar o quão o fenômeno da emigração dos trabalhadores brasileiros, mencionado por Caldeira (2009), ainda é algo que paira no imaginário de alguns trabalhadores que vivem no Brasil. Mas o caso é que a irmã e cunhado de Carlos tinham por objetivo conseguir, por meio do subemprego irlandês, poupar dinheiro suficiente para comprarem uma casa no Brasil. À irmã e o cunhado de Carlos já estão a mais de doze anos em Dublin e não pretendem voltar ao Brasil.

O modo como a decisão da irmã e do cunhado de Carlos de irem trabalhar na Irlanda se mistura com a sua própria trajetória, ocorre quando Carlos é demitido da loja de autopeças em que trabalhava como *office-boy*. Frente a essa circunstância Carlos decidiu ir morar com a sua irmã na Irlanda. A princípio, por tempo indeterminado. Ele também iria para trabalhar no subemprego irlandês, a fim de poupar algum dinheiro. Mudando-se para Dublin, Carlos teve de trabalhar em uma infinidade de ocupações, como ele mesmo nos relata:

“Lá [referindo-se a cidade de Dublin] eu fiz de tudo. Fiz faxina; trabalhei em manutenção; pinteí casas; cortei grama; lavei pratos; cuidei de crianças por algumas noites... No caso, dos filhos de um dos meus chefes. Eles iam pro restaurante aí meu chefe falava: ‘você não está fazendo nada agora à noite, quer ganhar mais um dinheiro? [...] O trabalho é fácil, as crianças estão dormindo. Se chorarem você coloca elas pra dormir novamente. E se acontecer algum emergência, só me liga que a gente volta’. Então eu aceitava ficar olhando as crianças... Ficava lá sentado vendo televisão, comendo... Era interessante [risos]”.

Todas as atividades de trabalho realizadas em Dublin por Carlos, se deram pela via do trabalho informal. Também vale notar que o tipo de atividade desempenhada por ele ocorreu inteiramente dentro de funções da área de serviços. Esse aspecto ressalta o que Salverda (2005) nos indicou como sendo o setor de serviço, uma das áreas que mais contempla a utilização do trabalho dos indivíduos de baixa renda. Após residir por dois anos

em Dublin e atingir um estado de estafa com o tipo de trabalho que vinha realizando até então, Carlos decide voltar ao Brasil. Por um lado, ele estava contente em ter aprendido o idioma inglês. Por outro, não conseguirá poupar o montante de dinheiro que ele gostaria valor esse que ele não nos informou. Mesmo assim, Carlos nos revela ter poupado o suficiente para custear o primeiro ano de uma faculdade de relações públicas, o que se tornaria um de seus objetivos ao retornar ao Brasil.

Já no Brasil, Carlos ficou apenas um mês desempregado. Foi contratado por um hotel para ser recepcionista bilíngue, algo muito similar com os rumos tomados pela trajetória de Angélica, abordada anteriormente. Por dois anos e meio Carlos atuou como recepcionista bilíngue no hotel, até ser demitido do emprego. Na ocasião, Carlos ainda não havia iniciado o seu curso de graduação em relações públicas. Contudo, ele ressalta que ter trabalhado no setor hoteleiro só o ajudou reforçar sua vontade em cursar uma faculdade na área que ele já pretendia. Mas Carlos nos revela que, por ter morado fora do Brasil, ele acabou se interessando pela área de relações internacionais, ao entender ser este um curso que lhe daria a chance de trabalhar com estrangeiros e viajar o mundo todo. Porém, enquanto ele não conseguia iniciar a faculdade, muito lhe animava já ter ingressado como recepcionista bilíngue no setor hoteleiro do Brasil, pois essa atividade, eventualmente, lhe colocava em contato com estrangeiros. E, acima de tudo, também lhe oferecia ganhos salariais muito acima do que ele auferia quando era *office-boy*, como ele mesmo nos ressalta:

“Assim que eu cheguei [no Brasil] eu fiquei um mês parado [desempregado]. Ai como eu estava com o inglês na ‘ponta da língua’ arranjei um emprego em um hotel de recepcionista bilíngue. [...] Esse emprego me deu uma ajuda enorme e em relação ao salário de *office-boy* que eu tinha aqui [no Brasil]... [O salário] Era mais ou menos três vezes mais do que eu recebia como *boy* na loja de autopeças”.

O fato de o idioma inglês ter auxiliado Carlos a encontrar um retorno financeiro mais vantajoso e uma ocupação profissional mais prazerosa, evidencia o que os estudos de Souza (2010, 2013) e Salm e Bahia (2013), apontam como a importância exercida pelos capitais de outra natureza – para além do econômico – na conquista de melhores condições de vidas aos indivíduos, sobretudo, mais pobres. No caso, a vivência internacional obtida por Carlos, na cidade de Dublin, lhe permitiu aprender o idioma inglês o que, posteriormente, lhe ajudou a

encontrar um posto de trabalho menos precário e que lhe oferecia um melhor retorno financeiro no mercado brasileiro.

Contudo, frente à demissão de Carlos de sua atividade como recepcionista bilíngue do hotel em que trabalhava em São Paulo, o deixou por um período de cinco meses desempregado. Apenas após esse período é que ele foi contratado como auxiliar de eventos hoteleiros pelo hotel em que atualmente trabalha na região central de São Paulo. Indagado sobre como ele teria “se virado” no período em que ficou sem emprego, Carlos nos diz:

“Olha, eu tive que ir resolver uns problemas pessoais no nordeste [brasileiro]. Coisa familiar... Mas isso foi só nos dois primeiros meses [em que Carlos ficou desempregado]. Depois eu voltei pra São Paulo e não estava procurando realmente um novo emprego ainda... Porque eu tava recebendo o segundo desemprego... E também eu não fui procurar por que eu queria esperar mais um pouco. Na época eu não estudava [referindo-se a nível superior de ensino] e por isso eu não tinha muitas opções de trabalho, digamos assim, interessantes em termos financeiros. Acabei esperando surgir uma oportunidade [de trabalho] que financeiramente valesse a pena. Ai foi quando, com um cinco meses por ai, eu encontrei aqui [referindo-se ao seu atual emprego como auxiliar de eventos em um hotel paulistano].”

Embora Carlos tivesse conseguido trabalhar desde bem cedo sem possuir um curso superior, sua fala evidência o seu reconhecimento de que a ausência de um grau educacional superior seria um elemento limitante de suas oportunidades profissionais e ganhos financeiros. Esse fato não deixa endossar o argumento de Rocha-de-Oliveira (2009) e Vilela e Collares (2009), no que diz respeito ao fato dos jovens mais pobres que trabalham, saberem que a educação formal é algo importante para que eles possam atingir condições de vida menos vulneráveis em um futuro próximo, ainda que a ameaça da evasão escolar ou do não prosseguimento aos estudos seja elevada em suas vidas.

Com o rendimento salarial que Carlos atualmente recebe, algo em torno de R\$1900 reais mensais, ele finalmente, conseguiu dar início ao curso de graduação em relações internacionais em uma instituição privada de São Paulo. Não ficou claro qual foi o fim do dinheiro poupado por Carlos para este fim, durante o seu período de trabalho em Dublin. Contudo, o seu objetivo de cursar uma faculdade estava em execução, de modo que Carlos já



se encaminhava para o início do segundo semestre letivo do curso, quando da realização de nossa entrevista. Na medida em que Carlos só conseguiu iniciar o seu curso de graduação aos 27 anos de idade, em alguma medida, reforça a afirmação de Hasenblag e Valle Silva (2003) de que as condições sociais vividas pelos indivíduos mais pobres, desde o seu nascimento, impactam o andamento de suas trajetórias de vida, ao ponto de não conseguirem, por exemplo, dar sequências aos seus estudos nas idades regulares, já que precisam adentrar o mundo do trabalho de modo tão precoce.

A experiência de Carlos também reforça o argumento de Souza (2012) sobre serem as instituições privadas de ensino superior, a via comum de acesso dos indivíduos mais pobres que conseguem dar sequências aos seus estudos. Ainda que o custeio do curso de graduação, em uma instituição privada de ensino, possa ter representado parte considerável do salário de Carlos, ele ainda nos diz que o seu salário lhe serve também para: “[...] ajudar nas despesas de casa. E, também para ajudar a minha mãe que tem uma aposentadoria bem baixa. Então eu dou um complemento pra ela. Também tento guardar o dinheiro que sobra, quando sobra”.

Mesmo não recebendo o salário que gostaria, mas entendendo estar em uma situação profissional bem melhor do que já viverá no passado, Carlos preserva uma perspectiva promissora para o seu futuro. Atribui a sua capacidade de trabalhar com flexibilidade e de estar comprometido consigo mesmo, a possibilidade de conquistar todos os seus objetivos de vida. Objetivamente Carlos nos revelar o que os seus objetivos são:

“Olha, trabalhar me ajuda a viver em sociedade, porque não é fácil... Não é todo mundo que é flexível, que tem um jogo de cintura pra lidar com conflitos, lidar com problemas do dia a dia da atividade que eu faço. [...] Claro, trabalhar também me serve pra pagar minhas contas e pra ter uma boa qualidade de vida... Pra poder sair nos finais de semana. Pra viajar que é uma coisa que eu gosto muito. [...] Agora sobre os meus objetivos... Em termos profissionais eu quero me tornar um executivo... ter um cargo profissional respeitável, que eu tome decisões importantes e seja reconhecido. Mas como eu estou fazendo relações internacionais eu não sei se vai ter campo [para atuar como executivo]. Talvez eu vá trabalhar na embaixada do Brasil, em algum país diferente [risos]. [...] A minha meta de vida é comigo mesmo sabe?! Quero crescer profissional, me formar, talvez ter uma família... Mas a minha intenção agora é ter uma casa própria

antes dos 30 [anos de idade]. O negócio é que não dá pra parar aonde eu cheguei. Vou continuar. Ainda tem muito pra conseguir”.

Carlos parece estar entusiasmado com a construção de sua vida pessoal e profissional. Na verdade, esse aspecto foi notado nas falas de Cleber, Carolina, Marcela, Suzana, Éder e Angélica, cujos relatos nos ajudaram a retratar o que, de modo geral, surgiu nas falas do grupo de entrevistados em nossa pesquisa, no que refere à dimensão trabalho. Os trechos dos relatos selecionados resguardam consigo ou um sentimento de otimismo em relação ao futuro, ou ao menos o apressamento pelas mudanças ocorridas em suas trajetórias profissionais. Não raro, ambas as situações surgiram nas falas dos entrevistados.

Mas, ao considerarmos as falas de todos os 42 entrevistados que compõem a nossa pesquisa, faz-se possível chegar a outros entendimentos partilhados pelo grupo de participantes, no que se refere à dimensão profissional de suas vidas. Por exemplo, ao fazermos uma distinção entre os entrevistados homens e mulheres, notamos algumas sutilezas que distinguem esse dois grupos de participantes. As diferenças percebidas abarcam aspectos vão desde o valor médio de seus rendimentos salariais ao nível educacional máximo por eles atingido.

No que se referem especificamente aos aspectos das diferenças do nível educacional e dos rendimentos médios salariais, entre homens e mulheres, elaboramos dois quadros temáticos que nos ajudam a debater essas questões considerando as especificidades de cada grupo. A seguir, iniciamos com a apresentação das informações sobre o grupo das mulheres.

<b>Caracterização das participantes mulheres da pesquisa</b>					
<b>Nome</b>	<b>Estado civil</b> <b>Nº filhos</b>	<b>Tipo de moradia</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Ocupação profissional</b>	<b>Renda atual</b>
Alice	Solteira (sem filhos)	Casa própria (dos pais)	Ensino médio	Auxiliar administrativa	R\$1500
Ana Paula	Casada (1 filho)	Casa própria	Superior completo	Coordenadora financeira	R\$3300
Ângela	Solteira (sem filhos)	Casa própria (dos pais)	Superior completo	Representante comercial	R\$3000
Angélica	Solteira (2 filhos)	Aluguel	Superior incompleto	Recepcionista bilíngue	R\$2300

Beatriz	Solteira (sem filhos)	Aluguel	Superior completo	Assistente de compras	R\$2200
Carolina	Casada (1 filho)	Casa própria	Superior completo	Nutricionista autônoma	R\$3400
Cíntia	Casada (sem filhos)	Casa própria	Pós-graduação lato sensu	Gestora hoteleira	R\$5500
Clara	Casada (sem filhos)	Casa própria	Superior completo	Analista de compras	R\$2400
Cleide	Casada (2 filhos)	Casa própria	Superior (em curso)	Controller	R\$2800
Damaris	Solteira (sem filhos)	Aluguel	Pós-graduação lato sensu	Supervisora de RH	R\$2900
Gabriela	Solteira (sem filhos)	Casa própria (dos pais)	Pós-graduação lato sensu	Coord. de RH (desempregada)	R\$3000
Helena	Casada (1 filho)	Casa própria	Pós-graduação lato sensu	Supervisora de vendas	R\$2800
Heloara	Solteira (sem filhos)	Casa própria (dos pais)	Superior completo	Assistente administrativa	R\$1800
Laura	Solteira (sem filhos)	Casa própria (dos pais)	Superior (em curso)	Vendedora	R\$2000
Luiza	Casada (2 filhos)	Casa própria	Pós-graduação lato sensu	Coordenadora de RH	R\$3100
Marcela	Solteira (sem filhos)	Casa própria (da tia)	Ensino médio	Assistente financeira	R\$1700
Maria	Casada (sem filhos)	Casa própria	Pós-graduação lato sensu	Analista de controladoria	R\$2600
Mariana	Solteira (sem filhos)	Casa própria	Pós-graduação lato sensu	Gerente de contas	R\$4500
Renata	Casada (1 filho)	Aluguel	Superior incompleto	Auxiliar de Recrutamento & Seleção	R\$1800
Rose	Solteira (sem filhos)	Casa própria (dos pais)	Ensino médio	Auxiliar de RH	R\$1400

Sophia	Casada (1 filho)	Casa própria	Superior completo	Assistente de marketing	R\$2100
Soraia	Solteira (sem filhos)	Casa própria (dos pais)	Pós-graduação lato sensu	Engenha química (desempregada)	R\$5000
Suzana	Casada (1 filho)	Aluguel	Ensino médio	Operadora de caixa	R\$1400
Thaís	Casada (sem filhos)	Casa própria	Superior completo	Analista de contas	R\$2400

**Quadro 4** – Caracterização das participantes mulheres da pesquisa

**Fonte:** dados da pesquisa

Considerando os dados das participantes mulheres de nossa pesquisa, foi possível elaborar o cálculo de que esse grupo – formado por 24 participantes – auferir o rendimento salarial médio de R\$2704,17 reais mensais. Outras interpretações podem ser extraídas desse quadro temático sobre as participantes mulheres de nosso estudo. Atentaremos-nos as interpretações dos aspectos como nível educacional máximo e estrutura familiar atingida pelos entrevistados, em seções/dimensões específicas para este fim. Antes, para que possamos discorrer sobre as diferenças salariais das participantes mulheres, em relação ao grupo dos homens entrevistados em nosso estudo, a seguir, apresentamos o quadro 5, o qual indica as informações pertinentes a esse grupo de trabalhadores.

Caracterização dos participantes homens da pesquisa					
Nome	Estado civil Nº filhos	Tipo de moradia	Escolaridade	Ocupação profissional	Renda atual
Alan	Casado (sem filhos)	Casa própria	Superior completo	Vendedor	R\$3100
Arthur	Solteiro (sem filhos)	Casa própria (dos pais)	Superior completo	Inspetor de qualidade	R\$2000
Bruno	Solteiro (sem filhos)	Aluguel	Ensino médio	Auxiliar de e-commerce	R\$1700
Carlos	Solteiro (sem filhos)	Casa própria (dos pais)	Superior (em curso)	Auxiliar de eventos hoteleiros	R\$1900

Cleber	Casado (sem filhos)	Casa própria	Superior completo	Analista de TI (desempregado)	R\$2300
Daniel	Casado (1 filho)	Casa própria	Superior completo	Supervisor de manutenção	R\$2800
Diego	Solteiro (sem filhos)	Casa própria	Pós-graduação lato sensu (em curso)	Gerente comercial	R\$4200
Eder	Solteiro (sem filhos)	Casa própria (dos pais)	Superior completo	Analista de custos	R\$2600
Eduardo	Solteiro (sem filhos)	Casa própria (dos pais)	Superior completo	Assistente de suporte em TI	R\$1900
Gledson	Solteiro (sem filhos)	Casa própria (dos pais)	Superior completo	Supervisor de manutenção	R\$2500
Guilherme	Solteiro (sem filhos)	Casa própria (dos pais)	Superior (em curso)	Auxiliar administrativo	R\$1800
João	Solteiro (sem filhos)	Casa própria (dos pais)	Ensino médio	Auxiliar de manutenção	R\$1700
Joaquim	Solteiro (sem filhos)	Casa própria (dos pais)	Superior (em curso)	Assistente de RH	R\$1900
Jorge	Casado (1 filho)	Casa própria	Pós lato sensu (em curso)	Programador de TI	R\$3000
Miguel	Solteira (sem filhos)	Aluguel	Superior completo	Representante comercial	R\$2000
Otávio	Casado (1 filho)	Casa própria	Pós-graduação lato sensu (em curso)	Supervisor de contas	R\$2800
Thiago	Solteiro (sem filhos)	Casa própria	Superior (em curso)	Assistente marketing	R\$1800
Vitor	Casado (sem filhos)	Casa própria	Pós-graduação lato sensu (em curso)	Analista de custos	R\$2400

**Quadro 5** – Caracterização dos participantes homens da pesquisa

**Fonte:** dados da pesquisa

Em relação ao grupo dos homens – formado por 18 participantes – foi possível calcular que esse grupo auferiu o rendimento salarial médio de R\$2355,56 reais mensais. Apenas para conhecimento, a média salarial geral dos 42 participantes de nossa pesquisa, atingiu o valor total de R\$2554,76 reais mensais. O que nos chama atenção é que, diferente do que se poderia imaginar, vez que as mulheres de baixa renda são um dos grupos mais atingidos pela ameaça do desemprego como nos indicou o estudo de Grimshaw (2011), as entrevistadas de nossa pesquisa possuem um valor salarial médio acima do que o conquistado pelo grupo dos participantes homens. Algumas razões nos ajudam a explicar o porquê dessa diferenciação salarial. E a principal delas é o fato do nível educacional máximo atingido pelas entrevistadas mulheres é maior do que o atingido pelo grupo dos homens. Para que possamos discorrer, com mais detalhes, sobre o aspecto educacional envolvido nas trajetórias dos jovens entrevistados, abordaremos os principais aspectos atrelados a “dimensão educacional” dos participantes de nossa pesquisa, em uma seção destinada a este fim.

Antes, cabe ressaltar que considerando a totalidade das 42 entrevistas que compõem a nossa pesquisa, chama atenção que alguns aspectos gerais sobre a “dimensão trabalho” dos participantes, foram possíveis de serem levantados, dentre os quais: (i) as suas vivências profissionais levam os entrevistados a se considerarem orgulhosos e grandes aprendizes; (ii) as motivações para mudar de emprego incluem, predominantemente, a oferta de maiores salários, no caso dos homens, e a possibilidade de crescimento profissional, no caso das mulheres; (iii) os entrevistados tiveram em média quatro diferentes ocupações/trabalhos, ao longo de suas trajetórias, passando por até dois momentos de desemprego cujo o tempo máximo totalizou até sete meses sem trabalho; (iv) o uso de atividades informais é uma estratégia utilizada para suprir os momentos sem emprego; (v) o aspecto profissional da vida dos entrevistados representa a conquista de suas independências financeiras; (vi) a escolha pela profissão/carreira que exercem está diretamente ligada às oportunidades profissionais que tiveram ao longo da vida; (vii) a decisão de iniciar a vida laboral na adolescência não foi algo imposto pelos pais dos entrevistados; (viii) as duplas jornadas entre trabalho e estudo ocorreram, de modo recorrente, em suas vidas; (ix) embora as mulheres tenham uma média salarial maior que a dos homens, elas possuem uma média maior de filhos e tendem a serem as responsáveis integrais de seu orçamento doméstico; (x) os homens possuem um grau educacional menor que os das mulheres e tendem a receber menos que a média salarial das mulheres, porém vivem, em sua maioria, na casa de seus pais cujo os custos de vida são amenizados sobre os seus salários.

Para que possamos discutir de que maneira a questão da diferença salarial e educacional, entre homens e mulheres entrevistados, se estabeleceu em suas vidas, a seguir, detalhamos de que maneira a “dimensão educacional” se desdobrou nas trajetórias e nas condições de vidas do grupo de participantes de nossa pesquisa.

### **3.2 Dimensão educacional**

Em um país, como o Brasil, cujo percentual da população entre 25 e 64 anos de idade, que possui formação superior no país, é de apenas 11%, de acordo com o relatório da OCDE (2012b), foi com grata surpresa que nos deparamos com um grupo de participantes representados por 86% deles (ou o mesmo que trinta e seis entrevistados) com alguma modalidade de nível educacional superior. Cerca dos 29% dos entrevistados (ou o mesmo que doze participantes) possuem pós-graduação lato sensu concluída ou em curso. E os demais 57% dos participantes (ou o mesmo que vinte e quatro participantes), possuem curso superior completo em curso ou a ser concluído. Apenas 14% do grupo de participantes (ou o mesmo que seis entrevistados) possuem, como grau educacional máximo, o ensino médio completo.

No que se refere ao tipo de escola frequentada pelos entrevistados, para obtenção de sua formação de base, 76% dos participantes (ou o mesmo que trinta e dois entrevistados) cursaram o ensino primário, fundamental e médio integralmente em escola pública. Já os demais 14% dos entrevistados (ou o mesmo que oito participantes) cursaram o ensino primário, fundamental e médio – integralmente ou parcialmente – em colégio particular. Todos os entrevistados entraram em idade regular na escola para desenvolvimento de suas formações, tendo apenas três deles reprovado algum ano letivo, até a conclusão do ensino médio. Foi o caso de Angélica, por exemplo, que reprovou a 3ª série do ensino primário na escola pública em que estudou; o caso de Éder que reprovou a 5ª série do ensino fundamental no colégio particular em que estudou; e o caso de Suzana que reprovou a 2ª série do ensino primário e a 5ª série do ensino fundamental na escola pública em que estudou. Ademais, todos os outros 39 entrevistados concluíram suas formações de base sem percalços, no que diz respeito à experiência de reprovação de algum ano escolar.

Alguns trechos dos relatos obtidos junto ao grupo de entrevistados de nossa pesquisa nos ajudam a dimensionar de que maneira o aspecto educacional esteve presente ao longo de suas trajetórias de vida e profissionais. Como é o caso de Thaís, que tem 28 anos idade, se autodeclara de cor parda, é casada, sem filhos, mora em uma casa própria na zona norte de São Paulo, trabalha como analista de contas auferindo um salário mensal de R\$2400, e cursou

o ensino médio em escola pública tendo passado, anteriormente, pelo nível primário e fundamental em colégio particular. Thaís nos diz que sempre foi uma boa aluna. Contudo, a experiência de ter frequentado uma escola pública, após ter passado anos sob o regime privado de ensino, lhe deu condições de captar diferenças entre os tipos de colégio/ensino que obteve, ao longo de sua formação. Como ela mesma nos diz:

“Infelizmente, eu vejo que a escola pública é muito mais fraca do que a escola particular. Eu senti isso na pele, porque [na escola pública] a cobrança é muito menor... O ensino era mais fraco. [...] Coisas que eu já tinha visto na minha 6ª série [do ensino fundamental em colégio particular] eu estava vendo de novo no colegial [cursado em uma escola pública]. Mas os meus colegas de classe ainda não tinham visto [o conteúdo estudado por Thaís na 6ª série do ensino fundamental feito em colégio particular]. Infelizmente, o ensino público é mais fraco”.

Thaís nos revela que a mudança para a escola pública, onde cursou integralmente o ensino médio, ocorreu aos 16 anos de idade, quando ela iniciou a sua vida profissional. Vez que as suas atividades profissionais - que inicialmente se deu pela função de inspetora de vendas – ocorriam em horário diurno comercial. Porém, o colégio particular em que Thaís estudava, até então, não dispunha de turmas de ensino médio no período noturno. Isso fez com que a alternativa encontrada por Thaís para conciliar as suas atividades profissionais com o prosseguimento dos estudos, fosse migrar para o colégio público do bairro da Brasilândia em que residia, junto de seus pais e irmão, na ocasião.

Ao passo em que Thaís nos aponta algumas das diferenças que ela sentiu entre o tipo de ensino recebido em escola pública e o acessado em colégio particular, endossa o argumento de Souza (2009, 2012) e Fleury (2013) que atribuem à educação pública deficitária brasileira, frequentada basicamente pela população de baixa renda, a circunstância que reproduz uma das principais razões para que as desigualdades sociais sejam perpetuadas, ao longo de suas vidas. Thaís, ao ressaltar a má qualidade da escola pública que frequentou também nos ajuda a trazer à tona as informações da reportagem da Folha de S.Paulo (2013), sobre o IDF brasileiro, o qual ainda é pouco animador, vez que o acesso a educação de qualidade, pela faixa da população brasileira mais pobre, ainda não foi algo superado pelos governos federais das últimas duas décadas.



Mas algo que chama atenção na trajetória de Thaís é que ela iniciou sua vida profissional, aos 16 anos de idade, por decisão própria e sem que houvesse a pressão de seus pais para que essa inserção precoce no mundo do trabalho ocorresse. O objetivo de Thaís era ter rendimentos financeiros suficientes para realizar um curso de inglês e um outro de informática. Como Thaís nos disse, ela sempre gostou de aprender coisas novas. Sempre gostou de estudar. Contudo, a prática de realização de cursos dessa natureza, por parte dos demais entrevistados de nossa pesquisa, foi algo praticamente inexistente em seus relatos. Apenas oito, dos 42 entrevistados, realizaram, no período da adolescência, o curso de informática, o qual realmente despontou no cenário brasileiro no início dos anos 2000. E desses oito entrevistados que fizeram curso de informática, apenas dois também realizaram um curso de inglês, dentre as quais figuram a Thaís. Os demais participantes de nossa pesquisa alegaram não terem tido condições financeiras ou sequer se atentaram para a ideia de realizarem cursos paralelos as suas duplas jornadas entre trabalho e estudo, que já realizavam desde tão cedo em suas vidas.

No caso de Thaís, ela nos revela que por sempre ter gostado de estudar, o interesse por realizar os cursos de informática e inglês ocorreu, muito mais, para suprir a sua necessidade de se sentir “inserida no mundo”, como ela nos diz. Além disso, ao longo de nossa conversa, Thaís também ressalta como ela já tinha a noção de que os conhecimentos de informática e de um segundo idioma poderiam ajudar profissionalmente no futuro, ainda que ela não soubesse qual profissão fosse seguir.

“[...] estudar é essencial. Se você não estuda, você não... Quanto menos escolaridade você tem, menor é a sua chance de ter um trabalho bom... De ter uma remuneração melhor e uma qualidade de vida melhor. De se ajudar... de ajudar seus familiares. Então assim: estudo em primeiro lugar. [...] Eu comecei a trabalhar cedo, o que me acrescentou muito... Mas o fato de ter ido trabalhar cedo e estudar não me desestimulou a parar de querer aprender coisas novas [referindo-se aos cursos de informática e inglês que cursou]. Aprender coisas novas me fazia sentir que eu estava ajudando a me ajudar [risos]. [...] Eu não sabia ainda o que seria da minha profissão. Mas sabia que se me preparasse teria mais chances de conseguir uma qualidade de vida legal e um emprego melhor. [...] Estudar eu acho

que é essencial... Nunca parar de estudar e continuar se desenvolvendo no trabalho é um bom lema pra mim.”

Thaís é filha de uma mãe professora e um pai bancário, de modo que ela nos diz sempre ter tido o estímulo necessário de seus pais para se dedicar aos estudos. Na verdade, a presença do estímulo para os estudos, provenientes dos pais de nossos entrevistados, foi algo apontado, de modo recorrente, pelos participantes de nossa pesquisa. Contudo, a presença desse estímulo para os estudos ocorreu, de modo geral, até que os seus filhos concluíssem o grau médio de ensino. Após o término do ensino médio, os pais de nossos entrevistados não mais cobravam a dedicação de seus filhos aos estudos, ainda que eventualmente pudessem recomendar a eles considerarem cursar uma graduação universitária, em um médio prazo. O ponto é que a ausência de estímulo para os estudos, após a conclusão do ensino médio pelos seus filhos, não indica que os pais dos entrevistados os desestimulassem a prosseguir seus estudos, por meio de um curso superior, por exemplo. Apenas indica que esses pais não mais pontuavam a obrigatoriedade, a seus filhos, de dar sequência imediata aos estudos, fossem em face das duplas jornadas entre trabalho e estudo que os seus filhos empreendiam, até então, ou pelas dificuldades financeiras que não os permitiam ajudar seus filhos, caso necessário, no custeio de um curso superior de graduação em uma instituição privada de ensino.

Tal percepção provém de relatos como o de Gledson, outro de nossos entrevistados, o qual possui 28 anos de idade, se autodeclara de cor branca, é solteiro, mora com seus pais e sua irmã em uma casa própria na periferia da zona norte paulistana, trabalha como supervisor de manutenção, e aufera um salário de R\$2500 reais mensais. Gledson sempre estudou em escola pública. E, ele nos diz que, após o término do ensino médio, seus pais não o cobraram em dar sequência a sua formação educacional. Na verdade, os seus pais compreenderam que Gledson já estava com uma carga de atividade profissional elevada, quando do término do ensino médio, de modo que seria bom para ele não ter, ao menos naquele momento, a extensão da dupla jornada entre trabalho e estudo, em sua rotina diária. Sobre essa passagem de sua vida, Gledson aproveita para nos confidenciar que:

“Assim que eu acabei o ensino médio, meus pais falaram: ‘Graças a Deus meu filho... Agora vai ficar menos puxado pra você... Você vai poder descansar um pouco mais... [...] Mas continua prestando atenção no trabalho... Foca bem... Se esforça pra conseguir logo as suas coisinhas...’ [referindo-se ao fato da conclusão do ensino médio

proporcionar a Gledson maior tempo sem obrigações diárias a serem cumpridas, para além do trabalho, ao mesmo tempo em que seus pais o recomendam manter-se focado em suas atividades profissionais para obtenção célere de seus bens materiais] [...] Eu te falo também que eu não gostava tanto assim de estudar não [risos]. Como já trabalho na mesma empresa há mais de doze anos, quando eu terminei a escola [referindo-se ao ensino médio] eu nem pensava em já emendar com uma faculdade... Na ocasião o meu salário nem permitia também. Eu não ia ter grana sobrando pra pagar uma faculdade. [...] Eu só fui fazer um curso [universitário] poucos anos atrás. Me formei faz um ano. [...] Meus pais ficaram satisfeitos e tal... Mas também só fiz porque me deu vontade de fazer algo que eu gostava: educação física. Mas vai vendo... Eu trabalho com manutenção e fui fazer faculdade de educação física. Nada a ver né?! [risos]”.

Se por um lado a postura dos pais de Gledson, em relação ao seu não prosseguimento dos estudos após o término do ensino médio, representou similaridade com as intenções do próprio filho, em não dar sequência, naquele momento, aos seus estudos, por outro os seus pais mantiveram a cobrança para que ele continuasse a se dedicar as atividades profissionais em busca da conquistar de seus bens materiais. O comentário feito pelos pais de Gledson nos ajuda a retomar a fala de Domingues (2002), quando o autor nos indica como o núcleo familiar contemporâneo tende a transmitir, para os seus membros mais jovens, a importância do trabalho para a vida em sociedade. Em todo caso, essa transmissão da importância do trabalho, não veio acompanhada de uma recomendação/inclinação profissional a ser seguida por Gledson, o que destoia na colocação de Áries (1981) sobre o papel na família na demarcação dos ofícios profissionais a serem seguidos por seus membros mais jovens. Tal percepção fica mais evidente, quando Gledson nos diz qual é o nível educacional e tipo de ocupação profissional de seus pais, no que ele nos respondeu:

“Meu pai só estudou até a 6ª série [do ensino fundamental]. Minha mãe chegou a fazer até a 8ª [do ensino fundamental]... Meu pai sempre trabalhou como metalúrgico, mas está desempregado já faz um tempo aí... Minha mãe sempre foi do lar. [...] Desde pequeno

meus pais falavam pra mim e pra minha irmã que era pra estudar... Pra ter uma vida melhor lá na frente. [...] Era mais isso da importância de estudar mesmo. Eles não queriam que a gente tivesse dificuldade em arrumar emprego. Era mais essa de ‘estuda... se dedica’ que eles falavam. Mas nunca cobravam se a gente tava bem na escola. O importante era passar de ano [risos]. [...] Meus pais não falavam em uma profissão pra eu seguir não... Acho que era mais mesmo a questão de arrumar um emprego com os direitos tudo certinho [referindo-se a um vínculo de trabalho formal] e conseguir comprar nossas coisas, pagar as contas... Ter uma condição de vida legal... [...] Hoje em dia, meu pai e minha irmã estão desempregados né?! E eu que ‘seguro a casa’ [referindo-se ao orçamento doméstico de sua família] com o meu trabalho... Ainda bem que tenho um bom emprego e dá pra fazer isso. Mas é puxado”.

Fica claro na fala de Gledson que seus pais não o direcionaram a seguir uma profissão específica. O que sempre esteve presente era o reforço para que ele se dedicasse aos estudos, a fim de conseguir um emprego formal que lhe subsidiasse o aporte financeiro necessário para uma vida mais confortável. Mas chama atenção que embora os pais de Gledson não possuam um nível escolar elevado, a preocupação deles em transmitir a seus filhos a importância da educação para se conquistar uma vida mais confortável, foi algo sempre presente. Esse aspecto ressalta o que Rocha-de-Oliveira (2009) e Vilela e Collares (2009) mencionam sobre ser o abandono escolar algo potencialmente presente na vida dos indivíduos trabalhadores mais pobres – o que ocorreu com os pais de Gledson –, ao mesmo tempo em que, essa circunstância não impede que os indivíduos mais pobres entendam ser a educação formal algo importante para se atingir uma condição de vida menos vulneráveis em suas vidas. Esse reconhecimento foi notado na fala dos pais de Gledson ao incentivarem seu filho a se dedicar aos estudos, ao menos, até a conclusão do ensino médio.

O incentivo de seus pais para que prosseguissem os estudos, ao menos até a conclusão do ensino médio, foi algo recorrente nas falas de todos os nossos entrevistados. Porém, dependendo do grau escolar máximo atingido pelos pais do participante da pesquisa, se alterava o tipo de cobrança realizada pelos pais ao seu filho. Por exemplo, nos casos em que os pais do entrevistado só tinham atingido um nível escolar entre o ensino fundamental e médio, a cobrança recorrente era que o seu filho/filha teria de concluir, ao menos, o grau

médio de ensino. Já quando ao menos um dos pais de nossos entrevistados possuía graduação em nível superior, a cobrança era que o seu filho/filha igualmente realizasse um curso de graduação. Foi esse tipo de cobrança que ocorreu com Cíntia, outra de nossas entrevistadas, cuja sua mãe ao ter cursado um ano do curso de economia, sempre fez questão que a sua filha tivesse um diploma superior. O pai de Cíntia concluiu o ensino médio por meio de um curso supletivo e, embora apoiasse o tipo de cobrança feita por sua esposa a Cíntia, o mesmo não pressionava a sua filha a realizar um curso de graduação.

Cíntia que atualmente tem 30 anos idade, se autodeclara de cor parda é casada, sem filhos, e mora junto de seu marido em um apartamento próprio na zona sul de São Paulo, possui não só um curso de graduação. Mas, dois. O primeiro foi em administração e segundo em turismo. Além disso, Cíntia já concluiu um curso de pós-graduação lato senso em gestão hoteleira. Todos os títulos de educação superior obtidos por Cíntia foram obtidos em instituições privadas de ensino de São Paulo. Trabalhando atualmente como gestora hoteleira e auferindo um salário médio de R\$5500 por mês – o maior salário de nosso grupo de entrevistados - Cíntia nos fala que a sua atual condição profissional foi resultado de muito empenho e dedicação.

Tendo iniciado a vida profissional, aos 16 anos de idade, como estagiária de uma agência bancária, na qual trabalhou por dois anos, Cíntia acabou vislumbrando novas perspectivas profissionais para a sua vida, com o início de seu primeiro curso de graduação. Logo no primeiro ano do curso de graduação em Administração, Cíntia foi contratada para a função de auxiliar administrativa de uma empresa de seguros. E por lá trabalhou um ano. Por nunca ter tido dificuldades em arrumar trabalho – de modo que Cíntia jamais teve a experiência do desemprego – da posição de auxiliar administrativa que exercia na seguradora, Cíntia passou a trabalhar na mesma função em um sindicato trabalhista de São Paulo. Segundo ela a proposta salarial e perspectiva profissional, na nova empresa, eram muito mais vantajosas. Ao que parece, Cíntia estava certa, pois ela continua trabalhando para o mesmo sindicato há mais de uma década, tendo passado, ao longo desse período, por numerosas funções profissionais, até chegar ao posto de gestora hoteleira do hotel de propriedade do sindicato.

Antes de avançarmos sobre dos desdobramentos da vida profissional de Cíntia, vale dizer que a sua formação básica ocorreu integralmente em colégio particular. Cíntia também foi uma rara exceção, em nosso grupo de participantes, ao ter sido a única entrevistada que deu sequência imediata aos seus estudos, após o término do ensino médio. A educação sempre foi uma prioridade de seus pais, para com os filhos – Cíntia possui um irmão. Filha de mãe

metalúrgica e de pai *maitre* executivo de hotel, a educação dos filhos sempre foi algo prioritário para os seus, pois eles acreditavam que, assim, os seus filhos teriam a chance de obter bons salários. De alguma forma, também representava o desejo dos pais de Cíntia em oferecerem aos filhos o que eles mesmos não tiveram: a chance de dar sequência aos estudos. Um trecho da fala de Cíntia torna evidente essa compreensão:

“Meu pai fez até o colegial [ensino médio]... E isso porque quando ele veio pra São Paulo [o pai de Cíntia é oriundo da região nordeste do Brasil] acabou fazendo o supletivo ter o diploma do colegial... Porque naquela época [meio dos anos de 1970], o meu pai trabalhava de garçom em um hotel. Mas como ele sempre foi visionário, naquela época, ele já se ligou que pra pegar ‘maitria’ [um posto de trabalho mais elevado] em um hotel cinco estrelas, ele precisaria ter conhecimento de outro idioma, saber a parte técnica da função, e ter o colegial [ensino médio] completo... Os hotéis exigiam. [...] A minha mãe chegou a fazer um ano de Economia. Mas ela parou porque precisou focar na gente [na criação dos filhos]. Mas eu digo assim parar de estudar né?! Porque ela e meu pai nunca pararam de trabalhar. [...] Acho que pela forma como os meus pais tiveram a vida deles... Estudando com dificuldade e sempre trabalhando muito, eles acabaram passando esse valor da educação pra mim e pro meu irmão. Hoje estamos os dois ai... Já formados, com pós-graduação e encaminhados na vida profissional.”

Cíntia nos explica que embora tenha estudado em colégio particular durante toda a sua vida, a situação financeira de sua família não era algo que fugia de um orçamento típico de uma família residente na periferia da zona sul paulistana. Porém, pelo fato de tanto a mãe como o pai de Cíntia sempre terem trabalhado, foi possível subsidiar os custos financeiros do colégio particular para os seus filhos, sem que isso afetasse as demais despesas do orçamento familiar. Em todo caso, o investimento em educação privada representou parte significativa dos ganhos dos pais de Cíntia, o que a fez se dedicar sempre aos estudos, ao ponto de nunca ter reprovado uma série escolar sequer.

Cíntia também nos conta que extraiu do esforço de seus pais em pagar o colégio particular para ela e seu irmão, o incentivo necessário para que ela, aos 16 anos de idade,

começasse a trabalhar. O seu objetivo era “desafogar” os seus pais, passando a ter rendimentos financeiros independentes do subsidiado por seus pais. Cíntia também nos conta que por ter tido, desde bem cedo, o exemplo de seus pais como trabalhadores para sustentar as despesas da casa, ela cresceu com a vontade adentrar ao mercado de trabalho e, assim com os seus pais, passar a construir a sua vida profissional. Esse aspecto da trajetória de Cíntia nos remete a afirmação de Souza (2011, 2012) no que se refere ao fato das famílias de origem dos jovens de baixa renda serem o núcleo central, do qual eles recebem os exemplos e valores do trabalho duro e continuado para suas vidas. É dessa referência central que os jovens de baixa renda acabam incorporando disposições como disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo, para o empreender de suas próprias vidas profissionais, tal como ocorreu com Cíntia.

Também nos interessamos por outro trecho da fala de Cíntia, apresentado anteriormente, no qual ela menciona que o seu pai cursou o supletivo para obter o grau médio de ensino, a fim de alcançar em um futuro próximo, um posto melhor de trabalho. Contudo, tal certificação educacional deveria estar aliada aos atributos de conhecimento técnico da função, bem como o de domínio de um segundo idioma. É esse ponto que a fala de Cíntia não torna explícito, isto é, se o seu pai chegou a realizar um curso de idiomas para adquirir a fluência em uma segunda língua. Contudo, considerando que a ocupação atual de seu pai é como matre executivo de hotel, entendemos que o investimento nesse tipo de capital cultural tenha ocorrido, por parte do pai de Cíntia. Em todo caso, se a certeza sobre a obtenção de um segundo idioma, por parte do pai de Cíntia, não é algo explícito em sua fala, esse tipo de investimento ocorreu por parte dela própria, ao longo de sua carreira no setor hoteleiro.

Na verdade, Cíntia nos revela que por ter estudado em colégio particular, ela já havia tido um bom contato com o idioma inglês, ao longo de sua formação de base. Mas foi apenas ao concluir o seu primeiro curso de graduação – em administração – que ela resolveu trilhar uma carreira no setor hoteleiro. Além de ter dado início ao seu segundo curso de graduação – em turismo - Cíntia se dispôs a consolidar o seu conhecimento na língua inglesa, de modo que passou a frequentar um curso de idiomas, uma vez por semana, ao longo de dois anos. A valorização de Cíntia em aprender um segundo idioma, motivada pela área profissional que escolheu para sua vida, se coaduna com a afirmação de Souza (2012) e Salm e Bahia (2013), sobre o papel central dos capitais de outra natureza – para além do econômico – no suporte à conquista de uma vida mais prospectiva aos indivíduos, principalmente, os quais são oriundos das camadas mais populares.

Algo marcante na trajetória de Cíntia é que ela foi uma das poucas entrevistadas, de nosso grupo de participantes da pesquisa, que realmente decidiu-se por uma carreira a seguir, não deixando que a vida profissional fosse acontecendo a sabor de seu tempo ou das oportunidades de trabalho que fossem aleatoriamente surgindo pelo caminho. Ainda que tenha sido necessário cursar duas graduações para, só então, decidir-se pela atuação no setor hoteleiro, Cíntia conduziu as suas decisões em prol de sua escolha de carreira, de modo que o seu atual posto de gestora hoteleira reflete que Cíntia mostrou ao que veio, já que as suas escolhas e decisões profissionais resultaram no tipo de carreira por ela pretendida.

Enquanto Cíntia decidiu qual carreira iria seguir e foi em busca da formação necessária para tal realização, a grande maioria dos participantes de nossa pesquisa deixou transparecer em seus relatos que os rumos de suas vidas profissionais foram acontecendo de acordo com as oportunidades de trabalho, por eles encontradas, ao longo de suas trajetórias. No caso dos entrevistados que “deixaram” os rumos da vida profissional os guiar pelo mundo do trabalho, mas que, ao longo desse período realizaram um curso de graduação, comumente a escolha pelo curso de nível superior esteve atrelada a sugestão de seus chefes ou foi uma escolha inspirada na perspectiva de ser promovido dentro da empresa em que trabalhavam, quando da decisão de iniciarem um curso de graduação. Esse foi o caso de Cleide, por exemplo, outra de nossas entrevistadas.

Atualmente com 33 anos de idade, se autodeclarando de cor parda, casada, mãe de duas filhas, tendo estudado em escola pública, e morando em uma casa própria ainda a ser quitada no extremo leste da cidade de São Paulo, Cleide nos diz que os rumos de sua vida profissional foram acontecendo com as oportunidades de trabalho que teve em sua vida. Sendo natural de Pernambuco, mas tendo chegado em São Paulo, junto de seus pais e irmãos, ainda criança, Cleide iniciou sua vida profissional como balconista de uma loja atacadista de roupas. Por ser filha de vendedores varejistas - os quais possuem como nível escolar o ensino fundamental incompleto - Cleide solicitou ao seu pai, que tentasse lhe arrumar um emprego na área em que ele atuava. A primeira oportunidade de trabalho de Cleide logo surgiu, quando seu pai mediou, junto dos contatos conhecidos de seu trabalho, uma vaga de trabalho para filha, como ela nos relata:

“Meu pai trabalhou durante muitos anos na Vinte e Cinco de Março [rua de comércio popular de São Paulo]... Ele trabalhou trinta anos por lá e aí ele tinha conhecimento com todos os comerciantes e eu me manifestei não é?! Falei: ‘Pai eu quero trabalhar’. E ele arrumou...



Conseguiu pra mim... Me colocou em contato lá com os comerciantes e me arrumou lá como, balconista de abertura de cadastro [em um loja atacadista de roupas]. Então eu fazia abertura de cadastro para os clientes... Recebia os cheques... Emitia as notas fiscais... Comecei assim. [...] Eu quis trabalhar porque eu queria e tinha necessidade de ter a minha própria renda. Tinha vontade de ter meus bens... De ter meu carro. Os meus colegas já começando a ter essas coisas e eu quis ter também. Por isso pedi pro meu pai arrumar emprego pra mim. Queria começar [a trabalhar e ter as próprias conquista materiais] logo”.

Tal como ocorre nos mais distintos grupos sociais, Cleide se valeu de sua rede de contatos pessoais para conseguir o primeiro emprego. Para Souza (2012) essas redes de contatos agem como uma espécie de capital social elementar para que os indivíduos possam competir pelos recursos escassos em disputa na sociedade. Além da necessidade de Cleide em ter de começar a trabalhar ainda na adolescência, o seu desejo em adentrar o mundo do trabalho estava alicerçado em sua valorização do consumo, já percebido em seu núcleo de colegas que já trabalhavam. Ao vê-los possuindo certos bens – como carros - Cleide igualmente quis adentrar a esse contexto, ressaltando, assim, os argumentos de Neri (2008, 2011a), Souza e Lamounier (2010), e Barros et al., (2011) sobre ser o consumo um dos aspectos mais valorizados e característicos dos membros da NCM brasileira.

Após dois anos na atividade de balconista na loja atacadista de roupas, Cleide pediu demissão, a fim de encontrar uma oportunidade de trabalho mais promissora. Ao ser questionada sobre quais teriam sido as circunstâncias que culminaram para o seu pedido de demissão, Cleide nos disse:

“Olha, o que me levou a sair de lá... Eu gostava das pessoas, eles me tratavam muito bem e eu era a mais novinha. Então todos eram meio que meus pais... Aprendi muito lá. Só o que acontecia: por ser [uma loja] atacadista, era muito sobrecarregante. As pessoas não tinham paciência de esperar porque tinham vôo marcado... Ônibus esperando... ‘Ai minha nota... Ai meu cheque...’. E ai o que acontecia? Eu tinha que trabalhar sobre pressão. [...] Na função de cadastro nós éramos cerca de três moças trabalhando. Mas a demanda

era muito forte dos clientes. Então aquilo foi-me sobrecarregando no sentido de estresse. Foi-me estressando, estressando... Até que teve o momento em que eu resolvi sair. Falei: ‘Não aguento mais!’. Estava-me afetando... Minha saúde... Muitas tensões... Ficava nervosa com facilidade, não é?! Então eu resolvi sair. Não queria mais aquele tipo de trabalho pra mim”.

Ao se demitir, Cleide ficou por quatro meses sem emprego. Conseguiu, posteriormente, ser contratada como caixa de um hotel em São Paulo. Uma amiga a indicou para essa vaga de trabalho, o que retoma a fala de Souza (2012) sobre o papel das redes de contatos dos indivíduos em suas mobilidades no mundo do trabalho. Tendo passado por várias funções, dentro desse mesmo hotel, abrangendo desde os setores administrativos ao financeiro, após nove anos de atuação na organização, Cleide pediu demissão para aceitar uma nova proposta de trabalho, agora, como analista de custos, em um novo hotel que estava sendo aberto na cidade de São Paulo. Este é o local atual em que Cleide trabalha.

Com pouco menos de dois anos de trabalho em seu atual emprego, Cleide nos revela animada que havia sido promovida para o cargo de *controller* do hotel, recentemente. Ela considera que essa progressão profissional ocorreu por uma série de razões, dentre as quais, a sua iniciativa em iniciar um curso de graduação em contabilidade, logo que ingressou em seu atual emprego. Segundo Cleide, a decisão de cursar uma faculdade foi sendo postergada há pelo menos oito anos. Contudo, ao ingressar no hotel em que atualmente trabalha, Cleide se viu incentivada a se preparar – com uma diplomação de nível superior – para eventuais oportunidades de crescimento profissional, já que considera o seu atual ambiente trabalho como um lugar muito promissor: “A gente se sente valorizado aqui”.

Cleide optou por realizar um curso de graduação em contabilidade. Questionada sobre o porquê dessa escolha, Cleide nos disse que foi uma sugestão de sua gestora. Pelo fato de Cleide já ter sido contratada como analista de custos do hotel e, segundo ela mesma, gostar de atuar na área financeira do hotel, sua gestora lhe sugeriu realizar um curso de graduação na área para que, já estando Cleide animada em realizar um curso de graduação, em um médio prazo, ela poderia ser elegível para um posto de trabalho mais elevado, dentro da área financeira do próprio hotel. Isso realmente ocorreu ao Cleide ser promovida, poucos meses antes de nossa entrevista, para a função de *controller*, pela qual auferia um rendimento salarial médio de R\$2800 reais por mês.

O que chama atenção é que embora o curso de graduação optado por Cleide tenha sido uma sugestão de sua gestora, a própria Cleide já tinha a percepção de que a obtenção de um diploma de curso superior lhe seria útil em sua trajetória profissional. Constatamos essa sua percepção quando ela nos disse que não deu sequência aos seus estudos, anteriormente, em face de seu casamento e cuidados com as filhas. Mas sabia que uma para uma profissional do setor financeira, como ela, ter uma graduação lhes faria conseguir oportunidades reais de crescimento profissional e de melhores salários.

Cleide tem cursado a graduação em contabilidade em uma instituição privada de ensino superior. Segundo ela, a única coisa que ela pesou, no momento em que decidiu inserir a realização de um curso de graduação em sua rotina diária, foi que a faculdade teria de ser perto de sua casa. Além disso, claro, os custos do curso teriam de ser compatíveis com o limite de seu orçamento familiar. Em todo caso, Cleide foi pega “desprevenida” ao se dar conta das dificuldades inerentes ao seu retorno ao mundo educacional, algo que ela não havia previamente considerado que aconteceria, tal como ela nos diz:

“Eu sempre tinha estudado em escola pública... E o problema é que eu, já naquele tempo, não gostava de estudar. Gostava era de conversar [risos]. Os meus pais eram chamados nas reuniões e as professoras falavam assim: ‘A Cleide é uma moça educada... Vai bem nas matérias... Mas ela conversa muito e induz os colegas a conversar’. Então eu meio que tirava a atenção dos outros... Ai, meus pais falavam assim: ‘Você tem que se comportar mais filha... Estudar vai-te fazer ter sucesso... Ter o que você tem vontade de ter. [...] A gente não estudou porque não teve a oportunidade. Aproveita que você tem’. [...] Anos depois, cá estou eu na sala de aula novamente [referindo-se ao curso de graduação que realiza] e, agora, eu é que fico incomodada com a conversação do povo na sala [risos]... Ai como as coisas estão rápidas agora né?!... A minha cabeça parece que não acompanha... Eu acabo tendo de chegar em casa, dar uma lida de novo na matéria pra ver se entendo... Além de ter de cuidar do lar... Das filhas... Do marido... Das coisas do trabalho... A questão é que, sendo sincera pra você, eu não acompanho o ritmo não [das aulas de graduação]. [...] Mas é bom saber que todo esse esforço [de retornar aos estudos] já está-me ajudando no lado profissional [referindo-se a

promoção que obtive]. Isso me anima... Mas hoje vejo que teria sido melhor se eu tivesse começado antes [um curso universitário]... Antes o que aconteceu, eu acabei dando prioridade ao casamento. É eu errei nessa... Eu reconheço que nessa parte eu errei. Porque na época eu lembro que, assim, uma faculdade [particular] era muito cara... Não era tão acessível como é hoje. E acabava que eu... Não sei se por medo de não sobrar um dinheiro, eu não dei prioridade pra faculdade. Eu comecei a namorar e dei prioridade ao casamento. Aí eu pensei: 'Nós vamos casar e vamos estudar'. Só que o que ocorreu: as filhas vieram primeiro”.

As dificuldades encontradas por Cleide, tanto em relação a sua ausência de interesse pelos estudos, quando criança, como pelo fato de achar não estar conseguindo acompanhar o ritmo do curso de graduação que realiza, condiz com o argumento de Souza (2009) que afirmar serem os indivíduos, oriundos das camadas mais pobres, os mais impactados pelas dificuldades de demonstrarem, no âmbito escolar, habilidades como atenção, disciplina e autocontrole, seja pela falta de estímulos que tiveram em sua infância, ou pela própria debilidade educacional com a qual se deparam nas escolas públicas, de baixa qualidade, que frequentam, ao longo de sua formação básica.

Em todo caso, não só os pais de Cleide - que não tiveram a oportunidade de concluir sequer o ensino fundamental – lhes falou sobre a importância da educação para a sua vida, como a própria Cleide, com o passar dos anos, percebeu a importância da formação educacional superior para o desenvolvimento de sua vida profissional. No entanto, ao terem sido a proximidade com a sua casa um dos critérios principais adotados por Cleide para se decidir sobre a instituição superior em que estudaria emerge os argumentos de Vilela e Collares (2009) e do próprio relatório da OCDE (2012b), ao indicarem que os indivíduos, oriundos das camadas mais pobres, além de geralmente terem de recorrer as instituições privadas de ensino para obtenção de um grau superior, a qualidade do ensino oferecido por essas instituições não é alto questionado por esses indivíduos. Isso porque, o interesse principal em jogo é a obtenção de um diploma universitário, já que essa diplomação simbolizará, a esses indivíduos, muito mais a conquista de um diferencial para o mercado de trabalho, do que a aquisição efetiva de conhecimentos valorizados no mercado ou pela função que exercitam.

Cleide não menciona exatamente sobre qual seria a sua interpretação sobre o nível de qualidade do curso superior que realiza. Porém, a obtenção de diploma de contadora lhe soa como o principal objetivo a se atingir. Por essa razão, lhes indagamos sobre qual seria, então, o peso dela estar cursando uma faculdade nos dias de hoje, Cleide nos diz: “Tanto pra mim, como para minha família, pesa muito mais o fato do meu salário ter aumentado e eu ter ganhado uma promoção. Com toda sinceridade, pesa muito mais a renda que eu consegui”. Esse trecho da fala de Cleide deixa claro que o seu curso universitário lhe proporcionou, muito mais, uma condição necessária para obtenção de um melhor salário, do que propriamente um diferencial pela formação de contadora que ela obterá, ao fim da graduação. É nesse sentido que a vida educacional de Cleide foi acontecendo conforme as oportunidades profissionais aconteceram em sua vida, de modo que não foram pensadas de acordo com o eventual desejo de Cleide por uma profissão específica a seguir.

Sejam quais tenham sido os rumos tomados pela carreira profissional e trajetória educacional de Cleide, ela parece estar satisfeita com os rumos de sua vida laboral. Em muito essa satisfação provém de sua motivação com o cargo de *controller* financeira que atualmente exerce. O fato de seu marido também trabalhar e ambos constituírem um orçamento doméstico capaz de pagar o financiamento da casa própria, o carro, e o colégio particular para suas duas filhas, também complementam a satisfação de Cleide com o estilo de vida que atualmente usufrui.

De fato, a educação de suas duas filhas, é uma prioridade para Cleide e o seu marido. Ambos não conseguiram dar sequência aos seus estudos em idade regular, de modo que ao investirem em um educação privada para as suas duas filhas, emerge as suas tentativas em fazer com que elas tenham uma história de vida diferente. Sendo a educação privada fornecida as suas duas filhas uma prioridade Cleide nos declara que boa parte de seu orçamento familiar é direcionada para este fim. Um trecho de sua fala ressalta essa observação:

“Boa parte de minha renda hoje [no caso, o de sua renda familiar], é destinada ao ensino das minhas filhas. As duas estudam em colégio particular e a nossa maior prioridade [sua e de seu marido] é a educação delas. Não quero que elas priorizem casamento como eu fiz. Quero ver elas formadas [as filhas de Cleide ainda cursam o ensino primário]... Independentes dos maridos... Claro que os ajudando, assim como eu faço em casa. Mas nada de priorizar casamento e ficar sem fazer uma faculdade... De achar que só dá pra ter uma vida

profissional depois [de um eventual casamento]. [...] Meu marido e eu também temos custos com o financiamento da nossa casa e do carro... Mas eu também aproveito o meu salário pra comprar uns sapatos e roupas pra mim e pra minhas filhas... É um gosto meu e delas... Então eu acabo gastando também na parte de vestiário... Vestimenta com a gente”.

A prioridade dada por Cleide e seu marido para com a educação de suas filhas sugere a ocorrência de uma certa mudança de mentalidade deles dois, em relação à prioridade educacional. Se por um lado, Cleide e seu marido não deram sequência aos seus estudos, na idade regular, e tenham estudado em escolas públicas de baixa qualidade, como ela mesma nos disse, para as suas duas filhas, a centralidade da educação foi algo assumido como inerente ao tipo de vida que eles querem oferecer as suas filhas. A crença de Cleide e seu marido na educação formal, enquanto um elemento capaz de melhorar as perspectivas futuras de vida de suas duas filhas, evidência a fala de Souza (2012) sobre a importância dos capitais de outros tipos – para além do financeiro – como elementos estruturantes de uma vida menos vulnerável em sociedade.

Além disso, como Cleide mencionou, os demais gastos que realiza com o seu orçamento doméstico/salário inclui o pagamento dos financiamentos de sua casa própria e do carro, bem como a aquisição de vestimentas e sapatos para ela e sua filha. Todo esse espectro consolida o tipo de condição atual de vida acessado por Cleide e sua família. Na verdade, essa atual situação é, em muito, atribuída por Cleide ao momento profissional que vivencia. Segundo ela, a promoção que obteve no hotel em que trabalha lhe deu condições de melhorar o conforto de sua família, ao ter adquirido o carro próprio, após a sua promoção profissional, por exemplo.

O aumento em termos de rendimentos e consumo que se configurou na vida de Cleide, também refletiu na maior possibilidade dela realizar atividades de lazer junto de suas filhas e marido, como ela nos diz: “[...] Eu tenho conseguido ir à praia... Às vezes ao sítio... Lá eu ando de charrete... Adoro. [...] Tenho-me divertido com a família [risos]”. O patamar de vida alcançado por Cleide é atribuído por ela integralmente a condição financeira conquistada por ela e por seu marido, em seus respectivos trabalhos. Esse aspecto caracteriza o que Neri (2008; 2011a) e Barros et al., (2011), atribuem como o principal papel da renda na vida dos indivíduos oriundos das camadas populares: a superação das desigualdades e o acesso a uma vida mais confortável por meio da elevação de renda. Pelo fato da renda de Cleide provir de

sua atuação profissional, lhe perguntamos o que representaria, então, o trabalho em sua vida. Ela nos responde:

“Trabalhar representa a integridade... O trabalho enobrece a pessoa... Realizações, sonhos... De você poder dar o melhor para o seu filho. Por exemplo, eu não tive a oportunidade de estudar em colégio pago. Eu acredito que se eu tivesse tido essa oportunidade, eu teria muito mais a agregar em meu currículo, na minha vida profissional mesmo... A minha cabeça ela teria sido diferente. Mas hoje estão aí minhas filhas estudando em colégio particular... Isso com o suor do meu trabalho e do meu marido. [...] Trabalhar sempre foi algo muito valorizado na minha família. Meu pai mesmo sempre ‘plantou’ muito de responsabilidade em mim. Ele nunca permitia que eu faltasse no emprego. Só se tivesse muito doente. Ele falava assim: ‘O patrão está pagando você. Então seja responsável e faça o serviço bem feito’. Trabalhar acaba sendo sinônimo de responsabilidade pra mim, sabe?!... Foi trabalhando que eu consegui tudo”.

Cleide associou imediatamente a representação do trabalho em sua vida, com a figura de seu pai que, desde bem cedo, lhe falava sobre a responsabilidade necessária para o desenvolvimento das atividades profissionais. Esse tipo de associação não ocorreu somente na fala de Cleide. A grande maioria dos entrevistados atribuiu as suas famílias de origem, o exemplo para o trabalho duro e continuado, como a alternativa possível para se conquistar uma condição de vida melhor para si. Abordaremos detalhadamente esse achado de pesquisa, mais adiante, em uma seção destinada a este fim. Antes, nos soa apropriado indicarmos de que maneira o nível educacional máximo atingido por nossos entrevistados, impactou as suas vidas profissionais. Isto é, especificamente impactos nos que se refere aos níveis salariais por eles atingidos.

Tal como realizamos ao término da seção “dimensão trabalho”, faremos a distinção entre os participantes homens e mulheres, sobre os seus níveis educacionais *versus* os rendimentos salariais médio por eles atingidos. Buscaremos, assim, melhor compreender o papel da educação na trajetória profissional dos jovens homens e mulheres entrevistados em nossa pesquisa. Para nos ajudar na articulação dessas informações, a seguir, apresentamos o quadro 6, o qual indica, primeiramente, as informações pertinentes ao grupo das mulheres.

Nível educacional <i>versus</i> rendimento salarial atingido pelas mulheres		
Nível educacional	Qtde de entrevistadas	Faixa salarial média
Ensino médio	04 mulheres (17%)	R\$1500
Superior (incompleto)	02 mulheres (8%)	R\$2050
Superior (em curso)	02 mulheres (8%)	R\$2400
Superior (completo)	08 mulheres (33,5%)	R\$2400
Pós-graduação lato sensu (em curso)	–	–
Pós-graduação lato sensu (completa)	08 mulheres (33,5%)	R\$3675

**Quadro 6** - Nível educacional *versus* rendimento salarial das mulheres entrevistadas

**Fonte:** dados da pesquisa

Em relação ao grupo das mulheres é possível notar que quanto mais alto o nível escolar atingido pelas entrevistadas, maior é o valor de seus rendimentos salariais médios. Além disso, em um país, como o Brasil, no qual apenas a 11% da população entre 25 e 64 anos de idade possui formação superior, tal como nos mostrou o relatório da OCDE (2012b), é animador notar que 75% do grupo das mulheres entrevistadas - as quais há uma década estavam em uma condição de baixa renda – possuem, nos dias de hoje, algum tipo de envolvimento com o nível superior de educação, seja na condição de cursos de pós-graduação lato sensu concluídos, ou de graduação completos ou em curso. Aspecto similar foi identificado no grupo dos homens, tal como podemos observar no quadro 7, a seguir:

Nível educacional <i>versus</i> rendimento salarial atingido pelos homens		
Nível educacional	Qtde de entrevistados	Faixa salarial
Ensino médio	02 homens (11%)	R\$1700
Superior (incompleto)	–	–
Superior (em curso)	04 homens (22%)	R\$1850
Superior (completo)	08 homens (45%)	R\$2400
Pós-graduação lato sensu (em curso)	04 homens (22%)	R\$3100
Pós-graduação lato sensu (completa)	–	–

**Quadro 7** - Nível educacional *versus* rendimento salarial dos homens entrevistados

**Fonte:** dados da pesquisa



Em relação ao grupo dos homens é possível notar que quanto mais alto o nível escolar atingido pelos entrevistados, maior é o valor de seus rendimentos salariais médios. Chama atenção que 89% do grupo dos homens entrevistados – os quais há uma década estavam em uma condição de baixa renda – possuem, nos dias de hoje, algum tipo de envolvimento com o nível superior de educação, seja na condição de cursos de pós-graduação lato sensu em curso, ou de graduação completa ou a ser concluída. De certo é algo muito positivo constatar que quase a totalidade dos homens entrevistados está envolvida com o nível superior de educação. Contudo, vale observar que embora o grupo das mulheres apresente “apenas” 75% das participantes envolvidas com o nível superior de educação – esse valor não conta com as duas entrevistadas que possuem ensino superior incompleto - o grupo das mulheres foi o que demonstrou o maior grau educacional atingido, entre todos os indivíduos entrevistados. Também foi dentro do grupo das mulheres que observamos o maior rendimento salarial médio (R\$3675 reais mensais), associado a um determinado nível escolar (pós-graduação lato sensu completa), nível educacional este apenas encontrado no grupo feminino de nossa pesquisa.

Como mencionamos na “dimensão trabalho”, a média salarial geral dos 42 participantes de nossa pesquisa, atingiu o valor total de R\$2554,76 reais mensais. Porém, diferente do que se poderia imaginar, vez que as mulheres de baixa renda são um dos grupos mais atingidos pela ameaça do desemprego, tal como nos indicou o estudo de Grimshaw (2011), as entrevistadas de nossa pesquisa possuem, nos dias de hoje, um rendimento salarial médio superior ao atingido pelo grupo dos homens. Uma das razões para a existência dessa diferença salarial entre homens e mulheres é o fato da educação superior ser um capital elementar para o desenvolvimento das condições de vidas dos indivíduos, tal como nos indicaram as pesquisas de Souza (2009; 2012) e Vilela e Collares (2009). Isso porque, foi possível notar que quanto maior o nível educacional do entrevistado, maiores são os seus rendimentos salariais médios. É por essa razão que somos levados a considerar que a diferença salarial identificada entre o grupo dos homens e das mulheres, em nossa pesquisa, se deu pelas características educacionais que configuraram cada grupo.

Enquanto o grupo das mulheres apresentou oito participantes com pós-graduação lato sensu completa e mais outras oito entrevistadas com superior concluído, o grupo dos homens, ainda que igualmente apresente oito participantes com curso superior completo, não auferiu nenhum participante que já tenha concluído um curso de pós-graduação lato sensu. Mesmo assim, vale ressaltar que quatro dos entrevistados homens estão realizando um curso de especialização correspondente a este nível educacional. Esses dados nos levam a considerar que o nível educacional das mulheres relativamente superior ao encontrando no grupo dos

homens entrevistados em nossa pesquisa, endosse o que Rocha-de-Oliveira (2009) e Vilela e Collares (2009) afirmam como sendo a educação formal um dos principais elementos para se atingir condições financeiras e de vida mais promissoras em um país como o Brasil.

De fato, os participantes de nossa pesquisa parecem ter atingido uma condição de vida menos vulnerável, no que se refere ao nível de rendimentos por eles auferidos mensalmente como salários. As oito mulheres cuja escolaridade máxima atingida foi pós-graduação lato sensu, alcançaram um valor médio salarial de R\$3675 reais mensais. No caso dos quatro homens que ainda estão cursando uma especialização lato sensu, já é possível notar que as suas médias salariais de R\$3100 reais mensais são superiores aos de seus colegas com níveis educacionais inferiores. Tais informações nos ajudam a reafirmar a declaração do relatório da OCDE (2012b), no que se refere ao dado de que 68% dos jovens que chegam a concluir um curso de ensino superior, conseguem auferir rendimentos salariais até duas vezes maiores que o rendimento médio da população de seu país. Para auxiliar a nossa assimilação, relembremos que, no ano de 2014, a renda média consolidada da população ocupada brasileira atingiu o valor de R\$2104,16 reais mensais - já descontada a inflação - tal como indica a Pesquisa Nacional de Emprego (PNE) publicada, em janeiro de 2015, pelo IBGE.

Outro fato que nos chamou atenção é que todos os entrevistados que atingiram algum grau educacional de nível superior – tanto homens quanto mulheres - o obtiveram inteiramente em instituições privadas de ensino superior no Brasil. Além disso, nenhum deles fez uso de programas governamentais como FIES ou Prouni para atenderem as demandas financeiras das universidades em que estudaram e, assim, obterem os seus diplomas de curso superior. Todos os entrevistados nos relatam que os custos com os seus respectivos cursos de graduação foram integralmente pagos por meio de seus salários.

De alguma forma, essa circunstância nos leva a considerar que dada essa associação entre a dependência de renda salarial dos entrevistados para o custeio de seus cursos superiores, fez com que quase a totalidade dos 36 participantes da pesquisa – que atualmente possuem nível superior - não conseguisse adentrar o contexto universitário em idade escolar regular. Ou seja, logo após o término do grau médio de ensino. Em todo caso, é muito positivo reconhecer que 100% de nossos entrevistados concluíram o ensino médio, vez que a taxa de jovens brasileiros, em idade regular de ensino, que conseguem concluir tal nível escolar gira em torno de 49,5% da população, tal como nos apontou o relatório do PNUD (2012).

As razões impeditivas dos entrevistados para que o acesso ao ensino superior ocorresse de modo tardio, abarcaram desde a obtenção de um melhor emprego/salário para

custear os valores de um curso universitário, como a necessidade de se esperar que filhos estivessem em uma idade de menor dependência financeira. Além disso, o tipo de instituição de ensino superior acessada pelos participantes de nossa pesquisa também traz um dado importante. No caso, o de terem sido instituições de ensino particulares de menor prestígio, os locais onde eles realizaram seus cursos universitários. De certo, a questão financeira foi determinante em suas escolhas pelas instituições em que estudaram. Mesmo assim, não surgiu em nos relatos dos entrevistados, a existência de uma preocupação específica com a qualidade do ensino que eles receberão nas instituições privadas em que estudarão. Houve, contudo, o predomina o desejo de se conquistar um diploma de nível superior e, com ele, a chance de se obter melhores empregos, salários ou oportunidades profissionais, ao invés da qualidade do conhecimento transmitido pela universidade, em si. Esse fato condiz com o argumento da diplomação superior atuar, muito mais, como símbolo de um diferencial no mercado de trabalho, do que a confirmação de que os indivíduos possuem os conhecimentos valorizados pelo mercado ou para o realizar de sua profissão, tal como apontaram Vilela e Collares (2009), bem como o relatório da OCDE (2012b).

Também chamou atenção que houve certa concentração no tipo de curso universitário escolhido pelos participantes que cursaram o ensino superior. Também houve certa preferência por algumas áreas de atuação. No caso, os cursos de graduação realizados pelos entrevistados, em sua grande maioria, se deram por meio dos cursos de nível tecnológico, como os de Gestão de RH, Finanças, e Tecnologia. E nos casos em que os entrevistados optaram por realizar um curso de bacharelado, as áreas preferenciais foram os cursos de Administração e Ciências contábeis. É certo que houve exceções, com o caso de Carolina que cursou nutrição ou o de Gledson que realizou o curso de educação física, ainda que jamais tenha ido trabalhar na área e continue exercendo a sua função de supervisor de manutenção, para suprir o orçamento doméstico de sua família.

O aspecto que queremos ressaltar com essas informações sobre o tipo de curso superior escolhido pelos entrevistados é que os cursos de nível tecnológico, geralmente cursados e concluídos no período entre dois e/ou três anos (MEC, 2010), despontou como uma escolha preferencial dos jovens entrevistados em nossa pesquisa. Esse fato nos ajudou a perceber a recorrência, em seus relatos, de que o enfoque implícito na realização de um curso superior estava, muito mais, atrelado ao desejo de se obter um diploma de curso superior. A qualidade do ensino não entrou em questão. A escolha pelos cursos tecnológicos também ocorreu pela questão financeira, já que ao serem cursos mais curtos, logo, por menor período, os jovens entrevistados teriam de arcar com despesas destinadas a educação superior.

Ou aspecto observado é que a escolha pela área do curso a ser realizado contou com a interferência de seus empregos e gestores, quando do momento em que eles decidiram realizar um curso de graduação. Isto é, com frequência, os jovens entrevistados acataram as sugestões de seus gestores para a escolha de quais cursos de graduação iriam realizar. Quando essa sugestão era inexistente, os participantes do estudo se valiam da consideração sobre qual seria o curso mais abrangente para o tipo de trabalho que eles, na ocasião, realizaram. Nesses casos, o interessa estava em realizar um curso de graduação que lhes ajudasse a procurar oportunidades de trabalho mais vantajosas em termos financeiros ou mesmo obterem a chance de crescer profissional, dentro da empresa em que já atuavam. Em suma, razões diferentes guiaram os participantes de nossa pesquisa na escolha sobre qual áreas de estudos optariam. Mas algum tipo de interferência de seus chefes e empresas em que atuavam influenciou as suas decisões.

Cabe ainda dizer que, embora os entrevistados que optaram por realizarem cursos superiores tecnológicos de menor duração, tenham tido como objetivo principal a obtenção de um diploma de nível superior, isso não requer entender que os entrevistados que cursaram um bacharelado também não tenham focado a obtenção de tal diplomação. Apenas indicar que, no caso dos cursos tecnológicos de curta duração, houve o entendimento, por parte dos entrevistados que os realizaram, o tempo reduzido dos cursos lhes ajudaria a não terem grandes impactos em seus orçamentos familiares. Também não é possível descartar a consideração de que um curso de menor duração permitiu, a esses entrevistados, ficar por menor tempo sob a condição de duplas jornadas entre trabalho e estudo, circunstância essa que se mostrou rotineiro em suas vidas, o que confluem com os argumentos já articulados por Guimarães (2009), sobre a interface entre a juventude e o mercado de trabalho brasileiro.

Dada as informações sobre a “dimensão educacional” que conseguimos extrair dos relatos de nossos entrevistados, podemos melhor compreender de que maneira o investimento (ou não) em educação formal, lhes ajudou na melhora de suas condições de vida, ao ponto deles serem considerados, atualmente, como membros da chamada NCM brasileira. Para que possamos ampliar o campo de interpretação sobre as trajetórias desenvolvidas pelos jovens participantes de nosso estudo, a seguir, debateremos as principais mudanças relacionadas a dimensão “sócio-educacional” dos entrevistados. Nesta dimensão, abordaremos aspectos relacionados à estrutura familiar dos jovens entrevistados, bem como quais são as atividades culturais/de lazer que eles apreciam e, de fato, conseguem realizar em seu cotidiano.

O enfoque sobre a questão da estrutura familiar e das atividades culturais/de lazer dos entrevistados, está de acordo com a perspectiva sociológica defendida por Quadros

(2008), Abílio (2011), Souza (2010; 2012), Kerstenetzky e Uchôa (2013), e Salata (2014), a qual considera que a estrutura familiar e os capitais de outra natureza – para além do econômico – são determinantes na possibilidade de alteração dos hábitos sociais e do estilo de vidas dos indivíduos mais pobres. Sendo assim, para que possamos interpretar de que maneira a dimensão sócio-familiar impactou a construção das trajetórias de nossos entrevistados, a seguir, discutiremos especificamente tais aspectos de suas vidas. Para tanto, utilizaremos alguns trechos das falas de entrevistados para ilustrar os principais aspectos – comuns e divergentes – encontrados na totalidade das entrevistas realizadas em nossa investigação.

### **3.3 Dimensão sócio-familiar**

Pensar alguns dos desafios enfrentados pelos jovens de baixa renda, ao longo de suas trajetórias no contexto brasileiro, requer uma abordagem que inclua os aspectos sociais, culturais, familiares, e econômicos, envolvidos em seus cotidianos, tal como destacou Vilela e Collares (2009). Adotar esse tipo de abordagem seria uma maneira para se obter uma compreensão mais abrangente e menos restritiva ao critério econômico de renda que, geralmente, é utilizado para interpretar as mudanças ocorridas na vida dos jovens mais pobres. Teriam as famílias de nossos entrevistados, bem como as circunstâncias sociais/culturais que eles experimentaram na infância, impactado o modo como eles conduzem as suas vidas, nos tempos atuais? Alguns relatos coletados nos ajudam a dimensionar o pensamento sobre essa questão como, por exemplo, o proporcionado por Damaris, outra de nossas entrevistadas.

Damaris, que tem 28 anos de idade, se autodeclara de cor parda é protestante em sua orientação religiosa, já foi casada, mas, atualmente, está divorciada, não tem filhos. Mora sozinha em uma casa alugada na zona norte paulistana, tendo realizado a sua formação básica integralmente em escola pública. Posteriormente, concluiu a graduação tecnológica em Recursos Humanos e, atualmente, cursa uma especialização em gestão estratégica. Ambos os cursos foram realizados em uma instituição privada de ensino superior de São Paulo. Damaris atua como supervisora de RH em uma organização sem fins lucrativos, auferindo como salário médio R\$2900 reais mensais, com os quais atende integralmente as suas despesas cotidianas com moradia, educação superior e a aquisição de seu primeiro carro. Mas nem sempre circunstância de independência financeira permeou a vida de Damaris.

Filha de pais paraibanos, Damaris e sua única irmã já nasceram na periferia da zona oeste paulistana. Mas aos 15 anos de idade, Damaris presenciou a separação de seus pais, situação essa que lhe causou várias implicações no modo como se configurou as suas

condições imediatas de vida. Com a separação de seus pais, a mãe de Damaris foi morar na região do extremo leste da cidade de São Paulo levando, consigo, a sua irmã. Já Damaris ficou aos cuidados de seu pai, pois faltavam menos de dois anos para que ela concluísse o ensino médio no colégio público em que sempre estudou. No entanto, o pai de Damaris logo arrumou outra mulher, com a qual Damaris não tinha uma boa relação. Passando a morar na mesma casa Damaris, seu pai e sua madrasta, logo nossa entrevistada começou a notar que para além da situação financeira limitada que já existia em sua casa, o convívio com a madrasta era algo complicado de administrar, como ela mesma nos diz:

“A gente tinha dificuldade financeira... Minha mãe já não morava mais com a gente... Foi um período até turbulento da minha adolescência... Aí meu pai era o responsável por todos os custos de casa e ele não era uma pessoa que dispunha de dinheiro assim comigo... Era mais para a questão familiar mesmo, aluguel, sustentar a casa... [...] Mas aí teve a hora que a madrasta veio morar com a gente... Como só morava eu e meu pai e já era difícil [arcar com as despesas domésticas]... Na época mesmo eu já estava procurando emprego. Mas não tinha emprego fácil pra adolescente sem experiência... O fato é que chegou aquela mulher em casa e a gente não se deu bem. [...] Como ela também começou a trabalhar, por que viu que a situação financeira de casa não era suficiente, foi péssimo ter que ser sustentada por ela e meu pai. Me sentia muito mal com isso... Eu necessitava entrar no mercado [de trabalho] pra acabar com aquela situação... Ou pelo menos amenizar os problemas de convívio que eu tinha com ela [referindo-se a sua madrasta]. Queria-me sustentar... Não depender mais do ganho dele e automaticamente do daquela mulher também”.

Ainda que a situação financeira da casa de Damaris fosse limitada e ela já estivesse procurando algum posto de trabalho para si, foi com a chegada de sua madrasta e com todas as implicações negativas dessa situação - mau convívio e parcial dependência financeira de sua madrasta – que Damaris realmente percebeu que precisaria encontrar, o quanto antes, uma vaga de trabalho e, assim, ganhar o seu próprio dinheiro. A principal razão passou a ser não mais depender financeiramente de seu pai e de sua madrasta. Mas como Damaris se deparou

com a dificuldade de encontrar emprego, no mercado formal, retornamos a afirmação de Guimarães (2009) sobre o fato de a dependência financeira ser uma situação que ocorre por tempo indeterminado na vida dos jovens de baixa renda, sobretudo, pelas escassas oportunidades de acesso ao mercado formal que eles acabam por encontrar, no início de suas vidas produtivas, ainda com baixos níveis educacionais e/ou de experiência produtiva no mercado.

Mas ao ter conhecimento de que havia um centro de treinamento para jovens de baixa renda, na zona oeste da cidade de São Paulo, o qual fornecia um curso de qualificação profissional básico para a inserção deles na primeira oportunidade formal de trabalho, Damaris, não pensou duas vezes, e iniciou o curso. Ao fim do curso de qualificação, cujas aulas eram cinco vezes por semana ao longo de vinte semanas, Damaris, aos 16 anos de idade, foi contratada para a função de recepcionista de uma organização sem fins lucrativos, local este em que ainda trabalha, mas, agora, na função de supervisora de RH. Com o salário que passou a receber em seu primeiro emprego – algo em torno de R\$2800 reais mensais - Damaris já conseguia realizar algumas coisa para si, dentre as quais:

“Eu ainda morava com o meu pai na época. Até pensei que depois que começasse a trabalhar eu iria conseguir ir morar com a minha mãe. Mas o meu trabalho era na zona oeste e minha mãe estava do outro lado... No extremo leste... Enfim, mas com o meu salário eu já conseguia, por exemplo: ‘Ah, preciso comprar uma roupa’, já conseguia... ‘Ah quero ir no mercado comer uma coisa diferente...’ ‘Preciso comprar um remédio’... Pra isso já dava. Eu já não dependia deles [de seu pai e de sua madrasta] mais para esse tipo de coisa... Acontecia até do meu pai não ter dinheiro pra ele mesmo: ‘Ah não tenho dinheiro. Mas preciso comprar um medicamento’. Então eu conseguia ajudar ele nesse sentido também. [...] Ainda não dava [com seu salário inicial] pra me manter sozinha, pagar um aluguel... Isso eu não conseguia. Mas eu já conseguia ter uma certa independência... Uma liberdade de ter algumas escolhas de compras pra mim”.

A inserção precoce de Damaris na vida produtiva foi motivada pela situação que vivenciava em sua casa. E foi por meio de seu primeiro trabalho que ela começou a alterar a sua relação de dependência financeira junto de seu pai e madrasta. No caso de Damaris, ela

não adentrou a vida produtiva por meio do trabalho informal, o que vai de encontro com o argumento de Vilela e Collares (2009), sobre serem as atividades informais a “porta de entrada” principal do jovem de baixa renda no mercado de trabalho brasileiro, ou até mesmo, em um âmbito global, como apontado pelo estudo de Grimshaw (2011).

Mas se o trabalho informal não foi a “porta de entrada” de Damaris ao mundo do trabalho, isso não impediu que ela, ao iniciar-se na vida produtiva aos 16 anos idade, não tenha necessitado conciliar suas atividades profissionais com as obrigações escolares. Damaris nunca cogitou abandonar os seus estudos, o que vai em direção oposta ao argumentado articulado no estudo de Tavares-de-Freitas (2009), sobre o fracasso institucional das escolas públicas na vida nos jovens mais pobres. Por outro lado, o fato de Damaris ter permanecido no desenvolvido de seus estudos, não a livrou da questão das duplas jornadas entre trabalho e estudos que ocorrem na vida dos jovens que adentram precocemente o mundo do trabalho, tal como apontam os estudos de Rocha-de-Oliveira (2009) e Souza (2012).

As duplas jornadas entre trabalho e escola aconteceram em diferentes momentos da vida de Damaris. Após a conclusão do ensino médio, aos 18 anos de idade, Damaris ainda não tinha recursos financeiros suficientes para custear uma faculdade particular. Isso fez com que ela prosseguisse trabalhando até que alcançasse um posto de trabalho mais promissor para que, com um melhor salário, pudesse custar um curso em uma faculdade particular. Concorrer a uma vaga em uma instituição pública de ensino nunca foi uma possibilidade para Damaris – e para muitos de nossos entrevistados – por achar que não tinha o conhecimento suficiente para ser aprovada no exame vestibular. Para todos os efeitos, Damaris ingressa aos 23 anos de idade, em curso superior tecnológico de Recursos Humanos, em uma instituição privada de São Paulo. Com o término do curso, três anos depois, e já casada na ocasião, Damaris optou por se dedicar as suas atividades profissionais e cuidados do lar, ao invés de prosseguir a sua formação escolar realizando, por exemplo, um curso de especialização. Diante de seu divórcio, dois anos após concluir a graduação, Damaris passou a priorizar a busca por uma nova oportunidade de progressão profissional. Para auxiliar nesse processo, ela retornou, aos 28 anos de idade, a vida universitária. No caso, esse retorno se deu pelo seu interesse em obter um diploma de especialização universitária, a qual ainda estava em curso quando ela nos concedeu essa entrevista.

Damaris nos revelou que não conseguiu dar sequência a sua vida escolar como ela realmente gostaria, ou seja, de modo sequencial e sem interrupções. Porém, se orgulha de já ter concluído um curso de graduação e estar fazendo um curso de especialização, com os quais pode obter uma condição de vida que julga confortável. Questionada sobre o porquê de



sua convicção sobre a crença de que a escolaridade lhe ajudou na configuração de sua atual condição de vida, Damaris rapidamente menciona o nível escolar obtidos por seus pais - que foi algo muito precária ou inexistente – o que, segundo ela, os teriam feito trabalhar em funções muito precárias e sem perspectivas. Um trecho de sua fala elucida essa questão:

“A minha mãe estudou até a quarta série [do ensino primário] e sempre trabalhou como arrematadeira... Com costura sabe?! Já o meu pai ele até tentou estudar. Mas não conseguiu aprender nem a ler. Então é analfabeto. [...] Teve situações na minha infância e adolescência de algumas vezes o meu pai ficar desempregado. Mas como ele sempre trabalhou muito... Quando ele estava em São Paulo [atualmente o pai de Damaris mora na Paraíba e trabalha como agricultor], ele trabalhou de porteiro, de pedreiro, de servente [de obras]... Então quando ele ficava desempregado, claro que tinha preocupação familiar. Mas ele sempre dava um jeitinho de fazer um bico, ou nessa parte de servente ajudando pedreiro, ou como ajudante de caminhão também. Isso eu lembro nitidamente. [...] Meus pais não eram de conversar muito comigo [sobre trabalho]. Mas eu percebia que eles tinham muito compromisso, com horário, com responsabilidades... Eu percebia neles essa responsabilidade, a preocupação quanto a... Como posso dizer?... Não seria perder. Mas manter aquilo. De fazer o possível... Se dedicar àquilo, para manter o trabalho. Por isso que dos meus pais eu posso falar assim... Eu recebi deles a estrutura né?! Valores... Não posso falar como valor de educação, porque eles não tinham muito essa parte de cultura acadêmica para passar. Eles nem ficavam “em cima” de mim, sobre questão de escola pra ter ideia. O importante era está indo pra lá [pra escola]. Mas a questão de valores, princípios, isso eles me deram sim. [...] Minha mãe brincava comigo dizendo que ela queria que eu fosse dentista. Mas não era aquela coisa de imposição... Era mais brincadeira mesmo, até porque os dois [seus pais] também não tinham uma escolaridade alta pra cobrar”.

O que Damaris tentou nos expressar é que a sua atenção para com o prosseguimento de seus estudos foi estimulada pela vida laboral limitada que tivera os seus pais. A baixa ou inexistente escolaridade de seus pais, associado ao tipo de trabalho que eles realizavam, contribuiu para que Damaris buscasse, por meio da educação formal, meios de se atingir uma vida menos precária e mais confortável para si. Em todo caso, Damaris reconhece que os seus pais sempre foram responsáveis com o trabalho e queriam manter o emprego para dar conta das responsabilidades familiares. Ou seja, ela reconhece que os exemplos do trabalho duro e continuado foram suas referências desde a infância. Essa característica reforça a fala de Ariés (1981) sobre como o núcleo familiar constitui a principal fonte de valores sociais para formação das crianças que, no caso de Damaris, se deu principalmente pela transmissão de seus pais, dos valores do trabalho.

Por outro lado, a valoração do aspecto educacional não atingiu o mesmo espaço de atenção dos pais de Damaris, na criação dela ao ponto da cobrança por seu desempenho escolar sequer ter ocorrido. Damaris nos diz que foi uma boa aluna e nunca reprovou de ano escolar. E o desejo de sua mãe para que Damaris se tornasse uma dentista nunca passará mesmo de uma brincadeira, como ela nos diz. Se o tom da fala de mãe de Damaris era de brincadeira, é razoável crer que essa mãe desacreditava que a sua filha pudesse realmente se tornar uma profissional dentista, ao longo de sua vida. Muito provavelmente, essa percepção provém do fato da mãe de Damaris ter tido uma formação educação bem limitada e, por essa razão, tenha acabado realizando atividades de trabalho pouco animadoras. Essa circunstância vivida pela mãe de Damaris reforça o argumento de Hasenbalg e Valle Silva (2003) sobre como as limitadas condições sociais dos indivíduos fortalecem a reprodução das desigualdades em suas vidas.

Em todo caso, não é possível deixar de reconhecer que a mãe de Damaris não tenha tentado transmitir para a sua filha, ainda que não deliberadamente, que uma realidade profissional e educacional mais promissora seria algo possível em sua vida. Desejar que a filha se tornasse uma dentista, ainda que houvesse a descrença na veracidade dessa conquista, não significa assimilar que não haja, na fala dessa mãe, o desejo de transmitir uma perspectiva otimista para a sua filha, sobre o futuro profissional que será construído por ela, ao longo de sua vida. Esse fato nos leva a encarar essa questão de duas maneiras. A primeira, que a mãe de Damaris procurou, mesmo sem se dar conta, afugentar a sensação pouco animadora para o futuro profissional, pouco animador, que a sua filha possivelmente viria a desenvolver, em face das limitadas situações financeiras, sociais e educacionais em que vivia. Esse tipo de ação pode ser assimilado com a fala de Souza (2012), no que se refere a tentativa dos núcleos

familiares mais pobres em afastar os seus filhos dos perigos e das vulnerabilidades sociais em que vivem. A segunda possibilidade de interpretação é a de que como o núcleo familiar de Damaris não impôs uma inclinação profissional a ser seguida por ela, apenas mencionando a profissão de dentista como uma brincadeira, faz-se possível asseverar os argumentos de Áries (1981) e Domingues (2002), sobre a ausência contemporânea do papel da família na definição das direções profissionais de seus filhos, tal como fora marcante no passado.

Ainda que a odontologia não tenha sido a escolha profissional de Damaris, a sua inclinação profissional pela área de RH foi determinada pela única experiência profissional que obteve até hoje, ou seja, dentro da única organização para a qual já trabalhou. Vez que, ao longo desses três anos, Damaris teve a chance de passar por várias áreas de atuação, dentro da organização em que trabalha, ela pode definir com mais clareza qual seria o curso de graduação e, posteriormente, o de pós-graduação que viria a realizar. Contudo, Damaris nos revela algumas das contingências envolvidas nas escolhas de seus cursos superiores, bem como sobre o próprio tipo de ensino por ela recebido, nas instituições privadas por onde passou.

“Eu atuei com praticamente todos os departamentos, aqui, na organização. Atuei na pedagogia... Poderia ter escolhido a área acadêmica. Atuei na parte administrativa financeira... Poderia ter caído para essa função também. Mas escolhi a área de recursos humanos. Então acho que teve um pouco a ver com o que eu conheci das áreas e encontrar minha afinidade [profissional]. [...] Às vezes a pessoa inicia em um trabalho e aí ela fala: “Vou me formar nisso, já conheço”... Tem aquela questão de não se arriscar... Mas como eu passei por várias áreas acho que tive a chance de escolher algo mais certo pra mim. [...] Depois que terminei a graduação, deu um tempo, e fui fazer uma pós [especialização] em Gestão Estratégica. Mas a intenção era na verdade fazer uma [especialização] em Psicologia Organizacional. Mas eu tive um pouco de dificuldade para encontrar o curso. E, quando encontrei, naquele momento não dava... Não tinha condições financeiras de pagar, aí falei: “Vou fazer em Gestão Estratégica, depois conforme eu for crescendo profissionalmente, eu faço a outra [em psicologia organizacional]”. A minha intenção é assim que eu terminar essa [especialização em gestão estratégica]

iniciar a de Psicologia Organizacional. [...] Espero que me ajude uma segunda pós, porque pra ser sincera, tudo o que eu vi na graduação e agora na pós, não está sendo útil no meu trabalho não... Até a gente se questiona bastante sobre isso... Sobre algumas matérias que a gente tem e não fazem sentido... Como matemática. Isso era coisa que eu precisava ter pegado no ensino médio. Pode até agregar pro meu aprendizado pessoal. Claro. Mas para a vida profissional... Pro dia a dia na minha atuação como supervisora de RH, não agrega não”.

A empresa em que trabalha exerceu forte impacto nas decisões de Damaris sobre as direções tomadas sobre a sua formação educacional. Em nenhum momento, ela nos revela se, na infância ou adolescência, chegou a pensar em alguma profissão a seguir. Damaris menciona apenas que o aspecto educacional, por ela trilhado, acabou acontecendo de acordo com o tipo de atividade profissional que ela realizava ou queria realizar na organização em que trabalha. Mesmo assim, Damaris não acha que os conteúdos de suas aulas na universidade lhe sejam de utilidade prática para o exercício de sua função como supervisora de RH.

Por outro lado, mesmo tendo de abrir mão de realizar o curso de especialização que realmente gostaria – em Psicologia Organizacional – principalmente, pelos custos financeiros envolvidos nessa escolha, Damaris ingressou em outro curso de pós-graduação lato sensu, a fim de atingir, com essa certificação acadêmica, um melhor patamar econômico e profissional. Espera que dessa forma ela consiga, mais adiante, realizar o curso de especialização que realmente pretende fazer. Esse aspecto da trajetória de Damaris destaca o fato da diplomação universitária assumir um papel mais vantajoso para os jovens de baixa renda, do que propriamente a qualidade do ensino que recebem para se conquistar tal diplomação, como bem indicaram Vilela e Collares (2009) e o relatório da OCDE (2012b).

Damaris atribui ao fato de ter cursado uma graduação e estar realizando uma especialização, a oportunidade que teve de assumir o posto de supervisora de RH. Mesmo assim, ela ainda tem a pretensão de assumir o cargo de gestora de RH. Contudo, ela nos informa que essa pretensão poderá ocorrer na própria organização em que trabalha, algo que será muito bom, por ela já conhecer todos os processos e rotinas da empresa. No entanto, Damaris não descarta a possibilidade de mudar de emprego, caso o motivo seja a oportunidade de assumir a função de gestora de RH em alguma outra organização.

Curiosos para também conhecer o que Damaris realizava em seu tempo de lazer, se é que esse momento existia em sua rotina de vida, ela nos conta que o seu maior prazer, hoje

em dia, tem sido “encontrar tempo pra dormir [risos]”. Mas, antes de nos falar sobre quais seriam as suas atividades culturais/de lazer prediletas, Damaris menciona o tipo de atividade recreativa que ela realizava na infância: “Eu lembro de brincar bastante na rua. Naquela época [meados dos anos de 1990] essa era uma prática até comum. Hoje em dia é difícil... Eu pulava corda, brincava de pega-pega, esconde-esconde, boneca... Coisa normal de menina...”. O que Damaris tentou nos comunicar é que, em sua infância, as atividades de lazer faziam parte de seu cotidiano. Mas, com o passar dos anos, o tempo para as atividades culturais/de lazer foi ficando mais escasso, ao ponto dela nos dizer:

“Olha o meu momento de diversão atual é ter tempo pra dormir [risos]. Mas gosto de andar de patins, por exemplo. Quando tempo um tempinho, vou pro parque andar. Adoro. Fico com os pés todos machucados [risos]. Mas eu também gosto de ler. Livros de romance... De ficção... Eu até que leio bastante. Mas não fazia isso quando era criança não [risos]. Ah, e gosto de séries de TV... Séries americanas. Na verdade, o meu lazer atual é mais ficar em casa fazendo essas coisas... Quando eu vou no parque costumo ir acompanhada. Mas geralmente fico em casa. Sou uma pessoa mais quietinha... Eu fico mais sozinha”.

O fato de Damaris atribuir ao ato de dormir a sua principal atividade de lazer, nos mostra que a sua rotina de trabalho e estudo lhe é bem demandante. Mesmo assim, ela ainda encontra eventuais ocasiões para realizar atividades de lazer que, geralmente, ocorrem por meio de atividades individuais em sua própria casa, o que difere da época de sua infância, em que as atividades externas eram recorrentes. Chama atenção que o hábito da leitura foi incorporado no cotidiano de Damaris, com o passar do tempo, que não estava presente em sua infância. De alguma forma, esse hábito incorporado de Damaris conflui para a afirmação de Souza (2012) sobre serem os capitais de outra natureza – para além do financeiro – algo capaz de alterar o modo como o mundo é visto e vivido pelos indivíduos.

Ao fim de nossa conversa, ao ser indagada sobre o que teria representado a trajetória profissional e de vida experimentada, até então, Damaris nos diz que trabalhar, ainda jovem, foi uma forma de liberdade para ela. Mas reconhece que passou por algumas dificuldades, decorrentes de sua história de vida e circunstâncias profissionais, como ela mesma nos diz:

“Eu posso dizer que eu tive um pouco de dificuldade [ao longo de sua trajetória de vida], até porque em alguns momentos eu não tive amparo familiar... Até naquele momento que eu comentei que teve a separação dos meus pais em plena adolescência... Passando a morar com pai e madrasta... Dependendo financeiramente deles... Enfim... Mas tudo mudou. Me esforcei muito pra isso. E acho que a minha trajetória... acho não, posso dizer que até agora tem sido de sucesso. Não tenho o que falar: ‘Ah, eu faria diferente’. Claro que você erra em algumas coisas... Você toma decisões erradas [relativas ao trabalho]. Mas você tem que pensar: ‘Na próxima vez, vou fazer diferente’”.

Damaris se orgulha da trajetória profissional e de vida que tem trilhado, principalmente, por conseguir prover, por si só, toda a estrutura financeira necessária pra que ele consiga morar só, pague o financiamento de seu primeiro carro e, ainda, tenha conseguido dar sequência em seus estudos. Mesmo diante de todas essas conquistas, quando perguntamos a Damaris qual seria, então, o seu maior objetivo de vida atualmente, ela faz uma grande pausa e nos diz: “Nossa, ultimamente eu estou tão no presente que sabe quando você... Faz tempo que eu não paro para pensar nisso...”. Apesar de todas as conquistas obtidas por Damaris e do papel exercido por seus pais nos rumos que construíram a sua trajetória, Damaris está vivendo sobre a eminência do presente. A sua vida está melhor agora que no passado, como ela expressa em vários momentos de sua fala. Contudo, isso não significa que tenha-se constituído um cenário capaz de fazê-la projetar algum grande objetivo para o seu futuro. O importante é que, no agora, ela está bem e, assim, pretende permanecer. Damaris tem vivido apenas um dia por vez.

Privilegiar a vivência das conquistas do presente foi uma característica não só constatada no relato de Damaris. Mas em muitos outros relatos de nossos entrevistados, tal como foi o caso de Paula, que tem 28 anos de idade, se autodeclara de cor branca, é casada, mãe de um filho, mora em uma casa própria na zona norte paulistana e, atualmente, atua como coordenadora financeira de uma empresa de marketing e propaganda, auferindo um salário de R\$3300 reais mensais. Paula realizou um curso superior de tecnologia em gestão financeira, apenas quando sentiu a necessidade de justificar-se ao direito de uma promoção para o cargo de coordenadora financeira, vez que ela já realizava todas as atividades requeridas pelo cargo sem receber os honorários devidos. O fato é que Paula, apesar de sua experiência profissional

e formação educacional, sente-se ameaçada em perder o seu atual salário e sequer cogita mudar de emprego. Não que ela esteja plenamente satisfeita com o emprego que possui. Mas as incertezas de mudar de emprego, já trabalhando para a mesma organização há mais de doze anos, faz com que Paula não construía grandes objetivos futuros para sua vida. No lugar, Paula privilegia constatar que a sua atual situação financeira lhe permite ter uma vida confortável, de modo que a possibilidade de realizar mudanças profissionais não estão em seu campo de visão.

Ao longo de nossa conversa, Paula nos revela que não se sente totalmente satisfeita com o tipo de trabalho que realiza. Por trabalhar para a mesma empresa há muitos anos, ela nos confidencia que parece estar estagnada em termos profissionais. Mesmo perante, a esse sentimento, Paula não sabe nos dizer o que ela gostaria de desenvolver como atividade profissional. Em seu lugar, ela apenas nos diz sobre a sua atual situação profissional: “Está bom. Mas está ruim, entende?! [risos]”. Paula reconhece que a remuneração que recebe é elementar para dar o suporte as suas despesas domésticas, cujo orçamento é mesclado com o de seu marido. É de seu atual orçamento familiar que Paula paga a escola particular em que seu filho estuda; atende as despesas com o financiamento de sua casa e carro; e cumpre com as despesas mensais de sua residência. Pelo fato da renda de Paula estar “amarrada”, como ela nos diz, as suas obrigações familiares, ela não pensa em buscar um novo emprego, apesar de sua atual ocupação lhe fazer sentir-se estagnada profissionalmente.

Veza que o cargo de coordenadora financeira, exercido por Paula, lhe auferia os rendimentos necessários para a estruturação de seu atual estilo de vida, vem à tona os argumentos de Quadros (2008), Pochmann (2012) e Salata (2014), sobre quão as categorias ocupacionais dos indivíduos determinam as suas condições imediatas de vida. Se a posição profissional de Paula a faz estruturar um determinado estilo de vida – que ela aprecia – mas, ao mesmo tempo, é um tipo de ocupação que a tem feito manifestar o sentimento de estagnação para com a sua carreira – implicando na sua não construção de objetivos futuros para sua vida – ficamos curiosos em procurar saber como Paula, ao longo de sua infância, pensava sobre as perspectivas de futuro que eventualmente construía para a sua vida, quando atingisse a fase adulta. Ela nos disse:

“Então, na minha infância... Para mim a infância foi bem aproveitada. Troquei bastante experiência com os amigos que eu tive, principalmente com o meu primo. A gente ficava boa parte do tempo juntos, viajava juntos... Mesma idade... estudou, fez cursos juntos.

Então foi muito bom porque, para minha formação como ser humano, eu aprendi muita coisa. [...] Eu e meu primo ficava pensando no que a gente seria quando crescesse. Ai chegamos na ideia, ainda crianças, que eu ia ser estilista e ele ia administrar a loja pra mim [risos]. A gente pensou em nome pra loja e tudo... Eu ficava desenhando roupa, sapato... E ele dava os preços pras peças [risos]. Mas eu lembro que por gostar muito de animais, pensava em ser veterinária também. [...] Foi passando tempo e quando eu comecei a trabalhar, eu acabei entrando em uma empresa onde eu aprendi uma profissão e tive várias oportunidades dentro dela que me levou aonde eu estou hoje. Agora já to lá a mais de doze anos e, sendo sincera, acho que estou bem acomodada na verdade. Eu não consigo pensar no que eu gostaria realmente de fazer [Paula trabalha como coordenadora financeira]... Modificar o que eu faço, não consigo pensar. Pra mim, está confortável receber o que eu recebo pra fazer o que eu faço. Sei lá, to meio estagnada com tudo... [...] Acho que eu poderia melhorar aprendendo mais coisas... Fazendo um [curso de] inglês, por exemplo. Mas eu não consigo pensar nisso como um objetivo. Não é algo que eu faria na verdade, do tipo decidi vou fazer e concluir. [...] Por enquanto vou seguindo fazendo o que sei fazer [em termos profissionais]... Eu acho que recebo até bem pelo que faço. Disso não dá pra reclamar [risos]”.

A fala de Paula, sobre as perspectivas futuras que construirá quando em sua infância, a mostra como sendo uma pessoa cheia de planos profissionais e empolgada com a vida adulta que viria pela frente. No entanto, com o passar dos anos, a sua vida profissional foi ganhando espaço em sua rotina, de modo que as suas perspectivas de futuro foram ficando encurtadas, ao ponto dela chegar a se considerar acomodada com o tipo de trabalho que realiza, para a mesma empresa em que atua já há doze anos. Em Paula se manifestou o sentimento de estagnação. Ela pondera sobre a possibilidade de investir no aprendizado de outros conhecimentos – como um curso de inglês – como uma estratégia plausível para se tentar rever o quadro de acomodação profissional em que ela se encontra. Porém Paula admite que decisões dessa natureza não se concretizam em sua vida, pois ela não encara tais decisões como um real objetivo em sua rotina de vida. Essa passagem da fala de Paula nos ajuda a



compreender que embora ela reconheça a importância de capitais de outras naturezas – para além do financeiro – na ampliação de suas perspectivas profissionais e de vida, tal como defendem os estudos de Souza (2010; 2013), Paula perdeu o seu hábito de projetar perspectivas futuras para sua vida, seja lá quais forem às estratégias que pudessem lhe ajudar a alterar essa situação.

A prioridade de Paula é manter a sua atual condição profissional/financeira e, por conseguinte, o estilo de vida possibilitado por essa condição, à sua família. É nesse sentido que a condição de vida alcançada por Paula vai se tornando, cada vez mais, algo mencionado ao longo de nossa entrevista. Por essa razão, lhe perguntamos como era a sua situação de vida na infância e juventude, a fim de apreendermos quais teriam sido as mudanças ocorridas, nesse aspecto, ao longo de sua trajetória de vida. Pensando sobre a questão, Paula nos descreveu um apanhado das principais transições que ocorreram em sua vida, principalmente a partir do momento em que ela começou a trabalhar e, posteriormente, quando se casou e começou a conquistar os seus bens materiais, junto de seu marido.

“Olha, eu sou filha de pernambucanos que só estudaram até a 4ª série primária e vieram pra São Paulo pra tentar uma vida melhor. Eu e meus irmãos [que são dois no total] já nascemos aqui [na cidade de São Paulo]. Mas enquanto a minha mãe trabalhou como doméstica até chegar a se aposentar como auxiliar de geral de uma fábrica de tapetes, o meu pai ficou várias vezes desempregado. Bom, assim... Ele foi motorista de ônibus e operador de empilhadeira [função metalúrgica]. Mas ficava coisa de dois, três anos em cada emprego. Depois pedia demissão... Por que estava cansado... Queria coisa melhor... E nessa ficava dependendo de bicos. Então a condição financeira da família nunca foi muito boa. Pra ter ideia a gente morou de aluguel até os meus 15 anos de idade. Ou seja, meus pais já estavam casados há mais de 20 anos quando conseguiram ter a casa própria. Antes disso a gente morou de aluguel em vários lugares: no Mutinga e na Vila Menck [bairros da cidade de Osasco]. Depois em Perus [bairro de São Paulo], já na nossa casa própria. Ai, eu só sai dela quando eu casei e fui morar na minha casa [financiada] em Franco da Rocha. Mas faz uns três anos que a gente [Paula e seu marido] mudou pra Pirituba [bairro da zona norte paulistana]. [...]

Depois que casei, eu e meu marido, focamos em pagar a nossa casa. Até que surgiu a oportunidade de trocar a casa por uma melhor em Pirituba, o que fez a gente pegar um financiamento de novo. Estamos pagando ainda... Nesse tempo também compramos o carro... O nosso filho frequenta escolinha particular. A gente [Paula, marido e o filho] consegue viajar pra praia às vezes e fazer coisas em casa mesmo... Tudo isso por causa do nosso salário... Do nosso trabalho [...] Sendo bem materialista, o meu sonho hoje é morar em um determinado bairro [de São Paulo]. Tenho essa ambição... Esse sonho de um dia conseguir mudar para lá. Então quero continuar trabalhando, tendo o meu salário, e me dedicar para conseguir isso um dia”.

A certeza de que a vida mudou para melhor, com o passar dos anos, fica evidente na fala de Paula. Ela atribui tudo isso aos rendimentos financeiros de seu marido e seus próprios, obtidos em seus respectivos trabalhos. Esse aspecto demonstra o que Neri (2008; 2011a), Souza & Lamounier (2010), e Barros et al. (2011), apontam como sendo o aumento de rendimentos e poder de consumo, conferido aos membros das classes populares, os dois principais mecanismos que fortaleceram a ideia de que há uma NCM em franca expansão no Brasil. A questão da renda e consumo também surgem em sua ambição: mudar para um bairro da cidade de São Paulo. A questão do consumo realmente ganhou um espaço preponderante no estilo de vida apreciado por Paula.

Talvez o desejo de Paula por morar em um determinado bairro de São Paulo [que ela não nos revela qual é] seja reflexo do fato de ter ocorrido, até então, certa regularidade nos tipos de bairros em que Paula viveu em São Paulo e mediações. Todos os bairros em que morou estão situados nas regiões metropolitanas e/ou periferias da cidade de São Paulo. Contudo, pouco a pouco, o tipo de moradia, bem como o bairro em que viveu, foi se alterando na vida de Paula, até o ponto de ela estar residindo em uma casa própria no bairro de Pirituba. Esse aspecto pode ser considerado como um endosso a fala de Souza (2012) sobre a questão dos “batalhadores” brasileiros, em relação a como as regiões em que vivem os membros da chamada NCM ainda serem representadas por áreas periféricas, por mais que as melhoras em termos de renda e consumo possam ser constatadas a essa faixa da população.

A perspectiva de Souza (2012) de que pouco se alterou nas condições objetivas de vida dos membros da chamada NCM, também se reforça quando Paula nos menciona que utiliza diariamente o transporte público, mesclando o uso de trem, ônibus e metrô, para chegar

à empresa em que trabalha no bairro dos Jardins em São Paulo. O carro da família é utilizado por seu marido para fazer o percurso dele entre a zona norte, onde mora, e a zona oeste, em que trabalha. O tempo total gasto por Paula com o uso do transporte público para os traslados entre casa-trabalho, gira em torno de 2 horas e 30 minutos diários, incluso os trajetos de ida e volta. Por outro lado, Paula, seu marido e filho não utilizam o serviço público de saúde, pois atualmente já contam com assistência médica privada, algo de que ela nunca dispôs em sua infância e adolescência. Inclui-se nesse espectro o fato de seu filho estudar em colégio particular, a despeito de Paula e seu marido terem cursado suas formações de base inteiramente em escola pública.

Para além das melhoras que ocorreram em temas estruturais na vida de Paula e sua família, perguntamos a ela quais seriam as atividades culturais/de lazer que ela apreciava e quais, de fato, ela conseguia realizar em seu cotidiano. Ela nos disse que a atividade que mais aprecia é viajar. Uma viagem internacional seria um sonho a ser realizado, por exemplo. Mas o que ela realmente consegue fazer em seu cotidiano é: “Em casa a gente gosta de fazer churrascos em finais de semana. [...] Mas, no geral, eu acabo gastando mais tempo com TV e internet... Agora com filho é difícil sair. Então a gente fica mais em casa pra família mesmo”. O tipo de atividade de lazer que Paula consegue incorporar em seu cotidiano pouco se alterou frente ao que ela realizava quando criança ou adolescente. O fato é que, atualmente, a sua vida familiar acaba-lhe fazendo ficar mais em casa, de modo que as suas atividades de cultura/lazer acabando girando em torno do uso da televisão e internet.

Já quando indagamos Paula sobre o porquê ter sido necessário iniciar a vida profissional ainda na adolescência, ela nos disse que buscava independência financeira, pois: “[...] quando os pais não têm condições de dar tudo o que a gente quer, a gente começa a querer buscar as coisas por conta própria”. Contando-nos como foi o impacto de ter ido trabalhar ainda tão jovem, sendo o seu primeiro posto de trabalho como recepcionista de uma assistência técnica, Paula nos fala: “A hora que a gente começa a trabalhar e se envolve com coisas que nos ocupam pra fora da nossa rotina... A nossa questão intelectual melhora... É bom pra tudo: dinheiro, aprendizado...”. Porém, Paula também menciona que, ao iniciar sua vida profissional, passou a ajudar no orçamento doméstico de sua casa, de modo que dos cerca de R\$300 reais mensais que recebia como salário, ela entrega parte para sua mãe, como ela nos diz:

“Nossa o salário rendia hein [risos]. Eu ajudava a minha mãe com R\$100 reais por mês. O que ficava pra mim, eu usava assim... Eu

usava mais para comprar roupa, sapato... Que é aquele sonho de conseguir quando arruma o primeiro emprego... De sair [realizar atividades de lazer fora de casa] [...] Minha mãe nunca me obrigou a ajudar em casa. Mas eu queria. Ela também nunca me obrigou a fazer comida, cuidar da casa quando eu já tava trabalhando. Antes de trabalhar sim, eu ajudava a limpar a casa, fazer um arroz, uma coisa ou outra... Mas eu nunca tive aquela obrigação. Ela nunca exigiu que eu fizesse nada. Mas eu sempre achei que eu deveria ajudar de alguma forma. Foi melhor quando eu comecei a trabalhar e pude ajudar com valores [financeiros]”.

Paula não vivenciou a pressão de sua mãe para que ela realizasse afazeres domésticos ou mesmo ajudasse no orçamento familiar. Porém, Paula via a ajuda financeira como algo importante para ajudar a sua mãe que, em suma, era a principal provedora financeira da família. Ao longo de nossa conversa, Paula também nos diz que por ter visto a sua mãe sempre trabalhando muito, ajudá-la financeiramente – mesmo com uma pequena quantia – lhe fazia sentir-se melhor consigo mesma. Como o seu pai ficou muitos anos desempregado só fazendo trabalhos esporádicos, a situação financeira de sua casa nunca havia sido muito boa. Contudo, ao iniciar-se precocemente na vida profissional, Paula percebeu que poderia ajudar no orçamento doméstico e, ainda assim, conseguiria comprar suas roupas, sapatos e objetivos pessoais. A atitude de Paula em arrumar um emprego, ainda na adolescência, pode ser entendida como uma tentativa de não mais ficar sob dependência financeira de sua família de origem, o que Guimarães (2009) aponta como sendo algo recorrente na vida dos jovens de baixa renda.

Após o primeiro emprego como recepcionista, Paula foi transferida para uma outra empresa do grupo empresarial para o qual ainda trabalha. Nos últimos doze anos, Paula passou por diversas áreas funcionais da empresa que abrangeram desde o setor de recursos humanos até a área financeira. Foi com as finanças que Paula mais se identificou estando, inclusive, atuando nessa área nos dias de hoje. Mesmo assim, ao longo desses doze anos de atuação profissional, Paula não chegou a estabelecer objetivos profissionais a serem atingidos. Ela foi se deixando levar pelas oportunidades que iam surgindo dentro da empresa para qual trabalha. A ausência de objetivos no âmbito educacional também foi algo presente na trajetória de Paula. Ela só cursou uma graduação tecnológica em finanças para poder assumir o posto de coordenadora financeira da empresa em que trabalha. No entanto, o curso de

graduação foi realizado oito anos após Paula ter concluído o ensino médio. Ela se justifica sobre esse fato, ao nos dizer:

“Os meus pais nunca me cobraram pra fazer uma faculdade. Eles falavam que era algo importante... O mercado tava pedindo pra quem queria um emprego melhor... Mas a minha questão era fazer bem o meu trabalho, no emprego que eu já estava. Fazer a graduação foi algo que pintou como necessário em um dado momento da minha trajetória [profissional]... Mas nunca foi uma prioridade... [...] Meus pais só cobravam da gente [Paula e seus irmãos] que tinha que ir pra escola pra concluir o colegial [ensino médio]. [...] Mas quando eu falei que ia fazer uma faculdade, a minha irmã também se animou e fizemos na mesma instituição... Eu fiz em finanças. Ela em gestão de pessoas... Mas trabalha como esteticista [risos]. Já meu irmão só fez um curso técnico de radiologia... E trabalha hoje numa assistência de informática. Meus irmãos são estranhos né?! [risos]”.

Os pais de Paula não exerceram sobre ela ou seus irmãos qualquer tipo de pressão sobre as direções profissionais ou educacionais que eles deveriam seguir. Esse aspecto ajuda a trazer à tona as falas de Rapoport e Rapoport (1965), Bourdieu (1979), e Elias (1994), no que se refere ao papel dos núcleos familiares no modo como os jovens iram estabelecer suas prioridades educacionais e profissionais. No caso, a ausência da pressão e/ou direcionamento educacional/profissional dos pais de Paula, contribuiu para que ela priorizasse o desenvolvimento de suas atividades profissionais, ao passo em que cursar uma graduação só se tornou uma questão, quando nela surgiu o interesse por uma progressão profissional. O ponto é que a ausência da pressão dos pais de Paula sobre as direções em relação aos direcionamentos profissionais e educacionais que ela poderia considerar a seguir, parece ter igualmente influência o modo como ele conduziu a sua vida nesses dois aspectos.

Por outro lado, ainda que Paula não aparente preocupação com o modo como conduziu suas prioridades educacionais e profissionais, ela deixa transparecer em sua fala o certo incomodo que ela tem sentido com os rumos tomados por sua carreira profissional. Um trecho de sua fala ilustra essa percepção:

“Acho que eu poderia estudar mais e de repente tentar algum crescimento profissional... Sei lá, gerenciar alguma coisa, não só ficar na função que eu estou... Até porque está muito cômodo para mim. Não é que chegue a incomodar muito [fazer o tipo de trabalho que realiza]... O incomodo vem. Mas logo passa. [...] Hoje em dia em sou coordenadora financeira. Mas eu não fui passando de estágio em estágio até chegar a esse cargo... Quando eu era assistente financeira, meio que já fazia todo o trabalho que faço hoje. Por isso abri o jogo com o meu chefe... Que eu já tinha faculdade e fazia todo o trabalho, mas não recebia compatível. Ai ele me falou que eu seria promovida. Mas eu pensei que ele ia me passar pro próximo nível [de analista financeira]. Mas não. Ele já me promoveu pra coordenadora... O que em termos práticos é mais um título, do que uma função diferente do que eu fazia... O negócio é que ter esse cargo estampado na carteira [de trabalho] me deixa com medo de pedir demissão e ir procurar uma coisa nova... Por exemplo, eu chegando no mercado eles vão logo olhar: ‘Ela foi coordenadora financeira’... E vão me jogar um monte de responsabilidades que eu não sei se consigo dar conta em outra empresa. Como eu já sei como funciona tudo aqui [na empresa em que trabalha] e tenho contato direto com os donos, acabo ficando mais confortável com o cargo que me deram... Com o trabalho que sei fazer. Moral da história acho que não vou mudar de emprego [risos]. Também preciso do meu salário pra tudo hoje em dia... Família e tudo mais... Não dá pra arriscar mudar, só porque to me sentindo parada na profissão... Mudar, agora, não dá”.

O fato de Paula trabalhar a muitos anos para uma mesma empresa e não ter investido na aquisição de outros conhecimentos, a fez ficar com receio de mudar de emprego ou, ao menos, considerar a possibilidade de ir à busca de novas oportunidades profissionais. Essa circunstância pouco a ajudará alterar o seu desconforto com a sensação de acomodação que atualmente sente em seu trabalho. Acima de tudo, o medo sentido por Paula sobre a possibilidade de se deparar, no mercado de trabalho, com responsabilidades profissionais acima do que ela seria capaz de atender, colocou-a numa espécie de condição de “refém” de seu atual emprego/empresa em que trabalha. Essa circunstância pouco a fará tentar mudar de

emprego em um médio prazo, vez que a dependência de seu salário para suprir o orçamento doméstico, bem como o estilo de vida por ela alcançado com o passar dos anos, está associada, em sua concepção, inteiramente ao tipo de atividade profissional que realiza para a empresa em que trabalha há mais de doze anos.

A sensação de ser “refém” do atual posto/condição profissional foi algo recorrente nas falas de muitos de nossos entrevistados. Como foi o caso de Damaris que prefere passar para um posto de gerencial de RH, dentro da própria organização em que trabalha, ou de Gledson que ainda permanece na mesma empresa de manutenção em que começou a sua vida profissional, ainda que tenha cursado uma faculdade de educação física. Por outro lado, profissionais como Éder e Carlos, que não temeram mudar de áreas de atuação/empregos, ao longo de suas trajetórias, representam uma pequena parcela de nosso grupo de entrevistados que estão dispostos, com vistas a obter maiores salários e melhores condições de vida, respectivamente, a trocarem de emprego.

Mas no que compete ao aspecto do papel da família nas trajetórias desenvolvidas por nossos entrevistados, na grande maioria dos casos, houve a constatação de que suas famílias de origem não exerceram pressões sobre quais deveriam ser as profissões por eles seguidas. Tampouco sobre a necessidade de eles cursarem um curso de nível superior. Também não percebemos uma alteração radical no tipo de atividades culturais/de lazer realizadas pelos entrevistados em seu cotidiano, seja porque eles ainda privilegiam a realização de atividades no interior de suas casas, como churrascos para receber os amigos e a utilização de TV e internet, ou optarem pela ida a espaços públicos, como os parques, para desenvolver algum tipo de atividade esportiva/recreativa, junto de seus amigos e familiares. Esse espectro de atividades não diferente, portanto, do tipo de atividades culturais/de lazer que os jovens entrevistados realizavam em sua infância/juventude.

Isso nos leva a considerar que as melhoras em termos de renda e poder de consumo, acessados pelos entrevistados no decorrer de suas vidas profissionais, não alterou substancialmente suas preferências por certo tipos de atividades culturais e de lazer. Ou seja, no que se refere ao campo cultural/de lazer da vida dos jovens entrevistados, não ocorreram alteração em seus hábitos sociais e/ou estilo de vida, de modo que reforça os argumentos de Abílio (2011), Souza (2012), Costa (2013), Quadros et al. (2013), e Kerstenetzky e Uchôa (2013), de que os incrementos em termos de renda e consumo não são capazes, por si só, de alterar definitivamente os hábitos sociais vividos pelos indivíduos mais pobres, desde o seu nascimento.

Na verdade, ao abordamos as questões relativas aos aspectos sócio-familiares dos entrevistados, percebemos algumas permanências em suas vidas. Por exemplo, em sua grande maioria, os participantes do estudo ainda residem nos bairros e/ou regiões periféricas em que moram desde a infância. Isso ocorre tanto com os entrevistados que já são casados ou com os solteiros. No caso ainda do grupo dos entrevistados solteiros – composto por 38% dos participantes da pesquisa em sua maioria homens – eles ainda residem na casa de seus pais, casa essa em que comumente passaram suas infâncias e juventudes. No caso dos 19% dos entrevistados que moram em casas alugadas, ou mesmo com os 43% dos entrevistados que já possuem casa própria, pouco foi observado em termos da alteração do bairro e/ou região em que vivem, frente aos bairros/regiões dos quais são originários. Ou seja, a mobilidade geográfica dos jovens trabalhadores entrevistados pouco ocorreu em suas vidas, ainda que tenham ocorrido alterações no tipo de vida que conseguem acessar, por meio de seu novo patamar de renda e consumo, no bairro em que vivem.

Considerando a totalidade das 42 entrevistas que compõem a nossa pesquisa, chama atenção que alguns aspectos gerais sobre a “dimensão sócio-familiar” dos participantes, foram possíveis de serem levantados, dentre os quais: (i) em sua maioria, os entrevistados moram na periferia da zona norte paulistana; (ii) trabalham na região central ou bairros da zona oeste de São Paulo; (iii) o percurso casa/trabalho é feito predominantemente com o transporte público, mesclando a utilização de ônibus, trem e metrô - eventualmente, alguns utilizam o próprio carro – em um percurso médio que leva o total de 2 horas e 25 minutos de trajeto diário; (iv) o atual grupo familiar é composto, em média, pelo total de quatro pessoas; (v) os seus pais atuaram em funções operacionais da indústria e/ou setor de serviços; (vi) as suas mães assumiram o papel de donas de casa e também exerceram atividades profissionais para além do lar; (vii) os pais dos entrevistados nasceram no nordeste do Brasil ou em bairros periféricos da cidade São Paulo; (viii) o nível escolar máximo atingido por seus pais foi até a 8ª série do ensino fundamental; (ix) e, as atividades de lazer que realizam são empreendidas aos finais de semana em espaços públicos, como os parques, ou em atividades em suas próprias casas.

Considerando todas as informações levantadas sobre as dimensões trabalho, educacional e sócio-familiar dos entrevistados de nossa pesquisa, pudemos captar linhas gerais de interpretação sobre quais foram às principais mudanças ocorridas em suas vidas, ao ponto deles serem considerados membros de uma NCM brasileira. Esse fato condiz com alcance de nosso objetivo principal de pesquisa, de modo que, a seguir, desenvolveremos a conclusões alcançadas com a realização desta pesquisa de tese.



### 3.4 CONCLUSÕES

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da seguinte questão: como o crescimento econômico brasileiro, ocorrido ao longo da última década, impactou as trajetórias e condições de vida de trabalhadores de baixa renda? Para responder a esta pergunta, procuramos sistematizar o conhecimento existente sobre as recentes mudanças ocorridas no cenário brasileiro, bem como as discussões pertinentes ao tema da NCM no Brasil. Desse quadro referencial teórico-empírico, procedemos à apresentação e discussão dos relatos coletados. Para tanto, ilustramos essa apresentação por meio de algumas falas que catalisaram os principais aspectos identificados na totalidade das 42 entrevistas que realizamos em nosso estudo. Ao articularmos os nossos dados empíricos à luz do referencial teórico-empírico de nosso estudo, pudemos alcançar uma resposta ao problema de pesquisa incentivador de nossa tese.

Para que o alcance de uma resposta ao nosso problema de pesquisa foi possível, a operacionalização do estudo se deu pelo o estabelecimento de três diretrizes de pesquisa, isto é, três objetivos específicos, os quais atingimos em sua totalidade. No que se refere ao objetivo específico: (a) Descrever as perspectivas econômicas e sociológicas sobre o conceito de NCM; o mesmo foi alcançado, na medida em que elaboramos a seção “A ‘nova classe média’ brasileira: conceitos e contraposições”. Foi nessa seção que discorreremos sobre a origem da noção mais ampla de classe média até o surgimento da menção sobre a existência de uma “nova”; discorreremos sobre “A construção da ‘nova classe média’ brasileira: a visão econômica”, momento em que detalhamos a origem econômica do conceito de NCM e os principais aspectos ressaltados sobre esse fenômeno, no caso, o aumento em termos de renda e de poder de consumo. Feito isso, elaboramos a seção: “Contraposições à ideia de uma ‘nova classe média’: a visão sociológica”, na qual exploramos quais eram as principais críticas tecidas, por sociológicos e pesquisadores de outros campos do saber, sobre o discurso que o Brasil se tornara um país de classe média. Por meio de dados teóricos e empíricos, procuramos destacar que o principal argumento de contraposição à ideia de uma NCM no Brasil, consiste do entendimento de que as melhoras em termos de renda e poder de consumo não asseguram, por si só, uma imediata mobilidade social ascendente aos indivíduos oriundos das camadas mais pobres. Finalizamos com uma seção que questiona a pertinência do conceito de NCM para apreender os dilemas da atual realidade social brasileira. Foi por meio dessa abordagem teórico-empírica que o nosso primeiro objetivo específico de tese foi atingido.

Já no que se refere ao nosso segundo objetivo específico: (b) Identificar as principais mudanças ocorridas, entre 2001-2013, nas trajetórias dos jovens investigados; o mesmo foi alcançado por intermédio da produção da seção teórico-empírica intitulada “*Brasil: leituras contemporâneas*”, bem como por meio de nossa própria pesquisa de campo. No que se refere a seção teórico-empírica, contextualizamos quais seriam as principais mudanças ocorridas, ao longo das últimas duas décadas, no cenário econômico e político brasileiro. Também aproveitamos para apresentar as conceituações pertinentes aos conceitos de “trabalho e trabalhador de baixa renda”, isso porque, queríamos conhecer quais eram as circunstâncias que caracterizavam o “ponto de partida” de nosso grupo de entrevistados, antes deles migrarem para a dita NCM brasileira. Além disso, para que melhor pudéssemos compreender quais seriam as contingências enfrentadas por nossos entrevistados, ao longo de suas trajetórias no Brasil, articulamos um panorama geral sobre os principais desafios que surgem às trajetórias de jovens trabalhadores oriundos da camada social de baixa renda. Desse quadro referencial teórico-empírico, levantamos os elementos necessários para interpretar as 42 entrevistas de nossa pesquisa de campo. Por esse processo, conseguimos melhor compreender as mudanças ocorridas nas condições de vida de nossos entrevistados, de modo que o segundo objetivo específico de nossa tese fora alcançado.

Por fim, no que se refere ao terceiro objetivo específico de nosso estudo: (c) Compreender de que forma os rumos tomados pelas trajetórias dos entrevistados os posicionam no debate sobre a NCM brasileira; o mesmo foi atingido, na medida em que conduzimos à interpretação de nossos resultados atentos a identificação de *insights* para se pensar o fenômeno da NCM, dentro da área de estudos organizacionais. Esse processo nos levou a elaborar a seção “*Apresentação e discussão dos resultados*”, na qual confrontamos os relatos coletados em campo à luz das premissas teórico-empíricas que caracterizavam o debate sobre a NCM, no contexto brasileiro. Em meio às discussões dos resultados obtidos, nos deparamos com a identificação dos principais traços das trajetórias empreendidas pelos entrevistados de nosso estudo. Isso nos deu condições para identificarmos as convergências, divergências, e possíveis oscilações interpretativas no que compete ao modo como as trajetórias de nossos entrevistados nos ajudavam a refletir sobre o fenômeno da NCM brasileira. Foi desse modo que o terceiro objetivo específico de nossa tese fora atingido.

Diante do cumprimento de nossas três diretrizes de estudo, entendemos que o alcance de nosso objetivo principal de pesquisa fora atingido, ou seja, investigar quais mudanças ocorreram nas trajetórias de jovens de baixa renda que migraram, ao longo da última década, para a dita “nova classe média” brasileira. Portanto, cabe-nos apresentar, a seguir, quais são as

principais conclusões que atingimos com o desenvolvimento desta pesquisa. Estruturaremos essa apresentação, por meio de itens que se intitulam pela síntese das três principais conclusões de nossa pesquisa de tese. Ao fim, discorreremos sobre as contribuições que este trabalho realiza para a área de estudos organizacionais, no que concerne ao pensamento do Brasil contemporâneo por meio do tema da NCM brasileira. E, concluímos o estudo, com a indicação dos principais desfechos da pesquisa e com uma agenda para futuras investigações.

### **3.4.1 A vida do jovem trabalhador da “nova classe média” está melhor que no passado**

Ao investigarmos as trajetórias de jovens trabalhadores de baixa renda que, ao longo da última década, migraram para a condição de membros da NCM brasileira, foi possível captar um conjunto variado de interpretações para o que ocorrerá em suas trajetórias. Mas algo que foi possível concluir é que a vida do jovem trabalhador da “nova classe média” está melhor que no passado. O recente crescimento econômico brasileiro impactou, de modo positivo, os rumos tomados pelas trajetórias de nossos entrevistados. Atualmente, todos os 42 participantes do estudo auferem rendimentos financeiros superiores as margens salariais que eles possuíam no início de suas vidas produtivas. E, com esse novo patamar financeiro, os entrevistados acessaram um poder de consumo mais diversificado, o qual fora revertido, não só, para o atendimento das necessidades mais básicas como alimentação e vestuário. Mas, também, para o financiamento de suas casas próprias; para a aquisição de seus primeiros veículos privados; ou mesmo para o custeio de colégios particulares para os seus filhos.

Aliam-se as mudanças mais estruturais ocorridas nas vidas dos jovens entrevistados, o fato deles terem priorizado o investimento na aquisição de educação formal, ao longo de suas trajetórias. Diferentemente de seus pais que pouco tiveram chances de atingirem graus escolares mais elevados, os jovens entrevistados concluíram ao menos o grau médio de ensino. Mas foi ao constarmos que 86% dos jovens entrevistados possuíam algum tipo de envolvimento com cursos de nível superior, que entendemos ter sido o investimento em educação formal uma marca das trajetórias que eles construirão, até então. Para um país, como o Brasil, cujas desigualdades educacionais ainda representam uma grande barreira a ser superada, é animador constatar que o investimento em educação superior foi algo presente na vida dos jovens entrevistados que, há uma década, estavam sob a vivência de uma condição de baixa renda nesse mesmo país.

Mas há de se observar que o estímulo para que os participantes de nosso estudo concluíssem ao menos o grau médio de ensino, proveio de suas famílias de origem. O papel

do núcleo familiar foi elementar para que esses jovens assimilassem a aquisição de conhecimento como algo central para transformar os rumos de suas próprias histórias. Superar o grau escolar atingido por seus pais, foi algo presente na vida dos jovens entrevistados, ainda que essa superação já se consolidasse com a conclusão do grau médio de ensino. Em todo caso, houve o esforço dos pais desses jovens para que eles não evadissem a vida escolar, tal como ocorrerá nas trajetórias desses mesmos pais. É nesse sentido que a valorização atribuída pelos jovens à aquisição do conhecimento formal, não se deu pela evidência de um elevado grau escolar de seus pais. Mas pela perspectiva de que as suas condições de vida melhorariam em um futuro próximo.

Se por um lado, a aquisição de conhecimento formal foi algo presente na vida dos jovens entrevistados, foi possível perceber que aqueles que chegaram a realizar cursos universitários, estiveram sob forte influência de seus gestores e/ou empresas em que trabalhavam para decidirem-se sobre quais áreas/cursos universitários cumprir. Isso ocorreu porque foi possível notar que os entrevistados pouco manifestaram, ao longo de suas vidas, a reflexão sobre quais profissões desejariam para si. Em seu lugar, deixaram as suas vidas profissionais irem acontecendo a sabor de seu tempo, de modo que ao considerarem realizar um curso superior, fizeram uso sugestões de seus superiores imediatos e/ou das perspectivas de crescerem profissionalmente dentro da área/empresa em que já atuavam. Ou seja, os jovens que realizaram um curso superior, só o fizeram pela expectativa de obterem melhoras imediatas em suas condições financeiras/profissionais, do que propriamente consolidar o desejo de se formarem em uma profissão que pudessem assimilar para si. É esse ponto que nos ajuda a entender porque os jovens entrevistados priorizaram a obtenção de uma diplomação universitária, ao invés da qualidade do conhecimento que viram a receber das instituições/cursos que freqüentaram para obter tal diplomação.

Chama atenção também que todos os jovens entrevistados, com curso superior, custearam as instituições privadas de ensino que freqüentaram, por meio de seus próprios salários. Isso requer entender que nenhum dos entrevistados fez uso dos programas governamentais de incentivo ao ensino superior como o FIES e o Prouni. Por meio dos relatos dos entrevistados, chegamos à conclusão que desde as suas adolescências, esses jovens encararam que a obtenção de um diploma superior só viria a ser possível, se fosse um dia possível, por intermédio de instituições privadas de menor custo, as quais fossem pagas por integralmente por meio de suas rendas pessoais.

Outra circunstância que nos ajuda a concluir que a vida dos jovens entrevistados está melhor hoje que no passado, provém do fato deles terem adentrado a vida produtiva ainda em

fase escolar. Ao menos, essa foi à percepção apreendida de seus próprios relatos, quando eles nos dizem que a inserção precoce no mundo do trabalho lhes deu condições não só de terem algum tipo de independência financeira de seus pais. Mas também, de poderem atualmente comparar os pontos de “partida” e de “chegada” de suas trajetórias na vida produtiva.

Lembremos que na grande maioria dos casos, os jovens entrevistados decidiram iniciar suas vidas laborais sem que houvesse a pressão externa de seus pais para que essa iniciação ocorresse ainda em fase escolar. Mas se, por um lado, não houve a pressão externa dos pais para que esses jovens iniciassem suas vidas profissionais fosse para prover o próprio sustento ou para contribuírem com o orçamento doméstico, a decisão dos entrevistados em adentrarem o mundo do trabalho, ainda na adolescência, emergiu do fato deles não terem condições financeiras suficientes para lhes postergar a entrada no mercado de trabalho, a fim de uma dedicação exclusiva a dimensão educacional de suas vidas. Diante dessa situação, foi que as duplas jornadas entre trabalho e estudo foram uma constante nas trajetórias dos jovens entrevistados.

Sejam quais tenham sido as razões para a inserção precoce dos jovens entrevistados no mundo do trabalho, bem como das dificuldades associadas às duplas jornadas entre trabalho e estudo tão presentes em suas vidas, os participantes de nosso estudo, atribuem que suas vidas são satisfatórias, pois, atualmente, eles possuem rendimentos mais elevados e um poder de consumo diferente, do que usufruíam no passado. A renda e o consumo foram os dois mais apreciados pelos entrevistados, quando solicitados a nos descrever quais teriam sido as principais mudanças ocorridas em suas vidas. Mas isso não requer entender que melhoras em termos de renda e consumo, experimentadas pelos jovens entrevistados, tenham refletido nas alterações de seus hábitos sociais. Chamou-nos atenção que, a despeito das melhoras em termos de renda e consumo, todos os entrevistados ainda residem nas regiões periféricas, nas quais sempre moraram; ainda convivem com a dependência dos serviços públicos – de má qualidade - de transporte e saúde; e realizam atividades culturais/de lazer muito similares as que praticavam em sua infância, haja vista que as idas aos locais públicos, como os parques, ou as confraternizações em suas casas junto de amigos e familiares, fora e continua sendo as suas atividades de lazer.

Mas o ponto que queremos ressaltar é que se as melhoras em termos de renda e consumo, na vida dos jovens entrevistados, não refletirão na mudança de seus hábitos sociais, podemos concluir que as suas trajetórias de vida resguarda consigo não só mudanças. Mas, também, certas permanências. É exatamente nesse ponto que a dicotomia mudanças e

permanências nas trajetórias dos jovens entrevistados, surgiu como algo central para se compreender o ocorrido em suas vidas, ao longo da última década no Brasil.

Ao constatarmos que os jovens entrevistados ainda estão cercados por uma realidade objetiva muito similar a que eles cotidianamente experimentaram ao longo de suas infâncias, leva-nos a concluir que as suas condições de vida pouco mudaram com o passar dos anos. Houve, é claro, mudanças em termos de materiais em suas vidas proporcionadas pelas rendas salariais mais elevadas e pelo poder de consumo diferenciado que esses jovens acessaram, ao longo de suas trajetórias profissionais. Contudo, no que concerne aos aspectos mais estruturais de suas vidas, existem ainda muitas permanências. É como entender que se um novo patamar financeiro e maior poder de consumo foram capazes de permitir a esses jovens que: financiassem suas casas; comprassem os seus próprios veículos; e custeassem os seus cursos de graduação; tais ações ocorreram e/ou os mantiveram dentro de um mesmo contexto social periférico, no qual eles estão imersos desde suas infâncias. Ou seja, ocorreram melhoras. Porém, melhoras dentro de um estilo de vida que já marcava as suas histórias de longa data. É por essa razão que notamos que os nossos entrevistados tendem a afirmarem que suas vidas estão melhores hoje que no passado, na medida em que eles realizam o comparativo de suas vidas junto de seus pares – e não com os membros de uma camada social mais elevada – os quais residem nas mesmas regiões periféricas em que estão alocados desde tenra idade. Quando um de nossos entrevistados fala: “Tem até vizinho meu que já veio me pedir pra arrumar emprego, porque viram que eu to bem”, como foi dito por Éder, só ilustra como a comparativo junto de seus pares sociais é o mecanismo utilizado por esses jovens para reforçar a certeza de que algo mudou para melhor em suas vidas, ainda que essa melhora não represente uma efetiva ascensão para o típico estilo de vida de uma classe média convencional.

Por mais que os hábitos sociais em termos de moradia, lazer e cultura, pouco tenham se alterado na vida dos jovens entrevistados, todos eles atribuem as suas dedicações a vida produtiva, o que lhes permitiu orgulharem-se das trajetórias e dos feitos que construídos para si, ao longo dos últimos anos. É por essa razão que os entrevistados demonstram, em suas falas, tanto apressamento pelo poder aquisitivo e de consumo que eles alcançarão, por ter sido desses elementos que eles extraem a certeza de que as suas vidas mudaram e foi para melhor. Porém, ao mesmo tempo, é do patamar de renda e consumo atingido, que esses jovens passaram a definir uma lógica eminentemente pragmática e de curta perspectiva de futuro para suas vidas.

Percebemos que a renda e o poder de consumo alcançado pelos jovens entrevistados, são os elementos que eles utilizam para interpretar o estilo de vida que possuem e o contexto social em que vivem. Esses jovens seguem trabalhando com a certeza de que querem manter, pelo menos, o nível de renda e de consumo por eles alcançado. E o apreço por esses dois elementos é algo legítimo em suas vidas, afinal esses jovens tiveram a chance, ao longo da última década, de não mais olharem a condição de vida que desejavam ter para si. Mas, passaram a fazer parte do que fora um dia apenas um futuro desejado.

### **3.4.2 O apreço pela renda e consumo fortalece a ideia de uma “nova classe média”**

Ao mesmo tempo em que o aumento em termos de rendimentos salariais e poder de consumo, fomentou a sensação de que as vidas dos jovens entrevistados estão melhores que no passado, o apreço que eles manifestam pelo novo patamar de renda e consumo alcançado, acaba por fortalecer a reprodução do discurso sobre a existência de uma NCM no Brasil. Chegamos a essa conclusão, na medida em que notamos ser o apreço desses jovens pelos rendimentos e consumo alcançados em suas trajetórias, o que lhes faz construir visões de mundo orientadas para a sobrevivência imediata e, portanto, dotadas de uma curta perspectiva de futuro profissional para suas vidas.

No que compete a encurtada perspectiva profissional que possuem, notamos que os jovens entrevistados, vão se deixando levar por suas atuais condições profissionais e, mesmo quando decidem trocar de emprego, a procura por uma nova posição não tende a ser algo deliberado em suas vidas. Além disso, se a mudança de emprego ocorre ela se dá preponderantemente pela busca de um maior rendimento salarial. Porém, a curta perspectiva profissional sustentada na visão de mundo dos jovens entrevistados também é perceptível quando esses jovens não sabem pontuar, em seus relatos, de que maneira eles atingiram o que eventualmente projetam para si, em termos profissionais. Nesse caso, podemos relembrar o caso de Cleber que ainda tentará retomar o seu pequeno empreendimento de assistência de informática, ou o caso de Carolina, que buscará abrir uma empresa de consultoria nutricional, ainda que não saibam exatamente como isso irá acontecer. O fato é que os jovens entrevistados têm se permitido a apenas viver as condições profissionais do presente. E mesmo quando há algum tipo de objetivo profissional pensando para seus futuros, tais projeções mostram-se, muito mais, no campo de uma vontade a ser realizada, do que propriamente como um objetivo a ser atingido dentro de um certo prazo.

O que nos ajuda a explicar o porquê desse tipo de comportamento apresentado pelos jovens entrevistados, é o entendimento de que o alcance de um novo patamar de renda e consumo – e com ele, de um estilo de vida mais confortável – fez com que esses jovens ficassem numa relação de dependência para com o atual estilo de vida atingido. Isso acabou por refletir em suas fortes determinações em preservarem os seus empregos/salários atuais, a fim de que possam continuar atendendo suas demandas de consumo atuais. A dimensão profissional de suas vidas migrou, então, de uma tentativa inicial de obterem certa independência financeira de seus pais, para uma relação que tem como fim, suprir o estilo de vida por eles alcançado. É nesse sentido que nos entrevistados existe um eminente e legítimo sentimento de receio em perderem seus postos de trabalho e, com isso, o estilo de vida que conseguiram prover para si e seus familiares.

Como apresentamos na discussão de nossos resultados, não raro, houve entrevistados que trabalham para uma mesma empresa desde o início de suas vidas produtivas. Em alguns casos até existe graus de insatisfação com o tipo de trabalho realizado. Nesses casos, existe o sentimento de estagnação profissional, como nos foi revelado por Paula, uma de nossas entrevistadas, por exemplo. Porém, mesmo nesses casos de insatisfação com o tipo de trabalho realizado para uma mesma empresa, os entrevistados admitem que os rendimentos salariais atingidos – e a conveniência de conhecerem todos os processos internos da empresa – lhe são oportunos e motivadores para eles se esforcem em manterem o emprego que possuem e, com isso, o estilo de vida alcançado por meio de seus trabalhos.

Mesmo no caso dos entrevistados que não trabalham para a mesma empresa tendo mudado de emprego ao se depararem com a oferta de melhores rendimentos salariais, eles só empreenderam tais mudanças de emprego ao sentirem-se seguros de que os novos salários ofertados lhes dariam condições de manter o padrão de conforto material que passaram a usufruir, ao longo de suas trajetórias profissionais. Surge, então, uma noção de estabilidade a ser mantida pelos jovens trabalhadores, noção essa legítima para indivíduos que sofreram, em suas infâncias e adolescências, carências de todos os tipos. Por outro lado, essa mesma noção de estabilidade, como uma conquista permanente a ser mantida, nos leva a concluir que o estilo de vida atingido pelos entrevistados, colocou-lhes em uma condição de “reféns” para com os seus atuais empregos e/ou salários que possuem. O receio de mudar de emprego, cujas razões são variadas, os fazem ter o sentimento de medo instalado em suas vidas cotidianas. Porém, não o medo de que não possam mais nada conquistar por meio de sua capacidade de trabalho. Mas o medo de perderem o que já conseguiram conquistar para si.



É por essa razão que a sobrevivência imediata e uma encurtada perspectiva sobre seus futuros profissionais são características marcantes das trajetórias desenvolvidas pelos jovens entrevistados. O que está em jogo para eles não é perder a chance de crescerem profissionalmente. Mas deixarem de ter condições financeiras para subsidiar o estilo de vida que conseguiram para si e para suas famílias. Toda e qualquer decisão dos jovens entrevistados sobre as suas vidas profissionais passa, então, a estar atrelada a priorização em se manter o usufruto do conforto material já atingido, ao invés da fomentação de novas perspectivas profissionais para as suas vidas. Esse fato pode ser entendido de duas maneiras. A primeira, de que as conquistas obtidas pelos jovens trabalhadores são legítimas e atendem os seus respectivos anseios enquanto cidadãos e trabalhadores de uma sociedade democrática, como o Brasil. A segunda, que é exatamente da imersão no apreço pela condição de vida alcança que faz com que os jovens entrevistados se tornem “reféns” da empresa em que trabalham; do salário que recebem; e, portanto, do próprio estilo de vida que possuem; vez que tais circunstâncias inibem a construção de projeções profissionais diferenciadas para suas vidas.

Mas, se por um lado, podemos entender que os jovens trabalhadores da dita NCM brasileira vivem guiados sob uma visão de mundo que não acolhe planos futuros para suas vidas profissionais, em detrimento do esforço diário que já demonstram para manter o patamar de vida conquistado, por outro, eles podem simplesmente não terem por objetivo qualquer mudança nesse sentido para suas vidas. O que fora conquistado já lhes basta, o que deve ser perfeitamente aceito como algo possível nas trajetórias de alguns dos jovens por nós entrevistados.

Mas ainda vale considerar que sendo a renda e consumo, alcançado pelos jovens trabalhadores, elementos tão apreciados e centrais para a estruturação de suas vidas, o próprio discurso sobre a existência da NCM brasileira acaba tendo a sua reprodução e difusão fortalecidas no contexto brasileiro. Lembremos que os defensores da ideia de uma NCM no Brasil, atribuem ao aumento de renda e poder de consumo às camadas mais pobres, como sendo os principais enlaces para se auferir a existência desse seguimento social no país. E na medida em que os relatos de nossos entrevistados nos permitem constatar que o apreço pela renda e consumo alcançados, acabou instituindo um esforço contínuo, em suas vidas, de manterem esse novo patamar de vida, esse fato acaba sendo algo potencial para se legitimar a reprodução do discurso de que existe uma NCM no Brasil, estruturada pela nova renda e consumo que possuem.

Não entra em foco, contudo, que embora a renda e consumo sejam apreciados pelos membros da dita NCM brasileira, esse indivíduos estão vivendo sob uma perspectiva de sobrevivência imediata e de dependência ao estilo de vida conquistado, ao mesmo tempo em que o exercício de seus atuais estilos de vida acaba por ocorrer dentro da realidade social periférica em que já conhecem, desde tenra idade, tal como a nossa pesquisa empírica nos permitiu apresentar. É nesse sentido que o discurso eminentemente econômico que sustenta a ideia de uma NCM brasileira negligencia que não houve efetivas mudanças de classe na vida dos indivíduos tidos como seus membros legítimos. Houve melhoras em termos de rendimentos e consumo aos trabalhadores das camadas mais pobres. Porém, nada que tenha alterado, de modo definitivo, os hábitos sociais desses trabalhadores, ao ponto de lhes aproximarem do tipo de vida da classe média brasileira.

Por outro lado é certo que as melhoras em termos de renda e poder de consumo ganham outras significações quando os jovens trabalhadores se utilizam desses elementos para empreenderem investimentos para melhora de suas vidas, ao invés de meros atos de consumo. Exemplos nesse sentido estão: o investimento na compra da casa própria; no custeio de escolas privadas de melhor qualidade para seus filhos; na aquisição de seus primeiros carros, enquanto patrimônios para uso fruto de suas famílias; entre outros exemplos. Esse tipo de investimento se diferente do mero consumismo que prioriza o acesso a certas marcas ou objetos de valor factual. Nessa perspectiva, cabe considerar que houve mudanças muitas oportunas nas vidas dos jovens entrevistados, em face do novo poder de renda e consumo por eles acessado, ao longo de suas trajetórias.

Mas ainda no que cabe o fortalecimento da reprodução do discurso sobre a NCM brasileira, em face do apreço demonstrado pelos jovens entrevistados aos elementos renda e poder de consumo em suas vidas, é certo que essa evidência empírica nos ajuda a compreender que a reprodução do discurso sobre a NCM continuará repercutindo como algo característico do atual cenário político e econômico brasileiro. Enquanto isso, no cotidiano de vida dos jovens trabalhadores brasileiros, continuará prevalecendo à sensação de que tudo o que fora conquistado em suas trajetórias, em termos de renda e consumo, os condicionou para o medo constante de perderem o já conquistado. Ou seja, as recentes conquistas desses jovens surgem sob um caráter de impermanência constante em suas vidas, de modo que tudo o que fora conquistado pode se dissipar a qualquer instante. Portanto, ainda que o apreço legítimo dos jovens trabalhadores por seus novos poderes de renda e consumo, fortaleça a reprodução do discurso sobre a existência da NCM no Brasil, o medo de perder o que já fora obtido em suas vidas, igualmente se perfaz em suas vidas.

### 3.4.3 A “nova classe média” representa o realizar da ilusão de seus idealizadores

Ao conhecermos quais foram às principais mudanças ocorridas nas vidas dos jovens trabalhadores que migraram, ao longo da última década, de uma condição de baixa renda para a condição de uma NCM, chegamos à conclusão de que a ideia de uma “nova classe média” brasileira, não passa do realizar da ilusão dos idealizadores desse conceito. Algumas razões nos conduziram a esta conclusão, dentre as quais o fato das trajetórias desenvolvidas pelos jovens entrevistados nos revelar que elas resguardam, para além do apreço/dependência criada para com os níveis de rendimento e de consumo alcançados, muitas permanências em seus hábitos sociais, seja por ainda residirem nas regiões periféricas – e o mérito aqui não é fato de ainda residirem nos mesmos bairros em que moram desde suas infâncias. Mas o convívio duradouro com as faces das debilidade sociais e da violência urbana enfrentada nesses espaços sociais das grandes metrópoles; utilizarem cotidianamente os serviços públicos de transporte e saúde – sendo o ponto nodal não o uso desses serviços. Mas a convivência com os impactos da má qualidade desses serviços oferecidos a população em geral; ou praticarem os mesmos tipos de atividades culturais/de lazer que já reproduziam desde tenra idade – ainda que o desejo por atividades culturais/de lazer diferenciadas possa representar apenas a ausência de interesse dos jovens entrevistados em alterar seus hábitos em relação a essas dimensões de suas vidas. Eles podem estar simplesmente satisfeitos com as atividades que já praticam, de longa data, em seus cotidianos.

Mas o ponto que emerge ao conhecermos as trajetórias dos jovens investigados é que muitos foram os elementos identificados que justificam a afirmação de que suas vidas estão melhores que no passado. Mas isso não requer entender que eles migraram para o estilo de vida típico de uma classe média tradicional no Brasil. Diferentemente de uma classe tradicional, os jovens entrevistados vivem sob a sensação de constante ameaça em perderem o que, por eles, fora conquistado ao longo dos últimos anos. As melhoras sentidas em termos de maior conforto material, proveniente de seus maiores salários e poder de consumo, não refletiram nas mudanças de seus hábitos sociais e culturais. Como pudemos observar nos relatos de nossos entrevistados, no que diz respeito as suas escolhas por certos tipos de atividades culturais/de lazer ou investimento na aquisição de conhecimentos de boa qualidade a ampliação de suas bagagens culturais, não chegou a assumir um posto de protagonismo em suas vidas. É bem verdade que esse fato pode ser interpretado por uma perspectiva complementemente contrária: a de que os jovens entrevistados não estão dispostos ou interessados em fazer esse tipo de ruptura em seus estilos de vida. Sendo essa suas escolhas, igualmente a

reconhecemos como uma das características marcantes das vidas dos jovens entrevistado nesta pesquisa.

Dos 42 entrevistados de nossa pesquisa, apenas oito conseguiram realizar, ainda na adolescência, um curso complementar de informática sendo que, desses oitos, apenas duas entrevistadas também realizaram um curso de idiomas. Ademais, a maioria absoluta dos participantes de nossa pesquisa chegaram a cursar uma faculdade. Mas o envolvimento com o ensino superior se deu de modo intermitente em suas trajetórias, já que a prática das duplas jornadas entre trabalho e emprego foi uma constante em suas vidas. E, ainda nos casos dos entrevistados com ensino superior, eles enfocaram a obtenção de uma diplomação universitária, ao invés de estarem realmente em busca de um ensino superior de qualidade que lhes oferecesse conhecimentos valorizados pelo mercado.

Diferentemente do que fora constatado com em nosso grupo de participantes da pesquisa, os membros de uma classe média tradicional já possuem, desde tenra idade, a alternativa de realizarem atividades culturais/de lazer mais diversificadas, do que apenas irem a parques públicos ou confraternizar com seus amigos e familiares em sua própria casa, como é o caso de nossos entrevistados. Sobretudo, os membros de uma classe média tradicional investem na aquisição de capitais de outras naturezas – para além do financeiro – como uma maneira de se perpetuar suas condições de vida menos vulneráveis e mais abrangentes em termos culturais, profissionais e educacionais. A abrangência das condições de vida dos jovens da dita NCM brasileira, representados pelos entrevistados de nossa pesquisa, se restringe a pequenos incrementos em termos de maior conforto material para suas vidas, as quais ainda se reproduzem dentro dos contextos sociais periféricos em que moram desde seu nascimento. É por essa razão que, ao desenvolvermos esta pesquisa, concluímos que as mudanças ocorridas na vida dos jovens entrevistados não justificam entendê-los como membros da classe média brasileira, pois ainda que suas vidas estejam melhores hoje em dia, elas ainda resguardam muitas permanências com os seus passados de baixa renda.

Mas justamente pelo valor inesperado que o discurso sobre a existência de uma NCM brasileira ganhou nos meios de comunicação em massa, foi priorizada a reprodução do discurso de que se os indivíduos mais pobres auferem maiores rendimentos e poder de consumo, logo o Brasil migrava para uma condição de superação de suas históricas desigualdades sociais. No entanto, vez que o debate sobre a ideia de uma NCM se dá pela associação da renda salarial dos trabalhadores inteiramente ao poder de consumo conferido por ela, o entendimento sobre o contexto social brasileiro se limitou a dimensão econômica vivida pela população do país.

Mas, ao investigarmos as trajetórias empreendidas por jovens de baixa renda, ao longo da última década no Brasil, percebemos que embora as maiores oportunidades de acesso ao mercado formal, rendimentos e poder de consumo, tenham sido bem acolhidas para as melhoras de suas condições imediatas de sobrevivência, ainda existe uma acirrada competição social pelos recursos em disputa para a vida em sociedade. Se o jovem de baixa renda não consegue adentrar as universidades públicas e/ou de melhor prestígio; não atingem condições suficientes para amenizarem o convívio com as debilidades sociais e de violência urbana característica das zonas periféricas em que moram; e pouco conseguem expandir seus hábitos culturais de investimentos em capitais de outra natureza – para além do econômico – visto como algo marcante de uma classe média tradicional. Esse conjunto de informações nos ajuda a reforçar a ideia de que, no Brasil, ainda está presente uma forte desigualdade de condições para se disputar os recursos sociais. Por mais que as desigualdades em termos de oportunidades de acesso a melhores rendimentos e poder de consumo tenham sido percebidas nas vidas dos jovens trabalhadores entrevistados, ainda é marcante a desigualdade de condições para se disputar esses recursos de modo menos dispare e mais igualitário.

É nesse sentido que a nossa pesquisa nos leva a concluir que o discurso sobre a existência de NCM no Brasil, se propõe a constatar mudanças sociais muito maiores para a realidade do país, do que as que realmente se concretizaram no cotidiano dos jovens trabalhadores. Pensar a NCM apenas por meio da inclusão dos indivíduos mais pobres em uma condição melhorada de renda e consumo, não nos permite ampliar o olhar para o debate mais amplo sobre as desigualdades de condições marcantes de suas histórias e trajetórias de vida neste país. É por essa razão que a ideia de uma NCM serve, muito mais, para fazer com que a sociedade brasileira se engane sobre a configuração de sua própria realidade social, de modo que acreditar nessa ideia é se recusar a confrontar a própria sociedade em que vive.

A totalidade dos resultados obtidos com a realização de nossa pesquisa, nos leva a concluir que as trajetórias dos jovens trabalhadores entrevistados resguardam mudanças e permanências. Por mais que suas vidas estejam melhores que no passado, os jovens trabalhadores não alcançaram um estilo de vida próprio da classe média convencional, tal como convenientemente insinua o discurso sobre a existência de uma NCM no Brasil. Como foi possível observar, por meio dos achados de nossa pesquisa, as trajetórias dos jovens trabalhadores se passam dentro de uma experiência objetiva de vida coletiva cuja identificação, entre os que nela estão inseridos, emerge das vivências cotidianas e anseios comuns que esses indivíduos possuem para si.

Portanto, a nossa pesquisa nos permite concluir que a ideia de uma NCM brasileira simboliza apenas o desejo de seus idealizadores em apontar a conquista de uma realidade social almejada para o Brasil, e não propriamente a consolidação dessa realidade na vida dos trabalhadores mais pobres. É nesse sentido, que a NCM brasileira representa, muito mais, o realizar da ilusão de seus idealizadores, do que a constatação empírica de que as melhoras, em termos de renda e poder de consumo, foram capazes, por si só, de transformar a vida dos trabalhadores brasileiros e o próprio Brasil, em um país de classe média.

#### **3.4.4 Desfechos e agenda para estudos futuros**

Nesta pesquisa, assumimos o desafio de produzir um conhecimento que se aproximasse do cotidiano social dos jovens trabalhadores brasileiros. Utilizamos, para isso, o debate sobre a NCM brasileira. Empreendemos tal discussão, dentro da área de estudos organizacionais, para que pudéssemos contribuir com a fomentação de uma agenda de pesquisa própria sobre o assunto, dentro desse campo do saber. Por essa razão, sugerimos, a seguir, algumas direções para estudos futuros sobre o tema da NCM brasileira, as quais possam contribuir para o aperfeiçoamento do conhecimento sobre o assunto, dentro da área de estudos organizacionais no Brasil.

Como primeira sugestão para estudos futuros, nos ocorre que ao realizarmos a caracterização do grupo de nossos participantes de pesquisa, notamos que 67% deles se autodeclararam como sendo pardos ou negros. Vez que esses jovens representaram, há pouco mais de uma década, a camada de baixa renda brasileira, entendemos que a desigualdade, no Brasil, tem cor. Como não foi o foco de nossa pesquisa debater a questão da raça e das desigualdades sociais no Brasil, o dado de nossa pesquisa incentiva-nos a sugerir que, pesquisas futuras, possam se aprofundar sobre o debate entre a questão da raça e os desdobramentos das trajetórias profissionais e condições de vida dos indivíduos, em um país como o Brasil.

Como segunda sugestão, tomemos como ponto de partida o fato de nossa tese ter evidenciado como o debate sobre a NCM se delimitou as melhoras em termos de renda e consumo conferidos à população mais pobre do Brasil. Por esse motivo, sugerimos que estudos futuros ampliem o seu campo de visão sobre o tema da NCM, a fim de que interpretar as mudanças sociais mais amplas ocorridas no cenário brasileiro – programas de incentivo a distribuição de renda; de acesso ao ensino superior; das taxas de empregabilidade do país; são alguns exemplos dessas recentes mudanças - não só em termos econômicos. Mas, também,

em termos das visões de mundo dos trabalhadores da dita NCM brasileira, as quais sofrem impactos, na medida em que para manterem o novo patamar de renda e consumo atingidos, nesses trabalhadores emerge o medo de perderem o estilo de vida conquistado. A ambivalência provocada pela melhora em termos de renda e poder de consumo, na vida dos jovens trabalhadores, é uma seara a ser desbravada em pesquisas futuras.

Como terceira sugestão para estudos futuros, os novos esforços de investigação podem partir do princípio que os dilemas sociais brasileiros requerem ser abrangidos não apenas pela via econômica de renda. Mas, também, a partir da compreensão de como os impactos gerados por mudanças na dimensão econômica da vida dos indivíduos, são assimilados em seus cotidianos de vida. Isso requer abordar não só a capacidade do capital financeiro em amenizar as vulnerabilidades sociais mais imediatas das vidas dos indivíduos. Mas igualmente o papel da dimensão econômica no ajustamento das disparidades sociais marcantes da própria sociedade em que vivem, no caso, o próprio Brasil.

Como quarta sugestão para estudos futuros, cabe considerar o fato de que os jovens entrevistados apresentaram melhores condições de vida se comparadas a geração de seus pais. Movimento similar parece estar sendo fomentado, agora, com os filhos dessa geração dos jovens trabalhadores, os quais já estão a usufruir do acesso a condições de vidas diferenciadas frente aos seus jovens pais – o acesso a colégios particulares para seus filhos é apenas um exemplo. Ou seja, pesquisas futuras podem considerar a realização de um estudo que contemple a “mudança de mentalidade” que paira de geração em geração, entre os trabalhadores de baixa renda. Essa é uma temática muito oportuna para ser explorada em novas pesquisas, já que elas poderão conhecer, por exemplo, quais são os sonhos que os jovens trabalhadores projetam para seus filhos e de que maneira esses sonhos se diferenciam das circunstâncias de vida que eles mesmos tiveram no passado.

Como quinta sugestão para futuras pesquisas, consideramos a realização de estudos que se embasem nos debates sobre classe sociais, já fomentados dentro da área de estudos organizacionais brasileiros, para se pensar de que maneira a discussão sobre a NCM brasileira se instala dentro dessa ampla discussão que reflete sobre as configurações do Brasil contemporâneo. Esta foi sem dúvidas uma de nossas principais intenções de pesquisa. Julgamos ter pensando o Brasil contemporâneo, dentro da área de estudos organizacionais, ao realizarmos um estudo empírico que debate a NCM brasileira. E, assim, reforçamos a sensação de que a relevância do debate sobre o assunto ainda precisa de esforços sistemáticos dos pesquisadores oriundos da área de estudos organizacionais no Brasil para que melhor possamos pensar a sociedade na qual realizamos o nosso próprio fazer.

Por fim, reconhecemos que a nossa identificação e empática com o tema desta pesquisa pode ter se constituído como um viés na interpretação dos dados do estudo. Em algumas ocasiões pode ter prevalecido uma espécie de “projeção” realizada por nós sobre os dados coletados em campo, o que, de alguma forma, pode ter nos conduzindo as conclusões apontadas para certos direcionamentos e perspectivas. Em todo o caso, esclarecemos que ao longo de todo o nosso estudo, procuramos nos isentar de imprimir uma projeção pessoal sobre os relatos dos entrevistados, pois conhecer as reais mudanças vividas nas trajetórias dos jovens trabalhadores, sempre fora o nosso maior incentivo para realização desta pesquisa.

Finalizamos reconhecendo também que a nossa pesquisa se constituiu, muito mais, como um amplo quadro que emite sinais sobre as trajetórias desenvolvidas por figuras que coexistem em uma mesma metrópole; possuem estilos de vidas similares; mas não se conhecem. Contudo, ao reunirmos as histórias de alguns dos jovens trabalhadores que constituem esse quadro, pudemos compreender que eles se orgulham da história feita ao longo de suas trajetórias, de modo que fazem questão de justificarem, para si mesmos e para quem quiser ouvir, que tudo o que fora feito para chegar até aqui, valeu a pena.

Ao ouvirmos os relatos dos jovens trabalhadores, devolvemos a esses indivíduos um olhar que raramente lhes é atribuído: o que vai para além dos números estatísticos que pressupõem interpretar suas vidas em um país como o Brasil. Foi desenvolvendo essa pesquisa que pudemos acolher as histórias desses jovens trabalhadores, de modo que ao alterarmos a forma de pensar as situações que se impôs nas trajetórias pessoais desses indivíduos, pudemos refletir sobre a configuração da realidade social brasileira e, assim, sobre os próprios rumos de nosso destino coletivo, dentro deste país.



## Referências

- Abdala, P. R. Z., & Misoczky, M. C. A. (2012) A nova classe média e a dialética do consumo. *Anais... XXXVI Encontro da Anpad (EnAnpad)*, Rio de Janeiro – RJ.
- \_\_\_\_\_. (2013). Sobre a rejeição da emergência de uma nova classe média brasileira: uma aproximação entre Ruy Mauro Marini e Álvaro Vieira Pinto. *Anais... I Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (SBEO)*, Fortaleza – CE.
- \_\_\_\_\_. (2014) *Organização do conceito “nova classe média”, dialética do consumo e superexploração renovada do trabalho*. Tese de doutorado. 154pag. Programa de pós-graduação em Administração – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.
- Abílio, L. C. (2011) A ‘Nova Classe Média’ vai ao paraíso? *Anais... I Circuito de Debates Acadêmicos*, Brasília, DF: IPEA.
- Abílio, L. C. (2014). Segurando com a dez: A classe trabalhadora e o desenvolvimento brasileiro. *Anais... Anpocs*, Caxambu, MG.
- Abramo, H. W., & Branco, P. P. M. (2005). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Alvarenga, D. (2014). *Classe média brasileira é o 18º maior ‘país’ do mundo em consumo*. Recuperado de <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/02/classe-media-brasileira-e-o-18-maior-pais-do-mundo-em-consumo.html>
- Ariés, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Astley, W. G. (1985). Administrative science as socially constructed truth. *Administrative Science Quarterly*, 30(4): 497-513.
- Bacha, E., & Schwartzman, S. (2011). *Brasil: a nova agenda social*. Rio de Janeiro: LTC.
- Barros, R., Diekmann, S., Mendonça, R., Ninis, A., Tsukada, R., & Vieira, A. (2011). *A nova classe média brasileira: desafios que representa para a formulação de políticas públicas*. Brasília, DF: Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2011.
- Barros, R. P. de., Henriques, R., & Mendonça, R. (2000). Desigualdade e pobreza no Brasil: a estabilidade inaceitável. In Henriques, R. (Ed.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA.
- Bartelt, D. D. (2013). *A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.
- BCB. (2013). *Evolução do portfólio das dívidas bancárias das famílias*. Recuperado de <http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2013/06/ri201306b3p.pdf>

- Becker, H. (1999). A história de vida e o mosaico científico. In *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec.
- Bendix, R., & Lipset, S. M. (1966). Karl Marx's Theory of Social Classes. In: *Class, Status and Power*. R. Bendix & S. M. Lipset (Eds), 6-11. New York: Free Press.
- Besser-Pereira, L. C. (1962). The Rise of Middle Class and Middle Management in Brazil, *Journal of Inter-American Studies*, 4(3), 313-326.
- Biernarcki, P., & Waldorf, D. (1981). Snowball sampling-problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods and Research*, 10(2), 141-163.
- Bluhm, D. J., Harman, W., Lee, T. W., & Mitchell, T. R. (2011). Qualitative Research in Management: A Decade of Progress. *Journal of Management Studies*, 48(8), 1866-1891.
- Bourdieu, P. (1979). *O desencantamento do mundo*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Braga, R. (2012). *A política do precariado*. São Paulo: Boitempo.
- BRASIL. (2011). Economia e Emprego. *Economia brasileira atrai estrangeiros e imigração aumenta 50% em seis meses*. Recuperado de <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/11/economia-brasileira-atrai-estrangeiros-e-imigracao-aumenta-50-em-seis-meses>
- BRASIL. (2013). Ministério do Trabalho e Emprego. *Emprego e Renda: Salário Mínimo*. Recuperado de [http://portal.mte.gov.br/sal\\_min/](http://portal.mte.gov.br/sal_min/)
- BRASIL. (2015). *Aumento real do salário mínimo será mantido, diz Nelson Barbosa*. Recuperado de <http://www.brasil.gov.br/governo/2015/01/aumento-real-do-salario-minimo-sera-mantido-diz-nelson-barbosa>
- Braverman, H. (1974). *Labor and Monopoly Capital: The Degradation of Work in the Twentieth Century*. Nova York: Monthly Review Press.
- Butler, T., & Savage, M. (Eds.) (1995). *Social Change and the Middle Classes*. London: Routledge.
- Caldeira, J. (2009). *História do Brasil com empreendedores*. São Paulo: Mamelluco.
- Capuchinho, C. (2012). *9 em cada 10 homens com diploma universitário estão empregados, mostra relatório da OCDE*. Recuperado de <http://educacao.uol.com.br/noticias/2012/09/16/9-em-cada-10-homens-com-diploma-universitario-estao-empregados-mostra-relatorio-da-ocde.htm>
- Cardoso, F. H. (2011). O papel da oposição. *Revista Interesse Nacional*, 4(13). Recuperado de <http://interessenacional.uol.com.br/index.php/edicoes-revista/o-papel-da-oposicao/>

- Carvalho, A. (2014). *O verdadeiro “pai” do bolsa família: as origens do programa de redistribuição de renda no centro do debate eleitoral*. Recuperado de [http://www.brasilpost.com.br/2014/10/16/quem-pai-bolsa-familia\\_n\\_5989300.html](http://www.brasilpost.com.br/2014/10/16/quem-pai-bolsa-familia_n_5989300.html)
- CEBR. (2013). Centre for Economics and Business Research. *CEBR World Economic League Table*. Recuperado de <http://www.cebr.com/reports/cebr-world-economic-league-table/>
- CEPAL/OIT. (2012). Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Coyuntura laboral em América Latina y el Caribe*. Recuperado de [http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/cepaloitnov12\\_936.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/cepaloitnov12_936.pdf)
- Cohn, A. (2013). Entre sair da pobreza e ingressar na cidadania: nova classe média, utopia de um futuro fugaz? In Bartelt, D. D. (Org.). *A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.
- Comin, A. A., & Barbosa, R. J. (2011). Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, 91, 75-95.
- Costa, L. C. da. (2013). Classes medias e as desigualdades sociais no Brasil. In Bartelt, D. D. (Org.). *A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.
- Costas, R. (2014). *Por que o investimento estrangeiro se sustenta no Brasil?* Recuperado de [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/11/141112\\_investimentos\\_ru](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/11/141112_investimentos_ru)
- CPS. (2011a). *Dilma Rousseff cita dados do CPS/FGV durante o discurso de abertura da 66ª Assembléia-Geral da ONU*. Recuperado de [http://cps.fgv.br/destaque\\_dilma\\_onu](http://cps.fgv.br/destaque_dilma_onu)
- CPS. (2011b). *Relatório de Atividades – Centro de Políticas Sociais*. Recuperado de [http://www.cps.fgv.br/cps/bd/atividadesrecentes/CPS\\_Livro.pdf](http://www.cps.fgv.br/cps/bd/atividadesrecentes/CPS_Livro.pdf)
- CPS. (2011c). *Obama usa dados do CPS sobre classe média no Brasil em seus discursos*. Recuperado de [http://cps.fgv.br/obama\\_ncm](http://cps.fgv.br/obama_ncm)
- Crespo, S. G. (2014). *Em 20 anos de real, salário mínimo subiu 142% acima da inflação*. Recuperado de <http://achadoseconomicos.blogosfera.uol.com.br/2014/07/18/em-20-anos-de-real-salario-minimo-subiu-142-acima-da-inflacao/>
- Cunliffe, A. L. (2011). Crafting qualitative research: Morgan and Smircich 30 years on. *Organizational Research Methods*, 14(4), 647-673.
- Dahrendorf, R. (1959). *Class and Class Conflict in Industrial Society*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Daves, K. (2003). Biography as critical methodology. In: *Briography and Society*. Research Committee 38 of the ISA.
- Demo, P. (2000). *Metodologia do Conhecimento Científico*. São Paulo: Atlas.

- Dex, S., Robson, P., & Wilkinson, F. (1999): The characteristics of the low paid: A cross-national comparison. *Work, Employment and Society*, 13(3), 503-524.
- DIEESE. (2014). *Nota técnica: a evolução do crédito na economia brasileira 2008-2013*. Recuperado de <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec135Credito.pdf>
- DIEESE. (2015). *Salário mínimo nominal e necessário*. Recuperado de <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2015>
- Domingues, J. M. (2002). Gerações, modernidade e subjetividade coletiva. *Revista de Sociologia da USP*, 14(1), 67-89.
- Elias, N. (1994). *Mozart – sociologia de um gênio*. São Paulo: Zahar.
- ELSTAT. (2013). *Hellenic Statistical Authority (El.Stat.) – Labour Force Survey (LFS) monthly*. Recuperado de [http://www.statistics.gr/portal/page/portal/ESYE/PAGE-themes?p\\_param=A0101&r\\_param=SJO02&y\\_param=2013\\_11&mytabs=0](http://www.statistics.gr/portal/page/portal/ESYE/PAGE-themes?p_param=A0101&r_param=SJO02&y_param=2013_11&mytabs=0)
- Estadão. (1992). *Impeachment de Collor*. Recuperado de <http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,impeachment-de-collor,887,0.htm>
- Estadão. (2015). *Mercado já projeta inflação acima de 7% em 2015 e PIB de 0,03%*. Recuperado de <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,mercado-ja-projeta-inflacao-acima-de-7-em-2015-e-pib-de-0-03,1628264>
- Fleury, S. (2013). A fabricação da classe média: projeto político para nova sociabilidade. In Bartelt, D. D. (Org). *A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.
- Folha de S.Paulo. (2013). *Renda cresce, mas miséria social persiste*. Recuperado de <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/110994-renda-cresce-mas-miseria-social-persiste.shtml>
- Freitas, M. E., & Dantas, M. (2014). Medos sociais dos brasileiros. *Organizações & Sociedade*, 21(68), 893-910.
- Godoi, C. K., Balsini, C. P. V. (2006). A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: Silva, A. B. (Orgs.). *Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais – Paradigmas, Estratégias e Métodos*. São Paulo: Saraiva.
- Goldthorpe, J. H. (1980) (in association with C. Llewellyn and C. Payne) *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*, first edition, Oxford: Clarendon Press.
- Grimshaw, D. (2011). *What do we know about low wage work and low wage workers? Analysing the definitions, patterns, causes and consequences in international perspective*. Geneva: ILO

- Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In: Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (eds.) *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Guimarães, N. A. (2009). A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, 85, 151-170.
- Gutierrez, G. L. (1992). Tecnoburocracia e classe social: algumas questões conceituais e mobilidade interna. *Revista de Administração de Empresas*, 32(1): 60-66.
- Hasenbalg, C., & Valle Silva, N. D. (2003). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- IBGE. (2011). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Recuperado de [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_impressao.php?id\\_noticia=2222](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=2222)
- IBGE. (2015). *Brasil em síntese*. Recuperado de <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/>
- IPEA. (2007). *Sociedade – As dimensões da pobreza*. Recuperado de [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1132:reportagens-materias&Itemid=39](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1132:reportagens-materias&Itemid=39)
- IPEA. (2011). *Trajetórias da população de baixa renda no mercado de trabalho metropolitano brasileiro*. Recuperado de [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110927\\_comunicadoipea114.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110927_comunicadoipea114.pdf)
- Jayo, M., & Mateos, S. B. (2010). A nova classe média. *Revista de Administração de Empresas*, 9(2): 8-13.
- Jungblut, C. (2014). *Aécio diz que PT faz ‘campanha da infâmia’ e que Lula ‘apequena sua biografia’*. Recuperado de <http://oglobo.globo.com/brasil/aecio-diz-que-pt-faz-campanha-da-infamia-que-lula-apequena-sua-biografia-14326874>
- Kerstenetzky, C. L., & Uchoa, C. (2013). “Nova classe média”: alcance, falhas e benefícios de um conceito. In Bartelt, D. D. (Org.). *A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.
- Lamounier, B., & Souza, A. (2012). *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. São Paulo, SP: Campus.
- Plataforma Lattes. (2015). *Currículo Lattes – Marcelo Cortes Neri*. Recuperado de <http://lattes.cnpq.br/1468915630871388>
- Leana, C. R., Mittal, V., & Stiehl, E. (2012). Organizational Behavior and the Working Poor. *Perspective Organization Science*, 23(3), 888–906.

- Madsen, N. (2013). Entre a dupla jornada e a discriminação contínua: um olhar feminista sobre o discurso da “nova classe média”. In Bartelt, D. D. (Org). *A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.
- Martello, A. (2015). *Previsões para economia pioram mesmo com nova equipe de Dilma*. Recuperado de <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/previsoes-para-economia-pioram-mesmo-com-nova-equipe-de-dilma.html>
- Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2007). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas.
- Martins, V. (2015). *Mercado já projeta inflação acima de 7% em 2015 e PIB de 0,03%*. Recuperado de <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,mercado-ja-projeta-inflacao-acima-de-7-em-2015-e-pib-de-0-03,1628264>
- MEC. (2010). *Catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia*. Recuperado de <http://download.uol.com.br/educacao/tecnologicos.pdf>
- Milena, A. (2012). *Mais da metade dos brasileiros está na classe média*. Recuperado de <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/mais-da-metade-dos-brasileiros-estao-na-classe-media>
- Mills, W. C. (1979 [1951]). *A Nova Classe Média: white collar*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar (1a. Edição, 1951).
- Nassif, L. (2013). *O perfil da nova classe média*. Recuperado de <http://www.cartacapital.com.br/economia/o-perfil-da-nova-classe-media-9232.html>
- Neri, M. C., & Considera, C. P. (1996). Crescimento, desigualdade e pobreza: o impacto da estabilização. *Economia Brasileira em Perspectiva*, 1, 49-82.
- Neri, M. C. (2006). Desigualdade, estabilidade e bem-estar social. *Ensaio Econômico*, 637, P. Seriada, FGV: Escola de Pós-Graduação em Economia.
- Neri, M. C. (2008). *A nova classe média*. Rio de Janeiro: FGV.
- Neri, M. C. (2011a). *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. São Paulo: Saraiva.
- Neri, M. C. (2011b). *Os emergentes dos emergentes: reflexões globais e ações locais para a nova classe média brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/CPS.
- Noronha, N. S. de., & Barbosa, D. M. S. (2014). Renda, consumo e centralidade do trabalho na “nova classe média” brasileira. *Anais... VIII Encontro de Estudos Organizacionais da Anpad (EnEO)*, Gramado – RS.
- Nye Jr, J. S. (2002). *O paradoxo do poder americano*. São Paulo: UNESP.

- OCDE. (2011). *Being “middle class” in Latin America*. Recuperado de <http://www.oecd.org/dev/48938096.pdf>
- OCDE. (2012a). *Employment Outlook 2012*. Recuperado de [http://www.oecd-ilibrary.org/employment/oecd-employment-outlook-2012\\_empl\\_outlook-2012-en](http://www.oecd-ilibrary.org/employment/oecd-employment-outlook-2012_empl_outlook-2012-en)
- OCDE. (2012b). *Education at a Glance 2012*. Recuperado de <http://download.uol.com.br/educacao/educationataglance2012.pdf>
- O’Dougherty, M. (2002). *Middle Classes: Consumption and class identity during Brazil’s inflation crisis*. New York: City University of New York.
- OIT. (2013). *Global Employment Trends 2013*. Recuperado de [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_202326.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_202326.pdf)
- Owensby, B. (1999). *Intimate Ironies: modernity and the making of the middle class lives in Brazil*. Stanford: Stanford University Press.
- Paulilo, M. A. S. (1999). A pesquisa qualitativa e a história de vida. *Serviço Social em Revista*, 1(2), 1-8.
- PNE/IBGE. (2015). *Pesquisa Nacional de Emprego*. Recuperado de [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?indicador=1&id\\_pesquisa=38](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?indicador=1&id_pesquisa=38)
- PNAD/IBGE. (2011). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2011*. Recuperado de [http://www.pnud.org.br/HDR/arquivos/RDHglobais/hdr\\_2011\\_pt\\_complete.pdf](http://www.pnud.org.br/HDR/arquivos/RDHglobais/hdr_2011_pt_complete.pdf)
- PNUD. (2012). *Relatório Anual 2012 – PNUD Brasil*. Recuperado de [http://issuu.com/pnudbrasil/docs/pnud\\_relato\\_rio\\_anual\\_web?e=0/3980308](http://issuu.com/pnudbrasil/docs/pnud_relato_rio_anual_web?e=0/3980308)
- PNUD. (2013). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2013*. Recuperado de <http://www.un.org/files/HDR2013%20Report%20Portuguese.pdf>
- Pochmann, M. (2012) *Nova Classe Média? o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Poulantzas, N. (1974). *Classes in Contemporary Capitalism*. London: New Left Books.
- Prestes-Motta, F. C. P. (1986). Tecnoburocracia e Educação Formal. *Educação e Sociedade*, viii(23): 50-78.
- Quadros, W. J. de. (1985). *A nova classe média brasileira*. Campinas: IE/UNICAMP.
- Quadros, W. J. de. (2008). *A evolução recente da estrutura social brasileira*. Texto para discussão, IE/UNICAMP, 148, November.
- \_\_\_\_\_, Gimenez, D. M., Antunes, D. J. N. (2013). Afinal, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000. In

- Bartelt, D. D. (Org.). *A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.
- Rapoport, R., & Rapoport, R. (1965). Work and family in contemporary society. *American Sociological Review*, 30(3), 381-394.
- Ribeiro Neto, A. (2011). *A privatária tucana*. São Paulo: Editora Gerações.
- Rocha, S. (2003). *Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?* Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- Rocha-de-Oliveira, S. (2009). *Estágios para Universitários: representações e implicações na inserção profissional de jovens brasileiros e franceses*. (Tese de Doutorado em Administração) Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS.
- SAE. (2013). Secretaria de Assuntos Estratégicos. *Governo define que classe média tem renda entre R\$ 291 e R\$ 1.019*. Recuperado de <http://www.sae.gov.br/site/?p=17351>
- Saes, D. (1985). *Classes Médias e Sistema Político no Brasil*. São Paulo: Quatro.
- Salata, A. R., & Scalón, C. (2012). Uma nova classe média no Brasil da última década? O debate a partir da perspectiva sociológica. *Revista Sociedade e Estado*, 27(2): 387-407.
- \_\_\_\_\_. (2014). *Quem é Classe Média no Brasil? Um Estudo Sobre Identidades de Classe*. Tese de doutorado. 180pag. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (UFRJ/ IFCS), Rio de Janeiro, 2014.
- Salm, C., & Bahia, L. (2013). Tênis, bermuda, fone no ouvido... Vai saúde e educação também? In Bartelt, D. D. (Org.). *A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.
- Salverda, W. (2005). Benchmarking low-wage employment. In Marx, I., & Salverda, W. (Eds.): *Low-wage employment in Europe: Perspectives for improvement*. Leuven: Acco.
- Santamarina, C., & Marinas, J. M. (1999). Histórias de vida e história oral. In Delgado, J., & Gutiérrez, J. (Orgs.). *Métodos y técnicas cualitativas de investigación em ciencias sociales*. Madrid: Síntesis, 257-287.
- Sobrinho, G. G. de F. X. (2011). “Classe C” e sua alardeada ascensão: nova? Classe? Média? *Índice Econômico. FEE*. Porto Alegre, 38(4): 57-80.
- Sonpar, K., & Golden-Biddle, K. (2008). Using content analysis to elaborate adolescent theories of organization. *Organizational Research Methods*, 11(4): 795-814.
- Sorj, B., & Almeida, M. H. T. (1983). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Souza, J. (2009). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG.



- \_\_\_\_\_. (2012). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- \_\_\_\_\_. (2013). A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo. In Bartelt, D. D. (Org.). *A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.
- Souza, A. & Lamounier, B. (2010). *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília, DF: CNI.
- Suplicy, E. M. (2002). *Renda de Cidadania: A saída é pela porta*. São Paulo: Cortez Editora/Fundação Perseu Abramo.
- Suplicy, E. M. (2003). Renda Básica: a resposta está sendo soprada pelo vento. *Revista de Economia Política*, 23(2/90), 47-62.
- Tavares-de-Freitas, L. R. (2009). *A má-fé institucional na re-produção do fracasso escolar no Brasil*. 2009. 90 p. (Dissertação de Mestrado em Sociologia) Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora – MG.
- Tragtenberg, M. (1974). *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ática.
- Tilly, C. (1999). *Durable inequality*. Califórnia: University of California Press.
- Trindade, L. H. (2013). *Os sentidos do trabalho para o jovem da nova classe média*. Dissertação de mestrado. 122 pag. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (EAESP/FGV), São Paulo, 2013.
- Valor. (2014). *Analistas esperam menos crescimento econômico e mais inflação em 2014*. Recuperado de <http://www.valor.com.br/brasil/3686540/analistas-esperam-menos-crescimento-economico-e-mais-inflacao-em-2014>
- Velasco, C. (2014). *Emissão de carteiras de trabalho para estrangeiros aumenta 53% em 2013*. Recuperado de <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/01/emissao-de-carteiras-de-trabalho-para-estrangeiros-aumenta-53-em-2013.html>
- Vilela, E. M., & Collares, A. C. (2009). Origens e destinos sociais: pode a escola quebrar essa ligação? *Teoria & Sociedade (UFMG)*, 17(2), 62-91.
- Waiselfisz, J. J. (2013). Mapa da violência 2013 - homicídios e juventude no Brasil. Recuperado de [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013\\_homicidios\\_juventude.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf)
- Wright, E. (1989). *The Debate on Classes*. London: Verso.
- \_\_\_\_\_. (2005). *Approaches to Class Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Roteiro semi-estruturado para condução das entrevistas de campo

## Roteiro semi-estruturado de pesquisa

### **Características dos entrevistados**

Idade / Gênero / Estado civil / Etnia / Escolaridade / Onde nasceu

Pratica alguma religião? Qual?

Onde mora atualmente? Há quantos anos já mora nesse bairro? Gosta de morar lá?

Moradia própria ou alugada? Se própria, quem é o proprietário? Se alugada, o valor do aluguel representa quantos % do seu salário atual?

Quantas pessoas moram na sua casa, incluindo você?

### **Dimensão trabalho**

Quando você começou a trabalhar? O que fazia?

Por que foi necessário você começar a trabalhar nesse momento de sua vida?

A remuneração que você recebia era destinada para quê?

Nessa época, todos trabalhavam em sua casa? E você estava em que momento escolar?

Quais dificuldades você enfrentou nesse trabalho? O que você fazia para superá-las?

Depois dessa experiência inicial, você foi trabalhar no quê?

O que lhe motivava e/ou te levava a decidir mudar de trabalho?

Você ficou algum tempo desempregado? Quando? Como conseguiu trabalho?

#### **Emprego atual**

Quanto tempo você gasta diariamente para ir e voltar de sua casa ao trabalho?

Utiliza que meio de transporte para realizar esse trajeto?

Quantas horas você trabalha por dia? Faz horas extras?

Trabalha e estuda? Dorme quantas horas por dia?

Considerando o seu atual trabalho, há quanto tempo você exerce essa função?

Quais são as dificuldades que você enfrenta em seu trabalho? Como faz para superá-las?

Qual é o seu nível de renda atual? Qual é o destino da sua remuneração atual?

Você mudaria de emprego? O que te faria realizar essa mudança?

Mudaria de área de atuação profissional? Para qual? Ou, por que não mudaria?

O que você espera obter com o seu trabalho?

Quais são os seus planos e objetivos profissionais?

Quais foram as suas principais realizações profissionais até agora?

O que representa o trabalho para você?

### **Dimensão sócio-familiar**

#### **Pense na sua infância e juventude:**

Fale um pouco como foi sua infância? Com o que gostava de brincar?

Na infância, em relação aos seus pais, quem era o mais “bravo” e o mais “calmo”?

Qual foi a profissão do seu pai? E a sua mãe, trabalhou fora do lar?

O que representava o trabalho para os seus pais? O que eles falavam a você sobre isso?

Eles lhes diziam o que gostariam que você fosse quando crescesse? O que você pensava sobre isso?

Na infância/juventude, o que você gostaria ser quando crescesse?

Qual o nível escolar dos seus pais? E de seus irmãos?

Já realizava algum tipo de tarefa pra ajudar sua família?

Vocês realizam alguma atividade de lazer em família? Quais?

Em que momentos a leitura e a escrita apareciam em sua família?

Atualmente, há alguém desempregado em sua casa? Quem está? O que isso interfere na vida de sua família?

Qual a sua renda média familiar?

O que representa a família pra você? O que deseja para ela?

### **Dimensão educacional**

Onde você cursou o seu ensino primário, fundamental e médio?

Como você era na escola? Como se comportava?

Você foi reprovado alguma vez? Quantas? Te explicaram o motivo?

Como eram os seus professores?

Você costumava estudar em casa?

Alguém cobrava de você seus estudos e tarefas escolares?

O que representou a escola pra você?

Fez algum curso durante sua infância/juventude?

Atualmente, você ainda estuda? Estuda o que?

Se faculdade, em que período estuda? É o primeiro membro da família com ensino superior?

O que a sua família acha de sua escolha profissional? Para eles é mais importante você estar na faculdade ou estar se formando para “tal” profissão?

Você deseja prosseguir os estudos?

O que representada ter essa formação educacional para você?

O que você espera conseguir por meio dos seus estudos?

#### **Atividades culturais/de lazer**

Na juventude, o que você mais se lembra de fazer com os seus amigos para se divertirem?

E atualmente, você tem momentos de diversão? Quais são e como acontecem?

Você tem amigos? Onde os conheceu? O que fazem juntos para se divertir?

O que você ainda não fez, mas gostaria de fazer para se divertir? Por quê? O que te impediu de ainda não ter experimentado essas atividades?

#### **Desfechos da pesquisa**

Como está a sua vida hoje?

Qual é o seu maior sonho?

O que representa a sua trajetória profissional para você?

Teve alguma questão que eu não fiz, mas você gostaria de falar comigo?

**APÊNDICE B – Carta de compromisso de confidencialidade de pesquisa**

## “Trajetórias Profissionais de Jovens de Baixa Renda no Mercado Contemporâneo”

O Brasil é um país marcado por profundas desigualdades sociais. Uma das consequências mais diretas de um cenário como esse, é o alto volume de postos de trabalho de baixa remuneração. Esse tipo de colocação profissional é prioritariamente ocupada por jovens economicamente desfavorecidos. Mas, frente à necessidade de iniciarem a vida produtiva ainda em fase escolar, os jovens de baixa renda contam, no início de suas trajetórias, com reduzidos níveis educacionais e de experiência no mercado formal. Isso lhes impõe uma margem mais estreita de competitividade por colocações profissionais mais atraentes no mercado e, assim, reduzem suas chances de mobilidade dentro da estrutura social brasileira. Mas será que o crescimento econômico brasileiro, ocorrido na última década, foi capaz de oferecer aos jovens de baixa renda uma vida melhor que no passado, ao ponto deles poderem ser considerados membros da chamada “nova classe média”?

O objetivo desta pesquisa de tese é investigar as principais mudanças ocorridas, ao longo da última década, nas trajetórias profissionais de jovens de baixa renda, cuja inserção no mercado formal de trabalho tenha ocorrido no ano de 2001. Para tanto, necessitamos realizar entrevistas individuais com jovens trabalhadores (cujas idades estejam entre 26 e 34 anos) os quais, independente da área ou ocupação profissional em que atuem, tenham ingressado no mercado formal de trabalho a partir do ano de 2001.

As entrevistas serão realizadas pelo pesquisador e doutorando André Luis Silva, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV), assegurando os seguintes critérios:

- Os dados coletados receberão tratamento absolutamente sigiloso;
- Os resultados obtidos terão seu uso totalmente restrito a fins acadêmicos, os quais resultarão em uma tese de doutorado e artigos acadêmicos a serem publicados em periódicos e congressos da área;
- Em face de princípios éticos de pesquisa, será assegurado o anonimato sobre as identidades de todos os entrevistados, bem como sobre os nomes das empresas e/ou instituições envolvidas na colaboração desta pesquisa.

Feitos esses esclarecimentos, formalizamos aqui essa solicitação de acesso aos contatos dos jovens profissionais (dentro do recorte pretendido nesta pesquisa) na expectativa positiva de podermos contar com o seu apoio para nos ajudar a estabelecer esse acesso. Desde já, agradecemos a atenção dispensada e estamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Cordialmente,

---

**Profa. Dra. Maria Ester de Freitas**

Professora e Pesquisadora Titular da FGV/EAESP

---

**André Luis Silva**

Pesquisador e Doutorando em Administração de Empresas da FGV/EAESP



Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos  
 Rua Itapeva, 474 – 11º andar  
 01332-000 – São Paulo, SP / Brasil  
 Tel.: (+55 11) 3799-7740  
 e-mail: [adm@fgv.br](mailto:adm@fgv.br)  
[www.fgv.br](http://www.fgv.br)